



**A avaliação do desenvolvimento local
segundo a perspetiva das entidades de
Economia Social - Uma proposta da Animar –
Associação Portuguesa para o
Desenvolvimento Local**

Marco Paulo Tavares Sousa Domingues

Tese para obtenção do Grau de Doutor em
Sociologia
(3.º ciclo de estudos)

Orientador: Professor Doutor Alcides Almeida Monteiro

Julho de 2021

As provas decorreram na Reitoria da Universidade da Beira Interior, no dia 12 de julho de 2021, pelas 10 horas.

CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DAS PROVAS

PRESIDENTE:

- Doutor Joaquim Mateus Paulo Serra, Vice-Reitor da Universidade da Beira Interior

VOGAIS:

- Doutor José Carlos Gaspar Venâncio, professor catedrático da Universidade da Beira Interior;
- Doutor Rogério Roque Amaro, professor associado do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa;
- Doutor António Carlos Pestana Fragoso de Almeida, professor associado da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve;
- Doutora Cristina Clara Ribeiro Parente, professora associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- Doutor Alcides Almeida Monteiro, professor associado da Universidade da Beira Interior;
- Doutor Luís Manuel Costa Moreno, professor auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;
- Doutora Sílvia Maria Dias Ferreira, professora auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Folha em branco

Dedicatória

A todas e todos aqueles que acreditam no desenvolvimento local, enquanto contributo para uma maior justiça social e bem-estar de todos os seres vivos nesta extraordinária e única “casa comum” ...

Folha em branco

Agradecimentos

Este percurso foi marcado de incertezas, de mudanças, de pausas e de dificuldades que marcaram o itinerário do seu progresso. Os maiores responsáveis da dificuldade deste percurso, foram sem dúvida, os meus extraordinários filhos, a Maria Eduarda e o Afonso, que decidiram nascer respetivamente, em 2012 e 2016, e que trouxeram o maior motivo da minha felicidade. Por esta feliz razão, impediram-me tantas vezes a concentração e foco no desenvolvimento deste trabalho. A minha gratidão por ser pai deles, e ter a meu lado, a minha querida companheira de vida e linda mãe, Zélia Duarte, que me deu toda a força e incentivo, contribuindo para concluir mais uma etapa no meu percurso académico.

Tudo poderia ter sido mais difícil, se não fosse o meu orientador, Professor Doutor Alcides Monteiro a orientar-me nas redescobertas no campo da sociologia. Através da sua preciosa experiência, sapiência e calma tranquilizou-me nos momentos de dificuldade, mobilizando-me a concluir este difícil trajeto. Estou grato, pelo privilégio de ter sido o “Alcides” o meu orientador.

Este foi um trabalho enquadrado e impulsionado por vários motivos na Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, tendo sido apenas exequível, porque muitos ativistas, académicos, técnicos e dirigentes do desenvolvimento local contribuíram para o seu resultado. Entre tantas outras pessoas, que deram o seu contributo, o meu sincero agradecimento às diferentes participações e apoios, ao António Barata, Anabela Pereira, Célia Lavado, Célia Pereira, Dina Cruz, Fernando Rodrigues, Frederico Reis, Graça Rojão, Isabel Rebelo, Jorge Claro, Liliana Simões, Luís Moreno, Manuel Belo, Olga Fernandes, Rafael Drummond, Raúl Marques, Rogério Cação, Sara Trindade, Tânia Gaspar, Telma Guerreiro, Teresa Pouzada, Vítor Andrade e Zé João Rodrigues, que sem as suas disponibilidades, não seria exequível ter os resultados que aqui se reproduzem.

A todos os amigos e amigas e colegas da Escola Superior de Castelo Branco, que sempre me motivaram e me apoiaram a superar todas as dificuldades e angústias, a todas e todos vós, o meu sincero bem haja.

Ao Paulo Pereira, Sandra Silva, Rita Moreira, Jaime Barata, por todo o apoio técnico, no âmbito da análise de dados, revisão, tradução, formatação, apoio imprescindível, para que o trabalho reunisse todas as condições adequadas e rigor a que se exige.

Por fim, mas não por último, um agradecimento ao meu pai José Domingues, ao meu irmão João Carlos, e à minha querida e já ausente Mãe, Maria Eduarda Tavares Sousa Domingues, por todo o carinho e amor que me deu, e que ainda hoje, o sinto...

Folha em branco

Folha em branco

Resumo

Esta tese de doutoramento propõe uma matriz traduzida em dimensões de análise e respetivos indicadores de “avaliação do desenvolvimento local segundo a perspetiva das entidades de Economia Social - Uma proposta da Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local” e, em simultâneo, verificar fatores de influência com base em pressupostos apresentados, na procura da resposta à pergunta de partida “Será o exercício de avaliação do desenvolvimento local, segundo a perspetiva que a Associação Animar tem vindo a consolidar, passível de concretizar através da auscultação das entidades da economia social?”. Através de uma estratégia enquadrada na teoria de ação de Alain Touraine (1984) no campo da Sociologia, a pesquisa optou pelo método hipotético-dedutivo, recorrendo à realização de entrevistas exploratórias a 20 informadores privilegiados do desenvolvimento local bem como a aplicação de 39 questionários a entidades de economia social, dos municípios de baixa densidade, Castelo Branco, Montalegre e Odemira. Da análise às entrevistas exploratórias resultou uma proposta de avaliação do desenvolvimento local, testada através de questionários, verificando-se que as características orgânicas e de natureza jurídica não influenciaram os resultados de avaliação, o que leva o investigador a inferir que a matriz proposta de avaliação é considerada válida para avaliar o desenvolvimento local, favorecendo assim, condições de debate e aprofundamento no seio da sociologia, num domínio, até aqui, considerado negligenciado pelo investigador, “a avaliação do desenvolvimento local”.

Palavras-chave

Desenvolvimento; Desenvolvimento Sustentável;

Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Comunitário; Economia Social e Solidária; Avaliação

Folha em branco

Abstract

This doctoral thesis proposes a background interpreted into analysis' dimension and respective indicators of "local's evaluation development, according to the perspective of Social Economy units - A proposal from Animar – a Portuguese Association for Local Development" and, at the same time, verify influencing factors based on the assumptions presented, in search for answer to the starting question "Will it be the exercise of evaluating local development, according to the perspective that Associação Animar has been consolidating, which can be achieved through attending to social economy entities ? ". Through a strategy framed in the action theory of Alain Touraine (1984) in the field of Sociology, the research selected for the hypothetical-deductive method, using exploratory interviews with 20 privileged local development informants as well as the application of 39 forms to social economy entities, from low-density municipalities, Castelo Branco, Montalegre and Odemira. From the analysis to the exploratory interviews, a proposal for the evaluation of local development resulted, tested through forms, verifying that the organic and legal characteristics did not influence the evaluation results, that primes researcher to infer that the proposed background of evaluation is considered effective to evaluate local development, therefore approving conditions for debate and deepening within Sociology, in a field, until now, considered neglected by the researcher, "local's evaluation development".

Keywords

Development; Sustainable development; Local Development; Community Development
Social and Solidarity Economy; Evaluation.

Folha em branco

Índice

Introdução	1
CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
1.1. DESENVOLVIMENTO, UM CAMPO TEÓRICO NA SOCIOLOGIA.....	6
1.2 DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO.....	22
1.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	27
1.3.1. A SUSTENTABILIDADE COMO PRINCÍPIO DE DESENVOLVIMENTO ..	32
1.4. SINTESE CAPÍTULO	36
CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA	
37	
2.1. DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PORTUGAL	37
2.2 DO LOCAL AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO.....	46
2.3. DESENVOLVIMENTO LOCAL, COMPLEXIDADES E GOVERNANÇA.....	52
2.4. INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PROMOTORAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	59
2.5. DESENVOLVIMENTO LOCAL UM MOVIMENTO ASSOCIATIVO E DA SOCIEDADE CIVIL	62
2.6. ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA E O MOVIMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	65
2.7. ANIMAR – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL – ENTIDADE REPRESENTATIVA DA ECONOMIA SOCIAL.....	71
2.7.1. ANIMAR, VISÃO INTEGRADA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL....	81
2.8. MUNICÍPIOS, O PODER LOCAL PARA O DESENVOLVIMENTO	85
2.8.1. MUNICÍPIOS DE BAIXA DENSIDADE.....	89
2.9. SÍNTESE DO CAPÍTULO	91
CAPÍTULO 3 - ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO	94
3.1. JUSTIFICAÇÃO METODOLÓGICA	94
3.2. MODELO DE ANÁLISE	96
3.3. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS	101
3.3.1. ENTREVISTAS	103
3.3.1.1. GUIÃO DA ENTREVISTA E GRELHA TEMÁTICA DE ANÁLISE.....	106
3.3.2. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	111
3.3.2.1. TERRITÓRIOS DE ESTUDO.....	112
3.3.2.2. ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO	117
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	122
4.1. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	122
4.1.1. O CONCEITO E ENTENDIMENTO FACE AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	124

4.1.2. INFLUÊNCIAS FACE AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	139
4.1.3. OPINIÃO FACE ÀS DIMENSÕES E INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	147
4.1.4. OPINIÃO FACE À MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	158
4.1.5. DEFINIÇÃO DO TERRITÓRIO DE AVALIAÇÃO	166
4.1.6. SÍNTESE DOS RESULTADOS - ENTREVISTAS	173
4.2. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS.....	176
4.2.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA	177
4.2.2. ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA INTERNA DE ESCALAS.....	177
4.2.3. TESTE DE MANN-WHITNEY	178
4.2.4. TESTE DE KRUSKALL-WALLIS	178
4.3. ANÁLISE DESCRITIVA	180
4.3.1. PARTE A - CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	180
4.3.2. PARTE B - AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	191
4.3.3. PARTE C - OBSERVAÇÕES E CONTACTOS	211
4.4. ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA INTERNA DAS DIMENSÕES DA ESCALA DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	212
4.5. ANÁLISE DESCRITIVA DAS DIMENSÕES DA ESCALA DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	213
4.6. HIPÓTESES.....	215
4.6.1. HIPÓTESE H1 - A avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada pelo tipo de natureza jurídica de entidade de economia social.....	215
4.6.2. HIPÓTESE H2 – avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social	217
4.6.2.1. CONCELHO	217
4.6.2.2. CLASSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA.....	219
4.6.2.2.1. A. CULTURA, COMUNICAÇÃO E ATIVIDADES DE RECREIO ..	219
4.6.2.2.2. B. EDUCAÇÃO.....	221
4.6.2.2.3. C. SAÚDE	223
4.6.2.2.4. D. SERVIÇOS SOCIAIS	225
4.6.2.2.5. E. ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DE BEM ESTAR ANIMAL	227
4.6.2.2.6. F. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E ECONÓMICO E HABITAÇÃO.....	229
4.6.2.2.7. G. ATIVIDADES DE INTERVENÇÃO CÍVICA, JURÍDICA, POLÍTICA E INTERNACIONAL	230
4.6.2.2.8. H. FILANTROPIA E PROMOÇÃO DO VOLUNTARIADO	231
4.6.2.2.9. I. RELIGIÃO	232
4.6.2.2.10. J. ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS, PROFISSIONAIS E SINDICATOS.....	233

4.6.2.2.11. K. SERVIÇOS PROFISSIONAIS, CIENTÍFICOS E ADMINISTRATIVOS.....	235
4.6.2.2.12. L. OUTRAS ATIVIDADES	237
4.6.2.3. FUNÇÃO QUE DESEMPENHA NA ENTIDADE.....	239
4.6.2.4. N.º DE COLABORADORES(AS) REMUNERADOS(AS), INDEPENDENTE DO VÍNCULO LABORAL.....	241
4.6.2.5. N.º DE VOLUNTÁRIOS(AS).....	244
4.6.2.6. ÂMBITO TERRITORIAL DE ATUAÇÃO	246
4.6.2.6.1. FREGUESIA.....	247
4.6.2.6.2. CONCELHO	248
4.6.2.6.3. DISTRITO.....	250
4.6.2.6.4. NACIONAL.....	252
4.6.2.6.5. INTERNACIONAL	253
4.6.2.6.6. RESUMO	255
4.7. SINTESE DOS RESULTADOS	256
5. CONCLUSÕES.....	258
5.1. LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS e FUTURAS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO	267
5.2. RECOMENDAÇÕES PARA A AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	268
BIBLIOGRAFIA.....	271
APENDICES	
ANEXOS	

Folha em branco

Lista de Figuras

Figura 1 - Implantação da Rede Animar 2019.....	72
Figura 2 - Distribuição do número de entidades de desenvolvimento local e afins, por atividade principal.....	75
Figura 3 - Distribuição do número de entidades de desenvolvimento local por estatuto jurídico principal	76
Figura 4 - Distribuição do n.º de entidades de desenvolvimento local e afins por tipo de estatutos jurídicos especiais	77
Figura 5 - Eixos Estratégicos para a Animar	83
Figura 6 - Mapa Municípios de Baixa Densidade	91
Figura 7 - Síntese Metodológica da Pesquisa	100
Figura 8 - Informadores privilegiados por género e resposta.....	104
Figura 9 - Perfil dos informadores privilegiados.....	105
Figura 10 - Grelha de análise temática - conceito de desenvolvimento local.....	107
Figura 11 - Grelha de análise temática – Influências na promoção do desenvolvimento local.....	107
Figura 12 - Grelha de análise temática: dimensões, componentes e indicadores de avaliação	109
Figura 13 - Grelha de análise temática - Opinião face à matriz de avaliação do desenvolvimento local	109
Figura 14 - Grelha de análise temática - Território de referência	110
Figura 15 - Município Odemira	112
Figura 16 - Município de Castelo Branco	112
Figura 17 - Município de Montalegre	113
Figura 18 - Municípios alvo de avaliação do desenvolvimento local (Montalegre, Castelo Branco e Odemira.....	115
Figura 19 - Universo/ Amostra: Inquérito por Questionário	116
Figura 20 - Questionário - Secção A: Caracterização	118
Figura 21 - Questionário Secção B: Dimensões de Análise	120
Figura 22 - Questionário Secção C: Observações e Contactos	121
Figura 23 - Indicadores “Fatores de Influência do Desenvolvimento Local”	139
Figura 24 - Indicadores de Análise: Proposta de matriz de avaliação”	148
Figura 25 - Dimensão e Componentes “1ª Proposta de Matriz de Avaliação”	149
Figura 26 - Novos indicadores propostos.....	158
Figura 27 - Quadro de Análise : Definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”	166

Folha em branco

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Questionário Secção A: Conceito de desenvolvimento local	124
Tabela 2 - N.º de Unidades de Registo do Indicador “Tipo de processo”	126
Tabela 3 - Unidades de Contexto do Indicador “Da comunidade”	127
Tabela 4 - N.º de Unidades de Registo do Indicador “Da Comunidade”	128
Tabela 5 - Unidades de Contexto do Indicador “Dos recursos”	129
Tabela 6 - N.º de Unidades de Registo do Indicador “Recursos”	129
Tabela 7 - N.º de Unidades de Contexto do Indicador “Movimento Associativo”	130
Tabela 8 - N.º de Unidades de Registo do Indicador “Do movimento associativo”	131
Tabela 9 - Unidades de Contexto do Indicador “Dinâmicas de base horizontal”	132
Tabela 10 - Unidades de Contexto do Indicador “Emancipatórias”	133
Tabela 11 - Unidades de Contexto do Indicador “Contributo para o desenvolvimento integral”	133
Tabela 12 - Unidades de Registo do Indicador “Contributo para o desenvolvimento integral”	135
Tabela 13 - Outras Unidades de Contexto Relevantes.....	135
Tabela 14 - Unidades de Contexto do Indicador “Estruturais” face aos “Fatores de Influência do Desenvolvimento Local”	140
Tabela 15 - Unidades de Contexto do Indicador “Dinâmicas Subjetivas” face aos “Fatores de Influência do Desenvolvimento Local”	142
Tabela 16 - Unidades de Contexto do Indicador “Estruturais e Dinâmicas Subjetivas” face aos “Fatores de Influência do Desenvolvimento Local”	144
Tabela 17 - Unidades de Contexto do indicador “concordo” face à “proposta de matriz de avaliação”	150
Tabela 18 - Unidades de Contexto do indicador “concordo em parte” face à “proposta de matriz de avaliação”	151
Tabela 19 - Unidades de Contexto do indicador “sem posição clara” face à “proposta de matriz de avaliação”	152
Tabela 20 - Unidades de Registo do indicador “concordo e concordo parcialmente” face à “proposta de matriz de avaliação” registadas em três e duas respostas.....	153
Tabela 21 - Unidades de Registo do indicador “concordo e concordo parcialmente” face à “proposta de matriz de avaliação” apresentadas registadas numa resposta.....	154
Tabela 22 - Unidades de Registo por indicador face à avaliação do desenvolvimento local.....	159
Tabela 23 - Unidades de Contexto do indicador “recomendações” face à opinião “avaliar o desenvolvimento local”	159
Tabela 24 - Unidades de Contexto do indicador “opinião” face à opinião “avaliar o desenvolvimento local”	161
Tabela 25 - Unidades de Contexto do indicador “reflexões” face à opinião “avaliar o desenvolvimento local”	163

Tabela 26 - Unidades de Contexto do indicador “preocupações” face à opinião “avaliar o desenvolvimento local”	164
Tabela 27 - Unidades de Contexto do indicador “Concordância” face à Definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”	167
Tabela 28 - Unidades de Contexto do indicador “outras propostas” face à definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”	168
Tabela 29 - Novas Dimensões e Indicadores da Matriz de Avaliação do Desenvolvimento Local	173
Tabela 30 - Percentagem de Respostas por Freguesia	181
Tabela 31 - de frequências: Natureza Jurídica das Entidades de acordo com Lei de Bases da Economia Social	182
Tabela 32 - de Frequências: Classificação da atividade económica	184
Tabela 33 - Frequências: Função que desempenha na entidade.....	185
Tabela 34 - Frequências: N.º de Colaboradores(as) remunerados(as), independente do vínculo laboral.	186
Tabela 35 - Frequências: N.º de voluntários(as).....	187
Tabela 36 - Frequências: Âmbito territorial de atuação	187
Tabela 37 - Frequências: Resumo da Parte A - Caracterização da Instituição.....	188
Tabela 38 - Frequências: Avaliação do desenvolvimento local : Dimensão de análise ambiental.....	191
Tabela 39 - Frequências: Avaliação do desenvolvimento local: dimensão de análise cultural.....	194
Tabela 40 - Frequências: Avaliação do desenvolvimento local: dimensão de análise governança e cidadania	196
Tabela 41 - Frequências: Avaliação do desenvolvimento local: dimensão de análise económica.....	199
Tabela 42 - Frequências: Avaliação do desenvolvimento local: dimensão de análise social.....	202
Tabela 43 - Frequências: avaliação do desenvolvimento local : dimensão de análise territorial	204
Tabela 44 - Frequências: Avaliação do desenvolvimento local: dimensão de análise transformadora.....	207
Tabela 45 - Estatísticas: Qual a dimensão que considera mais relevante para o desenvolvimento local do seu município	209
Tabela 46 - Avaliação do Desenvolvimento Local: Estatísticas de consistência interna	212
Tabela 47 - Estatísticas: Dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local	213
Tabela 48 - Frequências: N.º de Colaboradores(as) remunerados(as), independente do vínculo laboral.	241
Tabela 49 - Frequências: N.º de voluntários(as).....	244

Folha em branco

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Fatores de Influência do Desenvolvimento Local.....	140
Gráfico 2 - Posicionamento dos informadores face à matriz de avaliação.....	149
Gráfico 3 - Território de referência para a avaliação do desenvolvimento local.....	167
Gráfico 4 - Respostas por Concelho	180
Gráfico 5 - Médias: Dimensão de Análise Ambiental.....	193
Gráfico 6 - Médias: Dimensão De Análise Cultural.....	195
Gráfico 7 - Médias: Dimensão De Análise Governança E Cidadania	198
Gráfico 8 - Médias: Dimensão De Análise Económica.....	201
Gráfico 9 - Médias: Dimensão De Análise Social	203
Gráfico 10 - Médias: Dimensão De Análise Territorial	206
Gráfico 11 - Médias: Dimensão De Análise Transformadora	208
Gráfico 12 - Médias: Qual A Dimensão Que Considera Mais Relevante Para O Desenvolvimento Local Do Seu Município	210
Gráfico 13 - Médias: Dimensões Da Escala De Avaliação Do Desenvolvimento Local.	214
Gráfico 14 - Médias: relações entre as dimensões da escala de avaliação do desenvolvimento local e a questão 2. Tipologia da entidade	215
Gráfico 15 - Médias: Relações entre as Dimensões aa escala de avaliação do desenvolvimento local e o Concelho.....	218
Gráfico 16 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: A. Cultura, comunicação e atividades de recreio	220
Gráfico 17 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: B. Educação.....	222
Gráfico 18 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: B. Saúde	224
Gráfico 19 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: B. Saúde	225
Gráfico 20 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: E. Atividades de proteção ambiental e de bem-estar animal	227
Gráfico 21 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: F. Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	229
Gráfico 22 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: H. Filantropia e promoção do voluntariado	231
Gráfico 23 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: J. Organizações empresariais, profissionais e sindicatos.....	233

Gráfico 24 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: K. Serviços profissionais, científicos e administrativos	235
Gráfico 25 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: L. Outras atividades	237
Gráfico 26 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a questão 4. Função que desempenha na entidade.....	239
Gráfico 27 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Questão 5. N.º de Colaboradores(as) remunerados(as), independente do vínculo laboral.	242
Gráfico 28 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Questão 6. N.º de voluntários(as).	245
Gráfico 29 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e o Âmbito territorial de atuação: Freguesia	247
Gráfico 30 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e o Âmbito territorial de atuação: Concelho	249
Gráfico 31 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e o Âmbito territorial de atuação: Distrito	250
Gráfico 32 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e o Âmbito territorial de atuação: Nacional	252
Gráfico 33 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e o Âmbito territorial de atuação: Internacional	254

Folha em branco

Lista de Acrónimos

APM	Associação Portuguesa de Mutualidades
CASES	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
CIM	Comunidades Intermunicipais
CNIS	Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
CNES	Conselho Nacional para a Economia Social
CONFAGRI	Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal
COP 21	Conferência das Partes
CPES	Confederação Portuguesa da Economia Social
CPF	Centro Português de Fundações
CPCCRD	Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto
CONFECOOP	Confederação Cooperativa Portuguesa
CQNUAC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas
DL	Desenvolvimento Local
DR	Desenvolvimento Rural
EUA	Estados Unidos da América
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAL	Grupos de Ação Local
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
ILE	iniciativas Locais de Emprego
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
LEADER	Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
MSSS	Ministério da Solidariedade e Segurança Social
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais
OCEE	Organização para a Cooperação Económica Europeia
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.
PAC	Política Agrícola Comum
PAL	Planos de Ação Local
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNCT	Programa Nacional para a Coesão Territorial
PIB	Produto Interno Bruto
PRRN	Rede Rural Nacional
RSES	Rede de Serviços e Equipamentos Sociais
UMP	União das Mutualidades Portuguesas
UMP	União das Misericórdias Portuguesas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Folha em branco

Introdução

No mundo em constante transformação e mudança, um mundo em que tudo procura ser mensurável, desde a ação económica e social até aos impactos ambientais, as medidas políticas internacionais, comunitárias e nacionais, todas exigem um rigor e uma avaliação constante, transparente e fatural. Assim, se é necessário avaliar e medir, analisar os resultados das políticas e os seus impactos, e se o desenvolvimento local se estabelece como objetivo em tantas medidas de política comunitária e nacional, facilmente se questiona o “porquê” de o desenvolvimento local estar ausente dos espaços de avaliação. Deste modo, corre o risco de se tornar num fenómeno diluído no discurso e na política, sem espaço de afirmação.

É aqui que o papel do sociólogo enquanto investigador nesta pesquisa se assume como preponderante, ao investigar, ao analisar as várias perspetivas e ao compreender a complexidade pela qual o desenvolvimento local continua a ser parte das preocupações das estratégias políticas, e pela qual, as pessoas e a sua ação coletiva sentem o pulsar “deste desenvolvimento”, questionando as lógicas capitalistas, de crescimento e acumulação de riqueza. Se por um lado, o campo de confronto teórico na sociologia entre liberalismo e marxismo é profícuo, a noção de desenvolvimento é também ela observada e naturalmente entendida a partir de diferentes perspetivas sociológicas.

Esta inquietude de combinar o atuar com o percurso da pesquisa foi um difícil exercício, pelo facto de o investigador ter formação base e ser especialista em serviço social e experiência significativa no campo da intervenção social. Já Berger (1986) afirmava que o serviço social, quaisquer que sejam as suas bases teóricas, constitui uma certa ação na sociedade, e que, por outro lado, a sociologia não é uma ação, mas antes a tentativa de compreensão, que, no entanto, seria útil para quem age. O investigador, ao ser também dirigente associativo com forte envolvimento no campo da economia social e do desenvolvimento local, na sua função de investigador social, pode transparecer a ideia de que ocorre em ambivalências, com naturais implicações metodológicas. Esta fragilidade sentida pelo investigador durante o trajeto da pesquisa foi sendo atenuada pelo processo de orientação e condução empírica e exploratória, na procura do resultado expectável, de elaboração de uma ferramenta, com possível utilidade no campo da avaliação diagnóstica, ou seja, “um mecanismo de avaliação do desenvolvimento local”, enquanto potencial instrumento de auscultação e de apoio ao

diagnóstico e planeamento da ação política de nível local. Embora a relação “pessoal” entre o investigador e o seu objeto de estudo seja muito próxima, conforme anteriormente referido, procurou-se manter uma postura de distanciamento face ao objeto e assumir a pesquisa estruturalmente no campo da sociologia, procurando compreender os fenómenos sociais no quadro de referência desta ciência social, investigando e procurando a transformação da consciência, ao ver de outra perspetiva aquilo que à partida é familiar ao investigador pelo seu percurso pessoal (Berger, 1986).

O problema com que se deparou o investigador, e já identificado anteriormente, consistiu na ausência de debate e de propostas que permitam analisar e avaliar o “desenvolvimento local”, sendo este referenciado no campo das políticas comunitárias e nacionais. Esta necessidade exigiu um aprofundamento teórico e sociológico no campo do desenvolvimento, bem como na elaboração de uma proposta de matriz de avaliação para exploração, experimentação e análise, com base nos pressupostos da pesquisa.

Partindo da premissa de que “é através da investigação que se reflete e problematizam os problemas nascidos na prática, que se suscita o debate e se edificam as ideias inovadoras” (Coutinho, 2011, p. 7), construiu-se para a presente tese de doutoramento um desenho metodológico enquadrado pela necessidade de dar resposta à pergunta de partida: “Será o exercício de avaliação do desenvolvimento local, segundo a perspetiva que a Associação Animar tem vindo a consolidar, passível de concretizar através da auscultação das entidades da economia social?”. Se as entidades de economia social têm um conjunto de princípios consagrados no art.º n.º5 alínea f) da Lei de Bases da Economia Social de 2013 de 8 de maio (ver anexo 1), que enquadram a sua linha de ação, e na qual contribuem para o desenvolvimento local dos territórios, a resposta a esta pergunta permite analisar se a perceção das entidades de economia social pode avaliar o desenvolvimento local com base na matriz que se apresenta enquanto proposta.

O primeiro pressuposto tem como ponto de análise entender o desenvolvimento local enquanto proposta crítica e alternativa ao modelo de desenvolvimento de base capitalista e neoliberal, a partir da sua utilidade política, inscrita em vários documentos de relevância nacional e comunitária. O segundo pressuposto entende o desenvolvimento local e as entidades da sociedade civil que o concretizam no quadro da economia social em Portugal, por estas se encontrarem abrangidas pelo art.º n.º4 alínea f) da Lei de Bases da Economia Social, anteriormente referenciada, e lhes serem,

assim, atribuídas um conjunto de princípios que as enquadra na missão de contribuírem para o interesse geral, através “da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes”. Neste sentido, sendo as entidades de economia social apresentam um conjunto de características distintivas das entidades de mercado. O terceiro pressuposto sugere que, sendo a Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local a entidade representativa do desenvolvimento local no seio da economia social em Portugal, faria todo o sentido que as entidades de economia social enquadradas por esta associação se tornassem com naturalidade o objeto enquadrador da pesquisa. A Animar é uma organização com 27 anos, constituída em 1993, por um grupo de agentes, que representavam entidades, grupos formais e movimentos de preocupação e interesses comuns. Ao habitarem e intervirem em territórios geograficamente marginalizados à época, propondo na altura a constituição de uma organização coletiva, para encontrarem respostas aos problemas, muitos deles comuns, partilhavam propostas de ação e experiências que estavam a acontecer com base em diferentes iniciativas, com maior incidência no desenvolvimento rural. Estas iniciativas organizavam-se com um forte enraizamento ao local, à sua identidade, ao seu mundo simbólico, desenvolvendo iniciativas e reivindicando parcerias com as autarquias locais, organizando-as com base na participação e envolvimento da comunidade. Originaram, assim, um significativo número de entidades de base associativa, que atualmente se enquadram na economia social em Portugal. Assumindo na ação coletiva os princípios de funcionamento da economia social face ao mercado, a Animar, através das entidades suas associadas e territórios onde atuam, assume uma visão alternativa, que se concretiza através do desenvolvimento local realizado pelos seus protagonistas, com propostas próprias, que resultam de uma visão integrada, multidimensional e multifacetada do desenvolvimento.

Estes pressupostos balizam a pertinência da presente pesquisa no sentido de afirmar o desenvolvimento local num novo campo de ação e investigação, que até aqui se encontrava muito limitado ou insuficiente na investigação, “a avaliação do desenvolvimento local”.

Tendo em conta a pergunta de partida para a presente investigação, assim como as várias inquietações face à estratégia metodológica a seguir, o investigador optou pela definição de um conjunto de objetivos que permitissem o desenvolvimento do estudo por etapas. O primeiro objetivo geral consiste no aprofundamento do quadro teórico do

desenvolvimento local e na tradução dos conceitos adquiridos num conjunto de dimensões e indicadores mensuráveis. A partir do primeiro objetivo geral definido, sobressaíram dois objetivos específicos, sendo que o primeiro responde à concetualização do desenvolvimento local de acordo com a perspectiva da Animar, de modo a elaborar uma proposta de matriz de avaliação. O segundo objetivo específico, decorrente do primeiro objetivo geral, passou pela inquirição e auscultação de agentes, enquanto informadores privilegiados da Associação Animar, acerca da proposta de matriz de avaliação do desenvolvimento local e da sua aplicação experimental.

O segundo objetivo geral, por sua vez, visava testar a proposta de matriz de avaliação do desenvolvimento local junto das entidades de economia social. Tal como sucedido com o primeiro objetivo geral, no segundo também se procedeu à divisão em dois objetivos específicos, correspondendo o primeiro deles à necessidade de testar um conjunto de indicadores e metodologia que permitisse avaliar o desenvolvimento local em três territórios. O segundo dos objetivos específicos, agregado a este conjunto de indagações e afirmações a priori da investigação, atendeu à necessidade de verificar as seguintes hipóteses de pesquisa; (H1) “A avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada pelo tipo de natureza jurídica de entidade de economia social”, pressupondo que o perfil da entidade (tipo) de acordo com a Lei de Bases de Economia Social pode, ou não, influenciar dimensões de avaliação do desenvolvimento local. Por outras palavras, se o facto de serem associação, misericórdia, cooperativa ou de outra natureza pode ser fator de influência na avaliação do desenvolvimento local. Na segunda hipótese de trabalho (H2); “a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social”, designadamente as características “CAE – Classificação de Atividade Económica”, “N.º de Colaboradores”, “N.º de Voluntários” e “Âmbito Territorial de Atuação”, pressupondo que determinadas características orgânicas das entidades de economia social possam, ou não, serem fatores de influência na avaliação do desenvolvimento local.

Enquanto último objetivo, decorrente da análise dos resultados, pretendeu-se recomendar uma matriz e metodologia de avaliação de acordo com a análise e interpretação dos resultados. Deste objetivo geral apurou-se o último objetivo específico de apresentar uma proposta de matriz de avaliação do desenvolvimento local final com base nas conclusões da pesquisa.

O trabalho estrutura-se por capítulos e subcapítulos. O primeiro capítulo evidencia o estado da arte na sociologia sobre o desenvolvimento, considerando as perspectivas sociológicas de Marx e Weber e as inevitáveis influências que estas correntes de pensamento tiveram no debate ideológico. Neste capítulo abordam-se, ainda, as três categorias de interpretação sociológica propostas por Beltrão (1965) e a relação entre desenvolvimento e comunidade (Nunes, 1968) passando-se, de igual modo, pelas correntes contemporâneas de Sen (2000) e Rodrik (1999a, 1999b, 2002), bem como pela visão mais arrojada e alternativa de Latouche (2009), que defende o decrescimento enquanto modelo de desenvolvimento necessário para a sustentabilidade. Este mesmo campo sociológico é explorado também em subcapítulos do capítulo, nas suas vertentes conceituais de desenvolvimento comunitário e de desenvolvimento sustentável, sendo, este último, na sua relação com o conceito de “casa comum”.

No segundo capítulo aprofunda-se o objeto de estudo, fundamentando-se os conceitos de Desenvolvimento Local, de Economia Social e Solidária e apresentando-se a perspectiva de Desenvolvimento Local da Animar com base na interpretação de documentos recentes.

O capítulo seguinte, o terceiro, apresenta o enquadramento epistemológico da pesquisa, o quadro de análise teórico, as etapas metodológicas, as técnicas utilizadas para recolha de dados na fase exploratória e na fase de aplicação do inquérito, detalhando-se ao pormenor a conceção dos instrumentos e objetivos das perguntas.

No quarto capítulo é apresentada a análise e interpretação de dados das entrevistas e dos inquéritos por questionário e a descrição da metodologia utilizada para o tratamento de dados.

No quinto capítulo são apresentadas as conclusões e os resultados obtidos para além de se considerarem as limitações do percurso metodológico. É também neste capítulo que se expõe a proposta de recomendação da matriz de avaliação do desenvolvimento local com base nos resultados do estudo. Por último, é apresentada a bibliografia organizada, e os respetivos anexos e apêndices onde se incluem os instrumentos utilizados na recolha de dados.

CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. DESENVOLVIMENTO, UM CAMPO TEÓRICO NA SOCIOLOGIA

Considerado por vários autores como tema de estudo privilegiado das ciências económicas (Sen, 2000; Leme, 2015; Pochmann, 2016; Swedberg, 2003), devido às suas raízes históricas e da inevitável ligação ao capitalismo, à industrialização e ao campo de análise das políticas macroeconómicas, o desenvolvimento e o debate, em torno da sua concetualização e estratégias, também tem ganho um espaço de destaque no âmbito da sociologia. Assim, neste contexto têm-se registado ao longo dos anos contribuições científicas, tendo estas sido mais expressivas entre os anos 50 e 70 do século passado (Leme, 2015).

Enquanto conceito, e no âmbito das abordagens teóricas de que tem sido alvo, o desenvolvimento está relacionado com o significativo conjunto de mudanças que pautaram a evolução das sociedades, sobretudo na perspetiva ocidental, ao longo do século XX e, por esta via, estará associado ao capitalismo e à industrialização (Pochmann, 2016). É neste sentido que, de um ponto de vista de contextualização histórica, o aparecimento do conceito e o seu estudo, explicação e propagação, estejam associados à publicação do artigo de Paul Rosenstein-Rodan, em 1943, intitulado *Problems of industrialization of Eastern and South-Eastern Europe*, que se centra na análise dos desequilíbrios dos processos de crescimento dos países em desenvolvimento, bem como nos meios de suporte ao desenvolvimento económico desses países (Rosenstein-Rodan, 1943).

Tendo este artigo introduzido uma nova e inovadora interpretação do desenvolvimento, outros, que se lhe seguiram, vieram dar conta da importância das abordagens sociológicas à temática. Por seu turno, tal como subscreveu Martinussen (1997), o desenvolvimento ocorre num espaço teórico e analítico que não pode ser desfasado do palco social nem, tão pouco, descontextualizado, da história das sociedades em que ocorre, dos Estados que o regulam (ou não) e dos mercados que o impulsionam ou atrasam. O mesmo autor sublinhou ainda que o desenvolvimento está, muitas vezes, associado a condições de consenso ou de conflitos, que derivam e afetam as sociedades

e que, neste sentido, é conteúdo sociológico e não pode ser observado, explicado e analisado sem que estas vertentes lhe estejam associadas.

Já no início do nosso século, Swedberg (2003) haveria de vir reforçar estas linhas teóricas ao subscrever, na obra *Principles of Economic Sociology*, a ideia de que o campo das investigações em torno do desenvolvimento deve estar, necessariamente, voltado para o capitalismo, devendo ser observado no âmbito dos problemas que dele decorrem e que afetam as sociedades. Através da sua investigação, este teórico do desenvolvimento contribuiu para a criação de um *status* analítico da sociologia para com o desenvolvimento, apresentando uma pesquisa centrada na análise das organizações e do mercado, das leis, das políticas e das culturas, ou seja, de todas as dimensões analítico-conceituais associadas à construção do conceito.

Na mesma senda de entendimento estava Sen (2000), que também concetualizou o conceito de desenvolvimento agregado a elementos como a liberdade e a questões em torno das liberdades do “homem”, relacionando-as com análises de mercado, aos Estados, às culturas e até mesmo a várias instituições sociais envolvidas em processos de crescimento económico e de desenvolvimento das regiões. Nesta perspetiva, o autor haveria de apresentar o desenvolvimento como um processo “de expansão das liberdades substantivas das pessoas” (Sen, 2000, p. 3).

As interpretações alternativas do desenvolvimento pareciam contrariar as visões mais economicistas e progressistas do conceito que o apresentavam, tal como defendeu Ander-Egg (1982), como “o movimento e a mudança da civilização e das instituições sociais, políticas e económicas numa direção reconhecida como melhor” (p. 32). De facto, e sob o ponto de vista da economia, o desenvolvimento parece estar associado ao significado de crescimento sendo, nesta perspetiva, e segundo a opinião de Sampedro e Berzosa (1996), “produto da moderna civilização técnica impulsionada nos países ocidentais, que se caracteriza por sobrevalorizar a opulência material, entre outras particulares” (p.33). De acordo com estes autores, o desenvolvimento e o crescimento económico que o mesmo implica tem a capacidade de garantir um aumento exponencial de bens, enquanto providencia, constantemente, novas formas de escalar etapas, de onde resultam benefícios económicos e financeiros que tendem a aumentar com o tempo. Mas, e ainda de acordo com a perspetiva de Sampedro e Berzosa (1996), estas vantagens que o desenvolvimento coloca à economia também lhe eram reconhecidas no foro social, pelo menos até meados do século passado. Segundo estes

autores, por volta da década de cinquenta do século XX, foram sendo agregados novos elementos à identidade do desenvolvimento tendo, desde então, passado a idealizar-se uma concepção cristalizadora de atitudes, valores individuais e coletivos que haveriam de se singularizar no antropocentrismo. Nesta perspectiva, a Natureza tinha uma fonte de recursos inesgotáveis e, simultaneamente, dava azo ao crescimento de sentimentos etnocêntricos que davam primazia à “estrutura hierárquica da sociedade, ao individualismo, à procura da estabilidade económica e ao horizonte existencial de “ter mais para ser mais” (Sampedro e Berzosa, 1996, p. 37). Tratava-se de um modelo social, em rápida ascensão, sustentado na premissa básica do paradigma convencional do desenvolvimento, considerando-o “hierárquico, em que alguns são ‘superiores’ e, portanto, estão qualificados para guiar, controlar e determinar o desenvolvimento dos outros” (Rahman, 1991, p. 39). Neste contexto de que o desenvolvimento, pelo menos no âmbito da sua história concetual, não se pode desvincular, este era, na sua essência social, uma “categorização que diz respeito ao status das pessoas e ao modo de articular a organização da sociedade” (Rahman, 1991, p. 39).

Por via do antropocentrismo a que Sampedro e Berzosa (1996) se referem, as “pessoas” passaram a considerar os demais seres vivos e os outros componentes abióticos do meio ambiente, como matérias-primas disponíveis para usar e abusar em prol das vantagens etnocêntricas do desenvolvimento. No entanto, não se escusam, com base neste ideário, a manipular com total liberdade os recursos (assim propositadamente enunciados) da Natureza. Assim, e numa quase escalada de imitações, entre os países periféricos ao ocidente, onde o desenvolvimento pujava, os valores, modos de vida tradicionais, conhecimentos e sabedorias ancestrais de vivência e convivência com a natureza foram sendo suprimidos, dando espaço a uma propagação acelerada do etnocentrismo global.

Impulsionados pelas ideias de Rosenstein-Rodan (1943), as primeiras análises efetuadas ao conceito de desenvolvimento, segundo a perspectiva sociológica, tiveram um grande impulso durante a década de 50 do século XX. Nesta primeira fase, as referidas análises tiveram como enfoque principal os problemas que então começavam a aparecer e estavam diretamente relacionados com o *boom* da industrialização, nomeadamente a rutura e os estrangulamentos que afetavam várias economias e, conseqüentemente, as sociedades. Nos anos 70, ainda que centrado na industrialização e nos problemas decorrentes, o debate acerca do desenvolvimento à luz da sociologia passou a dar enfoque a questões relacionadas com a exportação e alguns anos mais

tarde outro problema foi analisado, nomeadamente, o endividamento externo e a necessidade de realização de ajustes com vista ao crescimento económico.

Ao longo destas últimas décadas do século, marcado por profundas alterações sociais, a visão da sociologia para com o desenvolvimento destacou a luta contra o ideário de exclusividade do debate, por parte das ciências económicas e a ideia de que o conceito de desenvolvimento era sinónimo de crescimento económico foi sendo suprimida. Por esta altura, vários autores (Harrison, 1985; Porter 1990; Huntington, 1996) defendiam a necessidade de se vincular o desenvolvimento a estratégias culturais que considerassem, por exemplo, as crenças e os costumes, os valores e as atitudes individuais de cada sociedade. Na verdade, a ideia subscrita da interdependência entre cultura e economia, não se apresentou como efetivamente inovadora, na medida em que se tratava do resgate dos ideais Weberianos ¹ acerca da influência do *ethos* moral nas escolhas e condutas económicas dos indivíduos. A diferença entre os pensamentos de Weber (1864 – 1920) e os que, mais tarde, Harrison (1985), Porter (1990) e Huntington (1996) vieram apresentar é, sobretudo, a fundamentação metodológica destes últimos trabalhos que, suportados em investigações de cariz quantitativo e qualitativo, justificaram, através da observação da trajetória política de alguns países e regiões do mundo, o seu desenvolvimento ou estagnação económica.

Na mesma senda de pensamento, Rodrik (1999a, 1999b, 2002) concetualizou o desenvolvimento em função da relação existente entre a economia e as instituições públicas, sublinhando a ideia de que a maior das variáveis estratégicas para o desenvolvimento é a construção de alianças e consensos a nível nacional, que sejam capazes de suportar as escolhas e estratégias promovidas pelos mercados internacionais. Segundo este autor, a mais valia para o desenvolvimento reside nas instituições e nas estratégias internas, face à força dos mercados além-fronteiras. Com vista a fundamentar a sua teoria, Rodrik (2002) chegou mesmo a explicar que o desenvolvimento positivo de cada país era dependente das instituições e atores internos e que a importação de modelos de desenvolvimento bem-sucedidos noutros países não

¹ Assim designados os preceitos base do trabalho de Max Weber (1864 – 1920), considerado um dos fundadores da Sociologia, e a quem se ficou a dever um significativo estudo acerca do capitalismo e do denominado processo de racionalização e desencantamento do mundo.

seria, necessariamente, uma boa solução, pois os atores, valores e cultura seriam distintos de nação para nação.

Após efetuar o percurso à história da relação entre a economia brasileira e as políticas económicas que foram marcando este país ao longo das últimas décadas do século passado, Leme (2015) viria também sublinhar a teoria de que os processos económicos e a dimensão política dos Estados e das sociedades civis são indissociáveis e estão interrelacionados, sendo que um não acontece sem a outra, na medida em que deles resulta o desenvolvimento.

De um modo bastante percuciente, Nunes (1968) apresenta o desenvolvimento como “o resultado de um esforço coletivo” (p. 160) e apresenta a sociedade como a trave mestra dessa construção. Por via desta abordagem ao desenvolvimento, em que mais uma vez ele se firma como inseparável do meio social onde ocorre, sobressai, segundo o autor em análise, a capacidade ou aptidão (Nunes, 1968), conforme o vocábulo escolhido originalmente, da própria sociedade para a construção do desenvolvimento. E é neste ponto, da aptidão, que o autor associa em definitivo, e sem deixar margem para quaisquer dúvidas, o desenvolvimento à sociologia, explicando que “nem todas as sociedades se têm revelado igualmente aptas para se desenvolver. Enquanto povos materialmente dotados souberam superar o desfavor da sua condição original, outros que dispunham, em termos favoráveis, de largos recursos físicos e humanos mostraram-se incapazes de proficuamente os aproveitar” (p. 160).

Intrinsecamente relacionado com a cultura e os valores sociais das sociedades e deles decorrente, o desenvolvimento comporta ainda a característica de influenciar e modificar os seus atores, uma vez que, à medida que se processa, gera novas conjunturas a que a sociedade que o criou terá que se adaptar. Neste sentido, e de acordo com Nunes (1968), é um processo que se reveste de simultaneidade e cujas etapas de ocorrência são sucessivas. Assim, e em função deste contexto, o desenvolvimento é promotor de “novas motivações e aspirações, novos projetos, novos tipos de comportamento” (Nunes, 1968, p. 161). Por meio do desenvolvimento afeta-se toda a estrutura básica da comunidade, alterando-se o seu equilíbrio de poderes e interesses prévios, e reclamando da sociedade promotora da mudança, que resulta do desenvolvimento, a construção de novos modelos de adaptação, e de novos esquemas ou princípios organizacionais da comunidade.

De forma epitomada, o construto teórico do desenvolvimento, para Nunes (1968), não nega a estrutura económica subjacente ao conceito e que lhe serve de pilar, mas também o apresenta como resultado de uma construção que envolve vários agentes sociais, numa conjugação de esforços individuais e coletivos, abarcando todas as células orgânicas das comunidades. Desta forma, abordam, desde o cidadão, na sua singularidade, até ao Estado e considerando também todos os grupos que dão representatividade aquele conjunto social. É na feição como estes agentes promotores do desenvolvimento se organizam, e nas suas características, que se vislumbra, ou pode vir a vislumbrar, o desenvolvimento, tal como consolidou o autor referenciado: “as possibilidades, os estímulos, a intensidade e a eficácia desse esforço dependem da composição e situação dos grupos na sociedade, da repartição por esses grupos do domínio sobre os recursos de que a sociedade dispõe, das suas capacidades e projetos, da natureza à organização social que os enquadra, dos padrões culturais que modelam os seus comportamentos” (Nunes, 1968, p. 167).

A afirmação no âmbito da política internacional, após a Segunda Grande Guerra, e com a ascensão da Guerra Fria, caracterizada pela tentativa de imposição por parte dos EUA e da URSS, de uma agenda de transformação de todos os países dirigida para o capitalismo ou para o socialismo. Assim, respetivamente, o desenvolvimento que primeiramente se impôs foi o que tinha por base concetual a ideia de que o seu acontecimento estava dependente da incitação do crescimento da economia. Nesta perspetiva, este desenvolvimento, também designado de desenvolvimento *mainstream*, ocorreu por via da industrialização, exigindo, em primeiro lugar a acumulação de capital e dando origem a contextos de excesso de oferta de mão-de-obra (Meier, 2005).

Os cenários decorrentes destes primeiros tempos do desenvolvimento forçaram a uma intervenção dos Estados que, contudo, depressa, se viram alvo de críticas e abriram espaço ao ressurgimento da economia neoclássica que teve maior impacto durante a transição do sistema de produção fordista para o pós-fordista e marcou, sobretudo os choques petrolíferos de 1973, 1979 e 1980 (Meier, 2005). Neste segundo momento do desenvolvimento, comandado pela “mão invisível” do mercado (Williamson, 1994) a industrialização passou a ser orientada para as exportações que se tornaram paradigma dominante das abordagens ao desenvolvimento e perduraram até aos dias de hoje.

De acordo com Williamson (1994), uma das mais evidentes máculas deste período do desenvolvimento foi a promoção da desregulação financeira e económica que abriu

portas à privatização de várias empresas públicas. Para além disso, em vários países foram implementadas reformas modelo que eram reguladas por mecanismos externos que garantiam financiamentos, mas impunham reestruturações, como o FMI – Fundo Monetário Internacional, e alguns programas de ajustamento do Banco Mundial. De acordo com Rodrik (2002), Klein (2007) e Harvey (2005) algumas destas intervenções constituíram verdadeiras terapias de choque aos países intervencionados, que, nos casos citados foram a Rússia, algumas ex-repúblicas soviéticas e alguns países da América do Sul, para além dos denominados “tigres asiáticos” (Harvey, 2005). Todos estes países vieram a sofrer processos de acumulação por despossessão que resultaram em situações graves de desemprego massivo, pobreza, perda de bens públicos, desigualdades sociais e toda uma vasta gama de problemas sociais e políticos decorrentes.

Após este período começa a surgir uma nova geração de políticas, o terceiro momento do desenvolvimento, na visão de Meier (2005), que se constitui a partir das preocupações que já se vinham registando anteriormente em relação às instituições que tinham impacto direto nas estruturas económicas. A este marco atribuiu-se a designação de Nova Economia Institucional, sendo que esta passou a incorporar elementos institucionais no paradigma dominante e considerou também a teoria da importância do capital social nos processos de desenvolvimento que Putnam (1993) defendia de modo arrojado.

De facto, e em concordância com as teorias do autor citado, as “comunidades cívicas” por ele descritas não só eram compostas por redes comerciais como também contavam com redes políticas e sociais, organizadas de forma horizontal e que assentavam em valores como a reciprocidade, a solidariedade e o favorecimento da resolução coletiva. Com vista a dar ênfase às suas idealizadas “comunidades cívicas” e a sublinhar a importância da inter-relação e cooperação das redes, Putnam (1993) contrasta-as com as sociedades não cívicas, apresentando-as como arena para a exibição de comportamentos de clandestinidade económica, clientelismo e subalternidade.

Estes novos passos conceituais em torno do desenvolvimento serviram para que fosse reconhecida a importância de todo o conjunto de elementos socioculturais na economia, que não deixa de estar sujeita às forças de mercado, mas passa a assumir com clareza a existência de um novo promotor retórico: a chamada sociedade civil. São, de resto, estas novas terminologias ideológicas que fundamentam o aparecimento de

instituições, hoje reconhecidas mundialmente, como o Banco Mundial (Hickey Mohan, 2004).

É também este o percurso do desenvolvimento que acaba por introduzir o conceito de “boa governança”, que se viria a afirmar no discurso desenvolvimentista atual e prevê a reestruturação da promoção das políticas de competitividade e a retração das despesas sociais (Amaro, 2004).

A sujeição e o cumprimento dos desígnios do Estado, enquanto zelador das liberdades firmadas em favor do mercado capitalista, são duas das preocupações fundamentais deste modelo de governança que, apesar de resultar de um processo de significativa evolução concetual do desenvolvimento, parece ter, tal como sustenta Amaro (2004), vários pontos em comum com as interpretações impostas a este conceito ao longo de todo o percurso que o pensamento desenvolvimentista teve desde a sua primeira geração ideológica e metodológica. De acordo com este autor, os pontos mais salientes na listagem de elementos de continuidade concetual do desenvolvimento são o economicismo, o produtivismo, o industrialismo, o consumismo, o antropocentrismo, o etnocentrismo, o uniformismo e o racionalismo, não tanto o que se fundamenta na crença na razão e no progresso, mas, antes, a racionalidade egoísta apontada pelos neoclássicos enquanto característica do *homo economicus* (Amaro, 2004).

Acompanhando os principais momentos conjunturais do desenvolvimento, e tal como já foi dado perceber, várias teorias marcaram as análises e as interpretações que foram sendo feitas ao longo das décadas a cada uma destas etapas mais salientes e transformadoras das sociedades. Beltrão (1965) classificou as teorias sociológicas propostas para o desenvolvimento em três categorias principais, sendo elas a interpretação socioeconómica, a interpretação sociocultural e a interpretação psicossociológica.

No primeiro conjunto interpretativo do desenvolvimento desenhado por este autor são apontados fatores não económicos como elementos relevantes para a criação do desenvolvimento e até mesmo da própria economia. O construto interpretativo socioeconómico apresenta pistas que visam a chamada de atenção dos sociólogos para a temática e até mesmo de outros investigadores sociais (Beltrão, 1965).

Já no que concerne à categoria da interpretação sociocultural, o destaque investigativo é colocado nos padrões estruturados e funcionalmente interligados do comportamento

social, sendo que através deles e, tal como sustenta Beltrão (1965), podem ser explicadas as “diferentes situações, bem como a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento” (p. 135). De acordo com as especificações deixadas pelo autor em análise, esta categoria interpretativa decorre da sociologia propriamente dita.

Por último, na categoria em que se enquadra a hermenêutica psicossociológica, as interpretações ao desenvolvimento tendem a isolar os tipos de “personalidade social” e a “necessidade de explicar a génese do processo de desenvolvimento”, sendo, por isso, o conjunto interpretativo mais próprio e decorrente das disciplinas psicossociais e da própria psicologia. A existência deste conjunto de teorias, sustenta que, do ponto de vista da psicologia, o desenvolvimento também é uma área de análise de relevo (Beltrão, 1965).

Tal como, a este ponto da incursão sobre o desenvolvimento e a sua concetualização, facilmente se depreende o conceito que se traz sob análise é multiparadigmático e sustentado em pilares de entendimento que não se podem analisar de forma dissociada. Mais ainda, importa, para o cabal entendimento do conceito, que se aprofunde o estudo da dimensão social do desenvolvimento, e se considere as designadas sociedades do bem-estar na medida em que existe uma estreita relação conceitual entre ambos os conceitos.

Da interpretação sociológica do desenvolvimento, tal como vimos, decorre a ideia fundamental, sustentada por inúmeros pensadores, donde se destacam Smith (1996), Marx (1974) e Ricardo (1982), de que o desejo de crescimento está associado ao conceito de desenvolvimento e que este também, subsequentemente, se relaciona com a evolução dos sistemas de produção, progresso e aperfeiçoamento tecnológico e acumulação de riqueza. Trata-se de uma visão do desenvolvimento estritamente ligada à economia mas que esbarra com um outro conceito, também social e económico, que é o do subdesenvolvimento e a decorrente pobreza.

John Keynes (1883-1946)² foi precursor da ideia de que o desenvolvimento pressupõe a revisão das teorias liberais, e a do movimento económico de cariz capitalista.

² John Maynard Keynes (1883-1946), economista britânico, foi opositor da economia neoclássica e fundou as bases de uma corrente de pensamento, hoje denominada de teoria *keynesiana*, cujas ideias económicas foram amplamente aceites pela comunidade ocidental no pós segunda grande guerra. Tratava-se de uma

Inspirados na teoria *keynesiana* vários autores (Hirschman, 1989; Escobar, 2005; Hobsbawm, 2007; Couto, 2011) deram ensejo a uma nova linha investigativa que colocava foco no subdesenvolvimento e apontavam para a existência de um desequilíbrio fundamental nos processos relacionais entre os vários países industrializados e aqueles que continuam a ter uma sustentação económica mais forte ao nível rural e agrícola. De acordo com estes autores, esta última categoria de países, apelidados de periféricos, subdesenvolvidos ou até mesmo de terceiro mundo, têm algumas dificuldades na realização de procedimentos de acumulação de capital por causa das suas taxas de produtividade se mostrarem bastante reduzidas face aos países industrializados. Da falta, ou baixa, produtividade registada nestes países ocorre o fenómeno da inelasticidade e, em consequência, o crescimento tarda em chegar na medida em que fica bloqueado (Escobar, 2005).

A reversão deste ciclo, quase vicioso (Couto, 2011), só pode ser alcançada se houver, por algum meio, investimento em tecnologia, injeções de capital e capacitação do potencial humano para o trabalho industrializado (Couto, 2011). Numa outra perspetiva, que também visa encontrar soluções para o problema do subdesenvolvimento, considerado neste enquadramento, como uma condição criada propositadamente para sustentar e favorecer o sistema de trocas comerciais. Devendo a solução passar pela promoção da dimensão social do desenvolvimento, sustentada na ideia de liberdade e bem-estar social, em detrimento das avaliações estritamente com base em indicadores quantitativos (Sen, 2000).

Hicks e Streeten (1988) e Islam e Henault (1988) apontam esta última solução como o caminho mais harmonizado defendendo que o desenvolvimento deve ser pensado, tanto na sua concetualização como na sua execução, para lá da esfera do crescimento da

teoria que sustentava a ideia de que os Estados deveriam ter um papel altamente intervencionista nas políticas económicas, usando de medidas fiscais e monetárias para ajudar a mitigar os efeitos adversos da economia, nomeadamente, as recessões, as depressões e as crises. Apesar das propostas teóricas deste economista terem sido afastadas da prática governativa da maioria dos países ocidentais após a década de 70 do século XX, alguns políticos, nomeadamente Barack Obama (Presidente do EUA entre 2009 e 2017), voltaram a adotar algumas medidas propostas por Keynes, durante os anos de recessão económica que grassou no mundo na segunda década deste novo século.

economia, centrando-se, isso sim, na intensificação de ações de valorização dos indivíduos e da criação de estratégias capazes de lhes garantir a segurança. Segundo estes pensadores o subdesenvolvimento só pode ser combatido por via da promoção dos Estados de bem-estar social, cabendo a estes organismos a assunção das responsabilidades inerentes à condição de bem-estar, e, neste contexto, garantindo a oferta de serviços essenciais, como a alimentação, a habitação, a educação, a saúde e a previdência.

De acordo com a linha de pensamento defendida por estes autores (Hicks e Streeten, 1988; Islam e Henault, 1988), os princípios de acumulação de riqueza, que alguns defensores do desenvolvimento sustentam, e que falharam redondamente no suprimento das necessidades básicas dos países do Terceiro Mundo³, devem ser substituídos por princípios capazes de garantir a todos o acesso a serviços que promovam o bem-estar. Segundo esta interpretação do desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento, a avaliação da taxa de crescimento do PIB dos países perderia terreno, em termos de importância, para o conteúdo do PIB.

As raízes do aparecimento da terminologia “indicadores sociais”, que tem gênese no final do século passado nos EUA, estão, de resto, nesta dimensão paradigmática do desenvolvimento, sendo que, desde essa altura se tem registado, em vários países do mundo, a medição de parâmetros de qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos (Santagada, 1993). A conjuntura socioeconómica mundial que proporcionou o aparecimento desta nova visão do desenvolvimento e a sua relevância foi a mesma que promoveu ações de organismos internacionais (ONU, OCDE, OCEE, e outros) no sentido da criação de instrumentos e de medidas de promoção e de quantificação do desenvolvimento social (Santaga, 1993). Entre os programas então desenvolvidos destaca-se o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD criado em

³ A terminologia de Terceiro Mundo, surge na Guerra Fria, no pós segunda Guerra Mundial, entre os Estados Unidos da América e a URSS, e foi utilizada pelo demógrafo Francês Alfred Sauvy, referindo-se aos países que não se encontravam alinhados com nenhuma das correntes ideológicas associadas ao desenvolvimento, nomeadamente o capitalismo defendido pelo Estados Unidos e pelo ocidente, e o Comunismo defendido pela Ex-URSS (Leste). Estes “terceiros Estados”, muitos deles, com uma independência recente, situavam-se no hemisfério sul e tinham como característica uma fraca capacidade industrial e económica, sendo considerados subdesenvolvidos.

1965, que teve como principal objetivo o acompanhamento do desenvolvimento dos países tanto no âmbito da promoção de políticas públicas, tal como na medição de resultados traduzidos em indicadores, e tornados públicos pela primeira vez em 1990, com a publicação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

No quadro desenhado para dar conta dos aspetos menos positivos do desenvolvimento, a par do já abordado subdesenvolvimento e da pobreza, e tal como estes elementos agregados ao conceito que analisou em profundidade, também intrinsecamente interrelacionado com todas as dimensões e aspetos do desenvolvimento, está a dimensão ambiental, a que ainda não se fez referência, mas que importa, de sobremaneira, sublinhar.

Trata-se de uma dimensão, que embora possa parecer mais recente dada a profusão de debates que nos últimos anos têm sido gerados em seu torno, remonta, em termos de preocupação, ao século XVIII, altura em que Thomas Malthus (1766-1834)⁴ se referiu, pela primeira vez, a problemas gerados pelo estrangulamento da produção de alimentos que parecia mostrar-se insuficiente face aos números demográficos que então se registavam.

As preocupações oitocentistas de Malthus haveriam de ser suplantadas pela industrialização e pela introdução das práticas de produção agrícola de massa que se foram aperfeiçoando ao longo do século XX, mas, as considerações acerca da escassez de alimentos e outros bens indispensáveis à sobrevivência humana haveriam de ser reavivadas ainda no dealbar da segunda metade do século passado, tendo sido amplamente discutidas pelos membros do Clube de Roma⁵, um dos primeiros grupos

⁴ Thomas Robert Malthus (1766-1834), foi um economista britânico, considerado pai da demografia, que se destacou por meio da sua teoria de controlo do aumento populacional, denominado malthusianismo. De acordo com esta teoria o controlo da população serviria o propósito de combater problemas como a falta de alimentos e de outras condições de vida em sociedade.

⁵ O Clube de Roma foi fundado em 1968 por Aurelio Peccei e Alexander King, sendo o primeiro industrial e o segundo cientista. Tratava-se de uma organização não governamental com reuniões periódicas para debater vários assuntos, desde a política à economia internacional e dando um ênfase privilegiado às questões relacionadas com o ambiente e com o desenvolvimento sustentável.

organizados a considerar uma agenda de discussões e debates sobre o ambiente e a gestão dos recursos naturais.

Ainda que não especificado explicitamente, é quase certo que muitos dos debates organizados e registados por este influente grupo de pensadores tenham tido como ponto de partida o modelo marxista sobre o Desenvolvimento (Ribeiro, 2017) que, no seu contexto, já fazia, em pleno século XIX ainda antes do *boom* do progresso e da exploração massiva de incontáveis recursos naturais, referência aos malefícios do capitalismo e do conseqüente desenvolvimento que este gerava.

De facto, na sua obra maior, *O Capital*⁶, Karl Marx (1818-1883) já fazia alusão aos malefícios do desenvolvimento (ainda que sob a capa da designação capitalismo) para com o ambiente, referindo a sobre-exploração dos recursos naturais, o saque que o capitalismo realizava a um vasto leque de matérias-primas roubadas da Natureza e o inevitável esgotamento da capacidade de fertilidade da terra. De acordo com este pensador, todas estas conseqüências negativas do capitalismo eram fruto da procura excessiva e libertina do lucro e a elas juntava-se ainda a exploração, também desmedida, dos próprios trabalhadores.

Da mesma forma, Friedrich Engels (1820- 1895)⁷ defendeu acerrimamente a defesa da Natureza contra a ânsia desenfreada do desenvolvimento que corria a todo o vapor naquele século da Revolução Industrial. Este companheiro de teorias e pensamentos de Karl Marx, tal como referiu Ribeiro (2017), foi promotor do ideário de que “o homem não deve olhar a natureza como um conquistador devastador estrangeiro, mas como membro integrante dessa natureza e dos seus recursos finitos” (p. 14).

⁶ O Capital (1867): conjunto de livros de autoria de Karl Marx, que representam uma análise do capitalismo onde vários conceitos são abordados e explicados, tais como, mais valia, capital constante, capital variável, salário, acumulação primitiva, entre outros.

⁷ Friedrich Engels (1820- 1895), teórico e revolucionário prussiano, fundou, em conjunto com Karl Marx o Socialismo Científico, mais conhecido pela designação de marxismo. Entre várias obras publicadas, algumas em colaboração ou co-autoria com Marx, destaca-se, no âmbito da temática que analisamos, o livro “Dialética da Natureza”, publicado em 1883.

Os problemas percebidos de que a produção excessiva que caracteriza o capitalismo e impulsiona o desenvolvimento concetualizado pela economia conduz à degradação e desaparecimento de recursos importantes da Natureza e que estão na base da luta pela promoção de uma nova categoria de desenvolvimento, a que se pode chamar de sustentável, pressupõem, na interpretação de vários autores, a reequacionamento do desenvolvimento em toda a sua complexidade.

Os problemas da sustentabilidade do planeta parecem, de facto, estar a impor à sociedade de crescimento uma nova forma de pensar, orientada para o decrescimento (Latouche, 2009). Segundo este autor, a transformação desejada da sociedade atual deve assentar em oito “R’s” fundamentais, sendo eles a reavaliação dos valores dominantes e da primazia do dinheiro, do individualismo, da competição e do consumismo. Após este primeiro passo, o segundo “R” proposto, reclama que se proceda à reconceptualização dos conhecimentos que se tem acerca da realidade, redefinindo-se “conceitos como pobreza e riqueza, escassez e abundância, tendo em vista combater a produção incessante de necessidades e a extensão permanente da mercantilização” (Latouche, 2009, p. 134).

Depois de reavaliar e de reconcetualizar, é importante que se reestruture o aparelho produtivo e a forma relacional em sociedade, usando instrumentos que conduzam à superação do capitalismo. No quarto “R” proposto por Latouche (2009) surge a redistribuição que pressupõe a “distribuição menos desigual da riqueza e o acesso ao património natural por todos os países, sejam do Norte sejam do Sul, bem como dentro de cada sociedade, sem distinção de classe, género e idade” (p.134). Para além disso, e já num quinto momento, importa que se relocalize, ou seja, que se passe a dar prioridade à produção local e que, para tal, se promova um sistema de apoio às empresas locais com vista a que estas sejam capazes de garantir as necessidades, ao mesmo tempo que, por este meio, se eliminam os procedimentos intermediários do capitalismo, como o transporte e a energia nestas deslocalizações de produtos.

Outro dos “R’s” proposto por Latouche (2009) pressupõe a redução por forma a que se consiga minimizar o impacto que a existência humana tem na biosfera. Para que se possa proceder a esta redução devem ser alterados os modos de produzir e os hábitos de consumo. O consumo excessivo e o desperdício devem ser totalmente eliminados e as viagens e horas de trabalho devem ser limitadas ao estritamente necessário. Neste contexto, importa ainda que se promova de forma efetiva a reutilização e revalorização,

aprendendo-se a dar uma vida longa e útil a equipamentos e bens, nomeadamente através da partilha dos mesmos com outras pessoas.

Dos oito “R’s” propostos por Latouche (2009), a chave da mudança intelectual das sociedades com vista à concretização efetiva de decrescimento parece estar na redução, pois, tal como sustenta Ribeiro (2017), nela estão inscritos os princípios fundamentais da transformação. Para além deste “R”, e segundo a avaliação feita por Ribeiro (2017) à obra de Latouche (2009), também é requisito obrigatório a realocização pois, tal como refere o autor, “é através dela que se pode realizar a transformação da economia e da vida dos indivíduos. (...) Trata-se de incrementar a autonomia local, nomeadamente a nível alimentar, energético e económico, através da valorização da produção agrícola de proximidade e da autossuficiência energética” (Ribeiro, 2017, p. 135).

Certo de que o decrescimento, ou a construção de uma nova visão para o desenvolvimento, é a solução para os problemas que a sociedade atual enfrenta, Ribeiro (2017) explica que esta desaceleração da economia e a adoção dos oito “R’s” de Latouche (2009) reclamam a construção de um projeto político totalmente inovador e suportado em bases coletivas que tenham como foco central a ideia de território “enquanto espaço de vida comum, participado e democrático” (Ribeiro, 2017, p. 134). Assim, este autor faz uma readaptação dos “R’s” analisados e propõe que a mesma seja implementada em projetos de decrescimento local. De acordo com o autor, estes projetos devem ser suportados por pilares básicos como seja a redução de energia, a utilização alargada à comunidade das cantinas escolares, a boa gestão de hospitais e instituições solidárias existentes, a primazia da compostagem dos resíduos orgânicos e a fertilização consciente e biológica, com o resultado da compostagem, das produções agrícolas. É ainda fundamental que cada comunidade local privilegie a eliminação do uso de pesticidas químicos, tanto nas suas produções agrícolas quanto nos jardins públicos e parques e promova estratégias que favoreçam a utilização massiva dos transportes públicos e das ciclovias.

Os ideais propostos por Ribeiro (2017) vêm no sentido dos que foram defendidos por Taibo (2010) quando sustentou que o novo projeto social, pós capitalista e pós desenvolvimentista, deve consolidar-se nos alicerces da simplicidade e sobriedade voluntárias, que se podem começar a expressar na redução manifesta da ânsia consumista e do privilégio do lazer em detrimento do trabalho. De acordo com este autor, a redução do tempo do trabalho por parte de cada indivíduo favorece o combate

à centralidade e contribui para o alargamento do mercado de trabalho a um maior número de cidadãos, combatendo-se, desta mesma maneira, as taxas de desemprego e desigualdades sociais. Do conjunto de alicerces defendidos por Taibo (2010), que contam a totalidade de seis, constam ainda a “primazia da partilha face às lógicas da propriedade e do consumo ilimitado” (p. 134) a “redução de muitas das estruturas produtivas, das organizações administrativas e dos sistemas de transporte” ; a “valorização do local face ao global, de forma a reduzir o uso dos transportes, especialmente as viagens de longa distância” e o “aprofundamento das políticas redistributivas, incluindo a implementação, nos países mais ricos, do rendimento básico de cidadania” (Taibo, 2010, p. 134).

A nova realidade social, que abraça toda a história do desenvolvimento e a multiplicidade de interpretações que este foi tendo ao longo das décadas, parece, face ao que deixamos explícito nos últimos parágrafos desta análise, ter encontrado novos significados para o termo que analisamos. Trata-se de uma interpretação quase de oposição, um antónimo, aos primeiros conceitos que lhe foram apontados que, na verdade, resulta da constatação efetiva dos antónimos reais do progresso e do crescimento. O desenvolvimento que antes denotava produção, consumo, riqueza, exportação e importação, transações de bens e produtos a nível global, agora parece estar esconso na retração do industrialismo e da produção em massa, albergado no seio de uma região ou de uma comunidade local, pronto para se esquivar ao destino que Ernst Friedrich Schumacher (1985) lhe previu, quando já se mostrava defensor das políticas de desenvolvimento local e as procurava exaltar, apresentando, em modo argumentativo, a sua visão de futuro caso a humanidade não mudasse a forma de entender e fazer o desenvolvimento:

“se a política de desenvolvimento se preocupar meramente, ou primordialmente, com a «índia como-um-todo», o curso natural das coisas irá concentrar o desenvolvimento, sobretudo, nalgumas poucas áreas metropolitanas, ou seja, no setor moderno. Vastas áreas dentro do país, contendo 80% ou mais, da população, pouco beneficiarão e podem mesmo sofrer com esse desenvolvimento. O resultado do «desenvolvimento» é que umas minorias de pessoas afortunadas terão as suas fortunas grandemente acrescidas, ao passo que, os que realmente carecem de ajuda, ficam mais desamparados do que nunca. Se a finalidade do desenvolvimento é ajudar os que mais precisam então cada «região» ou « um processo, método, programa,

instituição, e/ou distrito» do país necessita de ter o seu desenvolvimento próprio: é isso que se quer significar com uma abordagem «regional» (Schumacher, 1985, p. 147).

1.2 DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Partindo dos conceitos de desenvolvimento acima explorados e da sua sùmula possível pode-se, de uma forma algo incauta, dada a mais que sublinhada complexidade e multidimensionalidade do conceito, considerar o desenvolvimento como um processo que resulta em mudanças sociais, realizado coletivamente e que tem impacto tanto a nível económicu, como no plano político e na esfera sociocultural.

Assim entendido, o desenvolvimento compreende também tudo o que é local e regional, sendo estas as dimensões que, no contexto do desenvolvimento, representam a “pessoa” e a sua envolvência e também são a expressão da consciência de materialidade social de cada indivíduo. É no seio da cultura local/regional que o dinamismo do desenvolvimento acontece, pois é aí que estão as representações do imaginário possível e a realidade das decisões sobre o uso dos recursos sociais e naturais (Schallenberger, 2003). Falar de desenvolvimento impõe, por isso, que se considere estas referências, sendo as mesmas elevadas, neste contexto, ao patamar matricial da própria conceção de desenvolvimento.

No entanto, e não obstante esta realidade, o conceito de desenvolvimento comunitário, à semelhança do que acontece com a significação do desenvolvimento em si mesmo, é, muitas vezes interpretado de forma errada, sendo que, frequentemente, aparece associado à ideia de um procedimento coletivo e radical, que, por meio da participação organizada de grupos sociais locais e da ação que estes desenvolvem apontam o caminho para a libertação e emancipação dos indivíduos (Fragoso, 2005). Esta “falácia”, como a considerou Fragoso (2005), é, no entanto, facilmente desmontada se se atentar à história da própria humanidade, em particular, ao tempo do colonialismo, altura em que o termo e concetualização que então lhe queriam dar, se usava como instrumento de manipulação social e meio para alcançar, de forma pacífica, a integração dos grupos sociais, em particular, os mais apartadiços e tumultuosos.

Ciente desta potencial dualidade de critérios e significações para o desenvolvimento comunitário, Mayo (1994) considerou a tarefa de explicar este conceito como “uma espada de dois gumes” (p. 3), sublinhando, em modo explicativo, que o

desenvolvimento comunitário podia, de facto, considerar-se um processo radical mas também não estariam errados os teóricos, investigadores e todos os outros indivíduos que o apresentassem como sendo uma ação de intervenção no meio local de âmbito fortemente conservador. Segundo opinião desta autora, a propensão radical do conceito deriva da sua capacidade de promoção de decisões junto dos indivíduos e também de conseguir controlar estas mesmas decisões. Tais forças advêm da capacidade que o desenvolvimento comunitário tem para promover a participação ativa dos elementos de uma comunidade em torno de um objetivo (Mayo, 1994).

A mesma investigadora explica que a outra vertente do conceito, a conservadora, lhe advêm da tendência, tantas vezes denotada, de se constituir como mecanismo para promover a manutenção das condições locais já existentes, apelando à especificidade e valor dos seus costumes e garantido que os esquemas de distribuição do poder se mantenham inalterados (Mayo, 1994).

Face a esta dualidade de significação o passo para se encontrar um consenso concetual, tal como mais tarde vieram sustentar Diéguez e Guardiola (2000) deve contemplar duas fases, sendo a primeira a definição exata de comunidade e a segunda a constituição de um esquema de valor que possa vir a acrescentar qualidade a essa mesma comunidade.

Para aferirem esta base de significação para o desenvolvimento comunitário Diéguez e Guardiola (2000) fizeram um périplo concetual e destacaram algumas definições de que o conceito foi alvo ao longo dos tempos, como, por exemplo, a que lhe foi apontada por Gavazzo (citado por Diéguez e Guardiola, 2000) que defendeu a existência nas comunidades de quatro elementos fundamentais e diferenciadores, sendo eles a área geográfica; as pessoas que vivem nessa área em concreto e que são fruto da interação entre si e entre o meio que as acolhe; os interesses que essas pessoas têm em comum e a existência (ou não) de uma unidade funcional que sirva o propósito de expressar a solidariedade desse grupo de pessoas. Esta definição de Gavazzo (citado por Diéguez e Guardiola, 2000) tem a singularidade de abranger não só os modos das relações que existem entre os indivíduos de uma comunidade, mas também contempla o âmbito das relações que se estabelecem entre os indivíduos e o meio que os envolve.

Aqui também tem cabimento a definição que Holdcroft (citado por Domingues, 2015), onde se entendia o desenvolvimento comunitário como sendo um movimento que “envolve toda a base da comunidade na solução dos seus próprios problemas; promove

o ensino e insiste no uso de processos democráticos para a (re)solução de problemas comuns à comunidade; estimula e facilita a transferência de tecnologias para que a comunidade possa solucionar, de forma efetiva, os seus problemas comuns. Unir esforços para resolver, de forma democrática e científica, os problemas comuns da comunidade foi visto como sendo um dos elementos essenciais ao desenvolvimento comunitário” (p. 10).

Numa outra abordagem ao conceito, proposta por Ander-Egg (1982), o desenvolvimento comunitário aparece definido como sendo um “agrupamento organizado de pessoas que se entendem como unidade social, cujos membros participam de alguma característica, interesse, elemento, objetivo ou função comum, com consciência de pertença, situadas numa determinada área geográfica na qual a pluralidade das pessoas interage mais intensamente entre si que noutro contexto” (p. 45). Tal como havia determinado Gavazzo (citado por Diéguez e Guardiola, 2000), também os autores da proposta de definição agora apresentada, destacaram como elementos diferenciadores do desenvolvimento comunitário o fator geográfico e a unidade social.

Ware (citado por Fragoso, 2005) colocou a ênfase concetual no âmbito da comunidade e definiu esta última como um conjunto de indivíduos que, de alguma forma, se relacionam entre si, contando com os mesmos recursos físicos e estando ligados no objetivo de evolução permanente com vista a atingir o bem-estar comunitário e a melhoria das condições de vida de todos os elementos integrantes desse grupo. Partindo da mesma base concetual, a comunidade, que considerou elemento fulcral para a caracterização do desenvolvimento comunitário, Marchioni (1997) haveria de vir acrescentar à definição de Ware (citado por Fragoso, 2005) a nomeação dos quatro elementos fundamentais na composição concetual do conceito em análise, nomeadamente, o território, a população, os recursos e as necessidades da população.

Mais uma vez, e tal como se depreende por via da análise às definições apresentadas, a geografia, os indivíduos circunscritos a um determinado lugar territorial, os recursos que esse lugar coloca ao dispor de quem o habita e as expetativas e necessidades dessas pessoas apresentam-se como elementos caracterizadores comuns mas esta homogeneidade concetual é apenas uma ilusão pois as observações mais profundas denotam que o próprio conceito de comunidade, basilar em qualquer definição de desenvolvimento comunitário, tem mais do que um sentido, sobretudo quando

analisada à luz da sua própria história e da evolução teórica da sociologia clássica. Assim, e para que se possa encontrar um caminho satisfatório, e o mais acertado possível, conducente à cabal interpretação do conceito, importa também que se analise a diversidade de definições, interpretações e sentidos que o termo comunidade foi registando ao longo dos anos.

Após o levantamento e análise de cerca de noventa definições para comunidade, Bulmer (1987), afirmou que entre todas estas definições o único elemento comum que encontrou foi o facto de o conceito aparecer sempre relacionado com pessoas. Segundo este autor, que apenas estudou artigos sociológicos, o conceito de comunidade foi utilizado inúmeras vezes, e de forma intencional, como instrumento político, facto que serviu para a já reconhecida ambiguidade do termo, ao mesmo tempo que a definição se revestia de uma boa dose de desconfiança por parte de muitos teóricos e investigadores.

Em 1996, Shanahan apontou-a, após a realização de uma revisão da literatura sobre a mesma, como sendo uma localidade, uma atividade social e até mesmo como estrutura social. Este mesmo autor destacou ainda alguns artigos analisados em que a comunidade era revestida da capacidade de dotar os indivíduos do sentimento de pertença e de lhes oferecer garantia de solidariedade e possibilidade de participação ativa.

Pelos dois exemplos apresentados, e atendendo à data da publicação destes estudos, depreende-se que o termo comunidade se reveste de uma multiplicidade de sentidos pelo que, para a sua compreensão no âmbito do desenvolvimento comunitário importa avaliar o sentido dos ideais humanísticos de mutualidade e de preocupações coletivas (Fragoso, 2005). É, pois, no âmbito deste enquadramento concetual, e segundo a opinião de Fragoso (2005), que o desenvolvimento comunitário se divide em duas tendências principais.

Por um lado, depreende-se que o conceito tem a sua origem durante o período da modernização, altura em que se começou a registar a necessidade de encontrar caminhos para a integração social e a entender o desenvolvimento no contexto das suas desvantagens, nomeadamente as que se prendem com o exacerbado crescimento económico. Este cenário abriu as portas à introdução de novos processos de aprendizagem que, depressa, haveriam de vir a ser deturpados. Tratavam-se, assim, de processos que davam primazia às relações e apontavam formas de intervenção,

defendendo valores que apontavam caminhos de transição das comunidades para outras formas de coesão social, em que os direitos individuais e a divisão do trabalho ganhavam forma (McClenaghan citado por Fragoso, 2005). Por esta via conseguiu-se recriar em quase todos os países ocidentais o mesmo molde de desenvolvimento comunitário, sobretudo através da fixação da união comunitária expressa na criação da União Europeia (Fragoso, 2005). Estas ideias, depressa, permitiram a proliferação das ideias de modernização que se tentavam combater pois o espaço para o crescimento económico aumentou e com ele o individualismo.

A outra tendência de pensamento para o conceito de desenvolvimento comunitário gerou-se por meio do reconhecimento da soberania de antigas colónias espalhadas pelo mundo que precisavam de apoio ao longo dos processos de estabelecimento da sua independência. Durante o período deste novo *status* político e social o desenvolvimento comunitário foi assumido como instrumento importado, a que se juntavam vozes e conhecimentos vindos do exterior e que, na maioria das vezes, apenas encontravam aqui um meio facilitador para dar continuidade ao espírito do colonizador de outrora (Fragoso, 2005). Segundo Rodríguez (1970), teórico que analisou este contexto de intervenção à luz da importância do desenvolvimento comunitário num período cronológico ainda muito próximo da ocorrência destes acontecimentos, a descolonização foi favorecedora do processo de entendimento de desenvolvimento comunitário e terá sido ao longo da década de 60 do século passado que mais concetualizações e definições para o conceito foram construídas e publicadas (Rodríguez, 1970).

Por via do que até agora se analisou depreende-se que os maiores programas de desenvolvimento comunitário decorrerem de forma centralizada e foram instrumentos de ação dos governos, tendo quase todos os programas experimentados sido baseados em procedimentos de canalização de ações, o que viria a resultar em desenvolvimento das comunidades, mas só a nível técnico e científico.

Quando o mundo teórico deu conta destes entraves, a concetualização de desenvolvimento comunitário voltou a ganhar estatuto de ubiquidade e as novas interpretações apresentadas, embora continuassem a ter no indivíduo o elemento central, passaram a considerá-lo no âmbito da sua característica de sujeito social, e a dotá-lo da capacidade de intervir ativamente nos assuntos que se relacionam com a sua vida (Fragoso, 2005).

Segundo esta nova visão do desenvolvimento comunitário, a meta ou objetivo maior passa a ser a melhoria e a promoção da qualidade das condições de vida das populações. No entanto, e segundo defende Fragoso (2005) em muitos casos registou-se uma desconformidade entre as definições que se publicavam e defendiam e a sua concretização propriamente dita. Não obstante estes entraves, o certo é que algumas contribuições vieram a ganhar destaque no contexto do desenvolvimento das comunidades, tal como o facto dos estudos e da concretização de projetos de desenvolvimento comunitário ter contribuído, antes de tudo, para que as populações fossem chamadas a reconhecer e identificar os seus problemas (Rezsóhazy, 1988).

Twelvetrees (1991) aponta também, como contribuição positiva, o facto deste campo de investigação ter servido o propósito de valorização do coletivo e a sua primazia na implementação de ações. Segundo este autor, ou como poucos anos mais tarde também Taylor (1993) e Friedmann (1996) viriam reforçar, uma das fontes mais distintas e importantes desta mudança social provocada pelo empenho no desenvolvimento comunitário foi a promoção de *empowerment* às comunidades, bem assim como o facto da grande maioria dos processos resultar em evoluções ao nível da educação e da abertura das consciências das pessoas para a solidariedade, o voluntariado e a evolução do seu próprio espaço regional.

1.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O século XX foi protagonista temporal do fomento de uma exploração insustentável e sem precedentes na humanidade, dos recursos naturais com o intento de estimular o crescimento económico contínuo tendo gerado consequências graves ambientais e sociais à escala global com diferentes expressões locais (Domingues, 2019).

No século XXI, as sociedades encontram-se mais conscientes das repercussões da atividade humana na exploração e utilização dos recursos naturais, contribuindo para o aquecimento global e degelos, que aumentam o nível das águas e o risco de inundação, provocando também o aumento da acidez dos oceanos, que por outro lado são contaminados com plástico entrando na cadeia alimentar humana. O risco de ocorrência de conflitos e migrações pelo acesso a água potável e a solos férteis é

iminente segundo alertas da ONU, em 2019, numa mensagem em vídeo⁸ no âmbito do Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca, António Guterres, alertou para a perda de 24 biliões de toneladas de terra fértil anualmente, sendo a “desertificação, degradação da terra e seca grandes ameaças que afetam milhões de pessoas em todo o mundo, particularmente mulheres e crianças”, apelando a uma mudança urgente, ao acrescentar que proteger e restaurar o planeta pode “reduzir a migração forçada, melhorar a segurança alimentar e estimular o crescimento económico”, bem como ajudar a resolver a “emergência climática global”.

Os desafios colocados são à escala planetária, o filósofo português Soromenho-Marques, afirma que “tornamos, cada dia que passa, as regiões que habitamos em lugares onde diminui a diversidade biológica e onde se enfraquece a capacidade de suporte para a nossa própria existência duradoura, sustentável, como civilização humana” (2005, p.13). Todas estas alterações, da responsabilidade da ação humana, geram, todos os anos, emergências humanitárias e ambientais afetando, nomeadamente as populações humanas mais pobres e as regiões do planeta que menos contribuíram para este penoso cenário (Domingues, 2019) a que urge a necessidade de uma justiça climática.

Necessita-se, assim, de respostas coletivas intersectoriais, concertadas, globais, e coerentes das políticas nacionais e internacionais, como também de competências individuais que nos habilitem enquanto cidadãos a ser parte da solução e a contribuir para uma sustentabilidade global, alterando o modelo de desenvolvimento, acentuado na perspetiva capitalista de crescimento económico, através da transição para a sustentabilidade, que no entanto, à partida fraqueja, segundo O’Riordian (1998), citado por Rodrigues(2009, p.149):

- “No domínio legal e institucional – Capacidade para integrar e antecipar; planeamento estratégico e integração de políticas; regulação imaginativa por estabelecimento de acordos; conexões global/local na administração e exercício do poder;

⁸Guterres, A. (2019, 17 de Junho). UN Secretary-General on World Day to Combat Desertification (Ficheiro em Vídeo). Disponível em <https://youtu.be/HIU42Xco5VM>

- No domínio cultural e da sociedade civil – Direitos intrínsecos para recursos naturais críticos; Direitos Civis para populações Vulneráveis; Capacitação (*empowerment*) para empreender; Ação Direta
- No domínio tecnológico e económico - Ecoeficiência e tecnologias mais limpas; divisão entre crescimento e consumo; Contabilização das externalidades e reforma fiscal.”

Se assinalarmos os momentos históricos da política internacional, que fizeram emergir o debate da sustentabilidade, realça-se o ano 1948, da declaração Universal dos Direitos Humanos, seguindo-se outros momentos, a Conferência de Estocolmo em 1972, em 1979, a 1ª Conferência sobre o Clima, em 1987 o Relatório Brundtland, em 1997 o protocolo de Quioto, em 2010 a Declaração do Milénio revista em 2015, com os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e por fim o Acordo de Paris, em 2016.

A tese do desenvolvimento sustentável ganhou maior projeção a partir do Relatório Brundtland (1987), oficialmente denominado de “O nosso futuro comum”, segundo o qual o desenvolvimento sustentável preconiza a "satisfação das necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas próprias necessidades" (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 46). No entanto, para alguns autores, o Relatório Brundtland mantém viva a dimensão liberal com o argumento da necessidade da inovação tecnológica e a utilização racional dos recursos naturais, respeitando a capacidade de carga do planeta e não a mudança de paradigma associado ao desenvolvimento (Rodrigues, 2009, p.27)

O tema da sustentabilidade voltaria a ser retomado no Rio de Janeiro na 2ª Conferência das Nações Unidas, sobre o Meio Ambiente Humano, em 1992, que deu origem ao Programa Agenda 21 Global, traduzido em agendas locais. Em simultâneo, decorreu o Fórum Global organizado pelas organizações não governamentais onde fizeram um encontro paralelo com a aprovação da Declaração do Rio, também chamada de Carta da Terra. Por meio do programa Agenda 21 Local promoveram-se políticas impulsionadoras da relevância internacional de promoção do desenvolvimento sustentável, criando-se a estratégia de “tripé”: a eficiência económica, a justiça social e a preservação e valorização ambiental, enquanto dimensões interdependentes para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável. A Agenda 21 Local foi perdendo fulgor e sendo substituída por novas agendas políticas.

Segundo Domingues (2019) em 1994, na Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis, conhecida por Conferência de Aalborg, foi aprovado um documento que apresentava as opções estratégicas para o desenvolvimento sustentável em meios urbanos. Em 1997 surge o Protocolo de Quioto, retificado em 1999, na tentativa de reforçar os compromissos mundiais de modo a serem reduzidas as emissões de gases de efeito de estufa. Em 2002, a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, concebeu dois documentos fundamentais, a Declaração de Joanesburgo por um Desenvolvimento Sustentável, que detalhava vários compromissos rumo ao desenvolvimento sustentável e, simultaneamente, um Plano de Implementação de Joanesburgo, que estabelecia que todos os Estados devem realizar progressos na formulação e elaboração das Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável, dos quais resultou em Portugal, “através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2002, de 1 de março de 2002, o enquadramento de elaboração e coordenação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), em que o envolvimento de outros serviços, organismos e entidades, quer da Administração Pública, quer da sociedade civil estava assegurado” (Domingues, 2019, p.33).

A acompanhar a Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2005, de 30 de Junho de 2005, foi elaborada uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, integrando: um Quadro Estratégico, que continha a enunciação dos objetivos e das orientações estratégicas; um Programa de Ação, identificando, objetivamente, as medidas, as ações e os instrumentos para atingir esses objetivos e um Programa de Monitorização e Avaliação, traduzido num sistema de indicadores e de mecanismos de acompanhamento e controlo de implementação (Domingues, 2019).

Em dezembro de 2009, a Cimeira de Copenhaga *United Nations Climate Change Conference*, pretendeu unir os Estados, através da assinatura de um novo protocolo que substituiu o documento assinado em Quioto, tendo mais uma vez, alguns países ficado de fora deste acordo por se recusarem a admitir a responsabilidade de trabalharem em prol da redução de emissões de gases de efeito de estufa nos seus territórios. Na Conferência de Paris, sobre as alterações climáticas, de 30 de novembro a 12 de dezembro de 2015, acontece a 11.ª sessão da Reunião das Partes no Protocolo de Quioto e a 21.ª sessão da Conferência das Partes (COP 21) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC) tendo sido aprovado o Acordo de Paris que visou reduzir o aquecimento global a um valor "abaixo" dos 2 °C e envidar esforços para o limitar a 1,5 °C, dando esperança a um acordo conjunto que viria a ser

assinado em Paris, com exceção de alguns países, entre os quais os EUA, constituindo um passo fulcral no processo de endurecimento e cooperação internacional em relação às alterações climáticas e à redução da emissão dos gases que favorecem a subida da temperatura global.

Em simultâneo à agenda política (Domingues, 2019), iniciativas mediáticas destacavam a fragilidade do planeta apresentando os impactos das alterações climáticas no planeta. A destruição de Nova Orleães pelo furacão Katrina, em agosto de 2005, representou um momento de alerta na sociedade ocidental, em particular junto da população americana, exaltando uma maior consciência face aos impactos das alterações climáticas e às fragilidades da humanidade. Em 2006, o Ex-Vice-Presidente americano, Al Gore, apresentava um documentário inquietante sobre o futuro do nosso Planeta, “Uma Verdade Inconveniente”, alertando com base em estudos científicos para as alterações climáticas, provocadas pelo aquecimento global. Nesse mesmo ano, vários eventos musicais aconteceram, nomeadamente o evento musical “Live Earth”, realizado a 7 de julho de 2007 à escala global, seguindo-se várias iniciativas, todos os anos a alertar para o impacto da atividade humana. Nos últimos anos destacou-se a jovem ativista candidata ao nobel da paz Greta Thunberg em 2019, após a greve climática que originou enormes movimentos sociais liderados por jovens em todo o mundo.

Recuperando a teoria da “pedagogia da catástrofe”, a “coragem e sabedoria que retiramos da experiência de sofrimento associada aos problemas sem resposta do mundo contemporâneo” (Soromenho-Marques 2005, p.168), está, acredita-se, a surtir resultados, gerando agendas políticas internacionais e comunitárias, que promovem uma maior consciência, onde o desenvolvimento local assume um papel preponderante, trazendo agendas e preocupações globais para os “locais”, partindo da máxima o desafio do desenvolvimento local e comunitário reside no axioma “pensar global, agir local”, ou seja, é partindo da realidade social que se procuram soluções locais “participadas, integradoras e valorizadoras das gentes e dos recursos comunitários” (Nunes e Albino, 2008, p. 5) para atuar no global.

1.3.1. A SUSTENTABILIDADE COMO PRINCÍPIO DE DESENVOLVIMENTO

A conceção de desenvolvimento sustentável e as estratégias delineadas em sua função exigem um pensamento e uma ação da escala local à global (Domingues, 2009), do contexto pessoal ao profissional, da ação individual à coletiva. Estas estratégias poderão ser acompanhadas implicitamente por valores de compromisso e solidariedade com as gerações vindouras, de modo a sustentar vida humana e do planeta com qualidade. Assim, a sustentabilidade implica pensar e agir para a mudança, através da educação, como preconizou a UNESCO com a estratégia de Educação para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, procurando-se por outro lado, o equilíbrio harmonioso das três dimensões primárias: económica, social e ambiental, onde poderemos acrescentar a dimensão cultural e política. Segundo Domingues, “assume-se numa lógica de desenvolvimento integrado que engloba diferentes dimensões da vida, numa visão sistémica e holística da realidade, não apenas dependentes da preservação dos recursos e ecossistemas naturais, mas também das identidades e da diversidade cultural. A sustentabilidade é um imperativo inquestionável da redefinição das sociedades sendo necessário o reforço de competências que aproximem o papel dos cidadãos com a responsabilidade e ação profissional” (2009, p.34). Implica novas competências, que aliem a inovação e a visão integrada, na procura de respostas aos desafios interdependentes e multidimensionais, a “dimensão ambiental, através da preservação da biodiversidade e dos recursos naturais; a dimensão social, que sustenta o desenvolvimento equitativo das sociedades, respondendo às necessidades sociais de compreensão cultural das pessoas e dos seus territórios; a dimensão económica, (...) respondendo à necessidade de desenvolvimento baseado na partilha, na cooperação e no cuidar da mesma casa comum, ou seja, uma economia para todas as pessoas mas também para toda a natureza” (Domingues, 2009, p.34).

A sustentabilidade pressupõe, assim, a valorização da perspetiva ecocêntrica em substituição da antropocêntrica, ou seja, entender e compreender a humanidade como parte igual e não dominante da natureza, numa mesma “casa comum” e partilhada com outros seres vivos. Tal como sugere Magalhães (2007), devemos interiorizar que os “recursos naturais pertencem a todos, a sua utilização desordenada e competitiva na perseguição do interesse egoísta de cada um traz a ruína de todos” (p. 42).

A problemática da insustentabilidade do planeta e a necessidade de conscientização da população mundial para a sustentabilidade da “nossa casa comum” tem merecido, nos

últimos anos, atenção por parte dos mais variados quadrantes sociais e políticos e até mesmo o Vaticano. Na voz do Papa Francisco, divulgou em 2015 uma carta Encíclica denominada, precisamente, “Sobre o Cuidado da Casa Comum” onde realiza o apelo ao respeito e necessidade de proteção da Natureza. No início do documento, e atendendo à sua natureza religiosa, recorda-nos que São Francisco de Assis comparava o planeta, que era a casa de todos, à nossa casa comum, a uma irmã “com quem partilhamos a existência, (...) ou uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços” (Francisco, 2019, p. 1). Nas palavras do Papa Francisco, a “irmã” natureza é apresentada em sofrimento contra os males e os danos infligidos pela humanidade sempre que usamos de forma irresponsável os bens que dela retiramos e que são “oferendas de Deus”. De facto, e ainda de acordo com a encíclica, a Natureza está em profundo sofrimento porque o Ser Humano se habituou a pensar ao longo dos séculos que é seu dono e, como tal, pode dela fazer o que quiser. Esta noção de propriedade da terra e de tudo o que dela provém acentuou-se nas últimas décadas, quase na imediata proporção do esquecimento generalizado dos humanos em relação a si próprios e à sua própria natureza. Sim, porque os humanos também são elemento dessa casa comum que se degrada e está em sofrimento, também eles são compostos por elementos biológicos que a natureza construiu e também eles virão a sofrer, no próprio corpo, as consequências desta degradação. As consequências nefastas para os seres humanos, resultantes do estilo de vida global afastado da sustentabilidade, afetam-no também na sua dimensão social, donde deriva a desigualdade de oportunidades a nível mundial, sendo que as populações mais afetadas pelas alterações climáticas e pelas catástrofes naturais são as que já padecem seriamente com a falta de alimentos.

A ideia da Natureza como a “nossa casa comum”, que o Papa Francisco subscreveu, pressupõe o abandono do individualismo e a derrelição dos ideais societários que a sociedade ocidental exaltou ao longo de todo o século XX. Na “nossa casa comum” o indivíduo terá de deixar de ser o eixo de toda a organização social e as reivindicações dos direitos à liberdade e à autonomia que marcaram toda a história da evolução social ao longo do século passado terão de mudar de rumo. Nesta nova perspetiva de vivência com sustentabilidade, os conceitos de primazia da satisfação das necessidades básicas e fundamentais da “Pessoa”, onde para além da alimentação, segurança e conforto, se contam as necessidades de autossatisfação social, cultural e espiritual defendidas por

autores como Maslow (1954)⁹, Herzberg (1959)¹⁰, Lebret (1897-1966) e Perroux (1903-1987)¹¹.

Trata-se de um volte face ao individualismo, mas, tal como se definiu na Cimeira Mundial de Copenhaga, em 1995, não prefigura a colocação do ser humano em segundo plano na conjectura do desenvolvimento, antes reclama para o “Homem” a posição de objetivo central de todo o processo evolutivo. Segundo esta conceção, o ser humano continua a ter a necessidade de trabalhar e a ter de suprir as suas necessidades, no entanto, este processo de suprimento passa a desenrolar-se em compatibilidade com uma vida sã, produtiva e em harmonia com a Natureza. Ramos (1999) defende que o caminho para esta meta exige requisitos determinantes em que o pleno exercício dos direitos humanos e das liberdades civis, sem nenhum tipo de discriminação, se deve envolver com a participação dos portadores desses direitos e das coletividades onde ele se integra na vida social e que esta tem que ter por “pilar a livre determinação dos povos e o pleno respeito pela sua identidade cultural” (p. 61).

Tal como o autor anteriormente referido, também Colom (2000) defende a ideia de que a necessidade de desenvolvimento passa pela integração de diferentes dimensões, nomeadamente uma dimensão sistémica que permita a execução de planos de

⁹ Autor da Teoria da Hierarquia das necessidades que se suporta na ideia de que os indivíduos têm um conjunto de necessidades básicas, comuns a todos, que dão origem às suas motivações, admite a possibilidade das referidas necessidades estarem dispostas e funcionarem em função de uma hierarquia que tem por necessidade principal as questões relacionadas com a fisiologia dos indivíduos, seguindo-se a necessidade de segurança, de estabilidade e da proteção contra danos físicos e emocionais e, após estas, o indivíduo quererá satisfazer necessidades de ordem social, dando conta de promover relações de pertença e amizade, de afeto e de aceitação no grupo. No âmbito desta escala, e segundo Maslow (1954), seguem-se as necessidades relacionadas com a autoestima do indivíduo, inserindo-se aqui as necessidades de autoconfiança, autonomia, sentido de realização pessoal, prestígio, reconhecimento e autorrealização, que se traduz na evolução da carreira profissional.

¹⁰ Autor da teoria da higiene-motivação ou, também designada de teoria bifatorial. Segundo a perspetiva desta teoria os indivíduos têm dois grupos de necessidades independentes que correspondem à realização, ao reconhecimento, ao trabalho; à responsabilidade e às possibilidades de promoção.

¹¹ Lebret (1897-1966) e Perroux (1903-1987) defenderam uma nova abordagem do planeamento territorial, relacionando as questões do meio físico-geográfico com os problemas do desenvolvimento.

sustentabilidade suportados numa visão do mundo interrelacionado com todos os seus elementos e qualidades sendo que duas qualidades fundamentais devem prevalecer: a singularidade e a independência das coisas. Trata-se, pois, de uma visão sistémica que apresenta o mundo como um conjunto interligado e interdependente que, influencia, e é, simultaneamente, influenciado, por cada um dos elementos que o compõe. De acordo com a opinião deste autor, a sustentabilidade da “nossa casa comum” pressupõe “uma visão dinâmica da realidade e dotada de todas as qualidades próprias dos sistemas” (Colom, 2000, p. 76). Para além da dimensão sistémica, esta nova dinâmica do desenvolvimento também deve ter uma dimensão global, que em perfeita sintonia com a dimensão anterior, vai servir para ajudar ao entendimento do programa de desenvolvimento como um programa total que atende à globalidade dos aspetos e elementos que compõem a vida das comunidades.

O individualismo ultrapassado em função da proteção da Natureza, dessa casa onde todos habitamos, e em prol de um novo modelo de desenvolvimento que tenha na sustentabilidade a sua base primordial, deve dar lugar a um desenvolvimento que não exprime “apenas a ideia de um bem-estar material, mas também maior dignidade humana, segurança, justiça e igualdade” (Relatório Brundtland, 1987, p. 86). É por isso que a proteção da nossa casa comum deve dar lugar à participação, em detrimento do individualismo, na medida em que esta se entende elemento fundamental para a democratização das sociedades. Esta sustentação tem por base a ideia de que “não se pode transformar nem melhorar a realidade sem que os agentes da sociedade estejam conscientes das mudanças e se comprometam com a promoção” (Relatório Brundtland, p. 87). Só por meio da participação se torna concretizável a elevação dos espaços democráticos de expressão, interação e decisão a nível político, social, económico e cultural (Ibidem).

1.4. SÍNTESE CAPÍTULO

O desenvolvimento é um fenómeno fortemente estudado no campo das ciências sociais, tendo prevalecido um discurso dominante, associado ao crescimento económico e de cariz capitalista, e de geração de riqueza, defendido por Smith (1996), Marx (1974) e Ricardo (1982). No entanto, é de referir que outros autores defendem perspetivas ligadas às organizações, mercado e à sociologia económica proposta por Swedberg (2003), bem como na relação com as instituições públicas (Rodrik, 1999), até à perspetiva de Sen (2000), ao defender o desenvolvimento associado à dimensão de liberdade. Muitos são os autores que exploraram este conceito e a sua preocupação com as mudanças comunitárias ao serem afetadas pelo desenvolvimento, tal como Nunes (1968), ao sugerir a existência de mudanças de comportamento, posição que atualmente assume uma maior clarividência, com a rapidez com que as mudanças sucedem e os comportamentos se alteram.

A ideia de desenvolvimento associada ao antropocentrismo, a humanidade enquanto ser dominante dos recursos naturais do planeta, através de uma racionalidade egoísta defendida por Amaro (2004), e anteriormente apontada por autores neoclássicos, enquanto características face a um *homo economicus* explorador de recursos, originou um debate mais alargado do desenvolvimento e em torno da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento dominante. Por outro lado, a ideia de sustentabilidade associada ao decrescimento recupera a importância da vivência e ancestralidade dos povos e suas culturas na relação com o planeta de Latouche (2009).

É esta ideia conflituante ou de oposição face ao modelo de desenvolvimento dominante que entre a defesa do desenvolvimento sustentável e as ações do desenvolvimento comunitário, na procura de responder aos problemas locais, por outras palavras, na procura de um desenvolvimento alternativo, que se direciona o aprofundamento teórico da investigação para do campo do interesse comum, ou de “casa comum”, proposto por Francisco (2015) alicerçado através das comunidades locais, sendo estas interdependentes do desenvolvimento da humanidade entendido na sua globalidade.

Esta ideia de sustentabilidade multidimensional, interdependente e singular face ao território do desenvolvimento atribui ao local a necessidade de perspetivar o desenvolvimento enquanto missão que deve ser integrada no planeamento, sistémico na ação e holístico na visão, proposta retomada e defendida na continuidade do estudo.

CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Neste capítulo explora-se a literatura no âmbito do desenvolvimento local, desenvolvimento comunitário e economia social e solidária. Analisando-se também a documentação recente no âmbito da Associação Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local de modo a apurar-se o posicionamento e propostas da Associação Animar para o Desenvolvimento Local. Por fim, explora-se o papel dos municípios enquanto promotores do desenvolvimento local e o âmbito administrativo dos municípios de baixa densidade, de modo a enquadrar os territórios de experimentação da matriz de avaliação do desenvolvimento local.

2.1. DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PORTUGAL

O Desenvolvimento Local tal como é atualmente entendido em Portugal resulta, em grande medida das experiências positivas em torno do conceito e da evolução que o mesmo veio sofrendo ao longo dos anos em França, na medida em que o papel deste país no âmbito da Comunidade Europeia assume um relevo determinante condicionando e publicitando as ações que ali se realizam (Moreno, 20014).

Nas últimas décadas do século passado, a Europa assistiu a um movimento de exploração que visava o investimento na valorização multidimensional e na capacidade de emancipação das pessoas, sobretudo das suas capacidades criadoras e apostou-se também, fortemente, no poder de responsabilidade que cada indivíduo tem na relação com a sua coletividade e com o futuro dos seus próprios territórios.

A estruturas económicas vigentes na Europa começaram a mudar e, com elas, também a Política Agrícola Comum (PAC), que foi abrindo espaço à imposição de novas alternativas, que tiveram influência mais rápida nos países de maior tradição democrática local, e que, por meio de vários aspetos qualitativos e quantitativos de mercado, alteraram os cenários das sociedades rurais incutindo-lhes mudanças estruturais de poder e de regulação (Cf. Kayser, 1990; Black; *et al.*, 1995; Baker; *et. al.*, 1997).

Estas alterações foram acompanhadas por uma evidente mudança de mentalidade, que haveria de revelar-se determinante na medida em que implicou modificações também

no modo interpretativo e de mensuração do rural e da significância de ruralidade, a par da construção de uma nova forma de interpretar o urbano. Aos novos olhos da Europa estes espaços, “rural” e “urbano”, passam a ser tidos como lugares onde a inovação social passa a considerar a responsabilidade e a solidariedade interpessoal e interterritorial (Cf. Kayser, 1996; Moreno 2003.)

É neste novo enquadramento social que o conceito de ação comunitária local se encaixa e é este também o conceito que consideramos no âmbito do presente estudo. Trata-se de uma conceção representativa de um espaço divergente dos serviços e instituições públicas formais e que também não encontra paralelo no âmbito da vida particular dos indivíduos, significando, ao invés disso, o esforço coletivo e abrangente à participação ativa de todos os membros de uma comunidade. O conceito de ação comunitária local aqui considerado é uma bússola que aponta para a resolução das necessidades comunitárias e que pode também ser interpretado, no contexto de cidadania e espaço social, como a primeira das esferas que os indivíduos têm com vista a o seu envolvimento sociopolítico na sociedade. É no âmbito deste envolvimento que surgem as fontes primárias de ação consideradas por Rodrigues e Stoer (1993) que, apontando como referente a classificação da autonomia das iniciativas de ação local, consideram que a “atividade independente dos residentes locais em redes mais ou menos formais” (Rodrigues e Stoer, 1993, p. 177) é a primeira fonte da ação comunitária, sendo seguida “de atividades locais lideradas por autoridades públicas” e “de atividades organizadas por outras entidades instituídas como organizações voluntárias nacionais, indústria, sindicatos, igrejas” (Rodrigues e Stoer, 1993, p. 177).

A construção do conceito que trazemos em apreço implicou um processo longo e complexo que não excluiu identidades nem a própria concetualização de desenvolvimento local. As identidades são, no dizer de Ferreira e Guerra (1993), o conjunto interligado das memórias históricas, das instituições e “personagens locais. Segundo estes autores, todos estes elementos são “agentes produtores de identidades locais” (p. 310) que quando “referenciados a esses níveis de usos quotidianos (...) recriam e “enraízam” constantemente as identidades sócio-espaciais” (Ferreira e Guerra, 1993, p.310). São, como referem os autores, “equipamentos, serviços e personagens” radicados num território particular (...) fundamentos morfológicos e sociais da interação com um papel particular de produção de identidades” (Ferreira e Guerra, 1993, p.310).

Estas memórias coletivas e históricas que contemplam as identidades comunitárias têm, no entanto, sofrido processos de normalização das suas formas de interagirem com o espaço por via da ação dos processos de internacionalização a que parte alguma do mundo parece ficar indiferente.

De facto, a internacionalização tem vindo a contribuir para a diluição das especificidades de enraizamento territorial tanto das pessoas como das atividades a que estas se dedicam. Neste contexto, também o papel das empresas internacionais se cruza e entra em conflito na forma como se relaciona com a mão-de-obra local. E, por isso, muitas vezes têm surgido com o intuito de chamar a atenção para a importância da mudança de paradigma na abordagem que as empresas multinacionais têm no âmbito territorial. A nova apologia ao desenvolvimento “de baixo para cima”, é disto exemplo, na medida em que reivindica uma “ordem mais “localista” na análise das necessidades e de aproveitamento dos recursos” (Ferreira e Guerra, 1993, p. 311), como forma de valorizar a identidades locais.

Importa também sublinhar, tal como os autores que temos vindo a referenciar lembraram, que as especificidades das identidades locais agora em perigo são, elas próprias, um emaranhado de endogeneidades e exterioridades que tantas vezes divergem entre si mas que estas incompatibilidades não podem servir de desculpa à extinção. Antes pelo contrário, elas são, no jogo complexo de identidades diferentes e interesses opostos num mesmo território, o espelho do jogo estratégico local que se baseia no “processo de rentabilização e controlo das variáveis endógenas e exógenas, cujas formas de territorialização e efeitos podem ser negociados pelos atores locais” (Ferreira e Guerra, 1993, p.311).

Neste contexto, é importante ter em conta que urge que se faça uma aposta no desenvolvimento local considerando, na mesma, o saber e a experiência acumulada durante décadas, desde os anos 60 em Portugal, no âmbito do desenvolvimento comunitário, por parte dos técnicos e corpo constituente do serviço social e do serviço social de comunidades. Estes profissionais, em colaboração com outros agentes e entidades, desenvolveram instrumentos de atuação que facilitaram escolhas em prol do desenvolvimento que se pretendia sustentador do exercício de cidadania e reflexo dos mais elevados padrões democráticos, procurando uma participação direta, ascendente e descentralizada.

O desenvolvimento local que se pretende construir a partir do envolvimento destes técnicos e entidades deve ter por base, tal como sustentou Sérgio citado por Fernandes (1996, p.30), a “educação como uma disciplina do carácter que, ao invés de favorecer as ‘tendências passionais’, a expansão do sentimento, o pendor para a demagogia, a histórica dramatização da vida pública, fosse um desenvolvimento da iniciativa, da vontade de criar uma sociedade melhor, da responsabilidade, do autodomínio, da libertação quotidiana, do *self-government*”. Assim, entende-se a proposta de Holdcroft ao afirmar que o desenvolvimento se concetualiza como um;

“processo, método, programa, instituição, e/ou movimento que envolve toda a base da comunidade na solução dos seus próprios problemas; promove o ensino e insiste no uso de processos democráticos para a (re)solução de problemas comuns à comunidade e estimula e facilita a transferência de tecnologias para que a comunidade possa solucionar, de forma efetiva, os seus problemas comuns” (Holdcroft, 1978, p.10).

O desenvolvimento local surge, portanto, nas dinâmicas comunitárias, um pouco por todo o país rural com intuito de dar resposta às necessidades e oportunidades, indo para além da visão exclusivamente agrícola e, por outro lado, responder ao fenómeno crescente da emigração que se regista nestes territórios (Albino, 2004, p.11). Por outro lado, o surgimento dos bairros designados de “lata¹²” nas zonas urbanas e os desafios associados à educação e ao desenvolvimento das comunidades fizeram emergir processos de animação das comunidades locais enquanto mecanismo de difusão dos direitos das pessoas (Albino, 2004, p.11).

O pós 25 de abril foi o catalisador do desenvolvimento comunitário, uma vez que, após este período, foram surgindo iniciativas que promoviam a cultura, a educação e os direitos dos indivíduos no sentido de despertar as “comunidades para as suas necessidades, direitos, obrigações e capacidades próprias, numa lógica de emancipação social, económica e política” (Albino, 2004, p.12). As iniciativas que então começaram a despontar colocaram em evidência as três maiores facetas do Desenvolvimento Local, denominadas de dimensões pelo autor que trazemos em referência (Albino, 2004,

¹² Expressão utilizado nas últimas duas décadas do século XX para identificar os bairros ilegais, com construções precárias, associados a várias problemáticas, como a pobreza, exclusão social e criminalidade.

p.12), e que se traduzem na participação e emancipação social; na incidência privilegiada no local de vivência e na preocupação de contribuir para a melhoria geral das condições de vida das Comunidades Locais (Albino, 2004, p.12).

Considerar o desenvolvimento local e toda a sua concetualização implica a admissão dos seus agentes, cujo conceito, relacionado à aceitação de que cada local tem vida própria, se encontra conectado a todo o conjunto de instituições ligadas à ONU e ao aprofundamento da Comunidade Económica Europeia (Albino 2004, p.12) .

O diploma das ILE (Iniciativas Locais de Emprego), datado de 1979, e que foi resultado de uma proposta do então Secretário de Estado da População e Emprego, Acácio Catarino, no quadro do Ministério do Trabalho e Segurança Social, foi aprovado através do Despacho Normativo 46/86 de 4 de junho que permitia, através do IEFP (Centros de Emprego) e mediante apoios financeiros, que desempregados pudessem criar o seu próprio emprego, de forma individual ou coletiva. O mesmo despacho normativo também previa a possibilidade de se candidatarem às ILE organizações, sendo neste contexto consideradas candidaturas de apoio, e que tinham por finalidade a prestação de apoio aos candidatos, no papel de entidades fomentadoras, competindo-lhes a prestação de apoio técnico aos promotores de ILE individuais e coletivos durante a fase inicial dos seus projetos (Albino 2004, p.15). Este foi um quadro de apoio que impulsionou o trabalho no seio do desenvolvimento local por muitas das associadas da Animar, e a necessidade de trabalho em rede. Descrita por Moreno (2014), a Animar, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, é uma “associação-rede constituída por pessoas e organizações cívicas e solidárias empenhadas no aprofundamento da democracia local, o que se associa à estruturação de poderes alternativos, estimulantes e catalisadores, da densificação de relações de responsabilidade para a intervenção, para a captação, retenção e valorização de recursos em meios desfavorecidos” (p. 25).

No contexto da sua intervenção, que contempla uma rede de atuação implantada em Portugal, a Animar “afirma-se pela “alternativa inclusiva”, inerente a um modelo de desenvolvimento que deseja alicerçar de forma ascendente uma lenta globalização de cooperações estruturantes entre poderes, inspirada em valores humanistas de alteridade” (Moreno, 2003, p.25). Sendo este um dos nós orientadores desta associação importa destacar que os valores mencionados visam contrariar o funcionalismo do mundo atual e também a seletividade que caracteriza as comunidades quotidianas.

Trata-se de valores que, como explica Moreno (2014), vêm ajudar a suplantar a especificidade e a exigência de eficácia que a “colonização cultural” (Moreno, 2003, p.25) do mundo moderno nos exige e que tem vindo a servir como formatadora do individualismo e do materialismo elevado ao seu máximo expoente e que, no fundo, são as dimensões caracterizadoras da globalização que a cada passo, neste século XXI, tem feito do mundo um lugar sem regulação multipolar dinâmica e concertada.

Inspirada numa diversidade de experiências que vem acumulando desde as duas últimas décadas do século passado e que aglomeram as primeiras formas de afirmação descentralizada da sociedade, economia e território, a Animar teve como foco os horizontes humanos e considerou a ampliação das condições da “criatividade e da inovação, o sonho e a utopia” (Moreno, 2003, p. 23), sendo que ainda hoje faz destes elementos os seus instrumentos de construção de desejos, intenções e das iniciativas que desenvolve a cada ano que passa.

É neste contexto e a partir desta filosofia de atuação que a Animar tem vindo, ao longo dos anos, a responder à necessidade de aprofundamento da democracia, sendo que, para tal, trabalha em complementaridade os vetores da representatividade e da participação, a par da pluralidade da económica considerada em todas as suas facetas: pública, privada, solidária, ambiental e outras. No seu contexto interventivo, outro dos focos que nunca é secundarizado é o que visa a compatibilização do global com o local e do curto com o longo prazo.

Segundo a perspetiva de atuação da Animar, a mesma que galvaniza as bases da sua fundação, a defesa do desenvolvimento local, que em última análise é a sua missão prioritária, não se reduz à promoção do mero localismo mas, antes, à promoção da multiparticipação e do compromisso alargado com vista à unificação da diversidade e à elevação da inclusão de pessoas e territórios com sentido de durabilidade. Por outras palavras, a Animar tem como visão orientadora, o ideal de reconstrução do planeta com vista a transformar cada lugar num dos nós dessa rede social que se pretende construir com vista à concretização de uma civilização sustentável.

Para a Animar o Movimento do Desenvolvimento Local, que no âmbito de atuação da associação é representativo dos nós da sua rede, representa e afirma-se pela “alternativa inclusiva” (Moreno, 2003, p. 25) intrínseca a um modelo de desenvolvimento pensado e projetado para vir a ser o alicerce de estratégias de

cooperação entre poderes a nível global, sempre aliada aos valores, já aqui mencionados, de humanidade e alteridade.

O Desenvolvimento Local, tal como é entendido no contexto de atuação da Animar, pressupõe que se realize o diagnóstico territorial pois, por meio deste, é possível traçar a radiografia das situações e das comunidades que tantas e tantas vezes resulta no desenho traçado por Tourjansky-Cabart (1996), que entendia que a globalização da economia afetava as instituições e as empresas na medida em que as impelia ao deslocamento e, por meio desde, causava a destabilização das economias locais.

De acordo com esta autora o Desenvolvimento Local representou, durante os anos 70 do século passado, uma promessa de renovação das dinâmicas económicas e, simultaneamente, das práticas democráticas, mas esse primeiro fôlego do movimento que aqui temos vindo a considerar, abrandou quase logo de seguida, para se tornar num projeto difícil de concretizar e com a “morte quase anunciada” (Tourjansky-Cabart, 1996, p. 9) ainda antes do findar do século. De facto, essa ideia de desenvolvimento local como reflexo de movimento de resistência ou de contestação aos modelos economicistas orientados para a globalização dos mercados e a livre concorrência (Stöhr e Taylor, 1981), ou de um projeto opositor ao modelo capitalista orientado para a produção de bens considerados supérfluos e que contribuíam para o agravar das desigualdades, gerando bolsas de pobreza e situações de “dependência” das economias mais frágeis, face às economias com maior riqueza, e de subordinação dos valores culturais e sociais a determinantes económicos. Naquele dealbar da nova sociedade progressiva o desenvolvimento local apresentava-se como uma “corrente territorialista alternativa” (Monteiro, 2019), ou, como também afirmou Pedroso (1998), citado por Monteiro (2019, p.133-134) ele estruturava-se como uma “proposta de desenvolvimento que repousa em dois pressupostos principais: a necessidade da inversão da direção dos processos de desenvolvimento (agora vistos como devendo ser a ‘partir de baixo’) e a aceitação da existência de um ‘interesse territorial’ que reúne a população de um dado espaço por identificação e por contradição com os interesses de outros espaços” (Ibidem).

No momento em que Tourjansky-Cabart (1996) analisou o Desenvolvimento Local, suplantava-se o discurso de ascensão das pequenas e médias empresas e os primeiros problemas que daqui derivaram, contrários à ideia de desenvolvimento local, foram, precisamente, a estagnação da criação de novas empresas e o conseqüente aumento do

desemprego local. Foi neste quadro que se criaram os primeiros projetos de desenvolvimento local encarados, nesta contextualização, como escudos contra as maleitas sociais advindas da globalização. No entanto, estes projetos só serviram para limitar ou atrasar, do ponto de vista local, os referidos efeitos da mudança económica e, como referiu Tourjansky-Cabart “enfraqueceram o status social e mantiveram a ilusão de que as pessoas tivessem assumido o vasto movimento de ajuste global” (1996, p.9).

Consistente com a opinião atrás referida, Dias (2011) defende que o “modelo de Associação de Desenvolvimento Local, criado no final da década de 80 início da década de 90, está esgotado e condenado a prazo se não for capaz de se recriar à luz dos desafios e do contexto que hoje enfrentamos (p. 4). De facto, este modelo não se enquadra na visão inclusiva e de cooperação que alguns autores defenderam para o desenvolvimento local e que a Animar também reivindica. O que se pretende do desenvolvimento local é que este seja um espaço de “criação e alargamento de esferas públicas, em que diferentes atores políticos, económicos, sociais dialoguem de maneira transparente a partir de seus próprios interesses em conflito, procurando construir um novo desenvolvimento local em conjunto” (Daniel, 2002, p. 33).

De acordo com Dias (2011) o atual quadro contextual para o desenvolvimento local em Portugal “resulta de uma tendência de “Estatização” e “funcionalização” (...) com o consequente esvaziamento de sentido e de conteúdo” (p. 2). Segundo este autor, parte da responsabilidade por esta situação cabe ao Estado na medida em que, por meio de programas e mecanismos de regulação conseguiu dotar as estruturas associativas de apoio ao desenvolvimento local de funcionalidade e estatizar as mesmas. Assim, continua este autor, estas estruturas foram sendo transformadas em extensões da administração pública e, como tal, colocadas ao serviço de políticas concebidas pela política central que, inúmeras vezes, não têm cabimento nas realidades locais a que têm de ser aplicadas. “Pode-se traduzir esta dinâmica como uma estratégia de ampliação da capacidade de ação do próprio Estado, que desta forma nos coloca numa situação de prestadores de serviços, aos quais não garante condições justas de funcionamento. Fala-se em concreto das desequilibradas relações com as estruturas de tutela e de gestão intermédia dos programas de apoio à intervenção” (Dias, 2011, p.2).

Com vista a contrariar a realidade descrita, o mesmo autor propõe, enquanto opção estratégica a seguir, a criação ou recriação de áreas de atuação que não se restrinjam às ideias que pautaram a fundamentação do desenvolvimento local nos idos anos 70 e

apelavam, então, à defesa da ruralidade e da intervenção em meios rurais, mas abracem a ideia da promoção da cidadania. Com esta nova forma de atuação, e tal como Dias (2011) acredita, “esta frente de atuação permite-nos desempenhar um papel de ligação e mediação entre os decisores políticos e a população, influenciando os dois lados, sem que isso implique a nossa estatização e funcionalização” (Dias, 2011, p.4).

A mesma linha de pensamento com vista à plena realização do Desenvolvimento Local é defendida por Monteiro (2019) que, no entanto, destaca o papel do Estado enquanto um dos motores do desenvolvimento e da coesão territoriais. De acordo com este autor, que defende que o desenvolvimento é, por definição, um conceito endógeno, que se faz de dentro para fora (Monteiro, 2019, o papel da “governança” deve ter como fundamento “uma abordagem que valorize o carácter endógeno e os protagonismos locais” (p.128-129) e assim assumir como objetivo o desenvolvimento numa perspetiva territorialista, colaborativa e amplamente participada. Na visão do mesmo, a perceção de territorialismo no contexto do desenvolvimento local representa um desafio de espacialização que encerra em si mesmo um confronto entre o funcionalismo e a mobilização do potencial endógeno das regiões. No primeiro dos conceitos, o da funcionalidade, encerram-se outras concetualizações como a de crescimento polarizado e modelos de centro-periferia. Já o conceito de potenciação endógena dos lugares abarca o paradigma do territorialismo (Monteiro, 2019, p.131).

Este último paradigma, que considera a abordagem territorialista, difere do conceito de funcionalidade pelo facto de dotar a identidade e as dinâmicas de cada território de suma importância na tarefa de conseguir a promoção do desenvolvimento, tal como o autor bem explica: “o desenvolvimento territorial designa um desenvolvimento endógeno e espacialmente integrado, alavanca o contributo dos atores que operam em múltiplas escalas e traz valor incremental aos esforços nacionais de desenvolvimento” (Romeo, 2015, p. 17; Monteiro, 2019, p.132).

Esta perspetiva, por sua vez, não exclui a análise e abordagem do desenvolvimento local por outros prismas, como, por exemplo, a que aponta para a compreensão dos territórios como sistemas complexos e que lhes considera, nesta abordagem, os vários aspetos de dinamização e de inovação que possam ali ser identificados e que lhe permitam (re)afirmar-se e reagir às perturbações, internas e externas, positivas e negativas. Esta perspetiva não é nova, pois Maillat (1998) falava sobre os meios inovadores enquanto elementos dinâmicos de inovação territorial e também

considerava que o uso dos recursos imateriais, como as redes, a liderança, o conhecimento e a aprendizagem, deveria ser colocado à disposição de processos de criação tecnológica favorecedora do ideal de localidade (Monteiro, 2019, p.133).

A ambição enunciada é a de que a adoção de práticas de “boa governança” ou de “governança multinível” signifique um esbatimento da centralidade do Estado na condução das decisões públicas e a deslocação desse poder em duas direções: (...) ao nível vertical, tanto num sentido descendente, pela transferência de alguns poderes para instâncias supranacionais (Comissão Europeia e outras), como no sentido descendente, pela delegação de competências e responsabilidades do governo central para os governos sub-regionais; ao nível horizontal, pelo envolvimento de agentes externos (organizações da sociedade civil, movimentos sociais, etc.) no ciclo das políticas públicas, não só no que concerne à implementação de medidas e provisão de serviços públicos, mas igualmente na definição conjunta das agendas políticas” (Monteiro, 2019 p.137).

2.2 DO LOCAL AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

O desenvolvimento local é, na opinião de vários autores (Polèse e Stren, 2000; Henriques, 2006; Castilho; Arenhardt; Bourlegat, 2009; Faria, 2012; Martínez; Villa; Vázquez, 2013) o melhor mecanismo de promoção da sustentabilidade, na medida em que só ele detém a característica de proximidade capaz de responder aos desafios de integração que se colocam à maioria das comunidades mundiais onde a cidadania se reinventa a cada dia. Por via desta particularidade e potencial, o desenvolvimento local tem merecido atenção por parte de várias organizações mundiais desde os anos 80 do século passado (Henriques, 2006).

Entendido num contexto de compatibilidade entre o ambiente, as comunidades e a sustentabilidade, o desenvolvimento local tende a ser concetualizado na mesma linha de entendimento que se coloca para o desenvolvimento em si mesmo, ou seja, sob a égide de duas linhas teóricas embasadas pelo pensamento económico (Martinelli & Joyal, 2004). Por um lado, e do ponto de vista teórico, o conceito apresenta-se como sinónimo de crescimento das finanças locais e, numa outra face, conjetural e empírica, é entendido como elemento proporcionador de melhorias na qualidade de vida dos indivíduos, com enfoque, neste âmbito, parâmetros estruturais comuns como a saúde, a educação, a segurança e a qualidade ambiental (Souza, 2005; Araújo, 2010).

Aos conceitos de desenvolvimento que acima analisamos e à ideia base que prevalece dessa análise, de que a conceção de desenvolvimento não pode configurar-se ao acúmulo de bens e dinheiro (Sen, 2010), é importante acrescentar a noção indelével de espaço geográfico, ou seja, o desenvolvimento ocorre num espaço concreto, numa comunidade, pelo que a sua natureza territorial é inegável (Faria, 2012; Martínez; Villa; Vázquez, 2013). E é por via desta característica que se subscreve a ideia padrão de que as comunidades locais são as protagonistas do desenvolvimento e podem assumir o papel de promotoras do desenvolvimento sustentável (Castilho; Arenhardt; Bourlegat, 2009; Martínez; Villa; Vázquez, 2013). O conceito de local que aqui prevalece tem, no entanto, que diferir da visão tradicional que o concetualizava como o lugar de materialização de resultados das tendências económicas e afastar-se da ideia de crescimento polarizado, passando a assumir um novo movimento centrado no crescimento do local e nas suas proximidades, e na valorização dos recursos e culturas locais (Gomez, Freitas & Callejas, 2007).

De facto, ao pensar-se o desenvolvimento sustentável quando enquadrado na perspetiva local está-se, tal como afirma Martins (2002), a “dotá-lo de um carácter mais humano” pois, pressupõem-se que os indivíduos que compõem a comunidade são participantes da vida da mesma e interagem entre si com vista à criação de desenvolvimento. Trata-se de uma construção que, ainda de acordo com Martins (2002), implica a participação comunitária, entendida como “empenho pessoal por um aprendizado difícil das regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender” (Martins, 2002, p. 54).

Neste sentido, o desenvolvimento local implica “um processo de mudança de base comunitária, um grupo territorialmente enraizado, que se reconhece numa identidade comum e é capaz de se mobilizar em dinâmicas de solidariedade ativa para resolver problemas” (Amaro *et al.*, 2004, p. 5).

É no seio deste construto que se deve, também, equacionar a qualidade de vida, não de um ponto de vista individual, mas a nível coletivo e tendo por pilar de orientação a promoção de boas condições de acesso à saúde, à educação, a condições públicas de boa salubridade e outras valências que concorrem para a melhoria do bem comum (Castilho; Arenhardt; Bourlegat, 2009). Neste contexto, deve ainda ser avaliada a importância da construção e preservação da identidade comunitária, tratada como “imprescindível ao fortalecimento da comunidade em seu ambiente, possibilitando-lhe

a escolha das melhores soluções e, conseqüentemente, a condução do processo de desenvolvimento local" (Kashimoto, Marinho e Russeff, 2002, p. 41).

Assim, afere-se determinante para o desenvolvimento local, a promoção de uma cidadania participativa que se suporte na captação e autonomização dos atores locais para, com eles, se proceder ao combate das desigualdades e se empreender a procura por soluções inovadoras (Melo, 1998). Segundo Melo (1998) todo este processo "implica uma visão comum e partilhada, promovendo iniciativas integradas com base nas dimensões económica, social, cultural, política e ambiental" (p. 5).

Paralelamente, e segundo defendem Gomez, Freitas e Callejas (2007), este novo visionamento do desenvolvimento local contraria a ideia da existência de programas controlados internacionalmente e também afasta a autoridade de intervenção do Estado, enquanto entidade afastada e nacional, dando, ao invés, "primazia às raízes populares básicas" (Gomez, Freitas e Callejas, 2007. p. 94) na medida em que, se, como dizem estes autores, o desenvolvimento é para as pessoas, devem ser as pessoas a controlar o rumo do desenvolvimento (Gomez, Freitas e Callejas, 2007).

O desenvolvimento local é um conceito situado por vários autores, como resultado das experiências do desenvolvimento comunitário iniciadas a partir da década de 60 do século XX, nos países designados de países de terceiro mundo por ONGs ocidentais, que atuavam impulsionadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Holdcroft (1978) defendia o desenvolvimento comunitário enquanto um processo, método, programa, instituição, e/ou movimento que pretendia a congregação de esforços, para se encontrarem soluções, de forma democrática e com base científica, sugerindo que:

- "envolve toda a base da comunidade na solução dos seus próprios problemas;
- promove o ensino e insiste no uso de processos democráticos para a (re)solução de problemas comuns à comunidade;
- estimula e facilita a transferência de tecnologias para que a comunidade possa solucionar, de forma efetiva, os seus problemas comuns. (Holdcroft, 1978, p. 10).

A dimensão democrática e cidadã considerada fundamental por Holdcroft foi defendida por Melo (1998), considerando que a cidadania participativa, o empoderamento, a autonomização dos agentes locais aliadas a uma visão comum,

partilhada e integrada era desenvolvimento local, ideia retomada à frente. O desenvolvimento local é, antes de mais, uma vontade comum de melhorar o quotidiano, e a vida das comunidades. Esta proposta concetual de Melo (1998) que surge nas dinâmicas da rede Animar, é também partilhada por Amaro (*et. al.*, 2004), que entendem o desenvolvimento local “como um processo de mudança de base comunitária, um grupo territorialmente enraizado, que se reconhece numa identidade comum e é capaz de se mobilizar em dinâmicas de solidariedade ativa para resolver problemas” (p. 80). Trata-se de um conceito que defende que o desenvolvimento local enquanto um processo desencadeado a partir da constatação dos problemas locais pela própria comunidade, problemas para os quais os seus membros mobilizam as suas capacidades “endógenas” e recursos com vista à sua melhor resolução, fazendo-o através de um processo pedagógico e participativo. Amaro (*et al.*, 2004 p.80) defendem que, reconhecendo a insuficiência dos recursos endógenos, os membros das comunidades procuram capacidades exógenas (humanas/técnicas, financeiras, informativas, materiais...) fora dos seus territórios, que reforcem a perspetiva multidimensional e integrada, consolidada numa lógica de parceria e de partilha de perspetivas e recursos, com base numa grande diversidade de protagonistas, caminhos e processos e com um alto impacto social na comunidade. Entendido como a partir da comunidade, mas também enquanto política comunitária, o parecer do Comité Económico e Social Europeu destaca o «Desenvolvimento local de base comunitária enquanto instrumento da política de coesão 2014-2020» como a procura de mecanismos de desenvolvimento local de base comunitária enquanto instrumento específico que permite a mobilização e envolvimento de comunidades e organizações locais, de modo a que estas contribuam para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, reforçando a coesão territorial.

Claro que, para aferirmos todos estes conceitos na sua ampla e verdadeira asserção, importa também esclarecer o significado de local que assume, pela dinâmica que lhe é intrinsecamente característica, uma multiplicidade de conceções. Assim, e quando analisado à luz do localismo clássico, enquadrado no seio do pensamento económico tradicional, este conceito pode ser clarificado como sendo um lugar de materialização dos resultados das tendências económicas. É sob esta visão concetual que MyrdaI, Hicherman, Vernon, Upietz (citado por Gomez, Freitas e Callejas, 2007), e outros autores, estabelecem o elo de ligação entre a teoria da localização e a teoria do crescimento económico que viria conduzir ao aparecimento da ideia de crescimento polarizado e introduzir a localização ótima de um determinado investimento. Também

seria a que permitisse a produção de efeitos de difusão do crescimento económico pelos espaços circundantes como novo fator de racionalização nos esforços de promoção do desenvolvimento (Gomez, Freitas e Callejas, 2007).

A partir desta visão de local também se percecionou o desenvolvimento que se deseja para ele a partir “de baixo”, invertendo a direção dos seus processos de desenvolvimento e contrariando a ideia superior de que o desenvolvimento local resulta de modelos de desenvolvimento criados nas instâncias mais elevadas, aquelas que criam e gerem programas internacionais. A perceção do conceito de local e de desenvolvimento, numa análise mais concreta e determinante, ressalva a importante noção de que esse desenvolvimento afeta o povo que vive no local e que, por ser o primeiro e principal afetado, esse povo deveria ser livre de controlar o seu destino. De facto, é importante sublinhar-se aqui que o povo é a representatividade fiel do recurso mais importante que o próprio processo de desenvolvimento local apresentado.

Foi, de resto, esta ideia, que esteve na base da criação do conceito de desenvolvimento comunitário, cuja expressão passou a fazer parte da linguagem internacional como meio de significar o conjunto dos processos pelos quais os habitantes de um país unem os seus esforços aos dos poderes públicos para, em conjunto, promoverem a situação económica, social e cultural das coletividades. Esta associação da vida das comunidades à vida de uma nação é que constitui a mola progressista de um país (Gomez, Freitas e Callejas, 2007).

No contexto concetual de local e desenvolvimento local, e no enquadramento que agora observamos, terá sido possível, pela primeira vez, abordar-se a temática do ecodesenvolvimento, pois esta só fazia sentido inserida no modelo de desenvolvimento dominante. Desde o tempo em que as primeiras preocupações ambientais colocaram esta terminologia na pauta dos assuntos internacionais, esse remoto ano de 1972 no palco da Conferência de Estocolmo, tornou-se evidente a necessidade de traçar novas estratégias de desenvolvimento de âmbito local que se apresentassem coerentes com as matrizes externas e de natureza sociopolíticas que o mundo planeava e visava implementar (Gomez, Freitas e Callejas, 2007). É neste contexto também que melhor se entende a opinião de Melo (1998), segundo a qual “a promoção de uma cidadania participativa, a capacitação e autonomização dos atores locais para combater as desigualdades locais e procurar soluções inovadoras é um processo de desenvolvimento local que implica uma visão comum e partilhada,

promovendo iniciativas integradas com base nas dimensões económica, social, cultural, política e ambiental” (p. 5).

Entendido, então, à luz do localismo clássico como um ator coletivo na dramaturgia do desenvolvimento local, o local é o protagonista que “negocia continuamente a sua posição na hierarquia dos locais: é um local relacional” (Ruivo, 1993, p.97), cujo universo político não se cinge, em específico, ao lugar onde se encontra geograficamente plantado. Segundo Seabra (1993), o local pode ser definido como uma encruzilhada na medida em que, concetualmente, se torna espaço de concretização de uma multiplicidade de cruzamentos, “é no local que adquirem significado as políticas globais pelo modo como aí se concretizam e adaptam e relacionam, sendo afinal pelo conjunto constituído tais universos que se estrutura o edifício da política nacional” (p.97).

Se analisado sob a égide territorializada das relações sociais, o local terá o condão de operacionalizar a resenha entre as dimensões do social para, a partir desta síntese, reedificar e unificar a diversidade das lógicas de funcionamento dos seus atores individuais e coletivos, aqui o local não pode ser encarado como mero espaço de confronto e de conflitos, como também, o lugar de pertenças, de solidariedade. Assim, são atores territorialmente instalados, e que partilham uma identidade telúrica e um sentimento de pertença coletivo e de doação de energia para a realização dos processos que conduzam ao desenvolvimento (Ferreira e Guerra, 1993). É deste local que emana o desenvolvimento e este não é “local” “porque as forças que agem no seu território sejam inteiramente endógenas, mas porque os agentes locais negociam, controlam, integram as exogeneidades num projeto local de desenvolvimento” (Ferreira e Guerra, 1993, p. 312).

Retomando a ideia acima expressa da necessidade de clarificar e analisar o local no contexto da sua multiplicidade de conceções e para lá do âmbito das definições do localismo clássico já abordadas, o local tem também que ser estudado sob o ponto de vista da sua historicidade específica, apartado dos enredos deterministas dicotómicos que tantas vezes lhe tomam a voz e apresentado como objeto científico que semana do desenvolvimento local e se reveste de identidades sociais que em si e por si assumem funções complexas. Segundo esta perspetiva, o local, sempre revestido de validade paradigmática, não pode ser recurso único para se explicar as formas e o conteúdo do desenvolvimento que nele ocorre, pois o desenvolvimento local não é “um mero

fenómeno coletivo de incidência territorial endogénica que supera as insuficiências de institucionalização e de socialização do Estado-Nação” (Ferreira e Guerra, 1993, p.495) e, portanto, não pode ser, no âmbito dos seus princípios e práticas, analisado como conjunto de simples realidades epifenomenais de adaptação e de reação.

Neste contexto, e segundo esta perspetiva, o local pode também ser designado de território, onde a identidade e o controlo (no sentido de domínio ou posse) se afirmam num espaço e estão sujeitos a uma apropriação coletiva que coloca os habitantes desse lugar a vivenciarem os mesmos interesses e a partilharem referências culturais comuns. Enquanto território, palco do desenvolvimento local e espaço de acolhimento de diferentes atributos, o local é berço de um desenvolvimento que implica “a criação ou reforço de ligações, a integração de pessoas e dos seus ambientes sociais” (Moreno, 2003, p.34) e apresenta-se como situação concreta, palpável, passível de ser acedida por qualquer pessoa, seja em cenário rural seja no seio das maiores urbanidades. “Por este motivo, a rede ‘Animar’, ao procurar promover a integração territorial, como inerência da solidariedade económica e social entre todos os ativos, inclui entre os seus membros entidades urbanas, as quais constroem paulatinamente os alicerces de uma sociedade coesiva e inclusiva” (Moreno, 2003, p.34).

Este posicionamento é, de resto, a grande justificação da inovação social que esta rede visa dinamizar, na medida em que só a participação abrangente de todas as esferas geosociais garante o desenvolvimento participado e em rede que tem alicerces locais, mas funciona em sistema ascendente. Da mesma forma, e na mesma perspetiva, o desenvolvimento local contribui para o melhor ordenamento do território, fazendo-o através do exercício da cidadania ativa e dotando os indivíduos (singulares ou coletivos) de poder e responsabilidade sobre o seu “espaço vivido” (Moreno, 2003, p.37).

2.3. DESENVOLVIMENTO LOCAL, COMPLEXIDADES E GOVERNANÇA

A complexidade, os particularismos e a delimitação do objeto de análise do Desenvolvimento Local são de tal forma emaranhados que os critérios epistemológicos que garantem exaustividade científica no estudo do conceito e do seu processo nem sempre são realizáveis. Todavia, as características mais marcantes e fundamentais deste conceito, essas, podem ser estudadas, assim como os problemas que o afetam. Da

mesma maneira, também é possível o estudo das tendências de evolução espacial que se tornam mais representativas para o desenvolvimento local (Ferreira, 1993, p. 498).

Neste enquadramento, a observação das comunidades locais, e o registo das suas características positivas e negativas, pode representar um primeiro passo essencial na tarefa de delimitação da essência nuclear do desenvolvimento local. Os recursos naturais de um determinado lugar, o regime administrativo e de análise demográfica, o tamanho do território e o ambiente que o define são elementos de configuração física e simbólica que afetam as funções de produção e de interação de determinada comunidade. Acresce à observação destes elementos a análise que se pode fazer às capacidades e possibilidades que os indivíduos que residem no lugar têm para fomentar a economia local e, da mesma perspetiva, também se pode observar e registar de forma fidedigna, os modos da cultura articulada que os indivíduos desenvolvem entre os recursos naturais que têm e o seu próprio saber fazer, e a sua identidade. Neste plano observacional, pode ainda ser considerado um terceiro parâmetro que tem a ver com as atividades políticas e sociais, mesmo não sendo consideravelmente institucionalizadas, que geram interação social no âmbito da relação espaço-tempo da vida real de cada habitante. Como reforço da importância destas observações com vista a avaliar o Desenvolvimento Local, importa ter em conta que a cultura é a parte inerente ao conhecimento humano e que este, por sua vez, resulta da vivência e troca de experiências quotidiana dos indivíduos entre si. É por esta razão que Ferreira (1993) sustenta que as “representações coletivas são as sínteses culturais de um imaginário identitário que articula todo o espaço-tempo da vida e da morte em termos espontâneos e naturais e, conseqüentemente, ritualiza seus diálogos panteístas de forma polimórfica” (p.499).

A complexidade do conceito de desenvolvimento local, a que já tantas vezes se fez alusão, apresenta-se também como embaraço à descrição rigorosa das articulações estruturais entre o próprio desenvolvimento local e as identidades sociais que existem nas comunidades. Para que estas dificuldades sejam suplantadas (ou minimizadas) e se possam aferir as tendências básicas da articulação que existe entre os indivíduos e o seu meio a análise a realizar deve incidir, de acordo com a opinião de Ferreira (1993), nos seguintes aspetos:

“- o equilíbrio ecossistémico das coletividades locais, relacionando o território, recursos naturais e tipologias de relações e interações sociais;

- a retoma do espírito comunitário baseado em relações e interações sociais modeladas pelo interconhecimento, a participação e a solidariedade;
- a tendência da localização espacial das atividades económicas e a reestruturação do espaço rural, enquanto fenómenos despoletados pela contra-urbanização das sociedades” (p.508).

Já segundo expõe Fernandes (1996), as comunidades locais são revestidas de características que as diferenciam entre si tendo em comum ideias-força que devem constar da análise detalhada. Essas ideias são, segundo o autor em causa (Fernandes, 1996, p. 29):

- “Os projetos de base territorial, pois estes privilegiam questões de pertença e reforçam a incidência local/comunitária;
- Os projetos que valorizam a participação das populações e que pretendem suscitar e mobilizar as capacidades de iniciativa existentes nas comunidades locais;
- Os projetos que têm como objetivo o desenvolvimento integrado e que, por isso, abarcam um leque de áreas de intervenção, articulando diferentes grupos e setores e partindo do princípio inquestionável de que existe uma base de funcionamento interdisciplinar entre eles;
- Os projetos que privilegiam as zonas mais marginalizadas das sociedades atuais (zonas suburbanas degradadas, desempregados, crianças e Jovens, idosos, reformados, deficientes, mulheres isoladas, minorias étnicas, etc.);
- E, por último, os projetos que apresentam soluções inovadoras” .

O plano observacional proposto não exclui, como seria óbvio, as limitações com que cada comunidade local se depara, pelo que, na análise a efetuar também devem ser levados em conta as:

- Dificuldades que a colocação em prática dos projetos e objetivos encontra, sobretudo ao nível da participação do maior número possível de indivíduos participantes da comunidade;

- A falta de sentimento telúrico por parte de alguns habitantes e mesmo de grupos locais, em particular aqueles que surgem de fora em contexto de equipa e com a missão de implementar iniciativas.
- A tendência para o localismo que tantas vezes ocorre nestas atividades e que pode decorrer na ideia de autossuficiência e no encerramento da comunidade a horizontes mais alargados (Fernandes, 1996, p. 29).

São estas observações e a indicação do que deve ser analisado com vista à fomentação do desenvolvimento local que é preciso levar em consideração, pois que este é um processo endógeno que ocorre em pequenas unidades territoriais e junto de agrupamentos de pessoas com vista à dinamização económica e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que perfazem as comunidades intervencionadas. De facto, e correndo o risco de nos aproximarmos da redundância, nunca é demais lembrar que o desenvolvimento local representa “uma singular transformação nas bases económicas e na organização social no nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas” (Buarque, 1999, p. 9).

Na persecução deste fim cabe lugar à criação de novos padrões de organização e modos de regulação dos mesmos como elementos-chave importantíssimos para se conseguir a reconfiguração de paradigmas de construção da esfera pública. Estes novos padrões e a sua reconfiguração podem ser parcerias interorganizacionais ou redes sociais, por exemplo, regulados por espaços ampliados de concertação e dinâmicas democrático participativas de planeamento e gestão. A gestão da nova dinâmica reconfigurada da esfera-pública que o desenvolvimento local almeja pode ser compartilhada e participativa e deve apresentar-se relacionada com a construção das novas dinâmicas públicas capazes de conduzir e reconduzir os processos de desenvolvimento local (Silveira e Reis, 2003).

Por estas asserções afere-se que o desenvolvimento local não é um processo singular, pelo contrário, deve ser coprotagonizado por todos os agentes que fazem parte do construto de relações locais e abrir espaço também à atuação dos atores institucionais. Assim, o desenvolvimento local passa a ser visto como a afirmação dos novos modelos de relacionamento na medida em que só estes garantem a articulação entre os agentes

autónomos dos diferentes setores (governo, sociedade civil, mercado) na construção dos processos de desenvolvimento (Silveira, 2010).

Só assim, por meio destas estratégias de intrincamento multidisciplinar, é possível dar resposta à pergunta “como procurar participação num ambiente desigual marcado por relações de poder desiguais?” que Silveira (2010, p. 47) lembrou na sua obra “Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança” e atribuiu a Roesh, a resposta cabível contém a tarefa de “superação de lógicas hierárquicas (quanto ao padrão de organização) e autocráticas (quanto ao modo de regulação de conflitos)” (Ibidem) e supõe também que se instaure um conjunto de processos em que as mudanças de regras e formatos entram no tabuleiro do jogo juntamente com as mudanças de comportamentos e as alterações dos papéis sociais. Tudo isto significa, no final, a transformação da cultura política que é ainda revestida da tradição de tutela e do clientelismo. Segundo o autor referido, por esta transformação passam também os papéis atribuídos aos protagonistas locais, que, certamente, terão de ceder as suas posições em palco a novos e mais versáteis atores (Silveira, 2010).

Esta total e radical mudança de paradigma que o desenvolvimento local reclama é subscrita por Ladislau Dowbor (2001), citado por Silveira (2010), que defende a passagem “da filosofia da pirâmide para a filosofia da rede. Por meio desta defesa o autor, ainda que despropositadamente, traz à luz do debate um novo conceito e impõe a tarefa da sua clarificação. Trata-se do conceito de redes e da sua operacionalização (Martinho, 2003).

Numa primeira abordagem, as características que vemos ser-lhe atribuídas são a natureza democrática e a capacidade de emancipação e abertura. As considerações de que o conceito tem sido alvo na literatura mostram que as redes são também predispostas à interdisciplinaridade e que se encontra ancorado em várias correntes do pensamento sistémico, mas também é analisado no âmbito das teorias da complexidade. No contexto do desenvolvimento local, que, de resto, é o que importa para a presente abordagem, as redes devem ser entendidas como objeto social, mas os seus aspetos mais universais não podem ser descurados. O primeiro destes aspetos, e também considerado básico, é o que diz respeito à sua conetividade social, sendo esta entendida como a capacidade de estabelecer ligações entre diferentes unidades ou componentes. Tratam-se de ligações que correspondem, no âmbito da

semântica, às relações construídas entre os elementos, o nós ou as pessoas e as organizações que constituem o todo da rede.

Um outro aspeto a considerar, mais lato no sentido em que ultrapassa a ideia básica da conectividade, e afeto a maior consideração, engloba as outras propriedades das redes como o facto destas constituírem um padrão de organização. Neste contexto, vários aspetos universais devem ser englobados, entre eles a não linearidade, o que quer dizer que a rede não é horizontal e direta, mas permite múltiplos laços de realimentação. No lugar mais abaixo desta enumeração de aspetos universais surge a capacidade que as redes têm de produzir “ordem sem chefe”, ou seja, por meio das redes acontece uma alteração hierárquica sendo que vinga, nesta configuração, a lei da independência e da auto-organização e autorregulação. Acresce a esta lista, a constatação das redes se caracterizarem como sistemas abertos e dinâmicos em que “conexões produzem conexões e novos pontos conectados incorporam ao sistema as conexões que carregam” (Martinho, 2003, p. 25). Mais um dos elementos que importa referir, o último desta lista que já vai longa, mas também o mais importante, é a questão da dinâmica da rede e a ocorrência desta pressupor a existência de múltiplos caminhos. “A densidade da rede não está relacionada diretamente ao número de pontos que a constituem, mas à quantidade de conexões que esses pontos estabelecem entre si. Quanto maior for a densidade da rede, menor será o número médio de conexões necessárias entre um ponto e outro de qualquer rede. Ou seja, quanto mais conexões uma rede tiver, quanto mais densa e tramada ela for, menor será o caminho entre qualquer ponto e outro” (Silveira, 2010, p. 51).

A última das características apontadas, que também se subscreveu como um dos mais importantes aspetos universais das redes, terminologia que em si mesma aponta para a existência de fluxos comunicacionais entre vários indivíduos, é a que coloca as redes no seio do desenvolvimento local e as dota de fluxos intralocais e fluxos mais amplos. É esta característica que permite ao desenvolvimento local a possibilidade de criar pontes de contato e irradiação com as esferas extra locais. É também a esta característica que o desenvolvimento local fica a dever à sua sagacidade e capacidade de dependência das cadeias de intermediários que o sistema clientelista tão bem conhece e a nova realidade do desenvolvimento local quer manter afastada (Silveira, 2010, p. 51).

A abordagem à concetualização de redes e dos sistemas que estas pressupõem sublinham, no âmbito deste estudo, conceitos marcantes do desenvolvimento local,

como queremos que seja entendido. Entre eles encontra-se a relação indissociável entre este e a democracia. Esta relação, tal como afirma Silveira (2010), tem vindo a ser acentuada de forma crescente e fortificada em vários contextos e perspetivas, sendo que todas elas têm em comum “uma visão multidimensional, sistémica ou integrada do desenvolvimento, como algo que se distingue do fenómeno do crescimento” (Silveira, 2010, p.46).

Também a promoção de uma cidadania participativa que engaje os cidadãos no processo de capacitação e autonomização para o combate às desigualdades locais é um instrumento que entra na equação do desenvolvimento local, enquanto elemento favorecer da criação de soluções inovadoras e promoção de uma visão comum que tenha por meta a elevação de iniciativas integradas nas várias dimensões da comunidade: a economia, a cultura, a política, o ambiente e a sociedade propriamente dita (Melo,1998, p.5).

Perante estas afirmações, e tal como Amaro (2004) constatou, o desenvolvimento local pode ser afirmado como um processo de mudança de base comunitária, trata-se, pois, de uma “promessa de renovação tanto de dinâmica económica como das práticas de democracia” (Tourjansky-Cabart, 1996, p.10).

Assumindo o compromisso de realizar essa transformação democrática e económica, o desenvolvimento local tem que chamar a si um leque abrangente de agentes de base coletiva e, neste conjunto, inserir a figura das Organizações de Desenvolvimento Local, que, segundo Mendes (2011), se traduzem em organizações de economia social cuja missão é a de contribuírem “para uma melhor coesão territorial dentro de um mesmo país, ou entre países; sem prejuízo doutras atividades que possam desenvolver” (Mendes e Pinto 2017, p.8). De acordo com o autor em referência, estas organizações cumprem a missão para que estão designadas “produzindo bens e serviços que, em grande parte, estão ligados a um território e a comunidades humanas que têm por suporte de vida esse território” (Mendes e Pinto 2017, p.8). São organizações que podem “ter uma incidência sectorial predominante” (Mendes e Pinto 2017, p.8) e cumprem os seus objetivos considerando e respeitando a natureza multidimensional dos vários processos em que estão envolvidas.

2.4. INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PROMOTORAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A radiografia do país nas últimas décadas do século XX mostra que Portugal era abrigo de zonas rurais marginalizadas e, como doença diagnosticada, urgia ultrapassar esta situação. Assim, os agentes de desenvolvimento criaram um primeiro ciclo de opções de combate ao problema onde se destacava a proposta de criação da iniciativa Comunitária LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural – enquanto Subvenção Global). Esta proposta, que remonta a 1991, veio dar resposta a um conjunto de propostas e reivindicações que grassavam um pouco por toda a Europa na voz dos dirigentes das primeiras intervenções de Desenvolvimento Local/Rural/integrado. Deste movimento de diálogo entre os agentes já citados e os seus interlocutores, os principais quadros políticos da União europeia, nasceu o documento “Que Futuro para o Mundo Rural” que, entre outros aspetos, sustentou o processo de passagem da governação à governança (Albino, 2004, p.19).

Em Portugal, esta alteração no sentido da execução do exercício político-administrativo racionalista, hierárquico e burocrático para uma prática versada em coordenação horizontal e vertical dos múltiplos atores envolvidos em finalidades e objetivos comuns encontrou, no cenário rural, o placo ideal de problematização privilegiado (Moreno, 2014, p. 62).

Foi este o palco que o Programa LEADER (Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) encontrou e foi nele que, este mesmo programa, deu início à territorialização do desenvolvimento rural (DR) com o apoio da iniciativa comunitária (IC) que se pautou pela contribuição para a construção de uma forma de inovação sócio territorial – e potenciadora de outras formas – a que se pode chamar governança rural. Moreno (2014) classifica esta terminologia, governança rural, como sendo o “exercício articulado e co-responsável de poderes, representando a diversidade de atores nas/das áreas rurais, de forma a cumprir objetivos de interesse geral/público” (Moreno, 2014 p.11).

A materialização do programa LEADER no nosso país, contou com a entrada em ação de 20 Grupos de Ação Local (GAL), entre os anos de 1991 e 1993, mas, nos anos seguintes, entre 1994 e até ao final da década, estes grupos somavam já quase meia

centena (48) que depressa foi ultrapassada para, em 2006, já contar 52 grupos de intervenção local e representar a cobertura quase total do território nacional.

Os territórios LEADER vieram a ser conotados com a criação das Comunidades Intermunicipais (CIM) e muitas das ações e considerações de atuação territorial também foram colocadas no âmbito das Direções Regionais sectoriais (de agricultura e outras). Acresceu, ainda, a toda esta rede de dinâmicas um conjunto de instâncias de referência político-administrativa que tinham manifesto interesse no desenvolvimento rural, mas, nem tanto, na política de governança destes territórios (Moreno, 2004, p.68).

Os grupos de ação local que emanaram do Programa LEADER podem ser descritos como parcerias estratégicas em que a coordenação associativa se apresenta como primeira característica. Estes grupos, também denominados de Associações de Desenvolvimento Local, foram responsáveis pelos Planos de Ação Local (PAL) e pelos Planos de Desenvolvimento Local. Ambos os planos constituíram um movimento original de promoção e valorização do rural através de intervenções que primaram pela “(re)construção de ‘território’ (rural multi-apropriado...), realizado com o desenvolvimento do seu capital, o capital territorial” (Moreno, 2014, p.58).

Após os primeiros anos de intervenções registou-se um plano de redução de meios, decorrente da crise económica em que toda a Europa se viu envolvida, e algumas das orientações políticas de coesão sofreram um abrandamento. Neste contexto de restrições, que incluiu a redução de liberdades da iniciativa cívica e da assistência municipalista tradicional, também o LEADER se viu afetado e as suas dinâmicas inovadoras no âmbito da IC EQUAL (2001-2009) só puderam ser enquadradas no quadro programado para os anos 2007-2013. Houve, portanto, uma redução do investimento na dimensão imaterial crítica da governança rural e verificou-se uma multiapropriação de territorialidades carentes de sustentação. Neste sentido, registaram-se também iniciativas de integração de contributos para uma economia plural e territorializada e os projetos de governança agro-rural, que tinham por base o favorecimento da continuidade de participações viabilizadoras de ações de satisfação de interesses particulares, algo corporativos ou sectoriais e/ou de utilitarismo de reduzida sinergia e limitado alcance no espaço e no tempo, foram limitados. De facto, neste cenário de crise, até o programa da “ Rede Rural Nacional (PRRN), que se insere nesta última situação de reduzida sinergia utilitarista (para o “intercâmbio de informações e

conhecimentos especializados entre os agentes dos territórios rurais”), apenas enquadrou o funcionamento da Rede (RRN) desde 2010, sob a responsabilidade coordenadora de um organismo do aparelho político- administrativo do governo central, tendo tido um progresso lento, em função de reduzidos meios e de limitações de participação dos atores” (Moreno, 2014, p.58).

Tratou-se de uma época em que o desejo de valorização das interioridades, como a promoção do potencial endógeno de pessoas e lugares através do cruzamento de estímulos externos e internos, em parceria e em rede, se enfraqueceu e as tentativas de promoção das políticas de coesão também encontraram mais obstáculos a ponto de se verem comprometidas “com o aperto funcionalizante e centrado no relativo reforço dos meios ao dispor dos poderes tradicionais, que mais (sobre)valorizam o ‘comer e dar a comer’ que o ‘saber e propiciar o saber’, mais o ‘obter e estimular a obter’ que o ‘preservar e estimular a dosear’” (Moreno, 2014, p.58).

Em continuidade, os processos de desenvolvimento local encontraram-se “num quadro de valorização truncada das interioridades (das pessoais às territoriais), num contexto em que a recuperação da tecnocracia (...) serve para apertar os caminhos de um utilitarismo neo-centralizador e bloqueador de ‘diversidades sem cabimentação’ (Moreno, 2014, p.58).

Apesar do programa LEADER, e das dinâmicas que o mesmo representou, a súpula das intervenções que dele partiram não é totalmente positiva porque este programa esbarrou com os obstáculos do tradicionalismo administrativo e os processos de Desenvolvimento Local/Rural, que o mesmo visou levar a cabo, foram impregnados dessas restrições de base centralista e municipalista a que se vieram somar os nefastos efeitos da crise. Assim, e apesar da multiplicidade de aspetos positivos, esta iniciativa comunitária veio a caracterizar-se de um instrumento revestido de incertezas e repleto de dúvidas “sobre as orientações da inovação social e institucional e sobre a qualidade das parcerias e do trabalho em rede associados a tais processos, na perspetiva de uma discutível governança rural” (Moreno, 2014, p.59), pelo que se optou por reduzida exploração nesta pesquisa.

2.5. DESENVOLVIMENTO LOCAL UM MOVIMENTO ASSOCIATIVO E DA SOCIEDADE CIVIL

O movimento associativo do Desenvolvimento Local em Portugal teve o seu início formal com a constituição, a 17 de setembro de 1993 em Aljustrel a Associação Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, tendo 7 anos mais tarde, no ano de 2000, fundada a Federação Minha Terra¹³. Este movimento emerge após a ocorrência de várias iniciativas comunitárias iniciadas na década de 80 e que foram resultado de algumas experiências de apoio às políticas autárquicas, através de processos de animação, levadas a cabo em décadas anteriores com vista a dar resposta às necessidades de desenvolvimento dos territórios rurais e, posteriormente, dos designados “bairros de lata”, em territórios fortemente urbanizados. As políticas autárquicas de animação sociocultural com o grau de estruturação e planeamento que as mesmas pressupõem, remeteram para novas formas de encarar o poder, enquanto mecanismo de desenvolvimento, (Lopes, 1993) sendo esta a posição assumida, desde o primeiro momento, pela Animar, que, em simultâneo, se afirmou por meio da sua capacidade de refletir, fazer e pensar o desenvolvimento local. A Animar foi a primeira rede de organizações de Desenvolvimento Local tendo-se afirmado como “rede de capacitação entre pares e de inovação social e societária, constituída pela diversidade e natureza de entidades e organizações, de agentes e de contextos de atuações, que defendem um modelo de desenvolvimento a partir do local, construído com base na participação, na igualdade e na solidariedade horizontal para a promoção da coesão social e territorial (Domingues, 2017, p.1).”

Atualmente, a Animar- Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local é uma associação constituída por entidades da economia social e por associados em nome individual. Esta associação consolidou-se num modelo organizativo em rede por entidades da economia social e solidária, que se encontram por todo o território

¹³ A Federação MINHA TERRA, tem por objeto promover o desenvolvimento local de base territorial e representar e defender os interesses das Associações de Desenvolvimento Local gestoras da Abordagem LEADER / Desenvolvimento Local de Base Comunitária

nacional e que contribuem para o desenvolvimento dos territórios onde se inserem e que atuam em diferentes domínios temáticos.

As entidades de Desenvolvimento Local sugerem uma abordagem de participação e partilha de responsabilidades, no sentido de integrar as comunidades numa base local/territorial, assegurando o envolvimento das pessoas, promovendo a igualdade, e provocando uma maior proximidade com o poder local, e entre as diferentes entidades. Estas características incitam a inovação e criatividade na procura de respostas na intervenção que realizam junto das comunidades. Para levarem a cabo estes intentos estas entidades suportam-se em apoios vindos, maioritariamente de fundos comunitários e de políticas públicas, recorrendo atualmente também a fundos privados. O parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o «Desenvolvimento local de base comunitária enquanto instrumento da política de coesão 2014-2020» propôs a procura de mecanismos de desenvolvimento local de base comunitária, apontando-os como instrumentos específicos que permitem a mobilização e envolvimento de comunidades e organizações locais, de modo a que contribuam para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, reforçando a coesão territorial, considerando-se que este caminho poderá ser reforçado no próximo e novo quadro comunitário de financiamento - Portugal 2030.

Partindo da definição de Desenvolvimento Local como todo o processo de mudança de base comunitária, em que a comunidade significa “um grupo humano territorialmente enraizado, que se reconhece numa identidade comum e é capaz de se mobilizar em dinâmicas de solidariedade ativa para resolver problemas” (Albino, 2010, p.80), e considerando que este desenvolvimento toma lugar “a partir da constatação de que há problemas/necessidades fundamentais, na comunidade por resolver” (Albino, 2010, p.80), o movimento associativo da Animar foi desenvolvendo respostas, algumas instituindo em práticas fundamentais para o desenvolvimento, sem perder a sua vocação formativa e educativa, da qual a realização da Manifesta assumiu especial destaque. A Manifesta (Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local) organizada num período bienal (Panacova-2018, Vila Nova de Gaia -2016, Santarém 2014 e 1994, Montalegre -2011, Peniche -2009, Trancoso -2005, Serpa – 2003, Tavira – 2001, Amarante -1998 e Tondela 1996) , foi dando visibilidade e reconhecimento à necessidade de animar o movimento de desenvolvimento local através da promoção de eventos como espaço de encontros, atividades e projetos. No contexto da Rede Animar, a promoção da Manifesta assumiu uma proporção cada vez mais exigente, pela

importância que representava para o movimento associativo enquanto “um processo participativo, mobilizador, capaz de produzir uma reflexão sobre as práticas e um pensamento sobre as dimensões da atuação das Organizações de Desenvolvimento Local” (Albino, 2010, p.37). No âmbito da atuação da Manifesta encerra-se um compromisso de realização e reconhecimento do papel do Movimento de desenvolvimento local na construção de uma sociedade cada vez mais humana e cada vez mais inclusiva (Albino, 2010, p.37).

Por meio da realização da Manifesta foi-se pautando, ao longo dos tempos, a ideia de que o desenvolvimento local é um processo endógeno, sustentado e participado, que se baseia em metodologias de intervenção integrada e apresenta vantagens para a resolução ou redução de quatro dos principais e mais evidentes problemas da sociedade portuguesa: “o futuro do mundo rural, a criação de emprego, a pobreza e exclusão social e o desenraizamento social da escola” (Fernandes, 1996, p.30), o autor acrescenta a esta lista um outro problema, que se prende com o analfabetismo literal e funcional e a baixa escolaridade.

As entidades de Desenvolvimento Local trouxeram uma nova abordagem ao desenvolvimento, no sentido de integrar as comunidades através de estratégias constituídas em parcerias de animação territorial em rede. Estas organizações são, por excelência, agentes de desenvolvimento que contribuem para dar resposta aos problemas e necessidades locais e alavancam oportunidades, podendo, deste modo, reduzir as dificuldades dos territórios. Por outro lado, as entidades de desenvolvimento local, conjuntamente com as restantes entidades da economia social, constituem um forte pilar de apoio e criação de emprego a nível local.

Esta representação do desenvolvimento local vai de encontro ao conceito de Organização de Desenvolvimento Local, proposto por Mendes e Pinto (2017) na sequência da evolução concetual aplicada às interpretações do conceito que Mendes (2011) havia feito anteriormente, e em que estas organizações passam a ser identificadas como organizações de economia social cuja missão passa pelo contributo para uma melhor coesão territorial dentro de um mesmo país, ou entre países. De acordo com estes autores, as organizações de desenvolvimento local, sem prejuízo doutras atividades que possam desenvolver, cumprem a missão atrás referida, através da produção de bens e serviços que, em grande parte, estão ligados a um território e a comunidades humanas que têm por suporte de vida esse território: Da mesma forma, e

também sem prejuízo das suas atividades poderem ter uma incidência sectorial predominante, elas cumprem a sua missão procurando ter em atenção a natureza multidimensional que devem ter os processos de desenvolvimento.

No quadro de entendimento da Animar o Desenvolvimento local é entendido como um processo que resulta da cidadania ativa e participativa de uma comunidade, na procura da resolução dos seus problemas ou para a alavancagem das suas oportunidades, que através de parcerias construídas em dinâmicas de rede de base horizontal, emancipatórias e promotoras da igualdade, contribuem para o desenvolvimento equitativo e integral das suas comunidades. As organizações do Desenvolvimento Local são as que mais inovam, as que mais lidam com a diversidade, e as que constroem as suas iniciativas através, com e para as suas comunidades.

O desenvolvimento local representa a diversidade de organizações que partilham a defesa de um modelo de desenvolvimento, que reforça o papel da sociedade civil no desenvolvimento do seu território, através da promoção de uma cidadania ativa e participativa, da igualdade de género e oportunidades de tratamento, privilegiando a solidariedade horizontal e emancipatória. Traduz-se assim, em lógicas de pensar, planear, atuar e avaliar a partir do local para o global, enquanto contributo fundamental para as organizações de desenvolvimento local para a coesão social e territorial.

2.6. ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA E O MOVIMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Uma boa parte das entidades de economia social surgem e surgiram de dinâmicas de desenvolvimento local, do processo de cidadania participativa, da auto-organização comunitária, que as políticas públicas foram promovendo nos diferentes territórios, e que valorizavam os recursos locais, a identidade dos territórios e as suas comunidades

Um estudo recente da Universidade Católica, lançado em 2017 (Mendes e Pinto, 2017, p. 15), tentou enquadrar as diferentes tipologias e naturezas das organizações da economia social, naquelas que poderiam assumir características que as identificassem enquanto entidades de desenvolvimento local. No estudo mencionado, as organizações de economia social são definidas como aquelas que satisfazem cumulativamente um conjunto de condições que a seguidamente se mencionam:

- “têm personalidade jurídica, ou, sendo informais, dispõem de normas do conhecimento público que regulam a pertença à organização e o seu modo de governo;
- são privadas, no sentido de nascerem da iniciativa da sociedade civil e, por isso, não pertencerem nem à administração direta ou indireta do Estado, nem à Administração Pública autónoma, nem à categoria de sociedades de interesse coletivo;
- têm formas de autogoverno;
- são de adesão voluntária;
- estão abertas a contribuições voluntárias dos seus membros ou doutras entidades;
- incluem nas suas missões principais o incentivo à organização da ação coletiva para o desenvolvimento de relações mais solidárias dos seres humanos entre si e com o ambiente em que vivem;
- fazem isso através da produção de um conjunto de bens ou serviços onde têm uma posição importante um ou vários dos tipos seguintes:
- para produzirem esses bens e serviços, constituem um património gerido em regime de propriedade comum (Mendes e Pinto, 2017, p. 15)”

As condições elencadas por Mendes e Pinto (2017) estão em consonância com o artigo 5.º da Lei de Bases da Economia Social de 8 de maio de 2013, onde se plasman os Princípios orientadores da Economia Social:

- a) O primado das pessoas e dos objetivos sociais;
- b) A adesão e participação livre e voluntária;
- c) O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
- d) A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral;

e) O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade;

f) A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social;

g) A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada.

Estando a intervenção da Animar associada às fragilidades de atuação do Estado e da identificação de novos problemas sociais, ambientais, económicos, e políticos, reforçados pela incapacidade de atuação integrada das políticas públicas, a dimensão de atuação política da Animar reforça a ideia do universo da rede Animar não se esgotar na economia social e encontrar-se mais próximo do conceito de economia social e solidária dentro do seu seio, defendida afincadamente por um dos fundadores da Animar, o economista Rogério Roque Amaro¹⁴.

A economia solidária está profundamente conexas à retoma de diálogo entre a economia nas suas diferentes expressões, das quais se concretizam em diferentes lógicas, ora vocacionadas para o mercado, ora vocacionadas para o bem estar e resposta às necessidades das pessoas, sendo esta última a destacada pelo contributo para a justiça e coesão social. Na economia social e solidária multiplicam-se ações coletivas de proximidade e solidariedade, de cooperação e de reciprocidade com fortes preocupações com o local, e associadas por vezes, à renovação da nova economia social, por esta gerar “diferenças e antagonismos entre o que alguns autores designam como a “nova” e a “velha” Economia Social, o que, de um modo geral, corresponderia a considerar as cooperativas, mutualidades, misericórdias e fundações como a “velha” Economia Social e como “nova” os diversos tipos de

¹⁴ Rogério Roque Amaro, Professor Associado Departamento de Economia Política (ECSH) do ISCTE e Fundador da Animar.

associações e de outras organizações também associadas à solidariedade e ao desenvolvimento local” (Observatório da Economia Social Portuguesa, 2011; s/p).

A economia solidária, para Laville (2009), conjuga três tipos de recursos: os procedentes da reciprocidade entre os seus membros; os recursos públicos, assentes no princípio da redistribuição, que tem o Estado enquanto responsável e os recursos de mercado, obtidos nas relações de troca comerciais, posição reforçada pelo Comité Económico e Social Europeu (2006) O conceito de economia solidária tenta ligar estes três polos do sistema, resultando “formas híbridas, entre as economias de mercado, de não mercado e não monetárias, com recursos provenientes de várias origens: do mercado (comercialização de bens e serviços), do não mercado (subsídios governamentais e donativos) e do sistema não monetário (voluntariado) (p.14)”

Este pluralismo da economia social e solidária é também realçado por França (2003) na sua vertente ideológica situando-a;

“como uma corrente de pensamento e de ação que visa recuperar o sentido social e ético da economia para enfrentar a desigualdade, a pobreza e a exclusão. Trata-se de um enfoque baseado na supremacia do indivíduo e da sua capacidade de realização, mas de um indivíduo capaz de apoiar e ser apoiado por outros e de reconhecer restrições à sua liberdade perante os direitos dos demais. Nesse sentido, pretende incidir sobre as relações sociais consubstanciadas nos intercâmbios económicos, garantindo que estejam de acordo com os direitos e obrigações de todos os envolvidos. A lógica da economia solidária é a procura da satisfação das necessidades e não apenas o acumular de lucros” (p. 33).

No entanto e naturalmente, o conceito que mais se aproxima com as práticas da Animar e que resulta da visão de dois investigadores de referência e associados da Animar (Amaro e Madelino, 2004), destacam a dimensão “solidária”, no sentido holístico, interdependente, sistémico e integrador com as várias expressões de vida, pela qual esta se expressa, em sete dimensões (Amaro e Madelino, 2004, pp.12-13):

- “A economia social e solidária é uma atividade económica, uma forma de produção e/ou distribuição de bens e serviços, de criação de empregos, de rendimentos e de satisfação de necessidades;

- É promotora de coesão social, da integração social e do combate a qualquer tipo de desequilíbrios ou injustiças sociais, assumindo um papel fundamental na integração das pessoas em situação de desfavorecimento social, sendo um mecanismo de combate à pobreza e exclusão social;
- É respeitadora e valorizadora do ambiente, na preservação dos ecossistemas da biodiversidade e de todos os recursos locais;
- É respeitadora e valorizadora da diversidade cultural, como a preservação dos saberes das entidades e promotora do diálogo intercultural;
- Sustenta-se numa gestão eficiente e integrada, no sentido de serem geridas com boa governança, transparência e numa lógica integrada, de parceria e de avaliação permanente;
- Tende a ser territorialidade e promotora de desenvolvimento local, de mecanismos que valorizem as capacidades das comunidades locais e que, assim, satisfaçam as suas próprias necessidades.”

A estas dimensões, Amaro (2004), realça a intervenção da Animar e a sua proximidade com as lógicas de investigação-ação, que lhe permitem uma resiliência e criatividade, que cria condições para adaptação a novos desafios, e um conjunto de benefícios sociais, nomeadamente,

- A valorização na participação das populações, no que concerne ao envolvimento e procura de soluções para a própria comunidade;
- Uma maior proximidade e identificação das necessidades das comunidades bem como das capacidades e potencialidades locais;
- O favorecimento das zonas mais excluídas e marginalizadas das sociedades atuais tendo em conta o seu território;
- O reforço do trabalho em parcerias e da cooperação interinstitucional preconizando alternativas concretas à dicotomia tradicional Estado-mercado;
- A adoção de novos mecanismos de regulação nos conflitos e nas contradições locais, mais descentralizados;
- A leitura territorializada, permitindo a resposta a situações de marginalização e a crises locais, com favorecimento de dinâmicas mais participativas.

A estas claras vantagens, no entanto, opõem-se limitações que afetam o desempenho destas iniciativas e que Henriques (1991) e Amaro (1997) as identificaram como sendo várias, entre elas a dificuldade em desenvolver processos participados e abranger as comunidades nas diferentes iniciativas, a ausência de um sentimento de pertença, a interiorização do localismo em contraponto com a visão mais global, a necessidade de financiamento e competências para a ação e gestão e entrada no mercado de produtos e serviços.

Estas fragilidades são agora temas atuais de debate público, pela promoção do empreendedorismo social e pela possibilidade de desenvolvimento da economia social em lógicas complementares ao mercado, ou até, em lógicas integradas no mercado.

Esta visão alternativa à economia social procura a valorização dos territórios, na medida em que favorecem o desenvolvimento dos locais, independentemente das suas geometrias ou fronteiras, e implica a participação organizada da sociedade civil (central e local) na persecução de uma cada vez maior qualidade de vida e diversidade dos foros ambiental, cultural e económico, considerando-se, assim, que o Desenvolvimento local concorre enquanto estruturante para a sustentabilidade das comunidades.

Ao afirmar-se como “desenvolvimento alternativo”, ainda que de alternativa inclusiva, - como defende a Animar, o desenvolvimento local, “é político até à medula” (Friedmann, 1992 citado por Moreno, 2003), pois implica o envolvimento de toda a sociedade que, em situação de desvantagem social e/ou territorial, tem de levar a cabo uma dinâmica continuada de ganho e retenção de poderes e responsabilidade, designada de empoderamento. Neste âmbito e na atual situação, este processo de empoderamento não pode ser encarado sob a perspetiva de reação, que foi, de resto, a perspetiva que deu aso ao aparecimento das associações e do movimento cooperativo, “mas sim de modo pré-ativo e à luz do direito, o que coloca o movimento associativo como último parceiro “natural” dos sistemas público e de mercado, no contexto do Terceiro Sistema, um recurso indispensável para uma regulação (em sentido lato) participada, logo negociada e controlada” (Moreno, 2003, p. 28).

2.7. ANIMAR – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL – ENTIDADE REPRESENTATIVA DA ECONOMIA SOCIAL

Em 27 anos de história, de ativismo e ativismos(e), desenvolveram na Animar um património inigualável, construído com fortes e afetivas relações humanas e de interesse comum. Um dos fundadores da Animar, em 1993, o Prof. José Portela¹⁵, afirmava que os fundadores da Associação “tinham a vontade de mudar o mundo a partir do chão”, tendo essa vontade perdurado, sido reinventada, questionada, e reconstruída com novos agentes, novas entidades, novas propostas de ação, mas mantendo a sua postura alternativa, crítica e construtiva, face ao modelo de desenvolvimento dominante, e que desde a sua origem, assumiu em crescente a sua posição de afirmação perante as suas propostas alternativas.

A Animar tornou-se numa rede de entidades do movimento associativo, e na entidade representativa do desenvolvimento local no seio da Economia Social, a par das outras famílias de âmbito nacional: UMP - União das Misericórdias Portuguesas; CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal; CPF - Centro Português de Fundações; CPCCRD - Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto; UMP - União das Mutualidades Portuguesas; CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL; e APM - Associação Portuguesa de Mutualidades. O reconhecimento e prestígio associado é resultado de uma rede ímpar de organizações sociais, constituídas por entidades coletivas, associações, cooperativas, fundações, com diferentes estatutos, nomeadamente, IPSS e ONGs, mas também por vários agentes de desenvolvimento em nome individual, dos quais fazem parte, autarcas e ex-autarcas, académicos e investigadores, produtores e empreendedores, ativistas e feministas, uma multiplicidade de agentes. O universo de associados encontra-se por 80 concelhos em território continental e Açores (Fig.1), o que demonstra a dimensão de rede e a sua representatividade no país.

¹⁵ José Portela é professor aposentado de Sociologia e Desenvolvimento Rural no DESG-UTAD, tendo sido Director (2004-06) e Co-Director (2006-09). Estudou na University of Wales (Swansea, 1988, PhD) e no Institute of Social Studies (Haia, 1981, Master of Development Studies). Tendo lecionado, investigado e publicado sobre a sociedade rural e o desenvolvimento local em Portugal.

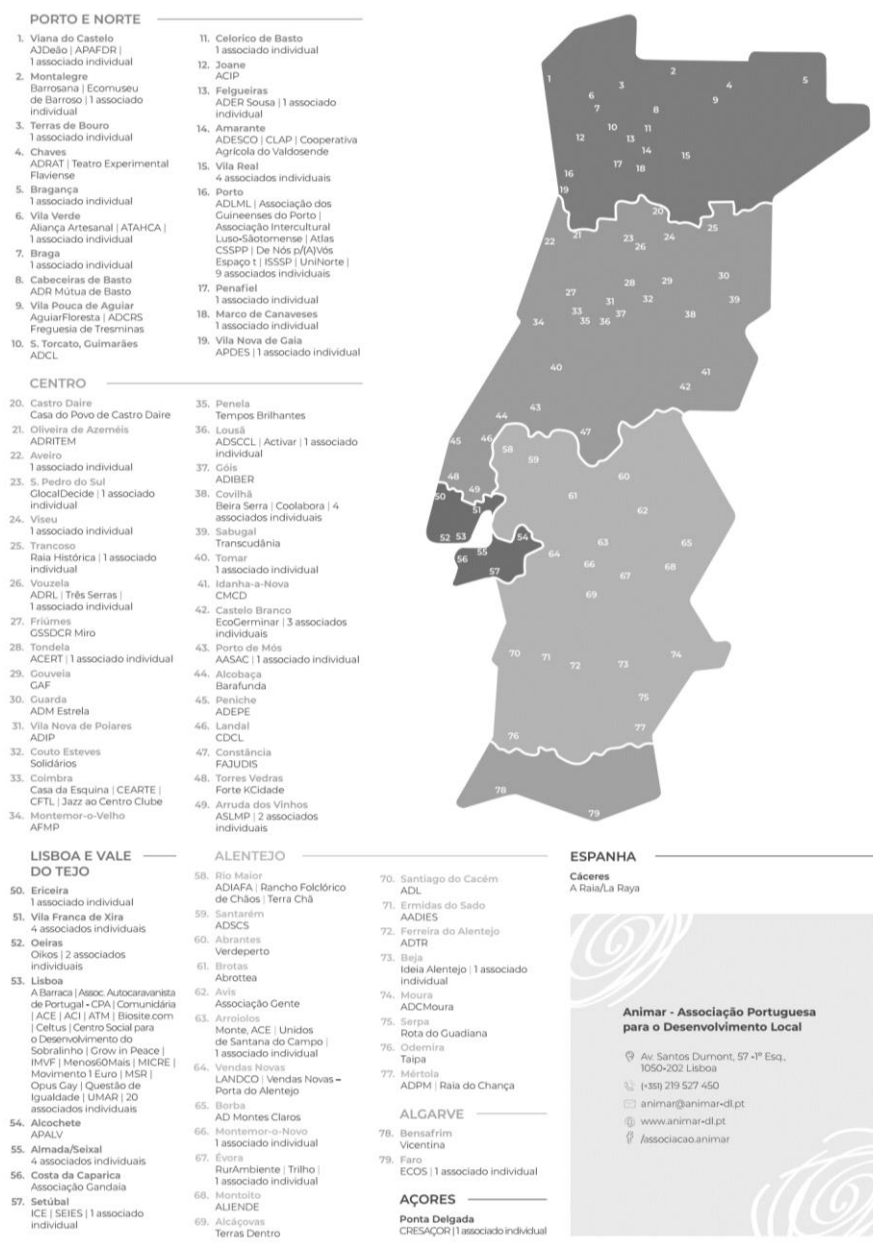


Figura 1 - Implantação da Rede Animar 2019

Fonte : Animar

Na Economia Social, a Animar encontra-se em estruturas de diálogo privilegiado com o Estado, designadamente nos órgãos sociais da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, entidade que “significou um salto qualitativo ou mesmo de mudança de atitude do Estado relativamente à Economia Social” (Garrido e Pereira, 2018, p.324) a qual terá sido entidade membro fundador. Outra das estruturas onde de

Animar mantém relações de proximidade e que se revelou determinante para assegurar relações de diálogo entre a Animar e o Estado foi o CNES - Conselho Nacional para a Economia Social, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2010, revista pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2012, de 4 de agosto. O Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) é o órgão de acompanhamento e de consulta do Governo no domínio das estratégias e das políticas públicas de promoção e de desenvolvimento da economia social, sendo um órgão consultivo, de avaliação e de acompanhamento ao nível das estratégias e das propostas políticas nas questões ligadas à dinamização e ao crescimento da economia social.

Em junho de 2018, e após um longo caminho de encontros e assembleias com as já referenciadas entidades de cúpula da economia social, é fundada a CPES – Confederação Portuguesa da Economia Social, na qual a Animar assume a Vice-presidência. Com o aparecimento desta entidade é dado um passo de afirmação num setor em crescente solidificação pela procura de uma maior coesão social, tal como sublinhado na Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de fevereiro de 2009, onde se lê que a economia social «alia a rentabilidade e solidariedade, desempenhando um papel essencial na economia europeia, criando empregos de elevada qualidade, reforçando a coesão social, económica e regional, gerando capital social, promovendo a cidadania em entidades ativas, a solidariedade e uma economia com valores democráticos, que coloca as pessoas em primeiro lugar, para além de apoiar o desenvolvimento sustentável, a inovação social, ambiental e tecnológica” (Jornal Oficial da União Europeia, 2009, p.4).

A Animar tornou-se numa das entidades do movimento associativo de cúpula da Economia Social ao representar uma rede de organizações sociais, constituídas por entidades coletivas de diferentes naturezas jurídicas, designadamente associações, cooperativas, fundações, e estatutos IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social e ONGs – Organizações não Governamentais. O seu objetivo geral, plasmado no Artigo n.º2 do documento onde se firmam os seus estatutos, é “o fomento do Desenvolvimento Local, da Cooperação para o Desenvolvimento, e da igualdade de oportunidades e solidariedade social, enquanto fatores de melhoria das condições de vida das populações, conferindo especial atenção à promoção da economia social e ao combate à pobreza e exclusão social em contexto urbano e/ou rural”. A este acresce ainda o objetivo específico de enquadrar e apoiar as propostas dos associados no

âmbito da economia social (Estatutos Associação Animar art.º 3.º, alínea e), artigos que reconhecem a relevância da Animar na economia social.

Um estudo de caracterização do associativismo já referenciado, efetuado pela Universidade Católica do Porto, sinaliza como principal resultado que “o número de organizações de desenvolvimento local e afins ativas é superior a 4000 (mais precisamente 4634, na base de dados associada do respetivo estudo), o que faz do desenvolvimento local, o quarto grupo mais numeroso dentro do setor da economia social em Portugal, com base na análise aos dados disponíveis na conta satélite da economia social de 2013 (Mendes e Pinto, 2017, p.14). Salienta-se que, embora exista uma conta satélite da economia social, o “subsetor” do desenvolvimento local não apresenta indicadores, que o possam caracterizar na respetiva conta satélite da economia social ¹⁶.

Tipos	N.º de org.	%
Assembleia de Compartes ou Conselho Diretivo de Baldio	959	20,7
Associação de Artesãos ou de Apoio ao Artesanato	64	1,4
Associação de Turismo de Habitação, Turismo no Espaço Rural ou Turismo de Natureza	25	0,5
Associação ou Comissão de Moradores	893	19,3
Associação, Comissão ou Liga de Melhoramentos	556	12,0
Cooperativa de Artesãos	33	0,7
Cooperativa de Serviços para o Desenvolvimento Local	10	0,2

¹⁶ A Conta Satélite da Economia Social, terá tido já três edições, relativas a 2010, 2013 e a última em 2016. O projeto foi desenvolvido pelo INE em parceria com a CASES, no âmbito de um protocolo de colaboração entre estas entidades.

Tipos	N.º de org.	%
Cooperativa de Turismo no Espaço Rural ou de Turismo de Natureza	3	0,1
Escola Profissional Agrária e de Desenvolvimento Rural	4	0,1
Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento	1	0,0
Organização Associativa de Baldios	7	0,2
Organização de Comércio Justo	3	0,1
Organização de Defesa do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável	586	12,6
Organização de Defesa do Património Cultural de Base Territorial	216	4,7
Organização de Desenvolvimento Agrário	18	0,4
Organização de Desenvolvimento Comunitário	71	1,5
Organização de Desenvolvimento de Nível Local	517	11,2
Organização de Desenvolvimento de Nível Municipal	87	1,9
Organização de Desenvolvimento de Nível Supramunicipal	227	4,9
Organização de Desenvolvimento Rural	61	1,3
Organização de Educação e Cooperação para o Desenvolvimento	237	5,1
Organização de Promoção da Educação Não Formal para a Inclusão Social	5	0,1
Organização de Promoção da Interculturalidade	28	0,6
Organização de Promoção de Produtos Locais	10	0,2
Organização de Desenvolvimento Comunitário	1	0,0
Rota de Produtos Locais	12	0,3
Total Global	4634	100,0

Figura 2 - Distribuição do número de entidades de desenvolvimento local e afins, por atividade principal

Fonte : (Mendes e Pinto, 2017) Estudo do Desenvolvimento Local

Ainda no estudo de caracterização encomendado pela Animar (Mendes e Pinto, 2017) demonstra a diversidade de naturezas e estatutos jurídicos das organizações de

desenvolvimento local existentes em Portugal propostas no estudo, predominando o estatuto de associação de direito privado sem fins lucrativos, com pouco mais de três quartos (75.9%) do número total de organizações de desenvolvimento local e afins, seguindo-se as assembleias de compartes e de conselhos diretivos de baldios, bem como de algumas comissões de moradores. O estatuto de entidade equiparada a pessoa coletiva surge na quarta posição do respetivo estudo, seguindo-se o de Associação, com 21,9% do número total de organizações de desenvolvimento local e afins. Por último, surgem as cooperativas que representam 1,4% do total da contagem efetuada. As fundações de Direito Privado e as organizações de ereção canónica equiparadas a fundações representam 0,8%.

Tipo de estatutos	N.º de org.	%
Agrupamento Complementar de Empresas	1	0,0
Associação de Direito Privado, Sem Fins Lucrativos	3516	75,9
Cooperativa	66	1,4
Entidade equiparada a pessoa colectiva	1014	21,9
Fundação Canónico-Civil	4	0,1
Fundação de Direito Privado	31	0,7
Pessoa Colectiva Não Residente em Portugal	2	0,0
Total Global	4634	100,0

Figura 3 - Distribuição do número de entidades de desenvolvimento local por estatuto jurídico principal

Fonte: (Mendes e Pinto, 2017) Estudo do Desenvolvimento Local

No mesmo estudo, a diversidade faz-se notar também na distribuição por estatutos jurídicos específicos presentes em, pelo menos, 455 organizações, predominando o de IPSS-Instituições Particulares de Solidariedade Social ou equiparada e havendo, também, uma

boa presença das ONGD – Organizações não Governamentais para o Desenvolvimento e das ONGA - Organizações não Governamentais do Ambiente ou equiparadas (Mendes e Pinto, 2017).

Tipos de estatutos jurídicos especiais	N.º de org.	%
Equiparada a IPSS	2	0,0
Equiparada a Organização Não-Governamental do Ambiente	28	0,6
Equiparada a Organização Não-Governamental do Ambiente; ONGD	2	0,0
IPSS	241	5,2
IPSS; ONGD	5	0,1
ONGD	117	2,5
Organização Não-Governamental do Ambiente	57	1,2
Organização Não-Governamental do Ambiente; ONGD	3	0,0
(em branco)	4179	90,1
Total Global	4634	100,0

Figura 4 - Distribuição do n.º de entidades de desenvolvimento local e afins por tipo de estatutos jurídicos especiais

Fonte: (Mendes e Pinto, 2017) Estudo do Desenvolvimento Local

O estudo a que nos temos vindo a reportar é demonstrativo do universo das organizações do desenvolvimento local e realça a importância da Animar enquanto

entidade representativa destas entidades junto das instituições públicas e nas instâncias representativas do setor da economia social (Mendes e Pinto, 2017). Os números evidenciados pelo estudo em apreço representam uma família do setor da Economia Social que se encontra em constante diálogo com o Estado, nomeadamente através da sua representação nos órgãos sociais da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, entidade criada através do Decreto-lei n.º282/2009, de 7 de outubro com a subscrição de capital social a 4 de fevereiro de 2010¹⁷. Em 2010, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2010, publicada em Diário da República, 1.ª série – N.º 150 – 4 de agosto de 2010, é criado o CNES - Conselho Nacional para a Economia Social, e a Animar é determinada enquanto membro (art.º 3, alínea g) com as atribuições e competências (art.º2), entre outras, de: “ a) pronunciar-se sobre as políticas de estruturação e de desenvolvimento do setor de economia social, bem como sobre a execução das mesmas, através da emissão de pareceres solicitados pelo Governo, ou de propostas e de recomendações de sua própria iniciativa; b) pronunciar-se sobre iniciativas legislativas que afetem direta ou indiretamente a economia social, a solicitação dos departamentos governamentais; tal como c) propor ao Governo iniciativas legislativas e debater matérias que afetem a economia social ou cada uma das suas componentes (...)” (Diário da República n.º 150/2010, Série I de 2010-08-04).

O trajeto que prevê o diálogo permanente entre a Animar e o Estado, teve, em simultâneo, um percurso similar de diálogo com as restantes famílias de cúpula da economia social, algumas representadas também na CASES e no CNES - Conselho Nacional para a Economia Social . Na sequência das sessões preparatórias de 17 de

¹⁷ A fevereiro de 2010, foi outorgada a escritura pública de aumento do capital e de alteração dos estatutos da CASES, o qual foi concretizado pela subscrição de títulos de capital, em partes iguais, pelos seguintes cooperantes: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – ANIMAR; Confederação Cooperativa Portuguesa, C.C.R.L. – CONFECOOP; Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, C.C.R.L. – CONFAGRI; Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS; União das Misericórdias Portuguesas – UMP e União das Mutualidades Portuguesas – UMP; assim se estabelecendo a efetiva parceria entre o Estado e entidades representativas do setor da economia social. Através do Decreto-Lei n.º 39/2017, de 4 de abril, foram atribuídas à CASES um conjunto de novas competências, operacionalizadas em 2018, das quais se destacam a prossecução de políticas na área do Voluntariado e a elaboração da Conta Satélite da Economia Social (CSES) e da Bases de Dados Permanente das Entidades da Economia Social (BDPESS).

fevereiro (Lisboa); 18 de abril (Póvoa do Varzim); 2 de junho (Mangualde) e 8 de setembro (Évora) de 2017, 8 entidades de cúpula da Economia Social, membros do Conselho Nacional para a Economia Social, assinaram uma carta Carta Compromisso para a criação da CPES – Confederação Portuguesa da Economia Social, no âmbito do 1º Congresso Nacional da Economia Social realizado a 17 de novembro de 2017, resultando na sua escritura pública a 8 de Outubro de 2018¹⁸, e tendo a Animar assumido a vice presidência da Direção. Apesar da relevância da Animar na história recente da Economia Social, esta não tem sido suficientemente reconhecida, facto que, possivelmente, se fica a dever à sua visão mais alternativa. Esta lacuna de reconhecimento ao papel da Animar está bem patente nas publicações de Álvaro Garrido (2016, 2018): “ Uma História da Economia Social – Cooperação e Solidariedade” de 2016 e “ A Economia Social em Movimento – Uma História das Organizações” de 2018, onde não se registam passagens sobre a Animar nem o papel que esta tem desempenhado na história recente da Economia Social.

As entidades da Economia Social e Solidária demonstraram a resiliência do setor durante o período da crise económica internacional e da dívida pública entre 2009 e 2015. Ao longo deste período a economia social cresceu em contraciclo, tal como demonstrou a conta satélite da Economia Social de 2013¹⁹;

¹⁸ A CPES – Confederação Portuguesa de Economia Social é uma pessoa coletiva de direito privado e natureza associativa, que congrega as entidades representativas das diferentes famílias da Economia Social em Portugal. A Confederação foi constituída em 21 de junho de 2018 pelas seguintes organizações de âmbito nacional: UMP -União das Misericórdias Portuguesas; CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal; CPF - Centro Português de Fundações; CPCCRD - Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto; UMP - União das Mutualidades Portuguesas; ANIMAR - Associação Portuguesa Para o Desenvolvimento Local, Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL; APM - Associação Portuguesa de Mutualidades. A Confederação tem por objeto principal a promoção e defesa da Economia Social, a defesa dos interesses das suas associadas, representar o sector a nível interno e externo, ser interlocutor do Estado e participar, como parceiro social na concertação, na definição das políticas públicas e nas orientações estratégicas destinadas à Economia Social. Informações consultadas em www.cpes.pt

¹⁹ “Conta Satélite de 2013, ano em que se terá atingido o “pico” da crise económica e financeira, ter o sector da Economia Social revelado um comportamento económico francamente positivo quando comparado com o da economia nacional, em contraciclo, registando 61 268 entidades (em 2013) contra 55 383 (2010), um

“liderando um modelo económico resiliente, porque é cooperativo (cooperar para competir) e de interesse comum, não se constitui e organiza na procura do crescimento económico, mas sim, no desenvolvimento integrado, inclusivo e sustentável, e ele, deverá ter maior sucesso, quanto mais for pensado, planeado e gerido a partir dos territórios. Quanto maior for o desenvolvimento da Economia Social e Solidária, maior será a coesão social e territorial” (Animar, 2017).

A esta capacidade de criação de riqueza e de geração de emprego é acrescentada a dimensão da cidadania e do “reforço do capital social nas comunidades onde atuam, fomentando a coesão social. Por outro lado, melhoram a qualidade de vida das populações, aumentando o emprego e a sua qualidade, lutando contra as situações de pobreza e outras formas de exclusão e desenvolvendo as comunidades e o território em que se situam, em termos económicos, ecológicos, sociais e culturais, aproveitando e valorizando assim os recursos numa perspetiva de desenvolvimento duradouro e integrado” (Carta Aberta para o Desenvolvimento Local, 2019). É aqui que as propostas da Animar no seio da Economia Social, incentivam o fomento da cooperação para a inovação societal de base local (*bottom-up/baixo para cima*), em prol de um desenvolvimento local integrado e sustentado em 4 princípios de intervenção:

- “Diálogo e Cooperação, assentes na boa governança e transparência na conceção e implementação de processos de desenvolvimento local integrado e sustentado;
- Parcerias e Redes Integradas, baseadas no trabalho em rede, a partir da articulação das entidades públicas e privadas a atuar num mesmo território e/ou na mesma área temática;
- Modelos de Governança Participada, tendo por base o entendimento de que a governança se refere às regras, processos e comportamentos através dos

crescimento de 10,6% neste período, assim como do seu peso no emprego total (5,2%) e no emprego remunerado (6%) na economia nacional, além de um aumento da remuneração média por trabalhador face à média nacional, em comparação com os resultados apurados na Conta Satélite da Economia Social com dados de 2010. O contributo da economia social para a criação de riqueza (VAB) nacional manteve-se estável o que significa, atendendo à redução do VAB nacional, que registou neste período, em termos relativos, um ligeiro acréscimo.

quais são definidos os interesses coletivos, a partir de redes que articulam, entre outros sociedade civil e Estado (cogestão e codecisão pública/privada), garantindo assim uma cultura de participação, cooperação e decisão colaborativa, que garanta a participação efetiva da sociedade.

- Intervenções integradas, assentes numa cultura de participação e trabalho em rede, a partir das quais são definidas estratégias de promoção do desenvolvimento local integrado, baseado em metodologias participativas que mobilizem a sociedade civil, em parceria com o Estado e o setor empresarial para, de forma conjunta, refletir e intervir sobre o território, fomentando os processos de animação territorial e de potenciação dos recursos endógenos.” (Animar - Carta Aberta para o Desenvolvimento Local, 2019).

A Animar, entendida na sua dimensão representativa na relação com a economia social ou na sua dimensão política e de promoção da inovação no relacionamento com a economia solidária, assume-se enquanto associação estruturante para a afirmação das propostas das entidades de desenvolvimento local e das suas propostas alternativas ou complementares às políticas públicas, seja da administração central ou local. Neste contexto, esta associação reivindica, em Audição no Grupo de Trabalho “Descentralização”, um Pacote de Iniciativas Legislativas relativas à Descentralização e o reconhecimento oficial (2017) “por parte do Governo, da Administração Pública, da Assembleia da República e dos Órgãos da União Europeia – das entidades da Economia Social e Solidária, que mobilizam cidadãos, contribuindo contínua e solidariamente para a resolução dos muitos e diversos problemas das pessoas e dos territórios”. Este reconhecimento deve ser explícito, sustentado e com a projeção adequada, tendo em conta a cada vez maior capacidade e representatividade destas entidades no país e o seu contributo para o Desenvolvimento Local.

2.7.1. ANIMAR, VISÃO INTEGRADA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A promoção do desenvolvimento dos territórios na sua dimensão estrutural é em grande parte, suportada pela política de coesão, que, para além da política da coesão económica e social enquanto objetivos centrais afirmados no Tratado de Lisboa, introduziu uma terceira dimensão, a coesão territorial.

Para alcançar a coesão territorial, a UE apoia uma abordagem integrada., ao propor uma melhor coordenação entre políticas setoriais, desde o local até ao europeu. Reforça a necessidade de cooperação mais estreita das autoridades locais, regionais e nacionais, e o compromisso e envolvimento dos cidadãos. “Muitas questões (alterações climáticas, migração) ultrapassam as fronteiras administrativas e podem ser abordadas de melhor forma através de uma resposta mais adaptada por parte das várias autoridades locais, regiões ou países” (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2019).

Respondendo aos desafios da coesão territorial, e de acordo com a assumida responsabilidade representativa do movimento do Desenvolvimento Local, a Animar, na Carta Aberta aos Municípios (2017) defende que “os processos de concertação são fundamentais para garantir a conjugação de interesses - setoriais e gerais, para a resolução de necessidades identificadas pelos atores locais, por forma a contribuir para a coesão territorial. Para tal, deverão garantir a participação dos diferentes atores sociais, económicos e institucionais nos processos de planeamento e de visão prospetiva de futuro para o desenvolvimento integrado e sustentado dos territórios, no âmbito do qual a economia social, e em particular as associações de Desenvolvimento Local, têm um papel preponderante”. Apontando a animação territorial dos processos de cidadania e de participação, enquanto elementos estruturantes para a mobilização dos recursos, para um maior desenvolvimento local dos territórios que apresentam pelas suas características territoriais uma maior situação de fragilidade face a processos de desenvolvimento.

O Desenvolvimento Local assumido na nova visão da Animar para a coesão social e territorial, assume-se em 5 dimensões no documento de 2017 de “Desafio à interpelação política para a sustentabilidade e desenvolvimento dos territórios”, que de seguida apresentamos ao pormenor, reforçando “o papel da sociedade civil no desenvolvimento do seu território, através da promoção de uma cidadania ativa e participativa, da igualdade de género, oportunidades e de tratamento, privilegiando a solidariedade horizontal e emancipatória. Traduzindo-se assim, em lógicas de pensar, planear, atuar e avaliar a partir do local para o global” (Animar, 2017, pp.7-8):

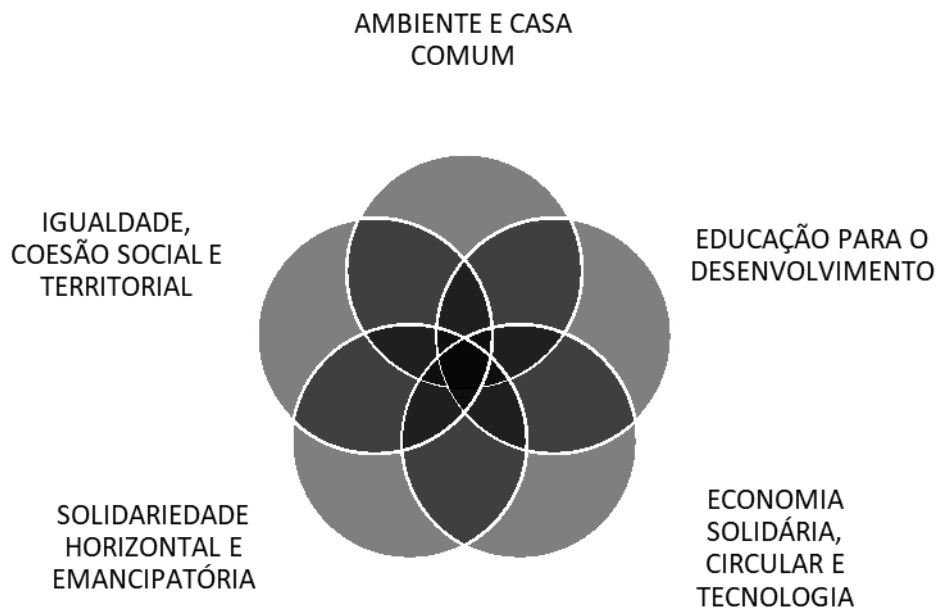


Figura 5 - Eixos Estratégicos para a Animar

FONTE: ANIMAR

“1. Solidariedade horizontal e emancipatória: Construindo-se através da solidariedade comunitária, da entreatajuda entre as pessoas, da sua participação nos processos de organização, planeamento e execução, refletida no trabalho em parceria, procurando respostas construídas com e para as comunidades.

2. Igualdade, coesão social e territorial: Igualdade enquanto desenvolvimento, considerando que a Igualdade de género, de oportunidades e de tratamento é um princípio base da justiça social, e fundamental para a coesão social.

3. Ambiente e casa comum: Assumindo a necessidade de defesa do primado das pessoas e dos objetivos sociais tal como definido na lei de bases da economia social (art.5 alínea a), mas que este, seja também concretizado, e porque é interdependente com o primado da conservação e preservação da nossa casa comum, edificado através de uma visão ecocêntrica, ou seja, as pessoas como parte igual e não como parte dominante da natureza. Propõe-se assim à economia social e solidária, que lidere e seja referência nos processos de

ordenamento sustentado do território, na gestão da floresta, biodiversidade e no combate às alterações climáticas.

4. Economia solidária, circular e tecnologia: Sugere uma proposta alternativa ao capitalismo, consolidada com base nos princípios da economia social e solidária, não apenas na sua versão mais assistencialista, mas na apresentação de outras propostas e formas de fazer economia, (...) onde surgem os princípios base da economia circular, a redução, reutilização, recuperação e reciclagem de produtos e energia e a importância da economia digital e a tecnologia, com a devida cautela, a tecnologia deverá estar ao serviço da dignidade humana e do bem-estar social, e não da automatização (inconsciente) das pessoas.

5. Educação para o desenvolvimento: Defende que parte dos problemas sociais têm origem numa forte crise de valores, o que exige uma atuação a montante. Reforça a importância da educação comunitária com base na coerência, entre princípios e ações”

Segundo o já referenciado documento, “Desafio à interpelação política para a sustentabilidade e desenvolvimento dos territórios” (2017, p.8) a concretização destas dimensões “exige um “(re)pensar e (re)definir os modelos de operacionalização e financiamento dos projetos” (Animar, 2017), no âmbito do próximo quadro comunitário de apoio “Portugal 2030”²⁰, e com vista à defesa da sua visão do “local para o global” centrando-se na procura do maior contributo para as metas dos ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável²¹”.

²⁰ As prioridades do Programa Portugal 2030 assentam em 8 eixos, cada um deles com os seus objetivos estratégicos: Inovação e Conhecimento; Qualificação, Formação e Emprego; Sustentabilidade demográfica; Energia e alterações climáticas; Economia do Mar Competitividade e coesão dos territórios do litoral; Competitividade e coesão dos territórios do interior; Agricultura/florestas, consultar mais em <http://www.portugal2030.pt/>

²¹ Os ODS sucedem aos Objetivos do Milénio (ODM), <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>

2.8. MUNICÍPIOS, O PODER LOCAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Na história do desenvolvimento local, a que já se fez várias referências, importa sublinhar o papel determinante das autarquias locais que se fizeram democráticas após a revolução de abril de 1974. Estas entidades, de uma ou outra forma, foram relevantes nos processos de identificação das necessidades locais e na resolução dos problemas identificados. De facto, com “maior ou menor apelo à efetiva participação das comunidades locais (...) as autarquias constituíram-se como as primeiras entidades que recebiam e tentavam responder às reivindicações dos locais” (Albino, 2010, p.15). Não fossem estas entidades aquelas a quem mais e melhor se reportava o conhecimento sobre a realidade social do país. Era nas autarquias que caíam com maior incidência as preocupações com os processos de desenvolvimento local, com as especificidades do exercício dos poderes e com os poderes contrários à ideia de localidade. Eram também as autarquias, como continuam a ser, que se deparavam diretamente com o mundo das representações e das formas culturais que alimentavam a sociedade e as impeliam nos processos e vontades de mudança (Pinto, 1993, p.8).

No âmbito da história da contribuição do poder autárquico para a implementação e evolução do desenvolvimento local, torna-se interessante lembrar que, em 1994, um grupo de animadores socioculturais, técnicos autárquicos, estiveram ligados ao movimento de realização da primeira edição da Manifesta, prestando apoio logístico a este evento no âmbito do Encontro Nacional de Animadores Culturais que se realizou em Santarém (Albino, 2010, p.16).

É nas autarquias que o “jogo do local se desenrola, criando regras próprias, informais, e especificidades que variam de local para local. Foi neste jogo que as diferentes periferias políticas sobreviveram, resistindo e reconsiderando-se enquanto realidades” (Ruivo, 1993, p.98) porque elas são a representação de uma dualidade que não funciona indissociada de uma das suas partes. As autarquias são, enquanto assim entendidas, uma necessidade central que emana da precisão do Estado de descentralizar poder para continuar a deter o poder nos lugares que lhe estão afastados. No outro lado da moeda centra-se a necessidade local de obter poder para poder exercer influência política no contexto comunitário, “Afirmada a indispensabilidade do papel dos poderes públicos através de políticas sociais sobretudo orientadas para a correção das desigualdades sociais e das assimetrias regionais, exigindo medidas de

discriminação positiva para melhor distribuição do bem-estar e dos sacrifícios, assiste-se concomitantemente a um surto de iniciativas e projetos de desenvolvimento local” (Fernandes, 1996, p.29).

Este cenário de representatividade das autarquias e do poder local no projeto de implementação e evolução do desenvolvimento local é que estabelece a ligação entre o conceito de governança, que tantas vezes afloramos ao longo do presente estudo, com as políticas públicas que conduzem ao desenvolvimento das comunidades. Vázquez Barquero (2001) referiu que conceber políticas públicas no sentido de contribuir para o desenvolvimento, pressupõe, pelo menos, duas coisas, a primeira que o desenvolvimento constrói-se com base em ações intencionais, e o segundo que dada a multidimensionalidade, é necessário o envolvimento de diferentes atores sociais, tendo em conta os diferentes conhecimentos e recursos necessários (Barquero, 2009). Em função desta afirmação, o mesmo autor estipula que existem alguns campos mais favoráveis à produção de políticas públicas de desenvolvimento, sendo estes:

- “a) o Fomento à criação e ao desenvolvimento de redes de empresas;
- b) a difusão de inovações no tecido produtivo local que aponta para a relevância da pesquisa do desenvolvimento (P&D), devidamente formalizados e publicados.
- c) a qualificação académico-profissional;
- d) o desenvolvimento urbano e institucional, que tange à infraestrutura urbana e ao funcionamento das instituições locais; inserem-se também as estruturas de gestão compartilhada, necessárias à concertação dos diferentes atores
- e) a conservação e melhoria do meio ambiente e do património histórico” (Barquero, 2009).

Da mesma forma, as autarquias locais e o desenvolvimento local dependem do envolvimento dos atores locais desde o primeiro momento do processo, participando da fase de diagnóstico do problema social e de todas as etapas que vão conduzir à sua eliminação. Assim, e sempre de olhos postos nesta perspetiva de total envolvimento da comunidade e dos seus agentes, temos que as políticas públicas de desenvolvimento local devem considerar o desenvolvimento “centrado no território” (Do Campo, citado por Lima e D’Ascenzi, 2018, p. 171); os “sistemas locais definidos como unidades de

desenvolvimento (endógeno)”; as “peculiaridades de cada sistema local, dentro de um sistema regional”; e os “projetos regionais elaborados a partir da interação entre os projetos locais” (Do Campo, citado por Lima e D’Ascenzi, 2018, p. 171).

Em suma, as políticas de desenvolvimento local não podem ser realizadas sem que se registre uma coordenação entre os diferentes agentes locais e nacionais e sem que se considerem as estruturas de governança local. Só estas, ancoradas nos projetos de rede de cooperação, serão capazes de promover a evolução coesa dos territórios ao mesmo tempo que se promove e mantém a fidelidade aos fundamentos integradores do Desenvolvimento Local, “se o ponto de vista for, por exemplo, o do território, as políticas públicas seriam pensadas de forma integrada quando partissem, dialogicamente, da demarcação especificada, indo em direção a níveis de maior agregação. Isso implica em “borrar” as delimitações entre as dimensões das políticas (económicas, sociais, etc.) e/ou de seus respetivos investimentos (Lima e D’Ascenzi, 2018, p.174).

O artigo 235.º da Constituição Portuguesa refere que “as autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”, invocando as autarquias como estruturantes para os processos de Desenvolvimento Local. As autarquias são as entidades coletivas, que através de processos de governança, promovem o desenvolvimento dos seus territórios através da implementação das políticas públicas.

Um dos exemplos e experiências do desenvolvimento local, com fraca expressão na literatura foi a agenda local 21 e a sua relação com a dimensão estrutural do sistema político administrativo. A agenda local 21 foi um processo que se pretendeu participativo conduzido pelos governos locais para o desenvolvimento sustentável, (Rodrigues, 2009), que requeria uma agenda integrada das diferentes esferas, economia social, institucional e ambiental ao nível do planeamento e gestão municipal (Rodrigues, 2009), e que pretendia encorajar os governos locais a terem uma governança mas próxima das pessoas. Um estudo por inquérito aos autarcas, presidentes de câmara, por serem considerado “os protagonistas em posição de destaque para liderar o desenvolvimento local” (Schimdt, Gil Nave e Guerra, 2005, p.33), onde os investigadores manifestaram as enormes dificuldades de resposta. Os investigadores destacam o modelo centralista, que tem origem num processo gradativo e ascendente de chegada ao poder dentro dos partidos, e que coloca os

eleitores à margem do processo, que institui uma lógica *top-down* que inviabiliza que outros atores pelas suas competências e capacidades possam ser eleitos. Por outro lado, os investigadores salientam que a “relação entre partidos e sociedade civil, vista da perspectiva da governação local, parece ser um ciclo vicioso: o sistema partidário local, ao funcionar de forma mimética relativamente ao poder central, prolonga a apatia dos cidadãos” (Schimdt, Gil Nave e Guerra, 2005, p.102). Os cidadãos ao encontrarem-se neste marasmo, acabam por congratular a iniciativa política *top-down*, como se não houvesse outra alternativa, sendo que embora se esteja a verificar algumas mudanças, os investigadores consideram que este panorama reflete a ausência de espaços de participação e o apelo à participação das populações, pelo que nada decidem.

Tendo como base o documento intitulado “Carta Aberta para o Desenvolvimento Local” de 2017 que a Animar redigiu e enviou aos municípios portugueses destaca-se, por parte desta associação, o Desenvolvimento Local e a sua importância enquanto processo de cidadania na valorização da diversidade, e na sua capacidade de ação na procura de respostas aos problemas locais, considerando as autarquias atores chave para o desenvolvimento de iniciativas e respostas às necessidades das suas comunidades. O mesmo documento, que se baseia no decreto-lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, refere ainda de forma expressa que as autarquias desenvolvem especificamente competências nos domínios da promoção do desenvolvimento e que, para além dessa competência genérica, “constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias” (Animar, 2017, p.3) em domínios como o património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, ação social, educação, entre outros.

A Associação Animar defende “que as autarquias surgem como agentes bem colocados para assumir o protagonismo na condução dos processos de desenvolvimento, desempenhando um papel fundamental na regulação social e na construção de novas formas de governança que impulsionem a participação da sociedade civil, que, por sua vez, deve assumir uma postura pró-ativa” (Animar, 2017 p.8). Neste documento, as autarquias são consideradas estruturais para o planeamento territorial, mas não sem a importante incorporação de “instrumentos que fomentem a participação das associações e outras entidades da Economia Social e Solidária, que clarifiquem as opções estratégicas relativas aos interesses coletivos, de modo a constituir um referencial para a atuação das mesmas nos processos de desenvolvimento integrado e sustentado dos territórios e a contribuir para o ordenamento do território, bem como

para a definição de políticas públicas ajustadas às realidades de cada território” (Animar, 2017 p.1).

2.8.1. MUNICÍPIOS DE BAIXA DENSIDADE

Dada a sua natureza, aqui já devidamente explanada, a Animar destaca a sua intervenção em territórios de nítida instabilidade, nomeadamente aqueles que se distinguem pelas características que contribuem para uma maior situação de fragilidade, onde se destacam os territórios do interior rural e de baixa densidade, aliás, estes, enquanto território que originaram a constituição da Animar. As intervenções levadas a cabo nestes territórios, dadas as preocupações acrescidas que suscitam, levaram a associação a promover a organização de um Fórum do Interior, em 2013, em Castro D’Aire, esta iniciativa que se desenvolveu no âmbito da comemoração do 20.º Aniversário da Animar e em ano da IX MANIFesta - Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local. Com vista a dar continuidade ao trabalho iniciado neste contexto, no ano seguinte, 2014, levou-se a cabo uma nova edição do Fórum, desta feita sob a temática "Pensar e Agir para a Sustentabilidade e Viabilidade dos Territórios de Baixa Densidade", em 2015, em Penacova, a Animar aproveitou a iniciativa para chamar a atenção para a necessidade de criação de uma Lei de Bases do Desenvolvimento Local e em 2016, com novo Fórum a decorrer em Portalegre, avaliaram-se as “soluções para o rural”, enquanto propostas de desenvolvimento dos territórios.

À medida que estas preocupações eram debatidas no seio da Rede Animar, também a sociedade civil dava mostras de partilha de inquietações, sendo que estas considerações haveriam de ser traduzidas no âmbito no Programa do XXI Governo Constitucional que criou a Unidade de Missão para a Valorização do Interior em Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016²². Esta nova estrutura teve como objetivo fundamentador o apoio aos territórios através de medidas de discriminação positiva e de “de incentivo ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, visando a fixação da população, a diminuição das assimetrias regionais, a coesão e a competitividade territorial”. Como

²² Criada pelo Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, e cuja natureza, missão e duração foram definidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 22 de janeiro, de definir uma estratégia nacional para o desenvolvimento do interior e a coesão territorial, tendo esta

resultado da Unidade de Missão para a Valorização do Interior²³ foi definida uma estratégia nacional para o desenvolvimento do interior e a coesão territorial, com a apresentação do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT)²⁴. Este processo e o debate público em torno da coesão territorial, e na procura da definição de um conjunto de critérios de discriminação positiva de base territorial, veio classificar a definição de Município de baixa densidade adotando diferentes critérios caracterizadores centrados em indicadores demográficos e no rendimento per capita de cada concelho ou da região a que o concelho pertence.

Procurando um enquadramento para a regulamentação do Portugal 2020 adotou-se uma abordagem multicritério apresentada pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e as acessibilidades. Também neste contexto, procedeu-se à aprovação da classificação de 164 Municípios de baixa densidade, para efeitos de aplicação de medidas de discriminação positiva, no âmbito do Portugal 2020 (ver figura 6), na Deliberação da CIC Portugal 2020 para a Classificação de Municípios de baixa densidade. Este conjunto de medidas de diferenciação positiva haveria de ser revisto em julho de 2015, tendo passado a abranger um total de 165 municípios e 73 freguesias, enquanto espaços territoriais, definidos administrativamente e que surgiam enquanto “locais” privilegiados para o desenvolvimento local.

²³ Unidade apresentado o Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro. criada pelo Decreto -Lei n.º 251 - A/2015, de 17 de dezembro, e cuja natureza, missão e duração foram definidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 22 de janeiro,

²⁴ Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro.



3 | 5

Figura 6 - Mapa Municípios de Baixa Densidade

Fonte: Comissão Interministerial Portugal 2020

2.9. SÍNTESE DO CAPÍTULO

No enquadramento da literatura em torno do desenvolvimento local e comunitário, o investigador assume opções que interessam sistematizar para melhor leitura do percurso do estudo.

O local é um espaço comunitário simbólico, discutível e com uma multiplicidade de variáveis que coloca sérios obstáculos à sua definição clara e evidente quando associado ao desenvolvimento. Neste estudo, a opção por associá-lo à dimensão política e administrativa de atuação e execução do universo de políticas (Seabra,1993), reconhece por outro lado, o necessário sentimento de pertença e de identidade (Ferreira e Guerra, 1993). A partilha de referências culturais de uma identidade através da valorização dos recursos endógenos e da capacidade dos atores os negociarem e os potenciarem em prol do desenvolvimento local, exige uma proximidade territorial e simbólica, entre os

atores e as estruturas de governança. Esta posição orienta o estudo, no sentido de se optar pelos municípios de baixa densidade, enquanto territórios que pelas suas características geográficas e demográficas, são favoráveis para que se apresentem com maiores dinâmicas de proximidade entre os atores e as estruturas de governança.

É no entendimento de Ruivo (1993) e também da Associação Animar que esta opção se reforça, por se considerar que é na governança do local, enquanto território de gestão política das autarquias, que são instituídas regras e mecanismos próprios onde se edificam as condições para que o desenvolvimento local aconteça. É nesta esfera comunitária mais alargada, entre diferentes atores, políticos, sociais e empresariais que a partir do seu diálogo e interesses, se poderá reforçar o processo de desenvolvimento local (Daniel, 2002).

Assim, na relação entre a estrutura de governança, regras, mecanismos, políticas e a dimensão subjetiva dos territórios associada à participação e cidadania das pessoas, e a relação indissociável entre desenvolvimento e a democracia, que se interpelam informadores privilegiados na fase exploratória do estudo, na procura de um maior entendimento face à relação entre estes e, o desenvolvimento local. Uma das preocupações que vem reforçar esta posição é o desequilíbrio destas relações, ao esvaziar o papel da democracia participativa e das entidades de economia social, por estas serem apropriadas pelo Estado e meramente encaradas como prestadores de serviço (Dias, 2011) ou extensões da administração pública.

O desenvolvimento local não pode ser entendido como uma política, mas sim como um processo de relação interdependente entre fatores de influência, e multidimensional que procura abordagens integradas. Nesta perspetiva há dimensões que se assumem como relevantes para a avaliação do desenvolvimento e para a fase exploratória do estudo.

Ao propor-se a avaliação do desenvolvimento local, a dimensão económica, social e ambiental, surgem naturalmente relacionadas ao conceito, tal como, a dimensão cultural, pela identidade comunitária que esta assume no local onde se concretiza. Estas são dimensões que relacionadas com a necessária participação das pessoas nas suas comunidades, exigem uma componente de governança que importa ser enquadrada enquanto dimensão de avaliação e fundamental para a análise do desenvolvimento local. É nesta perspetiva que o exercício de participação e de

democracia se assume como especialmente relevante para favorecer o “processo” enquanto desenvolvimento.

Uma outra dimensão que se considerou preponderante para exploração na matriz de avaliação, remete-nos para a dimensão educativa (Fernandes, 1996), aquela que permite a emancipação (Albino, 2004) e o desenvolvimento da postura crítica da comunidade face ao seu posicionamento no local e ao seu papel enquanto promotor da mudança.

O desenvolvimento local surge nas fragilidades e receios sentidos pelo avanço do movimento global de desenvolvimento, que originou sérios problemas económicos, sociais, ambientais e culturais com muito significado para os territórios que não se enquadraram nas características e determinantes que o modelo neoliberal capitalizou para as lógicas de desenvolvimento associadas ao crescimento económico. É na dimensão alternativa ao modelo referido, que a Associação Animar se propõe defender o desenvolvimento local, enquanto alternativa face à capitalização da economia, enquanto dimensão prioritária do desenvolvimento. Por outro lado, é também a dimensão de governança, ou seja, do protagonismo dos atores locais na sua comunidade, e da cooperação entre as estruturas de poder e o exercício da cidadania, que se reforça a democracia participativa e a procura de agendas governativas participadas para o desenvolvimento (Silveira e Reis, 2003).

Ao se insistir na cidadania e na participação, surge a organização da sociedade civil e as estruturas formais que representam os seus interesses. É neste contexto que emerge o universo da economia social, e das organizações que a constituem, enquanto potenciais entidades de auscultação para a avaliação do desenvolvimento local. Estas pelas suas características e princípios priorizam as pessoas e interesses comuns às comunidades onde operam, em detrimento dos interesses económicos legítimos às entidades empresariais. São estas entidades que a Associação Animar representa, ao defenderem novos modelos de relacionamento, de participação e de decisão coletiva com base em dinâmicas de parceria e de colaboração, opondo-se à postura dominante e hierárquica de governança dos territórios, propondo um desenvolvimento de base comunitária e local enquanto processo facilitador da mudança (Amaro *et. al.*, 2004; Albino, 2004) e da transformação social para o desenvolvimento integral dos territórios.

CAPÍTULO 3 - ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO

3.1. JUSTIFICAÇÃO METODOLÓGICA

Em toda a pesquisa de caráter científico temos de ter presente uma estratégia metodológica, não só enquanto orientação da pesquisa, mas também, enquanto dimensão do conhecimento. É neste sentido que Faleiros (1999) sugere;

“quanto mais a sociologia avança, mais se torna evidente a impossibilidade de qualquer tentativa de unificação metodológica. É tão pouco razoável privilegiar os métodos quantitativos, como os métodos qualitativos; tão pouco razoável negar a importância das matemáticas em sociologia, como desconhecer que largos setores e numerosos problemas da sociologia não parecem dever esperar uma grande ajuda delas; é tão insensato pensar que o sociólogo deva ter sempre como objetivo uma descrição concreta dos fenômenos sociais, como rejeitar toda a investigação que não conduza a modelos abstratos (p. 127).”

Embora se considere que o investigador oriente o projeto “a visão das realidades sociais, contida em cada doutrina ou ideologia, só pode ter o significado, no melhor dos casos, de mera hipótese sujeita à crítica e à verificação científica (Nunes, 1968, p.31)”, algo não desejado e distante da dimensão política, porque para estes “sentirão que o sociólogo faz “trabalho de sapa” trabalho que reduz a solidez ou agrava a insegurança das suas posições” (Nunes, 1968 p.32).

A estratégia metodológica, enquanto orientação do processo de pesquisa focalizado na produção do conhecimento, segundo Demo (1995), é um corpo misto de conhecimentos teóricos, epistemológicos e práticos, que se interligam traçando uma lógica progressiva de aproximação à realidade, partilhando-se no entanto, a ideia de Faleiros (1999), que afirmou que “não se decide uma metodologia de uma vez por todas, e nas pesquisas concretas há revisão do projeto e retomada do caminho para se recomeçar todo outra vez (pp. 176- 177). Importa referir que quaisquer pesquisas de caráter científico têm de comportar a utilização de procedimentos operatórios rigorosos, bem definidos e adaptados ao gênero de problema e ao fenômeno em estudo (Grawitz, 1993). A preocupação de Durkeim (2001) exige a procura de um campo empírico que permita

afastar “falsas evidências” e um distanciamento, no entanto a presente investigação assume uma perspectiva mais próxima da proposta de Boaventura (citado por Guerra, 2000, p41.), pois, tal como o autor defende vai “deslocando o centro da reflexão do conhecimento feito para o conhecimento do processo de fazer (...)”. O investigador assume que tratar factos por coisas, pode enviesar uma interpretação que seja o mais próxima da realidade, poderá, por isso, correr o risco de distorcer a realidade (Gomes, 2007).

A diversidade de metodologias e formas de explorar as possibilidades de investigação, foram nos últimos anos sendo um espaço ávido de debate no campo da sociologia. A complexidade do social, e as posições dicotómicas, entre ator e sistema, entre indução e dedução, entre teoria e ação, entre ciência e senso comum sempre resultaram em tentativas de reconciliação, tomando a “teoria da ação” a dianteira deste questionamento na prática científica sociológica (Guerra, 2000). Esta dificuldade em determinar o processo metodológico, foi também naturalmente sentido pelo investigador, por este, na sua experiência, vir do campo da intervenção social. Aqui a obra de Touraine assume especial relevância para a definição do campo metodológico da investigação (Touraine, citado por Guerra, 2000). Touraine propõe em primeiro que os movimentos sociais sejam aqueles que devem ser objeto sociológico, defendendo a separação entre relações sociais e relações de poder, em segundo, o “método repousa na auto-análise que do movimento fazem os seus líderes – sendo que a ação é inseparável das relações sociais (...), e em terceiro o investigador não é o observador distante, é o mediador entre o grupo militante e o movimento social” (citado por Guerra, 2000, p.28). A posição de Touraine é considerada oportuna pelo investigador, por colocar o universo de análise na separação entre relações sociais (entidades de economia social) e as relações de poder (municípios), como é reflexo a proposta de matriz de avaliação testada no questionário, procurando a perspectiva dos movimentos sociais, traduzidos nas formalidade da organizações sociais, sendo o investigador encarado também como um militante da causa, pela sua experiência social, e não apenas um mero observador enquanto cientista social.

A metodologia proposta segue a linha da teoria da ação de Alain Touraine (1984) que sugere que a ação coletiva é o objeto de estudo do sociólogo. No presente estudo procurou-se compreender a perceção coletiva das organizações da economia social, e

também nos propusemos a aprofundar a percepção dos movimentos sociais, considerando que o investigador não é um observador distante, mas um mediador entre o movimento social e o grupo militante, entendido pela ação ideológica (Guerra, 2000).

3.2. MODELO DE ANÁLISE

O processo metodológico concebeu-se com base nas orientações apontadas por vários autores (Quivy e Campenhoudt, 1998; Hill e Hill, 2002, Pocinho, 2012), e na sequência das orientações procedidas por os mesmos. Teve-se como primeira fase de estruturação do desenho de investigação a definição da pergunta de partida e a definição dos respetivos objetivos gerais e específicos da investigação. No momento seguinte, procedeu-se a prolongada e atenta construção e aprofundamento do campo teórico-concetual, sendo este concetualizado como sendo “um conjunto estruturado de elementos” (conceitos ou categorias de classificação), relações entre esses elementos (proposições), relações entre relações (leis) e regras operatórias” (Castells, 1970, p. 503). Para a persecução desta segunda e importante etapa foram consideradas várias leituras e reflexões, sendo que, através destas se visava a construção de uma revisão bibliográfica adequada à definição do campo teórico e à delimitação do campo empírico da investigação, no sentido de apoiar a escolha adaptada ao campo de análise.

Num quadro de incertezas, assumir um percurso metodológico é assumir riscos, pelo que este estudo de base dedutiva, pressupõe a definição de hipóteses, de modo a conduzir com ordem e rigor a descoberta e curiosidade que caracterizam a construção de uma tese (Quivy e Campenhoudt, 1988) através do seu quadro teórico de análise, traduzindo o conceito de desenvolvimento local, segundo a perspetiva da Animar, em dimensões e indicadores de análise, que permitam a avaliação diagnóstica do desenvolvimento local .

Na primeira etapa do processo metodológico procedeu-se à elaboração da pergunta de partida, tendo em conta os critérios de clareza, exequibilidade e pertinência, condições fundamentais para o fio condutor da investigação (Quivy e Campenhoudt, 1998) e respetivos objetivos gerais e específicos da investigação, seguindo-se por um segundo momento exploratório, o de aprofundamento teórico com base na revisão da literatura, que apoiaram a conceção da primeira proposta de matriz de avaliação do

desenvolvimento local, apresentada através de entrevistas estruturadas junto de informadores privilegiados.

De acordo com Fortin *et al.* (2009), o caminho de construção do desenho empírico sustentador de uma investigação não está completo sem que se apresentem as hipóteses sustentadoras dos procedimentos investigativos. As hipóteses são os meios indispensáveis para o conhecimento do fenómeno em análise na medida em que se assumem como potenciais sugestões de explicação para os factos em estudo, resultando de proposições tal como defendido também por Pocinho (2012).

Na tentativa de clarificar o conceito “hipótese” Fortin *et al.* (2009), referem que se trata de um “enunciado formal sobre as relações antecipadas entre variáveis” (p. 166). Por meio desta definição, entende-se que a construção das hipóteses de investigação pressupõe a existência de uma relação entre as variáveis independentes e as variáveis dependentes. São também, e na mesma medida, uma proposta de relação entre conceitos ou fenómenos (Quivy e Campenhoudt, 1988) que, no caso em apreço, tomando o corpo hipotético-dedutivo que sustenta a presente investigação, resulta em duas asserções fundamentais, a partir das quais se construíram as seguintes propostas de hipóteses para verificação:

- H1 - A avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada pelo tipo de natureza jurídica de entidade de economia social;
- H2 – A avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social;

Uma hipótese é assim uma proposta de relação entre conceitos ou fenómenos (Quivy e Campenhoudt, 1988), sendo que neste estudo ao explorar-se a relação entre o conceito de desenvolvimento local, com a perspectiva da Animar e dos seus intervenientes no quadro da economia social, considera-se que a avaliação do desenvolvimento local pode resultar ou não da perceção das entidades de economia social, independentemente da sua natureza jurídica, e características organizacionais.

Após estas fases, procedeu-se à construção de um modelo/matriz que servisse de instrumento à avaliação do desenvolvimento local num território, exigindo uma delimitação geográfica, para posterior testagem experimental. O investigador através de pressupostos teóricos e na auscultação dos informadores privilegiados através de

entrevistas, optou por técnicas que fossem capazes de garantir uma abordagem analítica, qualitativa e quantitativa na fase exploratória do estudo, seguindo-se pela utilização do questionário, enquanto abordagem quantitativa, que permitisse avaliar e, por outro lado, verificar as hipóteses de estudo.

Após a fase de estruturação do desenho metodológico e depois da construção do corpo teórico-concetual do estudo, entendeu-se que a opção metodológica que melhor favorecia a necessidade de auscultação dos especialistas com vista à produção de conhecimento, seriam as entrevistas, dotando-se assim, a primeira parte da metodologia investigativa de carácter qualitativo e quantitativo, na medida em que este é favorecedor da dotação de relevo às representações e percepções dos entrevistados.

Assim, procedeu-se à construção de um quadro teórico-empírico de análise que viria permitir a construção de uma primeira proposta de matriz de avaliação e a sua apreciação por informadores privilegiados com recurso às entrevistas. Os seus resultados e respetiva interpretação, refletem-se numa segunda matriz de avaliação que avançou para testagem exploratória em três territórios, através dos inquéritos por questionário.

Na abordagem exploratória iniciou-se com a auscultação dos especialistas já referenciados, designados por informadores privilegiados, aprofundando as suas crenças, opiniões, atitudes, representações e valores, face ao fenómeno em estudo. Junto destes procurou-se a análise da percepção de uma proposta de avaliação do desenvolvimento local, que permitisse, em simultâneo, a redefinição de hipóteses.

A incerteza natural em torno das metodologias quantitativas e qualitativas foi uma constante ao longo deste processo metodológico, tendo-se considerado que;

“os métodos qualitativos e quantitativos são, em última análise, métodos para garantir a apresentação de uma amostra adequada. Ambos constituem tentativas para projetar um conjunto finito de informação para uma população mais ampla: uma população de indivíduos no caso do típico inquérito quantitativo, ou uma coleção de observações na análise qualitativa” (Shaffer e Serlin, 2004, p.23).

Esta dicotomia de posicionamento, sentida nas perspetivas mais ortodoxas na sociologia, entre as diferentes abordagens traduzidas nos métodos, foi rejeitada no processo de investigação, assegurando-se da necessidade de um caminho conducente às expectativas do investigador. Foi tida em consideração a posição de Flyvbjerg (2001) que defendeu que;

“não devemos criticar regras, lógicas, sinais, e racionalidade em si mesmos. Devemos apenas criticar o domínio destes fenómenos sobre a exclusão de outros na sociedade moderna e nas ciências sociais. Inversamente, deve ser igualmente problemático se regras, lógicas, sinais, e racionalidade forem marginalizados pelo concreto, pela diferença, e pelo particular” (p. 49).

Esta asserção foi norma regente do percurso investigativo efetuado, até porque em ciência “não há demonstração da verdade de uma proposição, mas apenas demonstração da verdade da sua não falsidade, isto é, da não contradição entre a proposição teórica e a experiência factual realizada” (Castells, 1970, p.498).

Na figura, seguinte apresenta-se a estrutura síntese das opções de estudo.

PERGUNTA DE PARTIDA “Será o exercício de avaliação do desenvolvimento local, segundo a perspectiva que a Associação Animar tem vindo a consolidar, passível de concretizar através da auscultação das entidades da economia social?”		
Objetivo Geral	Objetivo específico	Métodos e Técnicas
1. Aprofundar o quadro teórico do desenvolvimento local e traduzi-lo num conjunto de dimensões e indicadores mensuráveis.	1.1. Concetualizar o desenvolvimento local de acordo com a perspectiva da Animar, de modo a elaborar uma proposta de matriz de avaliação.	Pesquisa e Revisão da Literatura
	1.2. Inquirir e auscultar agentes da Associação Animar acerca da proposta de matriz de avaliação do desenvolvimento local e da sua experimentação.	Entrevistas e Análise de Dados
2. Testar a proposta de matriz de avaliação do desenvolvimento local junto das entidades de economia social	2.1. Testar um conjunto de indicadores e metodologia que permita avaliar o desenvolvimento local em três territórios	Questionário e Tratamento de Dados
	2.2. Verificar as hipóteses de pesquisa H1 - A avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada pelo tipo de natureza jurídica de entidade de economia social; H2 – A avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social	Interpretação e Discussão dos Resultados
3. Recomendar uma matriz e metodologia de avaliação de acordo com a análise conclusão dos resultados	Apresentar uma proposta de matriz de avaliação do desenvolvimento local com base nas conclusões da pesquisa	Conclusão e Recomendações

Figura 7 - Síntese Metodológica da Pesquisa

Fonte: Elaborada pelo autor

3.3. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

Coutinho (2011), afirmou que “todo e qualquer plano de investigação, seja ele de cariz quantitativo, qualitativo ou multi-metodológico implica uma recolha de dados originais por parte do investigador” (p. 99). Também Fortin *et al.* (2009) sublinharam que qualquer que fosse a disciplina em apreço, pois que a investigação é suscetível de tratar uma variedade de fenómenos, “é preciso ter à disposição diferentes instrumentos de medida” pois só através destes instrumentos é possível intervencionar o real a fim de dele extrair informações e dados que vão permitir a sua auscultação concreta. Neste sentido, e ainda segundo a acertada opinião de Fortin *et al.* (2009), “a escolha do método de recolha dos dados depende do nível de investigação, do tipo do fenómeno ou de variável e dos instrumentos disponíveis” (p. 368).

O sucesso das fases metodológicas que implicam a compreensão, a exploração de um novo domínio, a verificação de hipóteses e a avaliação de um projeto, só será possível se se optar pelo instrumento de recolha de dados mais adequado à realidade e aos cenários a estudar e, por isso, no caso concreto da presente investigação, optamos pela utilização de instrumentos múltiplos, capazes de medir com uma maior amplitude o real. Tem-se então, como elementos de recolha de dados, entrevista estruturada e com perguntas semi-abertas, e inquérito por questionário.

Neste contexto, foram efetuadas as entrevistas, com base numa amostra por conveniência, a informadores privilegiados de modo a recolher-se a opinião dos participantes, tendo em consideração o tipo de experiência significativa e relação com a Animar. Por meio desta abordagem, pretendia-se alcançar uma interpretação da dimensão subjetiva da análise do fenómeno, tendo em conta as práticas, discursos e narrativas da realidade vivenciada por cada informador. Pretendia-se também obter pistas de orientação e determinar a (re)definição de um quadro de indicadores de avaliação. Os objetivos que se visaram obter através desta abordagem qualitativa e quantitativa ao real, tiveram em conta os pressupostos enunciados por Martinelli (1994) acerca desta tipologia de investigação e que consideramos que vão ao encontro dos objetivos traçados pelo investigador para a primeira fase do estudo, sendo eles: (i) “o reconhecimento da singularidade do sujeito”, no sentido em que cada individuo terá um posicionamento que acrescente valor ao processo de investigação e o (ii) “reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito” (pp. 13-

14). Este último pressuposto exige sempre que o sujeito da análise se enquadra num perfil que tem por base as suas práticas sociais e a sua experiência pessoal.

Após a realização das entrevistas, e com vista a alargar o corpo de informações suscetíveis de ajudarem a obter respostas para a pergunta de investigação delineada e objetivos gerais e específicos traçados, bem como ajudar a validar, ou não, as hipóteses sugeridas, levamos a cabo a fase de recolha de dados de cariz quantitativa. Esta teve por base a aplicação de um inquérito por questionário, na medida em que se aferiu que este permitia a medição de um fenómeno, que resulta da construção de uma matriz de indicadores.

A partir deste processo de inferência, avançou-se para a construção do modelo de análise, onde segundo Pocinho (2014) enquanto estudo de um fenómeno, se “articula de forma operacional as teorias que serão, finalmente, retidas para orientar o trabalho de observação e de análise, composto por conceitos e hipóteses” (Pocinho, 2014, p27). Após a interpretação de dados na fase exploratória, elaborou-se a segunda proposta de matriz de avaliação, para testagem enquanto inquérito junto do universo de entidades de economia social, dos municípios de baixa densidade, de Odemira, Montalegre e Castelo Branco.

Para além disso foi também tido em conta a aferição de que os dados obtidos por meio de aplicação de questionário permitem a realização da testagem dos mesmos em três territórios específicos. Na metodologia quantitativa os métodos “pressupõem a quantificação de dados através de estatísticas padronizadas e a respetiva interpretação, segundo a técnica estatística, o que por sua vez, pressupõe a recolha (amostragem), a verificação (validade) e a interpretação dos dados (Pocinho, 2012, p.60).

Na metodologia quantitativa os métodos “pressupõem a quantificação de dados através de estatísticas padronizadas e a respetiva interpretação, segundo a técnica estatística, o que por sua vez, pressupõe a recolha (amostragem), a verificação (validade) e a interpretação dos dados (Pocinho, 2012, p.60), tendo estes disso realizados através do SPSS. A utilização do questionário como instrumento de medida apresenta inúmeras vantagens de entre as quais se destacam o facto de se tratar de um meio rápido e pouco dispendioso de obter dados; de poder ser aplicado junto de um grande número de

pessoas; ser de natureza impessoal e ter uma apresentação e diretrizes uniformizadas. Para além destas vantagens, o questionário é um instrumento capaz de assegurar uma constância de um questionário para o outro e, deste modo, garantir a fidelidade do instrumento, facilitando a realização de comparações entre os sujeitos; valorizando o anonimato e a conseqüente expressão livre das opiniões pessoais (Fortin *et al.*, 2009). Procedeu-se por fim, à análise e apresentação de conclusões e recomendações.

3.3.1. ENTREVISTAS

Tal como já referido, na fase exploratória optou-se pela recolha de dados através da técnica da entrevista, concetualizado como sendo a “recolha de dados descritivos na linguagem dos próprios sujeitos, permitindo ao investigador desenvolver uma ideia sobre a maneira como os mesmos interpretam aspetos do mundo” (Bogdan e Biklen, 1994, p.134). Enquanto técnica de recolha de dados a entrevista possibilita ao entrevistador a indagação de um conjunto de questões ao entrevistado, podendo este “contar a sua história em termos pessoais, pelas suas próprias palavras (...)” (Bogdan e Biklen, 1994, p.135). Por este meio, fica o investigador possibilitado a obter informações relevantes para a sua investigação. Sendo um instrumento metodológico flexível e adaptável a entrevista tem a vantagem de garantir respostas que podem ser testadas complementadas e clarificadas e, simultaneamente, permitem observar os comportamentos verbais e não-verbais dos entrevistados (Bell, 2010, p. 137). Seguindo as indicações de Pocinho (2012), a escolha pela realização de entrevistas justifica-se na medida em que estas garantem um grau “máximo de autenticidade e profundidade, cujo conteúdo será objeto de uma análise sistemática, destinada a testar as hipóteses de trabalho” (p.97).

A metodologia de trabalho nesta fase, como anteriormente referido, centrou-se na recolha de dados com base na realização de uma entrevista enquanto estudo preliminar, junto de uma amostra de conveniência, com o intuito de retirar perceções juntos de informadores privilegiados. Na construção da entrevista, optou-se por se apresentarem cinco questões semidiretivas, e orientadas na sua sequência e na procura de conteúdo, permitindo ao informador responder de com base nos “seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, entre outros” (Pocinho, 2012, p.98). As entrevistas foram realizadas através do envio do guião de entrevista a cada um dos respondentes, sendo-lhes solicitadas as respostas entre os meses de fevereiro e

março de 2020, via email em suporte *word* ou *pdf editável*. As entrevistas foram dirigidas a 30 informadores, com base em 5 perfis definidos, procurando-se o equilíbrio de resposta pelo género do informador. A abordagem juntos dos informadores foi devidamente fundamentada, através de contactos prévios, tentando-se aumentar a “boa vontade” do entrevistado, e portanto, criar uma atitude mais cooperante salientando a importância da sua *expertise* para o investigador (Hill e Hill, 2002).

Num universo de 30 informadores a quem se solicitou resposta, conforme se pode verificar na figura 8, obteve-se uma amostra de 20 respostas no prazo definido, o que representa um percentual de 66,6% de respostas, e o mesmo número de respostas de acordo com o género, estando criadas as condições para o avanço da investigação.

	INTERLOCUTORES CONVIDADOS		INTERLUCOTORES QUE RESPONDERAM	
	H	M	H	M
DIRIGENTE ANIMAR	2	4	2	2
DIRIGENTES REDE ANIMAR	2	4	2	3
AUTARCA/RESPONSABILIDADE POLÍTICA	4	1	2	1
TÉCNICO ANIMAR	1	4	1	4
ACADÉMICO/ ASSOCIADOS INDIVIDUAIS	7	1	3	0
TOTAL POR GÉNERO	16	14	10	10
TOTAL	30		20	

Figura 8 - Informadores privilegiados por género e resposta

Fonte: Elaborada pelo autor

O tipo de amostragem definido optou-se por conveniência, tal como se pode verificar através da figura 9, identificando-se por informador privilegiado de acordo com cinco perfis definidos, onde se procurou leituras diferenciadas, de base estratégica (dirigentes), política (autarcas e ex-autarcas), técnica (equipa técnica da Animar) e académica.

PERFIL DO INFORMADOR	CARACTERÍSTICAS
DIRIGENTE ANIMAR	Dirigentes da atual direção da Animar à data da entrevista
DIRIGENTES REDE ANIMAR	Dirigentes de entidades associadas da Animar
AUTARCA	Política – Dirigentes da Rede Animar que tenham experiência atual ou passada em cargos eleitos executivos (presidentes ou vereadores de município) ou deputados à assembleia da república
TÉCNICO ANIMAR	Técnicos da Animar com experiência reconhecida e significativa (superior a 5 anos) em projetos de desenvolvimento local
ACADÉMICO	Associados individuais da Animar com trabalhos enquanto investigadores e com ligação profissional ao ensino superior.

Figura 9 - Perfil dos informadores privilegiados

Fonte: Elaborada pelo autor

3.3.1.1. GUIÃO DA ENTREVISTA E GRELHA TEMÁTICA DE ANÁLISE

A realização das entrevistas, foi antecedida pela elaboração do guião de entrevista composto por três secções (A,B,C), conforme se pode ver no apêndice I, repartidas por um conjunto de cinco questões de resposta ao objetivo específico 1.2. “Inquirir e auscultar agentes da Associação Animar acerca da proposta de matriz de avaliação do desenvolvimento local e da sua experimentação”. As questões componentes da entrevista base semi-abertas, encontraram-se agrupadas em temas centrais com vista à futura interpretação dos resultados das respostas obtidas através de análise temática.

Cada uma das secções pretendia obter respostas em vários domínios. Na secção A, com duas questões. A primeira (1.1) sugeria um conceito de desenvolvimento local proposto pelo investigador, procurando explorar “o entendimento do conceito face ao desenvolvimento local”, através da sua auscultação e recolha de opinião junto dos agentes da Animar (informadores privilegiados). Na realização da análise e interpretação de dados do corpus, procedeu-se ao recorte de excertos do texto e à apresentação em tabelas de unidades de registo ou texto, dependente da questão em análise, triadas com base em categorias, subcategorias principais e indicadores (apêndice V) para todas as questões, das quais se passam a apresentar nos gráficos e tabelas seguintes.

Categoria	Subcategoria	Indicador
Conceito de desenvolvimento local	Processo de construção	Tipo de processo (concordância/Discordância)
	A partir da cidadania ativa e participativa de uma comunidade	Comunidade Recursos Movimento associativo
	Na procura de soluções para os problemas ou na	Promotores da igualdade

Categoria	Subcategoria	Indicador
	alavancagem de oportunidades	Dinâmicas de base horizontal Emancipatórias Contributo para o desenvolvimento integral

Figura 10 - Grelha de análise temática - conceito de desenvolvimento local

Fonte: Elaborada pelo autor

A segunda questão (1.2) tentou perceber as “influências face ao desenvolvimento local”, se seriam impulsionadas através das dinâmicas subjetivas associadas aos movimentos de cidadania ou promovidos pelas condições estruturais, explorando-se também enquanto terceira opção, ambos os fatores enquanto relevantes. A resposta a esta questão tinha como objetivo a procura de um entendimento mais amplo, da perspectiva da Animar face ao desenvolvimento local, considerando-se fundamental para a análise dos resultados da pesquisa e respetivas conclusões do trabalho.

Categoria	Fatores de Influência do Desenvolvimento Local
Subcategoria	Fatores
Indicadores	Estruturais Dinâmicas subjetivas (Participação /Cidadania/Movimento associativo)

Figura 11 - Grelha de análise temática – Influências na promoção do desenvolvimento local

Fonte: Elaborada pelo autor

A secção B tinha como objetivo a recolha de opinião face à matriz de avaliação proposta, nas suas dimensões, componentes e indicadores, na grelha de análise entendidas como categorias, subcategorias e subcategorias secundárias. Esta secção repartiu-se por duas questões, a primeira (2.1) com o intuito de recolha de “opinião face às dimensões e indicadores de avaliação do desenvolvimento local”, procurando apreciações que apoiassem a renovação ou reorganização da matriz de avaliação através das 6 dimensões e das 20 componentes de avaliação propostas.

DIMENSÃO	Componente	Indicador
GOVERNANÇA CIDADANIA	E PARTICIPAÇÃO TRANSPARÊNCIA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA TOMADA DE DECISÃO	Componentes em avaliação face à relação com o poder local Oportunidades de participação dos cidadãos e cidadãs Oportunidades de participação na tomada de decisão dos cidadãos e cidadãs
CULTURAL	IDENTIDADE PATRIMÓNIO DIVERSIDADE	Pertença à comunidade Valorização do património
SOCIAL	INCLUSÃO JUSTIÇA IGUALDADE	Sentimento de justiça Sentimento de igualdade Oportunidade de inclusão dos públicos fragilizados
AMBIENTE	BIODIVERSIDADE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	Preservação da natureza e espécies autóctones Medidas de combate às alterações climáticas
ECONÓMICA	EMPREGO MÉRITO SOCIAL E SOLIDÁRIA	Criação de emprego Criação de Empresas Relevância das organizações de economia social e solidária para o território
EDUCATIVA	COERÊNCIA ALTERNATIVA	Coerência entre o sistema educativo e as necessidades Opções de modelos educativos no território

DIMENSÃO	Componente	Indicador
	GLOCAL	Educação com base na valorização do local para o global

Figura 12 - Grelha de análise temática: dimensões, componentes e indicadores de avaliação

Fonte: Elaborada pelo autor

Na segunda questão (2.2) da secção B, pretendeu-se a “opinião face à matriz de avaliação do desenvolvimento local”, procurando-se recomendações, questionamentos, reflexões e preocupações que contribuíssem para a definição da proposta final de matriz de avaliação do desenvolvimento local, e respetivo questionário de testagem.

Categoria	Subcategoria	Indicadores
AVALIAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL	OPINIÃO	Recomendações Questionamentos Reflexões Preocupações

Figura 13 - Grelha de análise temática - Opinião face à matriz de avaliação do desenvolvimento local

Fonte: Elaborada pelo autor

A entrevista terminava com uma última questão (3), inserida na secção C, procurando a “definição do território de avaliação” através de uma proposta com base na divisão administrativa do território. A resposta a esta questão afigurava-se como essencial para definição e validação do território de avaliação, onde se inseria o universo e respetiva amostra do passo seguinte da pesquisa por questionário.

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”	Divisão administrativa (Decreto-Lei nº 46 139/64, de 31 de dezembro) que define os concelhos	Concordância Sem concordância Sem conhecimento
	Outra proposta	Outras propostas

Figura 14 - Grelha de análise temática - Território de referência

Fonte: Elaborada pelo autor

Na composição inicial do guião da entrevista constava um texto explicativo e enquadramento da mesma, bem como a nota de consentimento informado garantindo o anonimato de todos os informadores privilegiados.

3.3.2. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Definido o problema, os objetivos e as hipóteses e objetivando-se, do ponto de vista metodológico, conferir ao presente estudo, um caráter quantitativo, considerado preponderante para a análise dos factos, incluindo no desenho de investigação o instrumento de recolha de dados inquérito por questionário, definido como uma técnica composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas aos participantes, por escrito, com o objetivo de conhecer opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expetativas, situações vivenciadas, entre outras (Gil, 1995).

A opção de utilizar o questionário como instrumentos de recolha de dados na presente investigação teve em conta o facto de se tratar de um instrumento de medida e apresentar inúmeras vantagens dentre as quais se destacam o facto de se tratar de um meio rápido e pouco dispendioso de obter dados; de poder ser aplicado junto de um grande número de pessoas; ser de natureza impessoal e ter uma apresentação e diretivas uniformizadas. Para além destas vantagens, o questionário é um instrumento capaz de assegurar uma constância de um questionário para o outro e, deste modo, garantir a fidelidade do instrumento, facilitando a realização de comparações entre os sujeitos; valorizando o anonimato e a conseqüente expressão livre das opiniões pessoais (Fortin *et al.*, 2009).

No entanto, o questionário apresenta também algumas desvantagens, salientando-se as fracas taxas de resposta; a taxa elevada de dados em falta; a impossibilidade de esclarecer os participantes relativamente a certos enunciados contidos nos questionários autoadministrados e a impossibilidade de assegurar que estes foram corretamente preenchidos (Fortin *et al.*, 2009).

O questionário permitiu colocar um conjunto de questões previamente organizadas e testar enquanto estudo preliminar a matriz de avaliação proposta, visando por outro lado a “verificação das hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem (Quivy e Campenhoudt, 1998, p.188)”.

Sistematizando o processo de recolha de dados foi realizado através de inquérito por questionário construído em plataforma *google forms* (ver apêndice II, III e IV), e solicitada a resposta por email criado para o efeito (avaliação.desenvolvimentolocal@gmail.com), tendo o processo de recolha online decorrido entre 4 de junho e 6 de julho de 2020.

3.3.2.1. TERRITÓRIOS DE ESTUDO

O universo que se pretendeu estudar compreendia uma amostra da totalidade das entidades de economia social do município de Montalegre (norte - à sub-região do Alto Tâmega), Castelo Branco (centro sub-região da Beira Baixa) e Odemira (sul - sub-região do Alentejo Litoral), três municípios de baixa densidade, com características próximas, nomeadamente a perda de população residente de 2010 para 2018, o aumento de idosos por 100 habitantes, e a percentagem crescente de população estrangeira residente, sendo bastante mais expressivo, esta última característica no município de Odemira.

ODEMIRA - VILA	2010	2018
POPULAÇÃO	26.138	24.681
IDOSOS POR CADA 100 JOVENS	221	239
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA (%)	10,8	24,8

Figura 15 - Município Odemira

Fonte: Pordata

CASTELO BRANCO – CIDADE	2010	2018
POPULAÇÃO	56.221	52.448
IDOSOS POR CADA 100 JOVENS	177	209
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA (%)	2,2	2,3

Figura 16 - Município de Castelo Branco

Fonte: Pordata

MONTALEGRE – VILA	2010	2018
POPULAÇÃO	10.705	9.156
IDOSOS POR CADA 100 JOVENS	319	461
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA (%)	0,8	1,0

Figura 17 - Município de Montalegre

Fonte: Pordata

Município de Montalegre

De acordo com o Diagnóstico Social ao Plano de Desenvolvimento Social²⁵, o concelho de Montalegre, pertence ao distrito de Vila Real e integra a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. Situa-se numa zona de fronteira no extremo Norte de Portugal, com limites na raia sul da Galiza/Espanha, tendo uma área territorial de cerca de 802 Km, abrangendo um conjunto de 136 aldeias e 25 freguesias. Montalegre é o 4.º concelho menos populoso de Portugal com 9280 habitantes, e o 12.º concelho com maior índice de envelhecimento, em 2019, de 471 idosos por 100 jovens, segundo dados da Pordata.

Na consulta ao site do município em www.cm-montalegre.pt pode-se aferir que há um investimento do município no âmbito da economia associada ao empreendedorismo para a criação de autoemprego, onde se destacam o fomento à pecuária, designadamente a criação do gado Barrosão e também na exploração da batata de sementes. A educação é tida como prioritária pelo executivo no apoio a projetos e melhoria de instalações. No âmbito cultural, a agenda cultural, a biblioteca, festas e romarias, o pavilhão multiusos e os grupos de animação assumem destaque no website municipal. Na área social o atendimento ao público em áreas como a habitação, educação, saúde, infância e juventude, idosos, ação social escolar, emprego, imigração,

²⁵ Informações recolhidas do documento de PRÉ-DIAGNÓSTICO SOCIAL 2019/ 2023 PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2019/2023 E PLANO DE AÇÃO 2019/2020 Documento aprovado em 13/05/2019 Ata n.º 1/2019 consultado em https://www.cm-montalegre.pt/cm-montalegre/uploads/writer_file/document/2144/pds_2019_certo.pdf

voluntariado, associativismo e o estabelecimento e fomento de parcerias sociais assume destaque. No âmbito do universo territorial do município de Montalegre foram identificadas 19 entidades de economia social, tendo respondido ao questionário uma percentagem de 53%, correspondente a 8 entidades.

Castelo Branco

O Município de Castelo Branco, de acordo com a consulta ao *website* www.cm-castelobranco.pt, localiza-se no interior de Portugal, Região Centro e sub-região da Beira Interior Sul, a 50 km de Espanha e é integrado na Comunidade Intermunicipal de Castelo Branco. O concelho é composto por 19 freguesias com uma população em 2018 de 52.448, e um índice de envelhecimento, em 2019, de 213 idosos por 100 jovens, segundo dados disponíveis na Pordata. Através da consulta ao Plano de Desenvolvimento Estratégico²⁶, Castelo Branco é dos concelhos com maior extensão do país, com 1.440 km, assumindo-se como um polo administrativo e económico de atratividade devido à sua centralidade geográfica. Na consulta ao *website* no âmbito do desenvolvimento económico o município apresenta um conjunto de infraestruturas de relevo, tais como um Centro de Empresas Inovadoras, um Centro de Apoio Tecnológico e Agroalimentar e um Pólo Industrial, entre outras estruturas. São várias as infraestruturas criadas no âmbito do Desporto e Lazer e Educação. No domínio social, verifica-se o desenvolvimento de uma política social no âmbito do combate à pobreza e exclusão social e na procura da melhoria da sua qualidade de vida, apresentando-se iniciativas como as tarifas sociais, hortas sociais e habitação social. No âmbito do universo territorial do município de Castelo Branco foram identificadas 112 entidades de economia social, tendo respondido ao inquérito 21% das entidades, correspondente a 18 entidades.

Município de Odemira

O concelho de Odemira pertence à região do Alentejo, sub-região do Alentejo Litoral, inserida na Comunidade Intermunicipal Alentejo Litoral com cerca de 24.681 habitantes em 2018, uma significativa percentagem de população estrangeira (24,8%), muito próximo de um quarto da população, e um índice de envelhecimento, em 2019,

²⁶ https://www.cm-castelobranco.pt/media/1682/plano_desenvolvimento_estrategico.pdf

de 236 idosos por 100 jovens, segundo dados da Pordata. O município é constituído por 13 freguesias num território de 1720,25 Km sendo o maior concelho em área do país. Segundo consulta ao website www.cm-odemira.pt do município, o turismo, as pescas e a produção de Bovinos assumem relevância no desenvolvimento económico. Na consulta ao respetivo website, verifica-se a medida de apoio social através do cartão social e destaca-se no respetivo website o apelo à participação num separador principal, destacando-se entre outras a medida de orçamento participativo. No âmbito do universo territorial do município de Odemira foram identificadas 80 entidades de economia social, tendo respondido ao inquérito, 31% das entidades, correspondente a 13 entidades.



Figura 18 - Municípios alvo de avaliação do desenvolvimento local (Montalegre, Castelo Branco e Odemira)

Fonte: Elaborada pelo autor

Na recolha de dados para organização do universo de entidades de economia social por município, procedeu-se à consulta da base dados da Carta Social²⁷, portal online do município e solicitação de dados junto de associações de desenvolvimento local do respetivo município para recolha de contactos de *email*.

O universo representava 211 entidades de economia social na totalidade de município, das quais 69 consideraram-se inválidos, pelos contactos serem devolvidos. Considerou-se um universo válido de 142 entidade na sua totalidade, 85 em Castelo Branco, 42 em Odemira e 15 em Montalegre, tendo-se obtido uma amostra de 18 (21%) entidades para Castelo Branco, 13 (31%) para Odemira e de 8 (53%) para Montalegre, uma média de 35% de respostas por município (ver figura 19).

	UNIVERSO DE ENTIDADES	CONTACTOS DEVOLVIDOS/ INVÁLIDOS	UNIVERSO VÁLIDO	RESPOSTAS (AMOSTRA)	% FACE AO UNIVERSO VÁLIDO
CASTELO BRANCO	112	27	85	18	21%
ODEMIRA	80	38	42	13	31%
MONTALEGRE	19	4	15	8	53%
TOTAL	211	69	142	39	Média 35%

Figura 19 - Universo/ Amostra: Inquérito por Questionário

Fonte: Elaborada pelo autor

²⁷ A Carta Social (<http://www.cartasocial.pt/>) consubstancia-se num estudo de análise da dinâmica da RSES (Rede de Serviços e Equipamentos Sociais) pretendendo dar a conhecer as respostas sociais, no âmbito da ação social, tuteladas pelo MSSS, em funcionamento no Continente, a sua caracterização, localização territorial, equipamentos e entidades de suporte. A Carta Social tal como tem vindo a ser concebida, construída e atualizada, pretende ser simultaneamente um instrumento multiusos de extrema flexibilidade nos domínios da informação social, de suporte no apoio à tomada de decisão aos diversos níveis, de apoio à cooperação institucional e, em particular, de informação ao cidadão.

3.3.2.2. ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO

O questionário dividiu-se em três secções, as duas primeiras secções eram de resposta obrigatória, e apenas a última secção, a menos relevante para a investigação se apresentou sem resposta obrigatória. Dado o facto de serem municípios diferentes, procedeu-se à elaboração de três questionários (ver apêndice II, III e IV), onde a primeira questão, relativa a “freguesia”, assume opções diferentes, resultado das freguesias correspondentes a cada um dos municípios.

Na primeira seção (A) do questionário considerou-se que a investigação deveria obter dados sobre os “casos” das entidades de economia social que estavam a ser inquiridas. A primeira secção do questionário pretendeu recolher “as características dos casos estritamente relevantes para a investigação” (Hill e Hill, 2002, p.87) que, no entanto, eram condições fundamentais para a verificação das hipóteses de estudo. A primeira com perguntas fechadas respondendo às variáveis de caracterização em sete componentes, designadamente, freguesia, tipologia da entidade tendo em conta a lei de bases da economia social, nesta questão com um subponto, com a possibilidade de resposta aberta para “outra”, classificação da atividade económica, a função desempenhada na instituição de quem responde ao questionário, o n.º de colaboradores e voluntários tendo se usado uma escala de rácio, para ambas as questões, e por fim a identificação do território de atuação. Duas das questões eram de resposta múltipla (classificação da atividade económica e identificação do território de atuação), e as restantes de resposta única.

N.º	Variáveis	Tipo de Pergunta
1	Freguesia	Fechada/Obrigatória
2	Tipologia	
3	Classificação Atividade Económica	
4	Função	

5	N.º colaboradores/as	
6	N.º de Voluntários/as	
7	Âmbito Territorial	

Figura 20 - Questionário - Secção A: Caracterização

Fonte: Elaborada pelo autor

Na segunda secção (B), com a designação de “avaliação do desenvolvimento local”, o questionário subdividiu-se por sete dimensões de análise, com trinta e oito questões, apresentadas numa escala ordinal de três valores, valor um negativo, um valor mediano, e um valor positivo face à variável no indicador de avaliação.

Dimensão	N.º de Questões (indicadores)	Indicador de Avaliação Pergunta Fechada/Obrigatória
1. Ambiental	4 perguntas	1.1. Qualidade Ambiental 1.2. Biodiversidade 1.3. Alterações Climáticas 1.4. Sustentabilidade Ambiental
2. Cultural	5 perguntas	2.1. Identidade 2.2. Património material 2.3. Património imaterial 2.4. Diversidade cultural 2.5. Produção artística
3. Governança e Cidadania	8 perguntas	3.1. Democracia Representativa

Dimensão	N.º de Questões (indicadores)	Indicador de Avaliação Pergunta Fechada/Obrigatória
		3.2. Democracia Participativa 3.3. Tomada de Decisões 3.4. Prestação de Contas 3.5. Participação dos cidadãos/ãs 3.6. Colaboração e Trabalho em Rede 3.7. Estratégia de Desenvolvimento
4. Económica	5 perguntas	4.1. Oportunidades de emprego 4.2. Oportunidades de criação de novas empresas 4.3. Empreendedorismo 4.4. Condições e remuneração do trabalho 4.5. Poder de compra
5. Social	6 perguntas	5.1. Bem-estar 5.2. Coesão Social 5.3. Igualdade e Equidade 5.4. Igualdade de género 5.5. Justiça Social 5.6. Economia Social
6. Territorial	5 perguntas	6.1. Localização 6.2. Acesso a Serviços 6.3. Mobilidade

Dimensão	N.º de Questões (indicadores)	Indicador de Avaliação Pergunta Fechada/Obrigatória
		6.4. Comunicações 6.5. Fixação e atração de Pessoas
7. Transformadora	5 perguntas	7.1. Participação das crianças e jovens na escola 7.2. Participação das famílias na escola 7.3. Participação das crianças e jovens na comunidade 7.4. Inovação social e empresarial 7.5. Abertura à diferença e mudança
8. Relevância das dimensões	1 pergunta	8. Dimensões 1.Ambiental; 2.Cultural; 3.Governança e Cidadania; 4.Económica; 5. Social; 6.Territorial;7.Transformadora.

Figura 21 - Questionário Secção B: Dimensões de Análise

Fonte: Elaborada pelo autor

A sequência das questões teve uma organização aleatória, de modo a reduzir fatores de influência. A última questão desta secção, teve como objetivo a identificação da dimensão mais relevante para a menos relevante numa escala ordinal, de sete valores, permitindo estabelecer uma ordem de relevância entre elas, sendo 1 o valor menos relevante e 7 o valor mais relevante

A última secção (C), com a designação de “Observações e Contactos”, são apresentadas 3 questões com o objetivo de fecho e recolha de opiniões face ao questionário, uma questão de resposta fechada e outras duas que de resposta aberta, uma para recolha de comentários e outra para recolha de email.

N.º	PERGUNTAS	Tipo
1	Receber o resultado do estudo	Fechada/opcional
2	Comentário ou observação	Aberta/opcional
3	Email de contacto	Aberta/opcional

Figura 22 - Questionário Secção C: Observações e Contactos

Fonte: Elaborada pelo autor

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

4.1. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As técnicas de recolha de dados que a metodologia propõe aos investigadores, por mais vantagens e eficiência apresentadas, de pouco valerão se os dados que a partir delas se obtiverem não forem sujeitos a procedimentos de análise, também eles validados pela metodologia (Fortin, *et al.* 2009). Partindo desta consideração, e com vista a tratar da maneira mais apropriada e ajustada aos objetivos delineados os dados obtidos a partir da aplicação das entrevistas, optamos pela análise temática, tendo-se ponderado a análise de conteúdo, pela aproximação de ambas as técnicas, na medida em que esta garantia que as informações recolhidas são sujeitas a;

“um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2004, p. 42).

A análise temática permite a observação do real de uma forma minuciosa, garantindo características quantitativas à investigação desenvolvida e permitindo a realização de ilustrações, completas, das situações e experiências dos sujeitos. Tal como Ludke e André (1986) lembraram, na procura de conhecimento da realidade, todos os pormenores são importantes pelo que importa definir um padrão de atuação de análise que garante que nenhum pormenor das informações seja deixado ao acaso.

Com vista a especificar ainda mais a análise de conteúdo, entendemos realizar uma análise ao conteúdo de base temática, cujos moldes de ação foram, primeiramente, propostos por Braun e Clarke (2006). Trata-se de uma metodologia de análise que permite dotar de bases científicas o trabalho de análise qualitativa, incluindo os recolhidos através de entrevistas estruturadas (Braun e Clarke, 2006). Através da análise temática é possível reconhecer, examinar e descrever padrões ou temas

presentes nos dados e, através deles, aceder aos significados e experiências das/os participantes (Brooks, McCluskey, Turley e King, 2015).

O método de análise temática proposto por Braun e Clarke (2006) contempla seis fases de intervenção, sendo que, na primeira destas fases, o investigador deve tratar de familiarizar-se com os dados obtidos a partir das entrevistas. Deve então, neste primeiro momento, e para proceder à familiarização, reler as entrevistas várias vezes para conseguir obter um contacto profundo com todo o que foi respondido às suas perguntas e com as formas como as respostas foram dadas. A segunda fase de atuação na análise temática é a fase da codificação dos dados. Este é o momento em que se agrupam os dados em função de padrões de significado semelhante. Na terceira fase o investigador deve proceder à procura de temas comuns e gerar esses mesmos temas, dando-lhes uma atribuição de nome própria. Neste momento do processo de análise temática faz-se o agrupamento de códigos e a formulação de um mapa com padrões chave, presentes nos dados. Com vista a garantir a qualidade e profundidade do trabalho realizado na fase três, a quarta fase exige que se faça uma revisão aos temas com vista a analisar se estes se encaixam nos dados codificados e se são suficientemente distintos dos códigos. A verificação de alguma incongruência ao longo deste procedimento será indicador de que a fase três deve voltar a ser realizada. Na quinta fase ocorre a definição dos temas, sendo esta concretizada através da execução de um sumário de cada tema e da definição do seu nome, sendo este representativo do significado e capaz de garantir a elaboração de um mapa final. Por último, ocorre a fase da escrita da narrativa onde se descrevem as conclusões do investigador, adquiridas a partir da análise do mapa de temas.

Partindo da proposta Braun e Clarke (2006), o investigador optou por uma abordagem com base na apresentação de categorias, subcategorias e indicadores de análise, permitindo a identificação de unidades de contexto e unidades de registo, que pudessem ser quantificados, analisados e interpretados na fase exploratória.

4.1.1. O CONCEITO E ENTENDIMENTO FACE AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Na resposta à questão A.1. Qual a sua opinião face ao conceito de desenvolvimento local proposto? “o desenvolvimento local poderá ser entendido como um processo de construção a partir da cidadania ativa e participativa de uma comunidade e dos seus recursos, gerado a partir de movimentos associativos, na procura da resolução de problemas ou na alavancagem de oportunidades, que em simultâneo sejam promotores da igualdade e de dinâmicas de base horizontal emancipatórias, contribuindo para o favorecimento de um maior desenvolvimento integral das suas comunidades”, as categorias, subcategorias e indicadores correspondentes podem ser observados nas tabelas seguintes.

Na análise à categoria “conceito de desenvolvimento local”, subcategoria “processo de construção”, procurou-se analisar o indicador “tipo de processo” e a sua concordância ou discordância face ao conceito apresentado, tendo-se verificado, com base nas unidades de contexto presentes na tabela 1 de registo relevantes para a pesquisa.

Tabela 1 - Questionário Secção A: Conceito de desenvolvimento local

Categoria		Conceito de desenvolvimento local	
Subcategoria:	E	Unidade de Contexto	
Processo de construção			
Indicador “Tipo processo “	1	“Processo de transformação.	
	2	“é sem dúvida um processo evolutivo que parte de uma(s) preocupação(ões) na resolução de uma ou mais fragilidades associada(s)”	
	4	“Genericamente estou de acordo ” (...)enquanto processo de responsabilidade partilhada	
	5	“ com actores do Estado, Mercado, Comunidade, sociedade civil e universidades, que operem simultaneamente a níveis micro, meso e macro”	

Categoria	Conceito de desenvolvimento local	
Subcategoria: Processo de construção	E	Unidade de Contexto
	8	“ Concordo . foca o processo nas pessoas e nas comunidades”
	10	“ concordo ”
	11	“ concordo ”
	12	“só pode ser social. As pessoas estarão sempre na base de qualquer processo de desenvolvimento .”
	14	“O DL é um processo, não é um ponto de chegada .um processo de DL constrói os “bons viveres”, que são diferentes de modelos importados sobre o que é/não é desenvolvimento”
	19	“Revejo-me muito no conceito apresentado, na medida em que centra na comunidade o processo (restringindo-o a uma microescala geográfica”
	20	“Parece ser um conceito de “desenvolvimento local” na perspetiva da sociedade civil organizada e de orientação solidária, que também pode ser entendido como “ desenvolvimento comunitário ” (na mesma acepção do ‘ <i>community development</i> ’ dos norte-americanos, ingleses e influenciados por estes” (...) “o desenvolvimento local poderá ser entendido como um processo de empoderamento [<i>empowerment</i>] e (re)construção de território e de territorialidade”

A unidade de registo “concordo” verifica-se em cinco situações, registando-se uma concordância parcial em onze unidades de registo, das quais, “comunidades” em quatro unidades, “pessoas” em duas unidades, sendo “transformação”, “evolutivo”, “com atores”, “responsabilidade partilhada”, “ponto de chegada “ e “empoderamento” com um registo, conforme se verifica na tabela 2.

Tabela 2 - N.º de Unidades de Registo do Indicador “Tipo de processo”

Unidades de Registo “Tipo processo”	N.º
Concordo “tipo de processo proposto”	5
Concordância parcial “tipo de processo proposto”	11
<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades (inclui desenvolvimento comunitário) 	4
<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas 	2
<ul style="list-style-type: none"> • Com atores (Estado, Mercado, Comunidade, Sociedade civil e Universidades) 	1
<ul style="list-style-type: none"> • Responsabilidade partilhada 	1
<ul style="list-style-type: none"> • Transformação 	1
<ul style="list-style-type: none"> • Evolutivo 	1
<ul style="list-style-type: none"> • Ponto de Chegada 	1
<ul style="list-style-type: none"> • Empoderamento 	1

Segundo a análise à categoria “conceito de desenvolvimento local”, subcategoria “a partir da cidadania ativa e participativa de uma comunidade”, indicador “comunidade”, verificaram-se, doze unidades de contexto, verificáveis na tabela 3.

Tabela 3 - Unidades de Contexto do Indicador “Da comunidade”

Categoria	Conceito de desenvolvimento local	
Subcategoria partir da cidadania ativa e participativa de uma comunidade	E	Unidade de Contexto
Indicador: Da comunidade	1	“alargado ao envolvimento de outros agentes privados, públicos e sociais”
	2	“a comunidade se poderá organizar-se sem ser necessário o recurso ao movimento associativo ”
	3	“reforço da participação ”
	4	“exercício da cidadania sustentado na participação dos agentes económicos, dos agentes educativos e dos cidadãos em geral, individualmente ou associados”
	6	“movimentos” necessitam de ser alicerçados ou mobilizadores de parcerias ”
	9	“mobilização e da valorização de iniciativas e recursos dos próprios territórios e comunidades.”
	13	“tem lugar em todo o lado para enriquecer o sentido cívico , a vida em comunidade e a vida dos cidadãos.”
	14	“Construído pelas pessoas de uma comunidade tendo em conta a diversidade de interesses sempre presentes e que só por via da negociação podem encontrar equilíbrios (não há o interesse comum homogéneo, cada grupo terá os seus interesses particulares, por vezes conflituantes entre si)”
	16	“o DL é praticado quando parte do território e das suas bases, ou seja,

Categoria	Conceito de desenvolvimento local	
Subcategoria partir da cidadania ativa e participativa de uma comunidade	E	Unidade de Contexto
		quando a cidadania ativa e participativa é efetiva”
	17	“cidadania ativa já pressupõe a participação.”
	18	“em conjugação com os recursos exógenos”
	20	“a partir da cidadania ativa e da participação dos membros de uma comunidade na mobilização dos seus recursos”

A unidade de registo “cidadania ativa, participação e sentido crítico” regista-se por seis vezes, “recursos” e “parcerias”, em duas unidades e diversidade numa unidade.

Tabela 4 - N.º de Unidades de Registo do Indicador “Da Comunidade”

Unidades de Registo : Da comunidade	N.º
Cidadania ativa, participação e sentido cívico	6
Recursos	2
Parcerias (envolvimento de outros agentes)	2
Diversidade	1

Segundo a análise à categoria “conceito de desenvolvimento local”, subcategoria “partir da cidadania ativa e participativa de uma comunidade”, procurou-se analisar o indicador “recursos”.

Tabela 5 - Unidades de Contexto do Indicador “Dos recursos”

Categoria	Conceito de desenvolvimento local	
Subcategoria: partir da cidadania ativa e participativa de uma comunidade	E	Unidade de Contexto
Indicador: Dos recursos	1	“recursos e oportunidades endógenas ”
	9	“mobilização e da valorização de iniciativas e recursos dos próprios territórios e comunidades.”
	16	“quando há consciência dos recursos , tanto pessoais como coletivos de uma determinada comunidade”
	18	“em conjugação com os recursos exógenos”

Verificou-se com base nas unidades de contexto presentes na tabela, por duas vezes o registo “endógenas e próprios”, e num registo, a “consciência dos recursos” e “conjugação”.

Tabela 6 - N.º de Unidades de Registo do Indicador “Recursos”

Unidades de Registo: Recursos	N.º
“ oportunidades endógenas e recursos dos próprios ”	2
“ consciência dos Recursos ”	1
“ conjugação com os recursos exógenos”	1

Segundo a análise à categoria “conceito de desenvolvimento local”, subcategoria “partir da cidadania ativa e participativa de uma comunidade”, indicador “movimento associativo” identificaram-se dez unidades de contexto com relevância.

Tabela 7 - N.º de Unidades de Contexto do Indicador “Movimento Associativo”

Categoria	Conceito de desenvolvimento local	
Subcategoria: partir da cidadania ativa e participativa de uma comunidade	E	Unidade de Contexto
Indicador: Movimento associativo	2	“poderá sem ser com recurso ao movimento associativo”
	4	“não concordo com a exclusividade conferida aos movimentos associativos”
	6	“importância dos movimentos associativos”
	9	“participação activa dos cidadãos e dos movimentos associativos por nós promovidos e geridos, enquanto actores chave de i) igualdade de direitos e obrigações, ii) autonomia de decisão, iii) desenvolvimento democrático e iv) plena inclusão social, integrada com cada território.”
	13	“não pode ser só gerado a partir dos movimentos associativos. Como não chega só a confiança nos recursos próprios”
	14	“Nos movimentos associativos cabem as dinâmicas coletivas não formalizadas juridicamente (ex: grupos de vizinhança, jovens de uma freguesia, etc.). Os sujeitos não são objetos de desenvolvimento”
	15	“Nem sempre o processo de construção se faz a partir de movimentos associativos ou pelo menos esta referência não deverá ser confundida com movimento de associações mas de grupo de cidadãos.”
	16	“é uma construção social, ancorada em movimentos associativos que reúnem um conjunto diversificado de interesses (sociais, económicos, culturais, ambientais, desportivos ...) que são

Categoria	Conceito de desenvolvimento local	
Subcategoria: partir da cidadania ativa e participativa de uma comunidade	E	Unidade de Contexto
		reflexo da própria comunidade”
	17	“movimentos associativos e/ou cooperativos”
	18	“movimentos associativos” e colaborativos”
	19	“a partir de movimentos associativos, em articulação com outras formas organizativas da sociedade, na procura da resolução de problemas ou na alavancagem de oportunidades”

Verificou-se com base nas unidades de contexto presentes na tabela, quatro registos que “discordam” da possibilidade do desenvolvimento local surgir através do “movimento associativo” e quatro registos em “concordância”, tendo se verificado por uma vez, dois registos “participação activa dos cidadãos e dos movimentos associativos”, e “dinâmicas coletivas não formalizadas”.

Tabela 8 - N.º de Unidades de Registo do Indicador “Do movimento associativo”

Unidades de Registo “Do movimento associativo”	N.º
Discordância (“poderá sem ser”, “não concordo”, “não pode ser só gerado a partir dos movimentos associativos”, “Nem sempre”	4
Concordância (“importância dos movimentos”, “movimentos associativos e/ou cooperativos”, “movimentos associativos e colaborativos”, “a partir de movimentos associativos”	4
“participação activa dos cidadãos e dos movimentos associativos”	1

Unidades de Registo “Do movimento associativo”	N.º
“dinâmicas colectivas não formalizadas”	1

Segundo a análise à categoria “conceito de desenvolvimento local”, subcategoria “na procura de soluções para os problemas ou na alavancagem de oportunidades”, indicadores “promotores da igualdade”, não foram identificadas unidades de contexto.

Na análise à categoria “conceito de desenvolvimento local”, subcategoria “na procura de soluções para os problemas ou na alavancagem de oportunidades”, indicadores “dinâmicas de base horizontal”, identificou-se uma unidade de contexto, com um registo de “não acredito verdadeiramente na eficácia” das dinâmicas de base horizontal.

Tabela 9 - Unidades de Contexto do Indicador “Dinâmicas de base horizontal”

Categoria	Conceito de desenvolvimento local	
Subcategoria . Na procura de soluções para os problemas ou na alavancagem de oportunidades	E	Unidade de Contexto
Indicador: Dinâmicas de base horizontal	9	<p>“Não acredito verdadeiramente na eficácia de “dinâmicas de base horizontal”! dificilmente geram mecanismos de implementação das decisões tomadas que alcançam os objetivos pretendidos.</p> <p>b)Acredito e defendo processos altamente participativos nas fases de análise dos problema e situações, de debate sobre possíveis soluções, suas vantagens e mitigação de potenciais efeitos negativos, e de tomada de decisão; já quanto à execução e cumprimento das decisões, defendo processos de liderança clara que, respeitando a transparência, permitam uma clara responsabilização de quem (estruturas, órgãos e pessoas)”</p>

Segundo a análise à categoria “conceito de desenvolvimento local”, subcategoria “na procura de soluções para os problemas ou na alavancagem de oportunidades”,

indicador “emancipatórias”, identificou-se uma unidade de contexto, com um registo de “sentido político, para ser transformador e emancipatório”.

Tabela 10 - Unidades de Contexto do Indicador “Emancipatórias”

Categoria	Conceito de desenvolvimento local	
Subcategoria . Na procura de soluções para os problemas ou na alavancagem de oportunidades	E	Unidade de Contexto
Indicador: Emancipatórias	14	“Para mim, o DL é um processo de emancipação colectiva , por isso as dinâmicas subjectivas associadas à participação e à cidadania são essenciais.(...) estar ligado a uma crítica política mais global ao modelo económico dominante que é intrinsecamente excludente (por ex. o mercado concorrencial capitalista nunca poderá integrar todas as pessoas e territórios porque assenta na competição). Isto é, deve conter um sentido político, para ser transformador e emancipatório. ”

Segundo a análise à categoria “conceito de desenvolvimento local”, subcategoria “na procura de soluções para os problemas ou na alavancagem de oportunidades”, indicador “contributo para o desenvolvimento integral”, foram identificadas oito unidades de contexto relevantes.

Tabela 11 - Unidades de Contexto do Indicador “Contributo para o desenvolvimento integral”

Categoria	Conceito de desenvolvimento local	
Na procura de soluções para os problemas ou na alavancagem de oportunidades	E	Unidade de Contexto
Indicador: Contributo para o desenvolvimento integral	6	“ impacto positivo ”
	7	“ qualificativo sustentável ”

Categoria	Conceito de desenvolvimento local	
Na procura de soluções para os problemas ou na alavancagem de oportunidades	E	Unidade de Contexto
	9	“alcançar resultados e mudanças sociais”
	10	“em conta a dimensão ética da ação, que acentua a centralidade das decisões nas pessoas que irão sentir o impacto das mesmas. a dimensão individual não pode nem deve ser descurada, até porque a participação de especialistas não enquadrados associativamente pode ser fundamental para o sucesso da ação”
	11	“versão pura de provocar mudanças sociais ”
	15	“a geração de impacto que os actores da comunidade promovem, uma vez que desenvolvimento pressupõe mudança positiva . desenvolvimento integral não deve ser descurado a intervenção complementar das entidades públicas”
	16	“quando há interesse pelo bem comum , pela mudança social com o objetivo de melhorar e inovar”
	19	“de que o desenvolvimento local é integrado (setores e áreas de intervenção)”

Verificou-se com base nas unidades de contexto presentes na tabela, três registos que destacam a “mudança” como aspeto relevante para o desenvolvimento integral, e um registo, no “impacto positivo”, “qualificativo sustentável”, “ética da ação”, “bem comum”, e “desenvolvimento local integrado”.

Tabela 12 - Unidades de Registo do Indicador “Contributo para o desenvolvimento integral”

Unidades de Registo “Contributo para o desenvolvimento integral”	N.º
Mudanças (“mudança positiva”, “provocar mudanças sociais”, “mudanças societais”	3
“impacto positivo”	1
“qualificativo sustentável”	1
“ética da ação”	1
“bem comum”	1
“desenvolvimento local é integrado”	1

Na análise a esta questão foram identificados excertos que se consideram relevantes para a análise à primeira pergunta da entrevista, dos quais se procedeu à identificação na tabela 13, onde se identificam de um conjunto de unidades de registo. Na análise à questão verificaram-se registos considerados relevantes face ao conceito proposto, designadamente ser “extenso e de difícil interpretação” (E2), ter “outras dimensões” (E3, E8), o necessário envolvimento de “especialistas” (E10), a “replicabilidade da ação, e poder de influenciar as políticas públicas” (E11), o ser prioritário em “territórios pobres” (E13), a “educação para a cidadania” (E16), a “sustentabilidade” (E17) e o “trabalho em parceria” (E19).

Tabela 13 - Outras Unidades de Contexto Relevantes

Categoria	Conceito de desenvolvimento local
E	Unidades de Contexto Relevantes
2	"Considero que a caracterização é demasiado extensa e de difícil

Categoria	Conceito de desenvolvimento local
	interpretação.”
3	“Considero que o conceito de desenvolvimento local deverá ter outras dimensões , nomeadamente a participação e envolvimento das entidades locais públicas e privadas. Fico com a dúvida se na afirmação “comunidade e dos seus recursos “está subentendido este tipo de participação?”
4	"Genericamente estou de acordo, sobretudo no que concerne à inter-relação «desenvolvimento local – exercício da cidadania». Relembro as categorias propostas e estudadas na nossa tese de mestrado datada de 1998 e publicada pelo Centro de Estudos Geográficos em 2000 , em que defendemos a existência de uma participação diversificada e com influências díspares : participação associativa, participação cultural/ lazer, participação desportiva, participação religiosa e participação social."
6	“(…)Do meu ponto de vista a definição de desenvolvimento local proposta é interessante, abrangente e focada na importância dos movimentos associativos, mais ou menos formais, para a sua afirmação. Porém, o desenvolvimento local pretende efectivar o desenvolvimento integral das comunidades, e para que tal possa ser possível, os tais “movimentos” necessitam de ser alicerçados ou mobilizadores de parcerias de desenvolvimento local”
8	“Concordo, (…) Contudo não será de esquecer as componentes económica, sociocultural e política. As teorias do desenvolvimento mais generalistas são muito centradas no desenvolvimento económico, no entanto, nas últimas décadas esta tendência foi mudando e inserindo novos elementos na análise dos processos de desenvolvimento , nomeadamente os recursos naturais, recursos financeiros e recursos humanos.”
10	“(…)a dimensão individual não pode nem deve ser descurada, até porque a participação de especialistas não enquadrados associativamente pode ser fundamental para o sucesso da ação.”
11	“(…)poder de replicabilidade da ação. poder de influenciar as políticas públicas .(…) Sinto falta apenas de uma face muito importante do desenvolvimento local que é o seu poder de replicabilidade da ação. Todas as experiências promissoras, com resultados bem avaliados podem ter o poder de influenciar as políticas públicas, ou até mesmo de se tornarem por si uma política pública.”

Categoria	Conceito de desenvolvimento local
13	“(...)Mas é mais reclamado em regiões com territórios pobres . (...) recursos humanos qualificados escasseiam e fazem falta decisores políticos e instituições que encontrem meios para resolver os problemas(...)”
16	“(...) “são as pessoas que fazem os lugares”, é importante estimular a participação, (...) Educar para a cidadania é determinante para o futuro do DL.”
17	“(...) o desenvolvimento local pressupõe o desenvolvimento integral, mas também a sustentabilidade do que existe (...)”
19	“(...)penso que falta uma dimensão importante no conceito que se prende com a exigência de um trabalho em parceria (envolvendo uma multiplicidade de atores, com os seus ritmos e objetivos próprios).”

Em suma, na análise à 1.^a questão, e tal como se pode aferir a partir da leitura das diferentes tabelas obtidas para esta pergunta, verificou-se a concordância, embora esta seja maioritariamente parcial, face à proposta “um processo de construção a partir da cidadania ativa e participativa de uma comunidade e dos seus recursos, gerado a partir de movimentos associativos, na procura da resolução de problemas ou na alavancagem de oportunidades, que em simultâneo sejam promotores da igualdade e de dinâmicas de base horizontal emancipatórias, contribuindo para o favorecimento de um maior desenvolvimento integral das suas comunidades”. Em cinco unidades de contexto, equivalente a uma percentagem de 25% das respostas há concordância, no entanto, em 60% das respostas dos informadores, esta é uma concordância parcial, o que nos remete, para a necessidade de melhorias à proposta apresentada.

Procurou-se também a perceção face ao indicador comunidade, de modo a procurar a opinião da proposta, sendo que se verificou em seis situações, o equivalente a 30% das respostas a “cidadania ativa, participação e sentido critico” como fator preponderante, acrescentando com menor relevância os “recursos” e “parcerias” no sentido de apoiar a componente “comunidade”. No indicador “recursos” destaca-se a dimensão “endógenas” em duas situações, a “consciência dos recursos” e “conjugação” numa unidade, consideradas como importantes para o conceito.

No indicador a partir do movimento associativo, ou seja, pretendendo-se avaliar a percepção dos “informadores” face a este indicador, verificou-se, conforme já evidenciado anteriormente com base nas unidades de contexto, quatro registos que discordam da possibilidade do desenvolvimento local surgir através do “movimento associativo” e quatro registos em concordância, o que nos leva a constatar que há posições discordantes e não consensuais. O indicador “igualdade” não teve registo de opinião e o “emancipatório”, verificou-se numa situação com a associação à dimensão política para que seja emancipadora.

Sintetizando, a análise aos vários indicadores da proposta permite inferir que a “cidadania ativa e participativa e os recursos da comunidade” são encarados como relevantes, sendo que a proposta de o desenvolvimento local ser “gerado a partir de movimentos associativos”, é discordante, pelo facto de se verificar que há um desacordo evidente nesta questão. No indicador em análise “igualdade” não há opiniões que evidenciem a sua relevância, e no indicador “dinâmicas de base horizontal” há apenas uma opinião que expressa, o seu desacordo e desacreditar nesta possibilidade, pelo que se pondera a não inclusão destes indicadores numa futura proposta a apresentar.

No indicador “contributo para o desenvolvimento integral”, onde se procurava a potenciais contributos segundo a percepção dos informadores, verificou-se em três registos a “mudança” como aspeto relevante para o desenvolvimento integral.

Em suma, e tendo em conta a opinião dos “informadores privilegiados”, considera-se necessário propor a revisão do conceito proposto, simplificando-o, e em simultâneo tornando-o mais abrangente e consensual, sugerindo que o desenvolvimento local pode “ser entendido como um processo de construção a partir da cidadania ativa e participativa de uma comunidade e dos seus recursos, na procura da resolução de problemas ou na alavancagem de oportunidades, contribuindo para mudanças que favoreçam um maior desenvolvimento integral das suas comunidades.”

4.1.2. INFLUÊNCIAS FACE AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Na pergunta A.2. “Com base na sua experiência e visão do desenvolvimento local, considera que é o investimento nos fatores estruturais (associados às condições e normas existentes instituídas pela administração central e pelo poder local) que potenciam o desenvolvimento local, ou são dinâmicas subjetivas associadas à participação, cidadania e ao movimento associativo que potencia o desenvolvimento local de uma comunidade?” pretendeu-se analisar os fatores de influência do desenvolvimento local segundo os informadores privilegiados, com base em dois indicadores, se são “estruturais”, ou com base em “dinâmicas subjetivas”, aqui entendidas nas dinâmicas de cidadania e associativas.

Categoria	Fatores de Influência do Desenvolvimento Local
Subcategoria	Fatores
Indicadores	Estruturais Dinâmicas subjetivas (Participação /Cidadania/Movimento associativo)

Figura 23 - Indicadores “Fatores de Influência do Desenvolvimento Local”

Fonte: Elaborada pelo autor

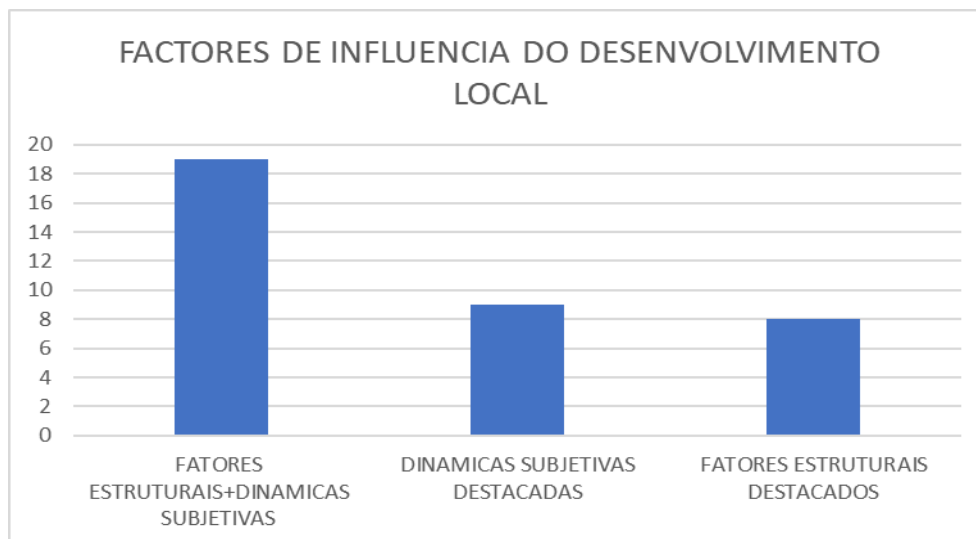


Gráfico 1 - Fatores de Influência do Desenvolvimento Local

Na análise às respostas, verificou-se que em 95% (19 respostas) dos casos se verifica que ambos os fatores são preponderantes, destacando-se conteúdo relevante para análise nas respostas face às “dinâmicas subjetivas” em 45% (9) das respostas e “fatores estruturais” em 40% (8) das respostas, das quais se procede a uma análise mais detalhada dos indicadores.

Apresentando-se a análise mais detalhada, face à categoria “fatores”, subcategorias “estruturais”, e explorando as unidades de contexto onde assumem estes, uma maior relevância exploratória, evidenciam-se os seguintes registos relevantes verificados na tabela 14.

Tabela 14 - Unidades de Contexto do Indicador “Estruturais” face aos “Fatores de Influência do Desenvolvimento Local”

Categoria		Subcategoria
INFLUENCIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL		FATORES
Indicador	E	Unidade de Contexto

Categoria	Subcategoria	
ESTRUTURAIS		
	1	“É incontornável considerar que os fatores estruturais sejam eles globais, europeus, nacionais ou regionais têm impacto objetivo e concreto no desenvolvimento local”
	4	“Pessoalmente acredito no potencial de investimento em fatores estruturais para a sustentação do desenvolvimento ”
	5	“ estruturante para a potenciação da intervenção de ações no médio e longo prazo ”
	8	“contudo a experiência também que diz que os fatores estruturais têm peso nas dinâmicas locais e associativas ”
	9	“Considero que as políticas públicas desenhadas e implementadas a nível central e local, bem como os seus instrumentos de execução, condicionam deveras as condições de vida das comunidades e a valorização dos territórios”
	10	“Os fatores estruturais são de facto determinantes quando se pretende passar das ideias à prática ”
	17	“este movimento acabou por se vir a profissionalizar , passando assim a maioria das dinâmicas de ativismo e cidadania a ser determinada pelos fatores estruturais ”
	19	“Se todo o processo fosse desde o início acolhido no quadro de um apoio estrutural público, certamente que muitas iniciativas ganhariam outra pujança e desenvolveriam processos de desenvolvimento local que teriam levado a criar outras condições”

Segundo a análise às unidades de contexto, face à influência dos “fatores estruturais”, verifica-se o registo em três situações face ao “peso dos fatores estruturantes”, entendido enquanto determinantes para as dinâmicas locais (E8, E10 e E19), num

registo, o impacto positivo (E1), a sustentação da ação (E4), a potenciação (E5), o condicionamento de vida das comunidades (E9) e a profissionalização das dinâmicas de ativismo e cidadania.

Procedeu-se à análise mais detalhada, face à categoria “fatores”, subcategorias “dinâmicas subjetivas” explorando as unidades de contexto onde assumem uma maior relevância exploratória, tentando evidenciar-se registos relevantes.

Tabela 15 - Unidades de Contexto do Indicador “Dinâmicas Subjetivas” face aos “Fatores de Influência do Desenvolvimento Local”

Categoria	Subcategoria	
INFLUENCIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	FATORES	
Indicador: DINAMICAS SUBJETIVAS	E	Unidade de Contexto
	1	“As dinâmicas associadas à participação cidadã são muito importantes, não só por princípio democrático , mas porque veiculam a mobilização de recursos endógenos das comunidades e a diversidade de visões e assim potencial encontro de soluções criativas às problemáticas de uma determinada região”
	8	“considero que o investimento deve ser feito nas dinâmicas comunitárias que levem à participação e à tal visão integrada dos problemas e soluções de forma a potenciar o desenvolvimento local de uma comunidade”
	9	“mas as dinâmicas ligadas à participação cívica e aos movimentos associativos promovidos pelos cidadãos potenciam o seu pleno desenvolvimento , entendido como: i) autonomia económica dos indivíduos e das suas famílias; ii) inclusão estável e duradoura de todos os grupos sociais; iii) promoção dos valores culturais das comunidades e dos recursos endógenos dos territórios.”
10	“Julgo que as dinâmicas subjetivas são determinantes , já que é a partir delas que a Comunidade expressa a sua vida própria e delimita o	

Categoria	Subcategoria
INFLUENCIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	FATORES
	seu horizonte de necessidades e prioridades”
	11 “mas se os priorizar por ordem de importância na ativação de uma comunidade em prol do seu desenvolvimento diria que, o investimento nas dinâmicas associadas à participação cidadã, vem em primeiro lugar.”
	14 “Para mim, o DL é um processo de emancipação colectiva , por isso as dinâmicas subjectivas associadas à participação e à cidadania são essenciais.”
	16 “Considero que o DL é assente, sobretudo, na consciência que as pessoas têm do seu poder de mudança , de acreditarem genuinamente que os seus valores, princípios e motivações, aliado a ações concretas, são fundamentais para a alteração de aspetos que afetam a sua vida e das comunidades onde residem”
	17 “Sim (...)Acredito que o atual contexto nos faça refletir e (re)pensar o nosso papel, em família e em comunidade, dando cumprimento ao verdadeiro sentimento de identidade e pertença a uma comunidade, pois quanto maior for o sentimento de comunidade, maior será a participação das pessoas nos processos da comunidade , maior será o capital e suporte social percebido através das relações em vizinhança e maior será a satisfação e qualidade de vida.”
	19 “há várias experiências que sem qualquer financiamento da administração central e do poder local vingam. Toda e qualquer dinâmica associativa gerada a partir do “crer” e do “querer” das pessoas para responder a problemas concretos tem uma força e uma legitimidade que não se curva a processos de poder institucionalizados”

Na análise às respostas, para a subcategoria “dinâmicas subjetivas” associadas à “participação /cidadania e movimento associativo”, verificam-se as seguintes unidades de registo com relevância, “princípio democrático e diversidade” (E1), “visão integrada” (E8), “potenciar o desenvolvimento” (E9), “determinantes para expressar necessidades” (E10), “enquanto prioritária” (E11), relevantes para a “emancipação coletiva” (E14), “consciência do poder de mudança” (E16), “sentimento de comunidade associada à participação” (E17) e “força e legitimidade” (E19) enquanto contrapoder.

Seguindo-se a análise mais detalhada, face à categoria “fatores”, em que se identificam ambas as subcategorias “fatores estruturais” e “dinâmicas subjetivas”, evidenciam-se os registos relevantes.

Tabela 16 - Unidades de Contexto do Indicador “Estruturais e Dinâmicas Subjetivas” face aos “Fatores de Influência do Desenvolvimento Local”

Categoria		Subcategoria
INFLUENCIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL		FATORES
Indicador:	E	Unidade de Contexto
Ambos (estruturais e dinâmicas subjetivas)	1	“É incontornável considerar que os fatores estruturais sejam eles globais, europeus, nacionais ou regionais têm impacto objetivo e concreto no desenvolvimento local. (...) As dinâmicas associadas à participação cidadã são muito importantes ”
	2	“deveria ser uma partilha entre a sociedade civil organizada e os seus representantes nas estruturas representativas da administração central e local”
	3	“resulta da participação e envolvimento de ambos os fatores estruturais públicos e privados”
	4	“Pessoalmente acredito no potencial de investimento em fatores estruturais para a sustentação do desenvolvimento(...) as dinâmicas centradas na participação associativa são igualmente relevantes ”

Categoria	Subcategoria	
INFLUENCIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	FATORES	
	5	“Considero que a coexistência de ambas é fundamental e estruturante”
	6	“ ambas são importantes para que o desenvolvimento local se concretize”
	7	“factores estruturais via Top Down comprovadamente é insuficiente e no mínimo ineficaz quando não desencadeia oposições bloqueadoras. Por outro lado, temo que a via Bottom Up baseada na participação cidadã sem factores estruturais apenas sirva para melhorias localizadas de alcance limitado. ”
	8	“considero que o investimento deve ser feito nas dinâmicas comunitárias que levem à participação (...) contudo a experiência também diz que os factores estruturais têm peso nas dinâmicas locais e associativas.”
	9	“Considero que as políticas públicas desenhadas e implementadas a nível central e local, bem como os seus instrumentos de execução, condicionam deveras as condições de vida das comunidades e a valorização dos territórios; mas as dinâmicas ligadas à participação cívica e aos movimentos associativos promovidos pelos cidadãos potenciam o seu pleno desenvolvimento”
	10	“Julgo que as dinâmicas subjetivas são determinantes , já que é a partir delas que a Comunidade expressa a sua vida própria e delimita o seu horizonte de necessidades e prioridades. Os factores estruturais são de facto determinantes quando se pretende passar das ideias à prática”
	11	“ são ambos os factores mencionados”
	12	“estão intrinsecamente ligadas e interdependentes . Uma é o poder

Categoria	Subcategoria
INFLUENCIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	FATORES
	e a outra é a autonomia ²
	13 “O desenvolvimento local precisa das duas intervenções. ”
	15 “do desenvolvimento local, são as dinâmicas locais, assentes na participação da comunidade nos desígnios do território. Contudo estas desanimam se não acompanhadas pelas entidades públicas. ”
	16 “é preciso que ambas as coisas existam , todavia, se a cidadania participativa não existir, o DL fica muito centralizado no poder vigente, que dita decisões, enfraquecendo a participação.”
	17 “(...)foi um movimento que partiu sobretudo da vontade das pessoas e, portanto, das dinâmicas de um determinado território e/ou contexto, como respostas às necessidades que surgiam e para as quais não havia uma resposta. Decorrente do seu crescimento, ou talvez do seu reconhecimento, este movimento acabou por se vir a profissionalizar, passando assim a maioria das dinâmicas de ativismo e cidadania a ser determinada pelos fatores estruturais , nomeadamente pelo apoio financeiro.”
	18 “São dinâmicas locais e gloais (associativas, empresariais,etc), facilitadas ou dificultadas pelos fatores estruturais ”
	19 “será difícil dissociar as duas perspetivas ”
	20 “ ambos os fatores , uns estruturais e institucionais (1), e outros de base cívica, de organizações assentes na responsabilidade cidadã (2), potenciam o desenvolvimento local.”

Na análise à questão, apenas se verifica que uma resposta não inclui ambos os fatores (E14), as restantes verificam-se as seguintes unidades de registo consideradas relevantes, aquelas que atribuem uma valor semelhante de influência, registado em 9 situações, ou seja 45% dos casos, (E3, E4, E5, E6, E11, E13, E16, E19,E20), as que se assumem interdependentes entre fatores, ou seja, que se influenciam entre si , registadas em 30% dos casos (E 7, E 10, E12, E15, E17, E 18), e com menor expressão, os que diferenciam mas os fatores (E8 , E9), e aqueles que não demonstram um registo com clareza (E1, E2)-

Em suma, verificou-se uma percentagem muito significativa em 95% (19) das respostas, da influência do desenvolvimento local a ambos os fatores “dinâmicas subjetivas” e “fatores estruturais”, pelo que se reforça a perceção que o desenvolvimento local se concretiza com base em condições estruturantes e em dinâmicas comunitárias associadas à cidadania e participação. Esta relação de interdependência e de influência entre ambos os fatores assumem as condições de promoção e sustentação do desenvolvimento, tal como a sua missão de responder às necessidades das comunidades. Por outro lado, em relações de desequilíbrio entre fatores, condicionam o desenvolvimento, o que nos leva a constatar, que o desenvolvimento local é determinado pela relação de interdependência entre ambos os fatores de influência, e que em situações de desequilíbrio entre fatores o desenvolvimento local não ocorre.

4.1.3. OPINIÃO FACE ÀS DIMENSÕES E INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Concluída a exposição dos resultados obtidos para a segunda questão colocada em entrevista, passamos à análise dos dados resultantes à pergunta, cujo quadro representativo da unidade de contexto, categorias, subcategoria e indicadores se apresenta na respetiva figura.

Categorias	Subcategoria : Opinião
Proposta de matriz de avaliação	

Categorias	Subcategoria : Opinião
Proposta de matriz de avaliação	
Indicador	Concordo Não concordo Em parte Sem posição clara

Figura 24 - Indicadores de Análise: Proposta de matriz de avaliação”

Fonte: Elaborada pelo autor

Na resposta à pergunta B.1. da Entrevista, gostaria de ter a sua opinião (se concorda, o que alteraria, o que seria complementar...) face às dimensões e componentes de avaliação do desenvolvimento local propostas na figura 24 pretendeu-se obter a opinião face à proposta de matriz de avaliação do desenvolvimento local, nas suas dimensões e componentes propostos.

Dimensão	Componentes
Governança e Cidadania	Participação Transparência Democracia participativa
Cultural	Identidade Património diversidade
Social	Inclusão Justiça Igualdade

Dimensão	Componentes
Ambiente	Biodiversidade Alterações climáticas
Económica	Emprego Social e solidária
Educativa	Coerência Alternativa Transformadora

Figura 25 - Dimensão e Componentes “1ª Proposta de Matriz de Avaliação”

Fonte: Elaborada pelo autor

Segundo a análise às unidades de contexto identificadas, verifica-se de acordo com as unidades de registo verificáveis na tabela 17, 40% das respostas (8) em “concordância” com a matriz, e por outro lado, em 55% das respostas (11) a “concordância parcial”, não se verificando a “discordância” em nenhuma resposta, e em apenas uma resposta, esta não ter sido clara no seu posicionamento.

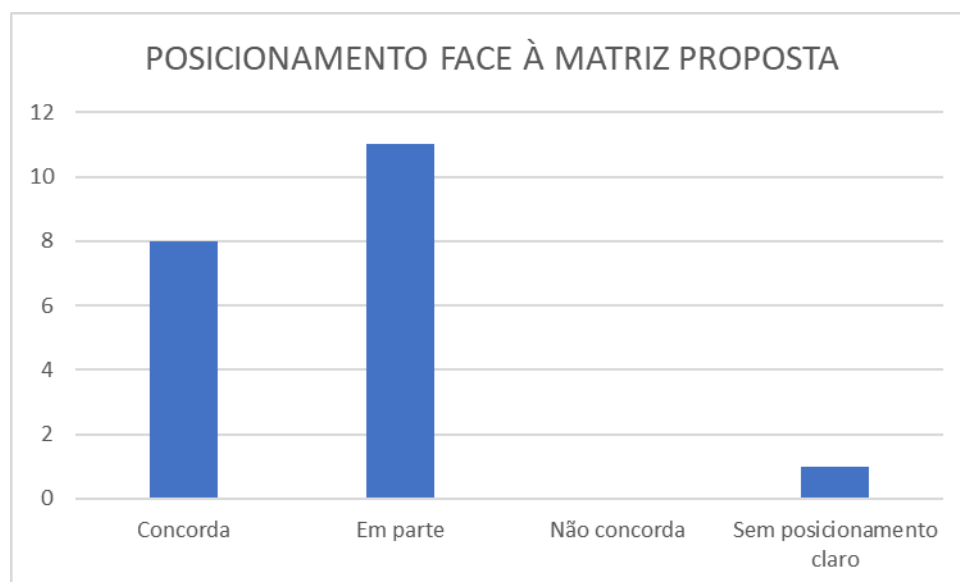


Gráfico 2 - Posicionamento dos informadores face à matriz de avaliação

Conforme se pode verificar gráfico 2, identificaram-se o indicador “concordo” e “em parte” assume um maior posicionamento dos informadores face à matriz.

Tabela 17 - Unidades de Contexto do indicador “concordo” face à “proposta de matriz de avaliação”

Categorias	Proposta de matriz de avaliação	
Subcategoria : Opinião	E	Unidade de Contexto
Indicador: concordo	1	“esta proposta é muito acurada”
	5	“Concordo”
	6	“de uma forma simplista parece-me que será uma abordagem interessante ao estudo”
	8	“De uma forma geral estou de acordo”
	11	“concordo”
	12	“No geral concordo”
	16	“Concordo com as dimensões propostas”
	20	“Nada de fundamental vejo para alterar”

Segundo a análise à categoria “proposta de matriz de avaliação”, subcategoria indicador “opinião” para o indicador “concordo parcialmente”, verificaram-se 11 registos (55% das respostas), das quais estas, se enquadram em “outras dimensões e acrescentaria”, sendo remetidas para uma análise mais detalhada posteriormente.

Tabela 18 - Unidades de Contexto do indicador “concordo em parte” face à “proposta de matriz de avaliação”

Categorias	Proposta de matriz de avaliação	
Subcategoria : Opinião	E	Unidade de Contexto
Indicador: concordo em parte	3	“Considero pertinente haver outras dimensões a considerar”
	4	“Para além das sugestões específicas preocupar-me-ia em analisar com outras ”
	7	“ Falta a dimensão empreendedora”
	9	“Concordo genericamente com a estrutura da matriz, com as seguintes propostas de alteração ”
	10	“Na governança e Cidadania acrescentaria a Ética; na dimensão Cultural acrescentaria história; na dimensão Social acrescentaria Oportunidades; Na dimensão Biodiversidade acrescentaria Ecologia; Na dimensão Económica Acrescentaria Participação Cívica; na dimensão Educativa acrescentaria Inovação e Desenvolvimento”
	13	“O Desenvolvimento Local tem que se medir também pela capacidade de fixar as pessoas”
	14	“A dimensão económica poderia incluir os aspectos essenciais da economia no sentido lato do termo (isto é, não estritamente mercantil) e que inclui os bens comuns, todo o trabalho não-pago bem e o “trabalho” regenerativo da natureza, mas é possível que já lá estejam considerados no “económico e solidário”.
	15	“Penso que seria importante considerar também a dimensão Territorial“
17	“ Talvez fosse importante explorar associada à dimensão	

Categorias	Proposta de matriz de avaliação	
		económica/educação, a área do trabalho em rede/parceria, do trabalho colaborativo e das estratégias territorializadas para o desenvolvimento local”
	18	“ distribuição primária do rendimento gerado na economia local pela economia social e solidária. organizamos públicos e empresas”
	19	“ Acrescentaria poder de decisão...”

Segundo a análise à categoria “proposta de matriz de avaliação”, subcategoria indicador “opinião” para o indicador “não concordo” não se verificaram unidades de registo, e em apenas numa resposta o indicador “sem posição clara”, sugerindo a necessidade de adaptação da matriz face “à função da intervenção desejada” (E2).

Tabela 19 - Unidades de Contexto do indicador “sem posição clara” face à “proposta de matriz de avaliação”

Categorias	Proposta de matriz de avaliação	
Subcategoria : Opinião	E	Unidade de Contexto
Sem posição clara	2	“a dimensão da avaliação poderá variar em função da intervenção desejada e/ou necessária”

Em síntese, a análise às respostas obtidas dá conta de que 8 em 20 respondentes concordam com a proposta, 11 participantes concordam parcialmente e apenas 1 (E2) considera que “a avaliação do desenvolvimento deverá ocorrer na medida das dimensões que a comunidade entender que deve dar resposta”, tendo esta última resposta obtida, ser considerada sem posicionamento claro.

Das 11 respostas parcialmente concordantes, sugerem-se propostas de alteração e melhoria, nomeadamente face à designação da dimensão social propondo de: "Coesão Social”(E1); a substituição da dimensão, “Governança e Cidadania” por “participação” e por “responsabilidade/prestação de contas” (E9); a criação da dimensão territorial

“penso que seria importante considerar também a dimensão territorial e nesta as componentes: Rural; Peri-Urbana; Urbana” (E15), e a não compreensão da dimensão educativa e respetivo indicador associado à coerência em duas respostas (E8 e E16) “não consigo perceber bem as componentes da dimensão educativa”. A coerência refere-se a coerência de políticas educativas? Alternativa diz respeito a modelos de educação alternativos?” (E16).

Das 19 respostas com concordância e concordância parcial, procedeu-se a uma análise mais detalhada, no sentido de se identificarem unidades de registo relevantes para a matriz de avaliação. Da análise resultaram 34 novas unidades de registo, enquanto possíveis indicadores para a avaliação do desenvolvimento local, dos quais, uma unidade de registo “Participação cívica” em três respostas e doze unidades de registo em duas respostas; “Accountability/prestação de contas”, “Bem-estar”, “Fileiras estratégicas/estratégia”, “Ecologia”, “Empreendedorismo”, “Inovação”, “Emprego”, “Infraestruturas”, “Saúde”, “Trabalho em rede/parceria”, “Equidade” e “Oportunidades”.

Tabela 20 - Unidades de Registo do indicador “concordo e concordo parcialmente” face à “proposta de matriz de avaliação” registadas em três e duas respostas

Categorias	Proposta de matriz de avaliação	
Subcategoria :	Opinião para indicador “concordo” e “concordo parcialmente”	
	E	Unidades de Registo “indicadores”
Em três respostas	(E9,E,10 E16)	Participação cívica
Em duas respostas	(E1, E9)	Accountability/prestação de contas
	(E1, E3)	Bem-estar
	(E4, E17)	Fileiras estratégicas/estratégia
	(E8, E10)	Ecologia

Categorias	Proposta de matriz de avaliação	
	(E7, E8)	Empreendedorismo
	(E4, E10)	Inovação
	(E13, E18)	Emprego
	(E3, E18)	Infraestruturas
	(E11, E18)	Saúde
	(E4, E17)	Trabalho em rede/parceria
	(E6,E19)	Equidade
	(E4,E10)	Oportunidades

Verificaram-se ainda 29 unidades de registo apresentados por uma vez, consideradas com interesse enquanto potenciais indicadores para a matriz de avaliação.

Tabela 21 - Unidades de Registo do indicador “concordo e concordo parcialmente” face à “proposta de matriz de avaliação” apresentadas registadas numa resposta

Categorias	Proposta de matriz de avaliação	
Subcategoria	Opinião para indicador “concordo” e “concordo parcialmente”	
Em uma Resposta (E)	Unidades de Registo “indicadores”	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coesão social(E1) ▪ Comunicações (E4) ▪ Turismo(E3) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Satisfação das pessoas(E13) ▪ Dimensão territorial (E15) ▪ Democracia representativa(E18) ▪ Participação/envolvimento da comunidade

Categorias	Proposta de matriz de avaliação	
Subcategoria	Opinião para indicador “concordo” e “concordo parcialmente”	
Em uma Resposta (E)	Unidades de Registo “indicadores”	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eficácia(E4) ▪ Eficiência(E4) ▪ Ameaças/ debilidades (E4) ▪ Diversidade (E89) ▪ Trabalho digno (E9) ▪ Ética(E10) ▪ Governança e cidadania (E149) ▪ História(E10) ▪ Capacidade de fixar as pessoas(E13) ▪ Poder de compra(E13) ▪ Trabalho não-pago bem e o “trabalho” regenerativo(E14) ▪ Felicidade/qualidade de vida (E12) ▪ Adaptação às alterações climáticas(E12) 	<ul style="list-style-type: none"> na escola(E16) ▪ Participação dos alunos; participação dos pais(E16) ▪ Trabalho colaborativo (E17) ▪ Sustentabilidade dos territórios(E18) ▪ Acesso a serviços públicos e privados(E18) ▪ Poder de decisão(E19) ▪ Artes(E19) ▪ Sustentabilidade(E19) ▪ Economias transformadoras(E19) ▪ Informal e não formal(E19)

De modo a agregar indicadores presentes nas unidades de registo, que permitissem a sua integração em dimensões de análise da matriz de avaliação, procedeu-se à elaboração da seguinte proposta, que se apresenta e verificáveis na figura 25.

- Indicadores que podem ser remetidos para uma nova dimensão a criar “territorial”: população, infraestruturas, fixação de pessoas e acesso a serviços públicos e privados.
- Indicadores associados à dimensão económica; empreendedorismo, emprego, turismo, trabalho digno, trabalho não-pago bem, trabalho regenerativo e poder de compra.
- Indicadores associados à dimensão de governança: participação cívica, *accountability*/prestação de contas , fileiras estratégicas/estratégia , trabalho em rede/parceria , eficácia, eficiência, governança e cidadania, democracia representativa, trabalho colaborativo e poder de decisão.
- Indicadores associados à dimensão educativa: participação/envolvimento da comunidade na escola, participação dos alunos; participação dos pais.
- Indicadores associados à dimensão social: bem-estar , saúde , equidade ,coesão social, felicidade/qualidade de vida , satisfação das pessoas.
- Indicadores associados à dimensão ambiental: ecologia, adaptação às alterações climáticas, sustentabilidade.
- Indicador associado à dimensão cultural: história, artes, diversidade.

DIMENSÃO	Indicadores
ECONÓMICA	<p>Empreendedorismo (E7, E8);</p> <p>Emprego (E13, E18);</p> <p>Turismo(E3)</p> <p>Trabalho digno (E9)</p> <p>Trabalho não-pago bem e o “trabalho” regenerativo(E14)</p> <p>Poder de compra(E13)</p>
GOVERNANÇA	<p>Participação cívica (E10 E9, E16)</p> <p><i>Accountability</i>/prestação de contas (E1, E9);</p> <p>Fileiras estratégicas/estratégia (E4, E17);</p>

DIMENSÃO	Indicadores
	Trabalho em rede/parceria (E4, E17); Eficácia(E4) Eficiência(E4) Governança e cidadania(E14) Democracia representativa(E18) Trabalho colaborativo (E17) Poder de decisão(E19)
EDUCATIVA	Participação/envolvimento da comunidade na escola(E16) Participação dos alunos; participação dos pais(E16)
SOCIAL	Bem-estar (E1, E3); Saúde (E11, E18); Equidade (E6,E19); Coesão social(E1) Felicidade/qualidade de vida(E12) Satisfação das pessoas(E13)
AMBIENTAL	Ecologia (E8, E10); Adaptação às alterações climáticas(E12) Sustentabilidade (E19)
CULTURAL	História(E10) Artes(E19) Diversidade(E8)

Figura 26 - Novos indicadores propostos

Fonte: Elaborada pelo autor

Sintetizando-se os dados, procedeu-se de seguida a agregação dos restantes indicadores e reformulação da matriz inicialmente proposta, considerando-se a possibilidade de criação de uma nova dimensão territorial, e esta abranger os indicadores: infraestruturas, (E3, E18); acesso a serviços públicos e privados (E18); comunicações (E4) e capacidade de fixar as pessoas(E13).

O indicador inovação (E4, E10) e economias transformadoras (E19), foram considerados relevantes e necessários incluir enquanto indicadores numa dimensão, propondo-se assim, a alteração da designação “educativa” para “ transformadora”, sendo esta ultima mais abrangente, e realçando a necessidade de mudança associada ao desenvolvimento. Os indicadores; oportunidades (E4,E10); ameaças/ debilidades (E4); ética(E10); sustentabilidade dos territórios(E18) e informal e não formal (E19), consideraram-se de difícil medição ou desadequados aos objetivos da pesquisa.

Na análise da entrevista, um informador sugere a necessidade de ponderações diferenciadas por componente “um esforço de avaliação do desenvolvimento local com base nestas dimensões e componentes envolve discutíveis pesos relativos de cada componente, pelo menos, a questão merece algum debate e algumas ‘calibrações’ são possíveis... (E 20)”, um alerta considerado pertinente para a pesquisa.

4.1.4. OPINIÃO FACE À MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Passamos a dar conta dos resultados obtidos para a questão. Na resposta à pergunta B.2. “Tendo como ponto de partida o desafio de avaliar o desenvolvimento local com base no conjunto de dimensões e componentes (Quadro), que serão traduzidas em indicadores a criar, gostaria que apresentasse, se assim o considerar, recomendações, questionamentos, reflexões e/ou preocupações que contribuíssem para apoiar a criação do modelo de avaliação” pretendeu-se obter a opinião, através da recolha de recomendações, questionamentos, reflexões e preocupações face à matriz proposta. O

quadro expressa a análise temática efetuada com base nas respostas obtidas junto dos participantes, pelo que se apresenta a seguir.

Na resposta à questão B2, resultaram 8 recomendações, 3 questionamentos, 3 reflexões e igual número de preocupações, das quais se passam a sistematizar

Tabela 22 - Unidades de Registo por indicador face à avaliação do desenvolvimento local

Categoria	Subcategoria	Indicador	n.º de unidades de contexto
Avaliar o desenvolvimento local	Opinião	Recomendações	8
		Questionamentos	3
		Reflexões	3
		Preocupações	3

Segundo a análise à categoria “avaliar o desenvolvimento local”, subcategoria “opinião”, indicador “recomendações”.

Tabela 23 - Unidades de Contexto do indicador “recomendações” face à opinião “avaliar o desenvolvimento local”

Categoria	Subcategoria	
AVALIAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL	OPINIÃO	
Indicador: recomendações	E	Unidade de Contexto
	E2	“Conforme referido na resposta anterior as dimensões de avaliação deverão

Categoria	Subcategoria
AVALIAR DESENVOLVIMENTO LOCAL	O OPINIÃO
	ser ajustadas em função dos objetivos pretendidos. Os indicadores deverão acompanhar esta lógica, permitindo uma leitura fidedigna dos resultados alcançados”
E3	“ Objetividade nos indicadores , por vezes surgem questões que podem ser de interpretação subjetiva, evitar interpretações subjetiva/dúvidas
E6	“modelo de avaliação é importante que seja adaptável, flexível, exequível e resiliente... ”
E10	“traduzir a grelha numa escala mensurável , qualitativa e/ou quantitativamente(...) aplicar critérios criativos mas objetivos”
E15	“As várias dimensões interferem entre si pelo que deve existir um algoritmo que as relacione ”
E16	“ contemplar a auscultação de pessoas que não façam parte de nenhum movimento , formal ou informal, fundamental, enquanto indivíduos, do futuro da comunidade, como é o caso das crianças e jovens”
E17	“haver um compromisso dos municípios, talvez fosse importante associar esta avaliação a algo mais – agendas nacionais, europeias.”
E18	“ser um processo participado pelos atores locais”
E20	“Uma solução possível para apoiar a criação de indicadores é a consulta de n pessoas (atores do desenvolvimento local, académicos...) pedindo-lhes uma classificação das componentes segundo uma escala de Likert (1 = mínimo; 5 = máximo, no exemplo seguinte, mas pode ter outros graus).....ou pedir às pessoas consultadas uma hierarquização => 1.º lugar; 2.º lugar; 3.º lugar; 4.º lugar; 5.º lugar; ... para as diferentes componentes. Feito o apuramento e a associação das proporcionalidades aos pesos a atribuir às componentes, poderia haver uma segunda ronda, para discussão

Categoria		Subcategoria
AVALIAR DESENVOLVIMENTO LOCAL	O	OPINIÃO
		qualificada e eventual afinação desses pesos...”

Verificando-se as unidades de contexto, resultam as seguintes unidades de registo que se passam a agrupar em recomendações face aos indicadores “serem objetivos e permitirem uma leitura fidedigna” (E2, E3), face ao modelo de avaliação “adaptável, flexível, exequível” (E6), “numa escala mensurável” (E10), e apontando “soluções”(E20). Por fim, resultam também recomendações face à aplicação da matriz de avaliação “contemplar a auscultação de pessoas que não façam parte de nenhum movimento” (E16), “associar esta avaliação a algo mais – agendas nacionais, europeias”(E17) e “ser um processo participado pelos atores locais”(E18)

Segundo a análise à categoria “avaliar o desenvolvimento local”, subcategoria “opinião”, indicadores “questionamentos”, verificam-se 4 unidades de contexto relevantes.

Tabela 24 - Unidades de Contexto do indicador “opinião” face à opinião “avaliar o desenvolvimento local”

Categoria		Subcategoria
AVALIAR DESENVOLVIMENTO LOCAL	O	OPINIÃO
Indicador: questionamentos	E	Unidade de Contexto
	E1	“O que é a participação? Como se mede a participação? Que modelos serão bons exemplos de participação cidadã? Falamos de participação representativa de uma dada comunidade ou falamos de participação aleatória ou por conveniência. Não será a participação uma componente transversal a todas as dimensões apresentadas no Quadro 1? Como se mede a preponderância de cada componente num

Categoria		Subcategoria
AVALIAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL		OPINIÃO
Indicador: questionamentos	E	Unidade de Contexto
		modelo de avaliação global? São todas as dimensões igualmente importantes/preponderantes num modelo de desenvolvimento? Como se mede a relação entre as diferentes dimensões? Consideramos ser participação apenas os movimentos da sociedade civil ou modelos mais abrangentes que integram a cidadania, o poder local, as empresas, a academia, etc.? “
	E3;	“ Questionar ou explicar possíveis variáveis que possam estar na origem de um menor desenvolvimento local , por exemplo residu próximo de uma barragem que o plano de ordenamento da mesma impossibilita o desenvolvimento de alguns projetos locais (às vezes a pessoas não têm este conhecimento o que poderá condicionar a sua opinião/resposta).”
	E4;	“Governança e Cidadania Em que medida a abordagem de desenvolvimento local preconizada contribuiu para melhorar a governação na área de intervenção? Em que medida a abordagem de desenvolvimento local preconizada contribuiu para mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno? Em que medida a abordagem de desenvolvimento local preconizada contribuiu para introduzir abordagens multissetoriais e promover a cooperação? Económicas. Em que medida os investimentos apoiados promoveram a diversificação de atividades? Em que medida os investimentos apoiados promoveram oportunidades de emprego adicionais para as famílias? Em que medida os investimentos apoiados contribuíram para melhorar a diversificação e o desenvolvimento da economia local? Em que medida os investimentos apoiados contribuíram para melhorar a qualidade de vida? Em que medida os apoios recebidos contribuíram para promover a diversificação e o espírito empresarial? Em que medida os apoios recebidos contribuíram para inverter o declínio económico e social?”

Categoria		Subcategoria
AVALIAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL		OPINIÃO
Indicador: questionamentos	E	Unidade de Contexto
	E19	“Penso que aqui o grande desafio será avaliar quem? Atendendo que os processos de desenvolvimento local e os seus outcomes terão sempre responsabilidades, fracassos e processos bem sucedidos que envolvem uma multiplicidade de agentes. Penso que o modelo deve ter isto em consideração.”

Com base nas seguintes unidades de registo, “medir” encontra-se em duas unidades de contexto (E1) e (E4), questionar o tipo de “variáveis” (E3) e “avaliar quem” (E19). Face à importância da participação e como se mede a mesma, que tipo de amostra e como poderá ser representativa (E3). A variável medição, é referida em (E4) face a vários indicadores, nomeadamente; governação, desenvolvimento endógeno, tipo de abordagens de cooperação, investimento, diversificação da economia. Por fim, a questão de “quem se avalia” tendo em consideração a multiplicidade de agentes envolvidos no desenvolvimento local, é também um questionamento apresentado (E19).

Segundo a análise à categoria “avaliar o desenvolvimento local”, subcategoria “opinião”, indicadores “reflexões”.

Tabela 25 - Unidades de Contexto do indicador “reflexões” face à opinião “avaliar o desenvolvimento local”

Categoria		Subcategoria
AVALIAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL		OPINIÃO
Indicador:	E	Unidade de Contexto

Reflexões	E1	“mas fiquei curiosa sobre como se define e operacionaliza a avaliação de componentes “alternativa”, “transformadora” e “coerente”
	E16	“Também acho que seria interessante incluir pessoas, que normalmente não fazem parte do típico conjunto de agentes a envolver , como p.e, e lembrei-me agora, de figuras religiosas que são determinantes na mobilização das comunidades em alguns territórios ... (isto pode não fazer sentido nenhum ... foi só uma reflexão no imediato”
	E17	“A REVES – única organização europeia baseada na parceria entre autoridades locais e regionais e organizações territoriais de economia social, poderá ser uma entidade parceira interessante para apoiar a criação deste modelo de avaliação , decorrente da sua experiência de reconhecimento dos territórios de Economia Social (http://www.revesnetwork.eu/wp/).”

Nas reflexões foram apresentadas a “**curiosa sobre como se define**” (E1) face a determinadas componentes, a necessidade de “incluir a maior diversidade de agentes” (E16), e a partilha de uma “organização europeia” (E17), enquanto possibilidade de entidade parceira para uma utilização da matriz de avaliação.

Segundo a análise à categoria “avaliar o desenvolvimento local”, subcategoria “opinião”, indicador “preocupações”.

Tabela 26 - Unidades de Contexto do indicador “preocupações” face à opinião “avaliar o desenvolvimento local”

Categoria		Subcategoria
AVALIAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL		OPINIÃO
Indicador:	E	Unidade de Contexto

preocupações	E3	“Questionários muito longos e com várias questões de validação, pode não resultar. Na avaliação do desenvolvimento local será importante conhecer a existência de planos estratégicos , que embora não totalmente implementados mas que se prevejam as alterações a ocorrer num futuro próximo”
	E6	“O conceito de desenvolvimento local, dependendo do enfoque assumido, dita os seus componentes. Na minha prática quotidiana, e nos estudos que fui fazendo trabalhei com o conceito de desenvolvimento local sustentável por me parecer ser um caminho interessante face as discussões que vamos acompanhando”
	E14	“Possivelmente o objetivo deste modelo de avaliação é já reforçar e potenciar o que existe , de modo a que as iniciativas não sejam subjugadas à lógica do capitalismo concorrencial a que supostamente se opõem. Uma escala de avaliação que as posicione umas face às outras poderia ser exatamente contrária ao objetivo do desenvolvimento local, mas penso que não é isso que está em causa”

Foram apresentadas as seguintes preocupações, o “conhecimento prévio de planos estratégicos” para a (re)organização da matriz de avaliação do desenvolvimento local e a necessidade dos “questionários não serem longos” (E3), a incorporação da componente “sustentável” ao conceito de desenvolvimento local (E6), e a preocupação em que a avaliação contribua para a não “subjugação às logicas de capitalismo” associadas ao desenvolvimento (E14).

Na resposta à questão B2, conforme já referenciado, resultaram 8 recomendações, 3 questionamentos, 3 reflexões e igual número de preocupações, das quais remete para a necessidade de criar-se uma matriz que tenha indicadores claros e mensuráveis. São apontadas possibilidades e caminhos de valorização, nomeadamente ser um processo participado e que possa ser incluído em agendas nacionais e europeias, e implementado em lógicas de parceria. Na multiplicidade de agentes envolvidos no desenvolvimento local, a preocupação com quem se avalia, é também realçada, entre várias preocupações que são colocadas.

4.1.5. DEFINIÇÃO DO TERRITÓRIO DE AVALIAÇÃO

No âmbito da análise efetuada à questão C. 1. Construiu-se o quadro de análise temática que se apresenta após a transcrição da questão em causa, colocada à consideração dos participantes.

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”	Divisão administrativa (Decreto-Lei nº 46 139/64, de 31 de dezembro) que define os concelhos	CONCORDANCIA SEM CONCORDANCIA SEM CONHECIMENTO
	Outra proposta	Outras propostas

Figura 27 - Quadro de Análise : Definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”

Fonte: Elaborada pelo autor

À questão “Considera adequada a definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local” tendo como base na Divisão administrativa (Decreto-Lei nº 46 139/64, de 31 de dezembro) que define os concelhos tendo sido a terminologia alterada para município com base na deliberação nº 219/2006 da Presidência do Conselho de Ministros (Diário da República, II Série, de 16 de fevereiro), ou tem uma outra proposta?” a pergunta de resposta aberta, pretendeu saber se a divisão administrativa seria a melhor opção para a definição de um território num estudo de avaliação do desenvolvimento local, ou se seria possível o estudo de outras opções.

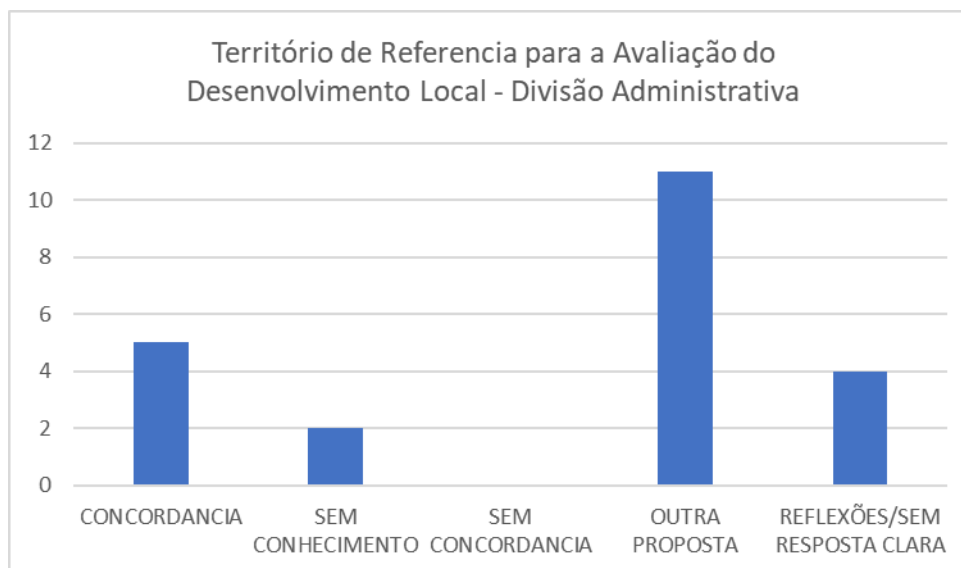


Gráfico 3 - Território de referência para a avaliação do desenvolvimento local

Segundo a análise à categoria “Definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”, subcategoria “Divisão administrativa”, verificaram-se cinco informadores, equivalente a 25% das respostas, que manifestaram a sua concordância (E1, E6, E10 E11, E13) com a divisão administrativa enquanto território de avaliação. Verificou-se por outro lado, em duas respostas (10%), a falta de conhecimentos capazes de sustentar um posicionamento face à questão “Não tenho conhecimento de causa para emitir opinião” (E9), e “Não tenho reflexão sobre esta matéria” (E16).

Tabela 27 - Unidades de Contexto do indicador “Concordância” face à Definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”

Categoria		Subcategoria
Definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”		Divisão administrativa
Indicador: CONCORDANCIA	E	Unidade de Contexto
	1	“considero que para fins de uniformização e comparação de indicadores estatísticos poderá ser vantajoso o uso desta definição.”
	6	“O conceito de local aqui definido associa-se a concelho/município e

Categoria		Subcategoria
Definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”		Divisão administrativa
		parece-me ajustado, pois é uma unidade objetiva de análise”
	10	“É uma referência possível”
	11	“concordo”
	13	“A do município parece-me a mais adequada”

Segundo a análise à categoria “definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local””, subcategoria “outras propostas”, o indicador “outras propostas”, verificou-se em onze respostas, o equivalente a 55% dos inquiridos. Neste conjunto, as novas possibilidades surgem ao “nível da freguesia”, em quatro respostas, equivalente a 20% (E3, E8, E4 E19), ao “nível intermunicipal” em duas respostas, equivalente a 10% (E4, E10), a “dimensão territorial” enquanto dimensão de avaliação, duas respostas, e, com uma resposta, equivalente a 5%, a criação de um “modelo mais flexível” onde a comunidade opera (E2), a “unidade de paisagem” (E7), e a “combinação de referenciais territoriais” (E20).

Tabela 28 - Unidades de Contexto do indicador “outras propostas” face à definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”

Categoria		Subcategoria
definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”		Outras propostas
Indicador:	E	Unidade de Contexto

OUTRAS PROPOSTAS	2	<p>“Atendendo que cada uma das organizações defendia (e defendem) modelos de organização e de dimensões distintas, nunca se conseguiu o entendimento. E esta questão continua muito presente na seguinte medida: Se se considerar que uma comunidade se consegue organizar para dar resposta aos seus problemas e com isso promover dinâmicas de desenvolvimento em qualquer dimensão de intervenção e em qualquer área geográfica, logo a dimensão territorial de análise deverá corresponder à dimensão onde essa comunidade opera. E aqui poderemos ter dimensões diferenciadas, as quais poderão não se enquadrar nas dimensões administrativas do Estado. Importa por isso definir o que é (o) local e qual a dimensão que este representa perante o desenvolvimento que se pretende”</p>
	3	<p>“que devem ser aferidas ao nível da freguesia e/ou união de freguesias, outras ao nível do município e temáticas que podem fazer sentido serem aferidas em termos dos territórios das comunidades intermunicipais.”</p>
	4	<p>“adequado avaliações para áreas de intervenção na ótica da articulação interterritorial. A dinâmica PROVERE é um exemplo de que é possível, com mais ou menos dificuldade, concertar esforços entre territórios, de forma a desenhar Estratégias de Eficiência Coletiva, que são obviamente de grande utilidade no quadro do desenvolvimento local.”</p>
	7	<p>“A divisão administrativa só em alguns casos será a adequada. Em particular para o meio rural o território de referência convirá pensar em unidades de paisagem ou em bacias hidrográficas de acordo com o foco nos objectivos primordiais que se pretendem obter com iniciativas visando levar a bom porto as funções empresariais necessárias. Ex: se o foco for resiliência aos fogos rurais então o correcto será pensar em unidades de paisagem, se forem questões ligadas à erosão e água talvez então seja a bacia hidrográfica a dimensão territorial a considerar.”</p>
	8	<p>“desenvolvimento local deve ser realizada ao nível mais micro (aldeia, freguesia...) pois num só concelho as discrepâncias em termos de desenvolvimento podem ser bastante relevantes... essas diferenças estão muitas vezes associadas à grande dispersão</p>

Categoria		Subcategoria
definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”		Outras propostas
Indicador:	E	Unidade de Contexto
		geográfica e humana”
	10	“A opção por territórios mais alargados, como as CIM por exemplo , traria outras exigências de levantamento e análise de dados, mas também poderia dar azo a leituras mais diversificadas. É uma questão de opção metodológica”
	14	“Os territórios de desenvolvimento são de geometrias muito variáveis. Algumas questões podem ter um âmbito mais ligado ao bairro ou à freguesia e outros à região . Não sei se é possível, na prática, pensar num modelo mais flexível em termos de limites territoriais. Se for, seria ótimo!”
	17	“Tudo dependerá do município, da dinâmica e do contexto envolvente . Isto porque embora me pareça adequado, esta escala poderá restringir os resultados de alguns concelhos, isto porque poderão existir municípios que não tenham determinadas dinâmicas porque não o justifiquem, considerando o número de habitantes que dispõem e os recursos e infraestrutura que existem nos concelhos limítrofes.”
	18	“- os territórios poderão ter geometria variável , por exemplo o serviço:- saúde, resíduos, acesso a água, regadios, serviços administrativos e técnicos poderão ser intermunicipais .- os movimentos pendulares para o local de trabalho intermunicipais podem ser de gestão intermunicipal com ganhos na qualidade de vida (económicos, saúde, etc) para as pessoas.- a distribuição da produção, muitas vezes, exige a articulação/parcerias com unidade de outros territórios”
	19	“Atendendo à dimensão do país e à nossa particularidade mundial de termos níveis de organização administrativa que descem ao

Categoria		Subcategoria
definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”		Outras propostas
Indicador:	E	Unidade de Contexto
		nível da freguesia, penso que o território de referência para a avaliação do desenvolvimento local vigente é favorável. O que não existe é a adequação da escala geográfica às competências que cada órgão devia ter para apoiar processos de desenvolvimento local, quando o estamos a planear, a pôr em prática ou a avaliar. Isto é, por exemplo as Juntas de Freguesia, órgão de decisão mais próximo das comunidades, têm pouca autonomia para ser mais interventivas nestes processos pela sua extrema dependência financeira e de recursos humanos da Câmara Municipal e pela sua escassez de competência em determinados domínios. Mais do que que as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia verdadeiramente empoderadas, seriam um parceiro muito mais valiosos neste processo pelo seu vínculo à comunidade”
	20	“Sendo o desenvolvimento local (DL) um processo de geometria variável , não estou a ver como delimitações administrativas concebidas para finalidades político- administrativas tradicionais / convencionais em contexto de “pré-governança” (apenas governação, sem participação co-responsável da sociedade civil) poderiam ser à partida adequadas para a definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”. Poder-se-ia fazer isso (como hipótese académica), mas só após um estudo que apontasse para essa possível “adequação”, por exemplo face a inconvenientes de outras bases territoriais. Talvez uma avaliação do DL não se deva basear apenas num “território de referência” mas sim numa combinação de referenciais de base territorial , a estudar.”

Verificaram-se preocupações e recomendações face à unidade territorial de avaliação, designadamente a necessidade de referência ao nível mais micro pela maior proximidade com as populações “(aldeia, freguesia...) pois num só concelho as discrepâncias em termos de desenvolvimento podem ser bastante relevantes” (E8). Por outro lado, sobressaíram as limitações e potencialidades das freguesias enquanto “órgão de decisão mais próximo das comunidades, pois apresentam pouca autonomia para ser mais interventivas nestes processos pela sua extrema dependência financeira e de recursos humanos do município e pela sua escassez de competências em determinados domínios (...). Mais do que que as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia verdadeiramente empoderadas, seriam um parceiro muito mais valiosos neste processo pelo seu vínculo à comunidade” (E19).

A diversidade das geometrias territoriais de desenvolvimento (E1, E18, E20,) foi identificado enquanto potencial constrangimento também na “definição de um território de referência”, a dificuldade de entendimento e a subjetividade das geometrias territoriais e das áreas administrativas do Estado, tal como referido na resposta E1, “se se considerar que uma comunidade se consegue organizar para dar resposta aos seus problemas e com isso promover dinâmicas de desenvolvimento em qualquer dimensão de intervenção e em qualquer área geográfica, logo a dimensão territorial de análise deverá corresponder à dimensão onde essa comunidade opera”. Esta opinião e posicionamento sai reforçada pela resposta obtida junto do informador (E20); “sendo o desenvolvimento local (DL) um processo de geometria variável, não estou a ver como delimitações administrativas concebidas para finalidades político-administrativas tradicionais/convencionais em contexto de “pré-governança” (apenas governação, sem participação co-responsável da sociedade civil) poderiam ser à partida adequadas para a definição de “território de referência para a avaliação do desenvolvimento local”. Poder-se-ia fazer isso (como hipótese académica), mas só após um estudo que apontasse para essa possível “adequação”, por exemplo face a inconvenientes de outras bases territoriais. Talvez uma avaliação do DL não se deva basear apenas num “território de referência” mas sim numa combinação de referenciais de base territorial”.

Em síntese, na resposta à questão “divisão administrativa enquanto território de avaliação”, verificou-se uma dispersão das posições, sendo que um quarto (25%) dos informadores concorda com a proposta apresentada, e 55% dos informadores apresentaram outras propostas, sendo a freguesia a que assume maior relevância,

obtendo 20% das respostas, permanecendo no entanto com um valor inferior à proposta apresentada.

4.1.6. SÍNTESE DOS RESULTADOS - ENTREVISTAS

A análise às entrevistas permitiu aferir conclusões e orientações consideradas fundamentais para a reformulação da matriz de avaliação inicialmente proposta. Partindo da simplificação do conceito proposto, resultado da análise das entrevistas às duas primeiras perguntas, entende-se o desenvolvimento local “como um processo de construção a partir da cidadania ativa e participativa de uma comunidade e dos seus recursos, na procura da resolução de problemas ou na alavancagem de oportunidades, contribuindo para mudanças que favoreçam um maior desenvolvimento integral das suas comunidades, construído a partir da influência de fatores estruturais e de dinâmicas subjetivas associadas aos movimentos de cidadania e participação das comunidades, interdependentes entre si.

Na análise à matriz de avaliação proposta resultou, essencialmente, na recolha de um conjunto de indicadores e de reflexões que permitiram a revisão da proposta inicial, nas suas dimensões e indicadores permitindo a apresentação da proposta final da matriz de avaliação.

Tabela 29 - Novas Dimensões e Indicadores da Matriz de Avaliação do Desenvolvimento Local

Dimensão	Indicadores
1. Ambiental	1.1. Qualidade Ambiental 1.2. Biodiversidade 1.3. Alterações Climáticas 1.4. Sustentabilidade Ambiental
2. Cultural	2.1. Identidade 2.2. Património material 2.3. Património imaterial

Dimensão	Indicadores
	2.4. Diversidade cultural 2.5. Produção artística
3. Governança e Cidadania	3.1. Democracia Representativa 3.2. Democracia Participativa 3.3. Tomada de Decisões 3.4. Prestação de Contas 3.5. Participação dos cidadãos/ãs 3.6. Colaboração e Trabalho em Rede 3.7. Estratégia de Desenvolvimento
4. Económica	4.1. Oportunidades de emprego 4.2. Oportunidades de criação de novas empresas 4.3. Empreendedorismo 4.4. Condições e remuneração do trabalho 4.5. Poder de compra
5. Social	5.1. Bem-estar 5.2. Coesão Social 5.3. Igualdade e Equidade 5.4. Igualdade de género 5.5. Justiça Social 5.6. Economia Social
6. Territorial	6.1. Localização

Dimensão	Indicadores
	6.2. Acesso a Serviços 6.3. Mobilidade 6.4. Comunicações 6.5. Fixação e atração de Pessoas
7. Transformadora	7.1. Participação das crianças e jovens na escola 7.2. Participação das famílias na escola 7.3. Participação das crianças e jovens na comunidade 7.4. Inovação social e empresarial 7.5. Abertura à diferença e mudança

Tendo sido uma preocupação e proposta verificada nas entrevistas, da necessidade da matriz ser flexível e adaptável aos territórios de avaliação, considerou-se essencial a realização de uma pergunta no questionário, que permitisse aferir no “território de avaliação”, o grau de importância das dimensões entre si face às necessidades de desenvolvimento do território.

A última questão permitiu validar a proposta inicial da testagem da matriz ser implementada por municípios enquanto territórios de avaliação do desenvolvimento local. Esta posição é reforçada também pela relação de influência entre fatores estruturais associados às condições que o poder local gera, e por outro lado, à ação das dinâmicas da participação e de cidadania nesse mesmo território. Embora a definição do território tenha resultado em várias propostas, das quais se destacam, as “freguesias” pela sua proximidade com as comunidades, ou seja com as dinâmicas de participação e cidadania, afastou-se esta possibilidade, pela dificuldade de autonomia e de governança, ou seja dos fatores estruturais considerados determinantes para que o desenvolvimento local aconteça. Neste sentido, considerou-se a manutenção da proposta inicial, de município como fundamental, embora se valorizasse a dimensão de

proximidade com as comunidades, ou propor-se os municípios de baixa densidade, como aqueles que melhor reúnem condições para avaliação do desenvolvimento local.

4.2. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

A aplicação do inquérito por questionário pretendeu responder ao segundo objetivo geral da investigação, de testar a proposta de matriz de avaliação do desenvolvimento local junto das entidades de economia social em três municípios de baixa densidade e, enquanto objetivo específico, de verificar as hipóteses de estudo: H1 - A avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada pelo tipo de natureza jurídica de entidade de economia social; e a H2 – a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social. Deste modo, o inquérito encontrava-se estruturado em 50 questões, subdivididas em três partes, “caracterização da instituição”, “avaliação do desenvolvimento local” e “observações e contactos”.

O território onde se insere o universo de estudo é localizado na região norte, centro e sul, respetivamente o município de Montalegre, Castelo Branco e Odemira, tendo-se optado por serem todos municípios de baixa densidade, por apresentarem características específicas associadas à densidade populacional, demografia, povoamento, características físicas do território, características socioeconómicas e acessibilidades. Realiza-se uma breve caracterização dos territórios, com base na consulta de informações disponíveis nos *websites* dos municípios e consultas estatísticas através da PORDATA.

A análise dos questionários, distribui-se em cinco subpontos, com recurso a gráficos e tabelas:

1. Apresentação da metodologia estatística utilizada para o tratamento de dados;
2. A estatística descritiva, que permite perceber a forma como se distribuem as respostas às questões colocadas no inquérito;
3. A análise de consistência interna das escalas utilizadas;
4. A construção de todas as escalas e respetivas dimensões;

5. A análise de inferência estatística, para realizar o estudo das hipóteses de investigação.

4.2.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Em termos de estatística descritiva apresentam-se, para as variáveis de caracterização, as tabelas de frequências e os gráficos ilustrativos das distribuições de valores verificados.

As variáveis medidas em escala foram analisadas através das categorias apresentadas, tendo sido obtidos dados relevantes, abordados por Guimarães e Sarsfield Cabral (2010), como a média (para as questões numa escala de 1 a 3, n medida em que se estipula que um valor superior a 2 é superior ao ponto intermédio da escala); o desvio padrão que representa a dispersão absoluta; o coeficiente de variação que ilustra a dispersão relativa; os valores mínimos e máximos observados e os gráficos ilustrativos dos valores médios das respostas dadas às várias questões colocadas no questionário que serviu de instrumento de recolha de dados junto da amostra participante.

4.2.2. ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA INTERNA DE ESCALAS

A análise de consistência interna permite estudar as propriedades de escalas de medida a partir das questões que as integram, de acordo com Anastasis (1990) e DeVellis (1991). O Alfa de Cronbach é o modelo mais utilizado nas ciências sociais para a verificação de consistência interna e da validade de escalas, medindo a forma como um conjunto de variáveis representam uma determinada dimensão (Hill e Hill, 2002). Um valor do coeficiente de consistência interna medido pelo Alfa de Cronbach superior a 0,80 é considerado adequado e um coeficiente de consistência interna entre 0,60 e 0,80 é considerado aceitável, de acordo com Muñiz (2003), Muñiz *et al.* (2005) e Nunnaly (1978).

4.2.3. TESTE DE MANN-WHITNEY

Os testes estatísticos servem para averiguar se as diferenças observadas na amostra são estatisticamente significantes, ou seja, se as conclusões da amostra se podem inferir para a população. O valor de 5% é o valor de referência utilizado nas Ciências Sociais para testar hipóteses e significa que estabelecemos a inferência com uma probabilidade de erro inferior a 5%.

A utilização do teste paramétrico t de Student permite analisar uma variável quantitativa nas duas classes de uma variável qualitativa nominal dicotômica verificando-se a significância das diferenças entre os valores médios observadas para ambos os grupos da variável nominal dicotômica (Maroco, 2011). No entanto, para aplicar um teste estatístico paramétrico como este, é necessário que se verifique o pressuposto da normalidade das distribuições das variáveis, o que não acontece para os casos em estudo (de acordo com os resultados do teste K-S – Kolmogorov-Smirnov). Assim sendo, o teste paramétrico deve ser substituído pelo teste não paramétrico equivalente de Mann-Whitney (Maroco, 2011), que coloca as seguintes hipóteses:

Ho: Não existe diferença entre a distribuição de valores das variáveis, para cada um dos grupos da variável dicotômica.

H1: Existe diferença entre a distribuição de valores das variáveis, para os grupos da variável dicotômica.

Quando o valor de prova é inferior ao valor de referência de 5%, rejeita-se a hipótese nula, ou seja, existem diferenças entre os dois grupos. Quando é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula.

4.2.4. TESTE DE KRUSKALL-WALLIS

Para realizar o estudo da relação entre uma variável qualitativa e variáveis quantitativas, estas podem ser determinadas pelos valores médios obtidos para cada classe da variável qualitativa, sendo utilizado o teste paramétrico ANOVA (Maroco, 2011), quando se cumpre o pressuposto da normalidade, o que não se verifica para os casos em estudo, pelo que se utiliza o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis (Maroco, 2011), que testa as seguintes hipóteses:

- o Ho: A variável quantitativa apresenta uma distribuição idêntica para as categorias das variáveis qualitativas.
- o H1: A variável quantitativa não apresenta uma distribuição idêntica para todas as categorias das variáveis qualitativas.

Quando o valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, não se rejeita a hipótese nula, caso contrário rejeita-se e aceita-se a hipótese alternativa.

Apresentam-se os gráficos e tabelas relevantes para a análise estatística, de forma sucinta, sendo que se poderão consultar, para obtenção de todos os dados nos anexos da presente investigação.

4.3. ANÁLISE DESCRITIVA

Os resultados que a seguir se apresentam, resultantes da investigação quantitativa, são correspondentes a uma amostra constituída por 39 participantes, tendo os questionários sido respondidos online entre 4 de junho e 6 de julho de 2020, conforme anteriormente mencionado.

4.3.1. PARTE A - CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Tal como já referido, a amostra que sustenta a recolha de dados quantitativa da presente investigação corresponde a um conjunto de participantes que se caracteriza por ter ligação profissional com instituições e associações promotoras do desenvolvimento local e da economia social. Como resultado às perguntas incluídas no questionário, que visavam servir de base à descrição das características sociodemográficas das instituições com que os respondentes se relacionam, é necessário, na primeira questão, aferir-se informações que permitam traçar a localização das respetivas associações, tal como se pode verificar a partir da observação do gráfico de frequências seguinte.

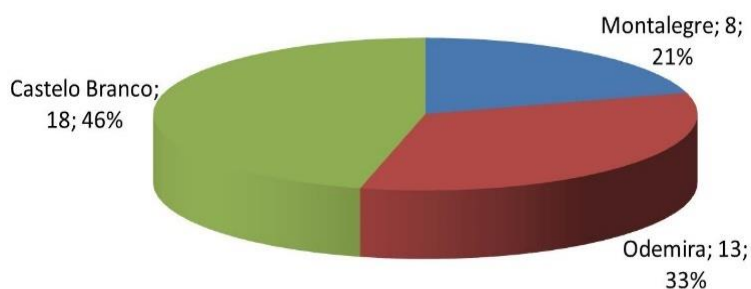


Gráfico 4 - Respostas por Concelho

Conforme se pode observar, a partir da leitura dos dados, 20,5% das associações estão localizadas no concelho de Montalegre, 33,3% no concelho de Odemira e 46,2% no concelho de Castelo Branco. Em cada concelho verifica-se a distribuição por freguesias ilustrada na tabela seguinte.

Tabela 30 - Percentagem de Respostas por Freguesia

		Frequência	Percentagem
Montalegre	Cabril	2	25,0
	Cervos	1	12,5
	Salto	1	12,5
	UF de Montalegre e Padroso	3	37,5
	UF de Viade de Baixo e Fervidelas	1	12,5
	Total	8	100,0
Odemira	Longueira/Almograve	2	15,4
	Santa Clara-a-Velha	1	7,7
	São Luís	1	7,7
	São Salvador e Santa Maria	2	15,4
	São Teotónio	3	23,1
	Vila Nova de Milfontes	4	30,8
	Total	13	100,0

		Frequência	Percentagem
Castelo Branco	Alcains	1	5,6
	Castelo Branco	13	72,2
	Escalos de Baixo e Mata	1	5,6
	Escalos de Cima e Lousa	1	5,6
	Freixial do Campo e Juncal do Campo	1	5,6
	Santo André das Tojeiras	1	5,6
	Total	18	100,0

Quanto à natureza jurídica das entidades de acordo com a Lei de Bases da Economia Social, os dados obtidos são explanados na tabela 31 , que a seguir se apresenta.

Tabela 31 - de frequências: Natureza Jurídica das Entidades de acordo com Lei de Bases da Economia Social

	Frequência	Percentagem
A. Cooperativas	1	2,6
C. Misericórdias	1	2,6
E. Associações com Fins Altruísticos	19	48,7
F. Instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores	12	30,8

	Frequência	Percentagem
H. Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social	1	2,6
I. Outras	5	12,8
Total	39	100,0

Os dados obtidos são demonstrativos de que uma percentagem muito significativa das entidades (48,7%) são Associações com Fins Altruísticos. Em número relativamente menor, mas num valor percentual que também merece ser sublinhado, aparecem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) cuja nomeação efetiva não correspondia a nenhuma das propostas de seleção colocadas no enunciado do inquérito por questionário (30, 8%). Em total discrepância com os números obtidos para as tipologias de entidades apresentadas anteriormente, surge a opção de resposta “Cooperativas”, “C. Misericórdias”, e “Outras entidades dotadas de personalidade jurídica” (cada com uma observação), que respeitem os princípios orientadores da economia social”. A cada uma destas entidades correspondeu um valor percentual de 2,6%. Por último salienta-se que 12,8% são “Outras”. A esta opção de resposta obtivemos, como informação solicitada e complementar, que duas entidades são associações sem fins lucrativos; uma é uma associação Cultural e Desportiva, outra é um Associação de Pais e, por último, uma Pessoa coletiva religiosa.

De seguida, e ainda no âmbito da caracterização sócio-geográfica das entidades, apresenta-se os dados relativos à classificação da atividade económica.

Tabela 32 - de Frequências: Classificação da atividade económica

	Frequência	Percentagem
A. Cultura, comunicação e atividades de recreio	7	17,9
A. Cultura, comunicação e atividades de recreio, B. Educação	3	7,7
A. Cultura, comunicação e atividades de recreio, B. Educação, D. Serviços sociais	1	2,6
A. Cultura, comunicação e atividades de recreio, B. Educação, K. Serviços profissionais, científicos e administrativos	1	2,6
A. Cultura, comunicação e atividades de recreio, E. Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	1	2,6
A. Cultura, comunicação e atividades de recreio, L. Outras atividades	1	2,6
B. Educação	3	7,7
C. Saúde	1	2,6
D. Serviços sociais	12	30,8
D. Serviços sociais, E. Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal, F. Desenvolvimento comunitário e económico e habitação, H. Filantropia e promoção do voluntariado, K. Serviços profissionais, científicos e administrativos	1	2,6
D. Serviços sociais, H. Filantropia e promoção do voluntariado	1	2,6
E. Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal, F. Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	1	2,6
F. Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	1	2,6
J. Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	1	2,6

L. Outras atividades	4	10,3
Total	39	100,0

Na amostra, relativamente à classificação da atividade económica, 38,5% estão na classificação “Serviços sociais”, 35,9% estão em “Cultura, comunicação e atividades de recreio”, 20,5% estão em “Educação”, 12,8% estão em “Outras atividades”, 7,7% estão em “Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal”, 7,7% estão em “Desenvolvimento comunitário e económico e habitação”, 5,1% em “Filantropia e promoção do voluntariado”, 5,1% em “Serviços profissionais, científicos e administrativos”, 2,6% estão em “Saúde” e 2,6% estão em “Organizações empresariais, profissionais e sindicatos”. Não foram referidas “Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional” e “I. Religião”.

Os resultados obtidos para a função que os respondentes desempenham na entidade são representados na tabela 33 de frequências, que a seguir se apresenta.

Tabela 33 - Frequências: Função que desempenha na entidade

	Frequência	Percentagem
1. Presidente da direção	19	48,7
2. Membro da direção (excluindo o presidente)	5	12,8
4. Diretor(a) técnico(a)	10	25,6
5. Técnico(a)	2	5,1
6. Outro	3	7,7
Total	39	100,0

Segundo os resultados obtidos, verifica-se que 48,7% são “Presidente da direção”, 25,6% são “Diretor(a) técnico(a)”, 12,8% são “Membro da direção (excluindo o presidente)”, 7,7% são “Outro” e 5,1%, a maioria, são “Técnico(a)”.

Apresenta-se os dados obtidos para a questão que aferia acerca da tipologia de vínculo profissional dos colaboradores das entidades.

Tabela 34 - Frequências: N.º de Colaboradores(as) remunerados(as), independente do vínculo laboral.

	Frequência	Porcentagem
0-10	23	59,0
11-20	8	20,5
21-30	2	5,1
31-40	4	10,3
+ 50	2	5,1
Total	39	100,0

Os dados obtidos dão conta de que a maioria das entidades tem colaboradores (59%). Dentro deste conjunto de entidades 23,59% tem entre 0 a 10 colaboradores. As entidades que têm entre 11 a 20 colaboradores apresentaram um valor de resposta percentual de 21%, 5,1% das entidades tem entre 21 a 30 colaboradores, 10,3% tem entre 31 a 40 colaboradores e 5,1% tem mais de 50 colaboradores.

Segundo os resultados aferidos, verificou-se que as entidades também têm voluntários. Os valores registados apresentam-se na tabela 35.

Tabela 35 - Frequências: N.º de voluntários(as)

	Frequência	Percentagem
0-10	22	56,4
11-20	7	17,9
21-30	3	7,7
31-40	1	2,6
41-50	1	2,6
+ 50	5	12,8
Total	39	100,0

Tal como se pode observar a partir da observação do gráfico anterior, 56,4% das instituições tem entre 0 a 10 voluntários, 17,9% tem entre 11 a 20 voluntários, 7,7% tem entre 21 a 30 voluntários, 2,6% tem entre 31 e 40 voluntários, 2,6% tem entre 41 a 50 voluntários e 12,8% tem mais de 50 voluntários.

Passa-se a apresentar os dados relativos ao âmbito territorial de atuação das entidades.

Tabela 36 - Frequências: Âmbito territorial de atuação

	Frequência	Percentagem
Concelho	15	38,5
Concelho, Nacional	2	5,1
Distrito	2	5,1
Freguesia	11	28,2

Freguesia, Concelho, Distrito, Nacional	2	5,1
Freguesia, Concelho, Distrito, Nacional, Internacional	3	7,7
Nacional	4	10,3
<hr/>		
Total	39	100,0
<hr/>		

Relativamente ao âmbito territorial de atuação, 41% das entidades têm um âmbito de atuação territorial ao nível de Freguesia, 56,4% alargam a sua atuação ao Concelho, 17,9% atuam a nível do Distrito, 28,2% são entidades atuantes a nível Nacional e 7,7% têm uma intervenção de cariz Internacional.

Terminada a apresentação dos resultados correspondente à caracterização sociogeográfica das entidades, apresentamos, em forma de tabela, uma súmula representativa dos resultados obtidos.

Tabela 37 - Frequências: Resumo da Parte A - Caracterização da Instituição

		N	%
Concelho	Montalegre	8	20,5
	Odemira	13	33,3
	Castelo Branco	18	46,2
<hr/>			
2. Tipologia	A. Cooperativas	1	2,6
da entidade	C. Misericórdias	1	2,6
(Lei de Bases	E. Associações com Fins Altruísticos	19	48,7
da Economia Social)	F. Instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores	12	30,8

		N	%
	H. Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social	1	2,6
	I. Outras	5	12,8
3. Classificação da atividade económica	A. Cultura, comunicação e atividades de recreio	14	35,9
	B. Educação	8	20,5
	C. Saúde	1	2,6
	D. Serviços sociais	15	38,5
	E. Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	3	7,7
	F. Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	3	7,7
	G. Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional		
	H. Filantropia e promoção do voluntariado	2	5,1
	I. Religião		
	J. Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	1	2,6
	K. Serviços profissionais, científicos e administrativos	2	5,1
	L. Outras atividades	5	12,8
4. Função que desempenha na entidade	1. Presidente da direção	19	48,7
	2. Membro da direção (excluindo o presidente)	5	12,8
	4. Diretor(a) técnico(a)	10	25,6

		N	%
	5. Técnico(a)	2	5,1
	6. Outro	3	7,7
5. N.º de	0-10	23	59,0
Colaboradores(as)	11-20	8	20,5
remunerados(as),	21-30	2	5,1
independente do	31-40	4	10,3
vínculo laboral.	+ 50	2	5,1
6. N.º de	0-10	22	56,4
voluntários(as)	11-20	7	17,9
	21-30	3	7,7
	31-40	1	2,6
	41-50	1	2,6
	+ 50	5	12,8
7. Âmbito territorial	Freguesia	16	41,0
de atuação	Concelho	22	56,4
	Distrito	7	17,9
	Nacional	11	28,2

	N	%
Internacional	3	7,7
Total	39	100,0

4.3.2. PARTE B - AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Após a exposição do resumo da primeira parte dos dados obtidos para o questionário, iniciar-se-á a exposição dos dados relativos à avaliação do desenvolvimento local. A mesma será feita através da apresentação de tabelas de frequência.

Para a tabela seguinte e para as restantes análogas, quando a soma das frequências observadas é inferior à dimensão da amostra, significa que existem *missing values* (não sabe/não responde), que se podem observar no valor de N para o cálculo das estatísticas.

Verifica-se na tabela de frequências no âmbito da “dimensão de análise ambiental” valores mais elevados para os indicadores “qualidade ambiental” e “biodiversidade”, valores medianos para o indicador “sustentabilidade”, e valores reduzidos para o indicador “combate às alterações climáticas”.

Tabela 38 - Frequências: Avaliação do desenvolvimento local : Dimensão de análise ambiental

		N	%
1.1. Considera que no seu município a qualidade ambiental...	a. é baixa	1	2,6
	b. é normal	15	38,5
	c. é elevada	23	59,0
	não sabe/não responde		

		N	%
1.2. Considera que a biodiversidade no seu município...	a. é baixa	1	2,6
	b. é normal	16	41,0
	c. é elevada	22	56,4
	não sabe/não responde		
1.3. Considera que o combate às alterações climáticas no seu município...	a. não é significativo	17	43,6
	b. é significativo	17	43,6
	c. é muito significativo	2	5,1
	não sabe/não responde	3	7,7
1.4. Considera que no seu município a sustentabilidade ambiental...	a. não é promovida	6	15,4
	b. é promovida	24	61,5
	c. é bastante promovida	6	15,4
	não sabe/não responde	3	7,7
Total		39	100,0

Os dados obtidos para a dimensão de análise ambiental foram também codificados em gráficos de médias, conforme se pode observar no gráfico que se apresenta a seguir.

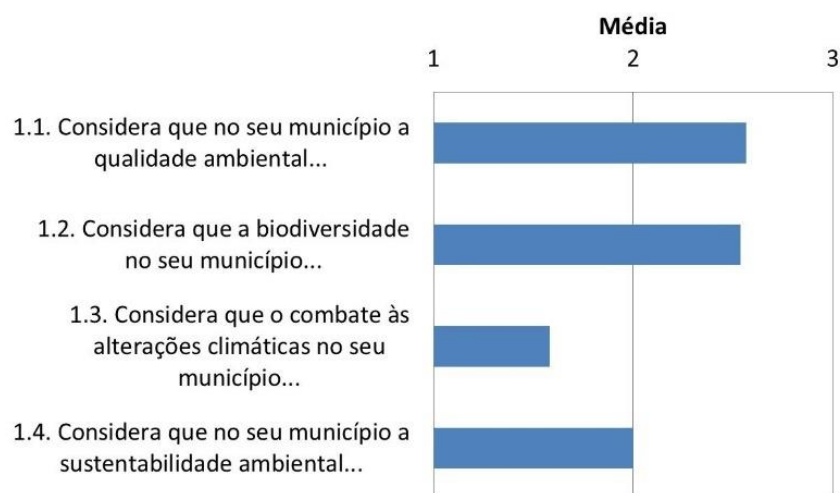


Gráfico 5 - Médias: Dimensão de Análise Ambiental

Os valores médios observados apresentam as variações ilustradas, em média afere-se que a perceção é superior para a unidade de resposta “Considera que no seu município a qualidade ambiental...” e “Considera que a biodiversidade no seu município...”. Estes itens apresentam um valor médio superior ao ponto intermédio da escala de medida. Estes seguem-se as unidades de resposta “Considera que no seu município a sustentabilidade ambiental...” - item com valor médio igual ao ponto intermédio da escala de medida – e, finalmente, de “Considera que o combate às alterações climáticas no seu município...”, este último item apresentou um valor médio inferior ao ponto intermédio da escala de medida.

Verifica-se na tabela de frequências no âmbito da “dimensão de análise cultural” valores mais elevados para o indicador “património imaterial”, valores medianos para os indicadores “identidade cultural”, “património material”, “diversidade cultural”, e “produção artística local”, não se verificando nenhum valor reduzidos na respetiva dimensão

Tabela 39 - Frequências: Avaliação do desenvolvimento local: dimensão de análise cultural

		N	%
2.1. Considera que no seu município a identidade cultural ...	a. não é preservada	1	2,6
	b. é preservada	25	64,1
	c. é muito preservada	12	30,8
	não sabe/não responde	1	2,6
2.2. Considera que no seu município o património material ...	a. não é preservado	1	2,6
	b. é preservado	28	71,8
	c. é muito preservado	8	20,5
	não sabe/não responde	2	5,1
2.3. Considera que no seu município o património imaterial ...	a. não é preservado		
	b. é preservado	19	48,7
	c. é muito preservado	20	51,3
	não sabe/não responde		
2.4. Considera que a diversidade cultural no seu município...	a. não é valorizada	5	12,8
	b. é valorizada	21	53,8
	c. é muito valorizada	13	33,3
	não sabe/não responde		
2.5. Considera que no seu município a produção artística local...	a. não é incentivada	7	17,9

	N	%
b. é incentivada	23	59,0
c. é muito incentivada	8	20,5
não sabe/não responde	1	2,6
Total	39	100,0

Observemos, agora, os dados obtidos para a dimensão de análise cultural, representados no Gráfico de médias:

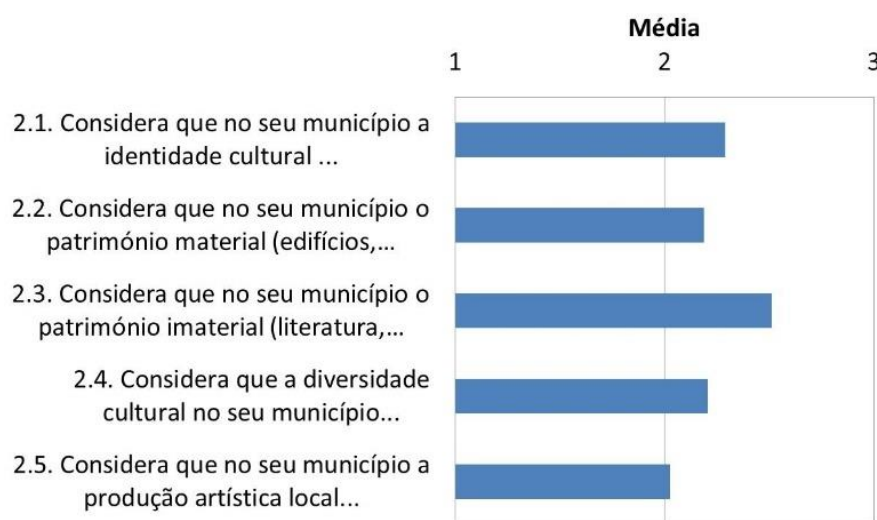


Gráfico 6 - Médias: Dimensão De Análise Cultural

Em média, e tal como se pode observar a partir do gráfico atrás representado, o item que apresenta o grau de perceção para a dimensão em análise é o “Considera que no seu município o património imaterial...”, seguem-se os itens de “Considera que no seu município a identidade cultural...”, “Considera que a diversidade cultural no seu município...” e “Considera que no seu município o património material...”. Todos estes itens têm um valor médio superior ao ponto intermédio da escala de medida, sendo

seguidos de “Considera que no seu município a produção artística local...”, tendo esta unidade de resposta um valor médio perto do ponto intermédio da escala de medida.

Não se verifica na tabela de frequências no âmbito da “dimensão de análise governança e cidadania” nenhum indicador no valor elevado, nem no valor reduzido, situando-se todos os indicadores nos valores medianos.

Tabela 40 - Frequências: Avaliação do desenvolvimento local: dimensão de análise governança e cidadania

		N	%
3.1. Considera que no seu município a democracia representativa...	a. não tem qualidade	10	25,6
	b. tem qualidade	21	53,8
	c. tem muita qualidade	7	17,9
	não sabe/não responde	1	2,6
3.2. Considera que no seu município a democracia participativa...	a. não é revelante	10	25,6
	b. é relevante	22	56,4
	c. é muito relevante	6	15,4
	não sabe/não responde	1	2,6
3.3. Considera que a governação do seu município nas decisões tomadas é...	a. nada transparentes	8	20,5
	b. transparentes	19	48,7
	c. muito transparentes	6	15,4
	não sabe/não responde	6	15,4
3.4. Considera que a prestação de contas por parte da	a. não é acessível	8	20,5

		N	%
governança do seu município face ao conhecimento público...	b. encontra-se acessível	18	46,2
	c. encontra-se muito acessível	8	20,5
	não sabe/não responde	5	12,8
3.5. Considera que no seu município a participação dos cidadãos e cidadãs...	a. não é incentivada	8	20,5
	b. é incentivada	22	56,4
	c. é muito incentivada	7	17,9
	não sabe/não responde	2	5,1
3.6. Considera que no seu município o sentimento de comunidade...	a. é fraco	9	23,1
	b. é razoável	21	53,8
	c. é elevado	9	23,1
	não sabe/não responde		
3.7. Considera que a governança do seu município face à colaboração e trabalho em rede...	a. não é promotora	10	25,6
	b. é promotora	23	59,0
	c. é muito promotora	5	12,8
	não sabe/não responde	1	2,6
3.8. Considera que no seu município o desenvolvimento local...	a. não contempla uma estratégia	7	17,9
	b. contempla uma estratégia	25	64,1

	N	%
c. contempla uma ótima estratégia	5	12,8
não sabe/não responde	2	5,1
Total	39	100,0

Observando, agora, os dados obtidos para a dimensão de análise governança e cidadania, representados no Gráfico de médias:

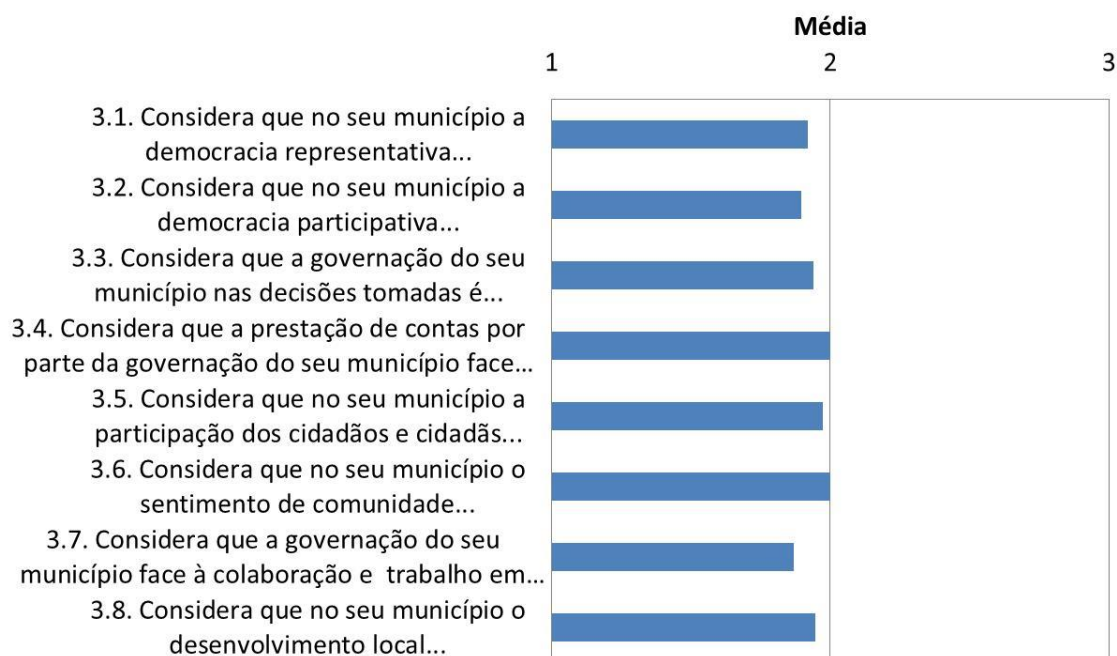


Gráfico 7 - Médias: Dimensão De Análise Governança E Cidadania

Em média, a percepção é superior para o item “Considera que a prestação de contas por parte da governação do seu município face ao conhecimento público...”, “Considera que no seu município o sentimento de comunidade...”, “Considera que no seu município a participação dos cidadãos e cidadãs...”, “Considera que no seu município o desenvolvimento local...”, “Considera que a governação do seu município nas decisões tomadas é...” e “Considera que no seu município a democracia representativa...”: itens

com valor médio perto do ponto intermédio da escala de medida. A estes seguem-se os itens “Considera que no seu município a democracia participativa...” e “Considera que a governação do seu município face à colaboração e trabalho em rede...”: Estes itens têm valor médio inferior ao ponto intermédio da escala de medida. Apresenta-se, a seguir, os dados obtidos para a dimensão de análise económica.

Não se verificam valores elevados na tabela de frequências no âmbito da “dimensão de análise económica” para nenhum indicador, nos valores medianos, verificam-se os seguintes indicadores, “oportunidades de criação de empresas”, “incentivo ao empreendedorismo”, “condições e remuneração do trabalho dignas”, e “poder de compra normal”. No valor mais reduzido, verifica-se o indicador “oportunidades de emprego baixas”.

Tabela 41 - Frequências: Avaliação do desenvolvimento local: dimensão de análise económica

		N	%
4.1. Considera que as oportunidades de emprego no seu município são...	a. baixas	20	51,3
	b. normais	15	38,5
	c. elevadas	4	10,3
	não sabe/não responde		
4.2. Considera que as oportunidades de criação de novas empresas no seu município são...	a. baixas	13	33,3
	b. normais	15	38,5
	c. elevadas	9	23,1
	não sabe/não responde	2	5,1
4.3. Considera que no seu município o empreendedorismo...	a. não é incentivado	7	17,9
	b. é incentivado	26	66,7

		N	%
	c. é muito incentivado	4	10,3
	não sabe/não responde	2	5,1
4.4. Considera que o trabalho	a. não é digno	12	30,8
(condições e remuneração) no seu município ...	b. é digno	24	61,5
	c. é muito digno	1	2,6
	não sabe/não responde	2	5,1
4.5. Considera que no seu município	a. é baixo	14	35,9
o poder de compra...	b. é normal	24	61,5
	c. é elevado	1	2,6
	não sabe/não responde		
Total		39	100,0

Observando, agora, os dados obtidos para a dimensão de análise económica, representados no Gráfico de médias:



Gráfico 8 - Médias: Dimensão De Análise Económica

Em média, a percepção é superior para “Considera que no seu município o empreendedorismo...”, “Considera que as oportunidades de criação de novas empresas no seu município são...”, seguidos de “Considera que o trabalho (condições e remuneração) no seu município ...”, “Considera que no seu município o poder de compra...” e finalmente de “Considera que as oportunidades de emprego no seu município são...”, itens com valor médio inferior ao ponto intermédio da escala de medida.

Não se verifica na tabela de frequências no âmbito da “dimensão de análise social” nenhum indicador para valores mais elevados nem valores mais baixos. Verificam-se apenas valores medianos para todos os indicadores, designadamente, “nível de bem-estar”, “coesão social”, “igualdade e equidade de acesso”, “igualdade de género”, “justiça social” e relevância das “entidades de economia social e solidária)

Tabela 42 - Frequências: Avaliação do desenvolvimento local: dimensão de análise social

		N	%
5.1. O nível de bem-estar no seu município...	a. é baixo	3	7,7
	b. é normal	20	51,3
	c. é elevado	16	41,0
	não sabe/não responde		
5.2. Considera a coesão social no seu município...	a. baixa	9	23,1
	b. normal	25	64,1
	c. elevada	5	12,8
	não sabe/não responde		
5.3. Considera que o sentimento de igualdade e equidade de acesso e de oportunidades no seu município é...	a. nada significativo	10	25,6
	b. significativo	23	59,0
	c. muito significativo	1	2,6
	não sabe/não responde	5	12,8
5.4. Considera que as dinâmicas no seu município face à igualdade de género...	a. não são promotoras	9	23,1
	b. são promotoras	24	61,5
	c. são muito promotoras	4	10,3
	não sabe/não responde	2	5,1
5.5. Considera que as dinâmicas no seu município	a. são fracas	10	25,6

		N	%
face à promoção da justiça social...	b. são adequadas	21	53,8
	c. são boas	5	12,8
	não sabe/não responde	3	7,7
5.6. Considera que no seu município as entidades	a. não são relevantes	4	10,3
de economia social e solidária ...	b. são relevantes	22	56,4
	c. são muito relevantes	12	30,8
	não sabe/não responde	1	2,6
Total		39	100,0

O Gráfico de médias, que se apresenta a seguir, é representativo dos dados obtidos para a dimensão de análise social.

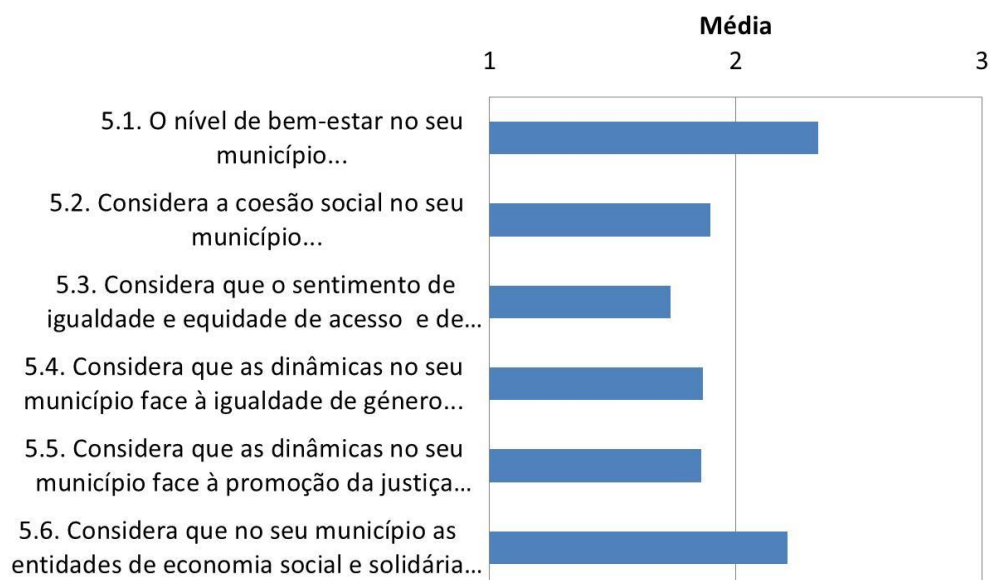


Gráfico 9 - Médias: Dimensão De Análise Social

Em média, a percepção registada junto da amostra é superior para os itens “O nível de bem-estar no seu município...” e “Considera que no seu município as entidades de economia social e solidária ...”. Ambos os itens apresentam um valor médio superior ao ponto intermédio da escala de medida, sendo seguidos de “Considera a coesão social no seu município...”, “Considera que as dinâmicas no seu município face à igualdade de género...”, “Considera que as dinâmicas no seu município face à promoção da justiça social...” e, por último, de “Considera que o sentimento de igualdade e equidade de acesso e de oportunidades no seu município é...”, itens com valor médio inferior ao ponto intermédio da escala de medida.

Não se verifica na tabela de frequências no âmbito da “dimensão de territorial”, nenhum indicador com valores mais elevados. Verificam-se valores medianos para os indicadores, “localização territorial”, “acesso a serviços”, “mobilidade” e “fixação e atração de pessoas”, e valores reduzidos para o indicador “comunicações”.

Tabela 43 - Frequências: avaliação do desenvolvimento local : dimensão de análise territorial

		N	%
6.1. Considera que a localização territorial do seu município...	a. é má	4	10,3
	b. é satisfatória	21	53,8
	c. é boa	13	33,3
	não sabe/não responde	1	2,6
6.2. Considera que o acesso aos vários serviços dos vários setores (educação, segurança, justiça, saúde, água...) no seu município...	a. não são suficientes	14	35,9
	b. são suficientes	23	59,0
	c. são mais do que os suficientes	2	5,1

		N	%
	não sabe/não responde		
6.3. Considera que a mobilidade (estradas e rede de transportes) no seu município...	a. não é boa	17	43,6
	b. é boa	21	53,8
	c. é muito boa	1	2,6
	não sabe/não responde		
6.4. Considera que as condições das comunicações (móveis e internet) no seu município são...	a. fracas	20	51,3
	b. adequadas	18	46,2
	c. excelentes	1	2,6
	não sabe/não responde		
6.5. Considera que o seu município para a fixação e atração de pessoas, apresenta...	a. más condições	8	20,5
	b. condições satisfatórias	25	64,1
	c. boas condições	5	12,8
	não sabe/não responde	1	2,6
Total		39	100,0

A análise efetuada aos dados relativos à dimensão de análise territorial resultou no gráfico de médias 10, que se apresenta a seguir.



Gráfico 10 - Médias: Dimensão De Análise Territorial

De acordo com os resultados obtidos observa-se que, em média, a percepção é superior para a unidade de resposta “Considera que a localização territorial do seu município...”, sendo que este item se mostra com valor médio superior ao ponto intermédio da escala de medida. Segue-se, em ordem decrescente, os itens “Considera que o seu município para a fixação e atração de pessoas, apresenta...”; “ Considera que o acesso aos vários serviços dos vários setores (educação, segurança, justiça, saúde, água...) no seu município...”; “Considera que a mobilidade (estradas e rede de transportes) no seu município...” e, finalmente, a unidade de resposta “Considera que as condições das comunicações (móveis e internet) no seu município são...”, itens com valor médio inferior ao ponto intermédio da escala de medida.

No âmbito do estudo realizado, visou-se, também, obter dados que permitissem aferir acerca da capacidade transformadora dos municípios que constituem a primeira (ou única) área de intervenções das entidades onde os respondentes desempenham funções.

Não se verificam na tabela de frequências no âmbito da “dimensão de análise transformadora” nenhum indicador com valores mais elevados nem valores mais baixos. Todos os indicadores se situam no valor mediano, “participação das crianças e jovens no sistema de educação”, “participação das famílias no sistema de educação”,

“participação das crianças e jovens na comunidade”, “inovação social e empresarial” e “abertura às diferenças e mudança”.

Tabela 44 - Frequências: Avaliação do desenvolvimento local: dimensão de análise transformadora

		N	%
7.1. Considera que a participação das crianças e jovens no sistema de educação do seu município...	a. não é incentivada	10	25,6
	b. é incentivada	22	56,4
	c. é muito incentivada	4	10,3
	não sabe/não responde	3	7,7
7.2. Considera que a participação das famílias no sistema de educação do seu município...	a. não é incentivada	10	25,6
	b. é incentivada	23	59,0
	c. é muito incentivada	4	10,3
	não sabe/não responde	2	5,1
7.3. Considera que a participação das crianças e jovens na comunidade do seu município ...	a. não é incentivada	11	28,2
	b. é incentivada	23	59,0
	c. é muito incentivada	3	7,7
	não sabe/não responde	2	5,1
7.4. Considera que as dinâmicas no seu município no âmbito da inovação social e empresarial...	a. são fracas	10	25,6
	b. são satisfatórias	23	59,0

		N	%
	c. são boas	5	12,8
	não sabe/não responde	1	2,6
7.5. Considera que o nível de abertura no seu município	a. é baixo	12	30,8
face às diferenças e mudanças...	b. é normal	20	51,3
	c. é elevado	5	12,8
	não sabe/não responde	2	5,1
Total		39	100,0

A análise efetuada aos dados relativos à dimensão de análise transformadora resultou no gráfico de médias 11, que se apresenta a seguir.



Gráfico 11 - Médias: Dimensão De Análise Transformadora

Tal como se pode aferir a partir da observação do Gráfico acima, a percepção é superior para a unidade de resposta “Considera que as dinâmicas no seu município no âmbito da inovação social e empresarial...”, seguem-se os itens “Considera que a participação das famílias no sistema de educação do seu município...”; “Considera que a participação das crianças e jovens no sistema de educação do seu município...”; “Considera que o nível de abertura no seu município face às diferenças e mudanças...” e “Considera que a participação das crianças e jovens na comunidade do seu município ...”. Todos estes itens apresentam um valor médio inferior ao ponto intermédio da escala de medida.

Após a aferição das percepções dos respondentes face às dimensões, cujos dados apresentamos atrás. Entendemos questionar os participantes acerca da dimensão que consideravam mais relevante em termos de contributo para o desenvolvimento local dos seus municípios. Os resultados a esta questão apresentam-se na tabela seguinte, sendo que, tal como se pode observar, a dimensão económica se apresenta como mais saliente em termos numéricos, sendo seguida pela dimensão social, cultural e pelo ambiente. Como forma de facilitar a interpretação dos dados relativos na tabela seguinte a esta dimensão apresentam-se os mesmos resultados em forma esquematizada de Gráfico de Médias.

Tabela 45 - Estatísticas: Qual a dimensão que considera mais relevante para o desenvolvimento local do seu município

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação
AMBIENTE	39	5,13	1,89	37%
CULTURAL	39	5,18	1,59	31%
ECONÓMICA	39	5,69	1,49	26%
GOVERNANÇA E CIDADANIA	39	4,87	1,95	40%
SOCIAL	39	5,23	1,58	30%
TERRITORIAL	39	4,31	1,88	44%

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação
TRANSFORMADORA	39	4,13	2,23	54%

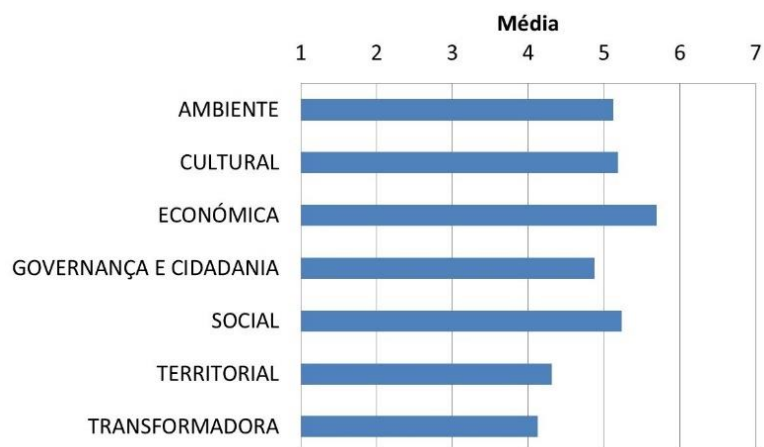


Gráfico 12 - Médias: Qual A Dimensão Que Considera Mais Relevante Para O Desenvolvimento Local Do Seu Município

Segundo a média, a dimensão considerada mais relevante é a “Económica”, seguida da “Social”, depois da “Cultural”, seguida de “Ambiente”, “Governança e cidadania” e “Territorial” e finalmente de “Transformadora”.

Na última parte do questionário aplicado à mostra já identificada e cujos resultados das principais questões terminou-se de apresentar, foi solicitado aos participantes uma opinião acerca do estudo que fundamentou todo o percurso investigativo empreendido. Os resultados obtidos para esta componente do questionário apresentam-se no ponto seguinte, através de um pequeno texto que sintetiza os dados recolhidos.

4.3.3. PARTE C - OBSERVAÇÕES E CONTACTOS

76,9% da composição da amostra quantitativa do presente estudo foi perentória em firmar uma elevada demonstração de interesse pela investigação, garantindo gostar de receber os resultados do mesmo após a sua conclusão. Apesar do elevado interesse demonstrado, registaram-se alguns apontamentos relativos a falhas na construção do guião do questionário, podendo estes ser constatados em comentários registados, como o que transcrevemos a seguir: “algumas questões são ambíguas, pois as respostas podem resultar da perceção de quem responde, e não corresponder à perceção de outro”. Apesar desta opinião, que pode servir de ponto de partida para o aperfeiçoamento do instrumento em estudos posteriores, a maioria dos respondentes considerou o presente estudo uma boa iniciativa e não se escusou de tecer comentários e contribuições a propósito do desenvolvimento local, nomeadamente o nível da sua promoção ou, como no caso de alguns comentários, de nomeação dos entraves que se enfrentam atualmente às ambições de desenvolvimento dos participantes e entidades a que estão ligados e dos municípios onde estas se sediam. A seguir far-se-á a transcrição de alguns dos comentários registados. Nestas transcrições não haverá lugar à identificação dos autores dos comentários, não só por se tratar de um questionário, mas também para garantir o compromisso de anonimato assumido.

Foram obtidos os seguintes comentários face à matriz de avaliação “algumas questões são ambíguas, pois as respostas podem resultar da perceção de quem responde, e não corresponder à perceção de outro. Boa iniciativa”, “Gostaria muito que a participação dos cidadãos fosse incentivada e que a prestação de contas e de esclarecimentos estivesse acessível a todos, tanto em questões de autarquia, como de freguesias e das restantes instituições.”, e outras de cariz mais local, nomeadamente “O sistema de saúde no concelho é muito mau. É uma vergonha. Não há pediatras, não há ginecologista, etc. Tem de haver melhorias grandes no setor da saúde!”, “Preocupa-nos as questões ambientais ligadas às estufas no nosso Parque Natural, e o excessivo numero de migrantes em que as questões económicas se colocam à frente de todas as outras dimensões, e nos podem trazer problemas sérios no futuro”, e por ultimo, “Território com potencial mas com lideranças fracas, visão muito parcelar e pouco articulada.

4.4. ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA INTERNA DAS DIMENSÕES DA ESCALA DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Tendo em vista o estudo das propriedades de escalas de medida a partir das questões que as integram efetuamos a medida da forma como a variável desenvolvimento local se representa em cada uma das dimensões que lhe foi atribuída no presente estudo. Os resultados obtidos a esta leitura dos dados apresentam-se na tabela seguinte que se denomina de tabela “Avaliação do Desenvolvimento Local: Estatísticas de consistência interna”.

Tabela 46 - Avaliação do Desenvolvimento Local: Estatísticas de consistência interna

	N	Alfa de	Correlação
	Itens	Cronbach	item-total
1. Dimensão de análise ambiental	4	0,549	0,202-0,451
2. Dimensão de análise cultural	5	0,851	0,501-0,808
3. Dimensão de análise governança e cidadania	8	0,963	0,722-0,919
4. Dimensão de análise económica	5	0,817	0,536-0,709
5. Dimensão de análise social	6	0,890	0,543-0,871
6. Dimensão de análise territorial	5	0,693	0,328-0,607
7. Dimensão de análise transformadora	5	0,858	0,638-0,818

O valor do Alfa de Cronbach é superior ao valor de 0,80 para as dimensões 2, 3, 4, 5 e 7, pelo que os itens integrantes de cada dimensão medem de forma adequada cada uma

dessas dimensões. O mesmo valor está próximo de 0,70 para a dimensão 6, pelo que os itens que aqui se incluem medem de forma aceitável a dimensão. Apenas para a dimensão 1 o valor registado é inferior a 0,6. Embora estando próximo do valor representativo do coeficiente de consistência interna que o Alfa de Cronbach mede, o valor obtido para a dimensão 1 indica que os itens que a integram a medem de forma próxima de aceitável. As correlações itens-total são sempre positivas e com valores mínimos superiores a 0,3 para quase todas as situações, exceto para um item da dimensão 1. Portanto, podemos considerar que as dimensões apresentam consistência interna, pelo que podemos passar a analisar cada uma das dimensões globalmente.

4.5. ANÁLISE DESCRITIVA DAS DIMENSÕES DA ESCALA DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para cada uma das dimensões da escala, os seus valores foram determinados a partir do cálculo da média das respostas aos itens que as constituem.

Tabela 47 - Estatísticas: Dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
1. Dimensão de Análise Ambiental	39	2,21	0,41	18%	1,5	3,0
2. Dimensão de Análise Cultural	39	2,24	0,44	19%	1,4	3,0
3. Dimensão de Análise Governança e Cidadania	39	1,93	0,55	29%	1,0	3,0
4. Dimensão de Análise Económica	39	1,75	0,46	26%	1,0	3,0
5. Dimensão de Análise Social	39	2,00	0,48	24%	1,0	3,0
6. Dimensão de Análise Territorial	39	1,79	0,38	21%	1,0	2,8
7. Dimensão de Análise Transformadora	39	1,81	0,50	28%	1,0	3,0



Gráfico 13 - Médias: Dimensões Da Escala De Avaliação Do Desenvolvimento Local

Podemos verificar que as dimensões mais valorizadas são “Dimensão de Análise Cultural” ($M=2,24$) e “Dimensão de Análise Ambiental” ($M=2,21$), com valor médio superior ao ponto intermédio da escala de medida. A estas duas dimensões, segue-se a

“Dimensão de Análise Social” ($M=2,00$), com um valor médio igual ao ponto intermédio da escala de medida; seguida da “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” ($M=1,93$). De acordo com a perspetiva decrescente que temos vindo a seguir, temos a

“Dimensão de Análise Transformadora” ($M=1,81$) e a “Dimensão de Análise Territorial” ($M=1,79$): Por último, registam-se os valores mais baixos atribuídos à “Dimensão de Análise Económica” ($M=1,75$), todas com valor médio inferior ao ponto intermédio da escala de medida.

4.6. HIPÓTESES

Face aos resultados obtidos e à relação existente entre estes procedimentos metodológicos e a pesquisa documental efetuada que resultou na revisão de literatura que compõe a primeira parte do nosso estudo, é chegado o momento de sustentar e validar, ou declinar, as hipóteses propostas no âmbito da construção empírica do processo investigativo.

4.6.1. HIPÓTESE H1 - A avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada pelo tipo de natureza jurídica de entidade de economia social

A verificação da H1 foi realizada com base nos resultados obtidos à verificação das relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a questão 2. Tipologia da entidade, através da aplicação de estatística descritiva e Testes de Kruskal-Wallis. Daqui resultou o gráfico de médias que apresentamos a seguir.

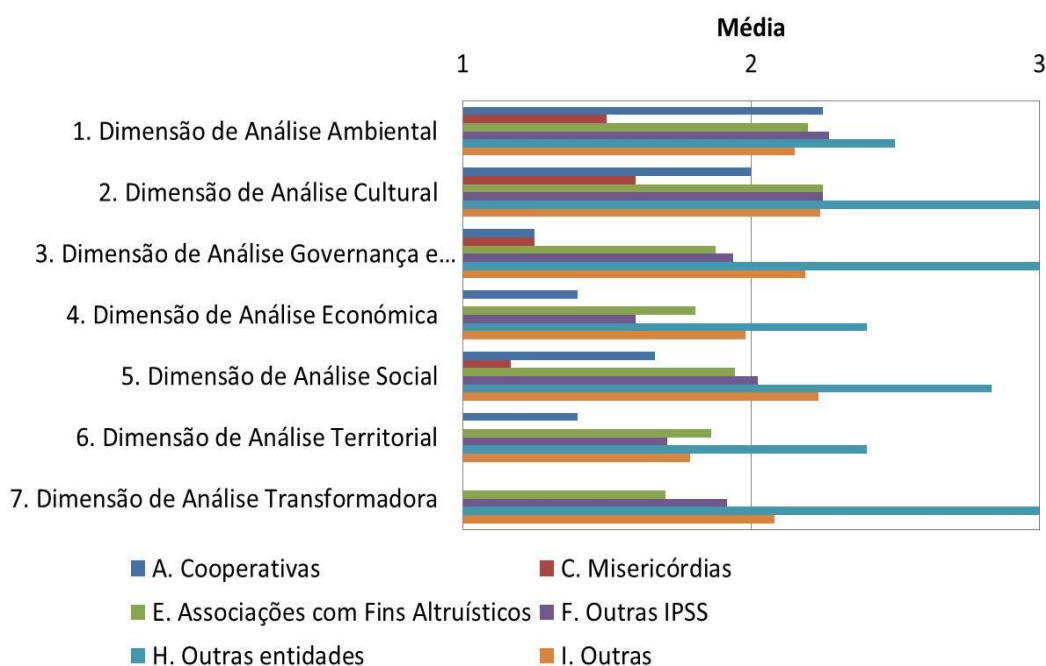


Gráfico 14 - Médias: relações entre as dimensões da escala de avaliação do desenvolvimento local e a questão 2. Tipologia da entidade

Através dos dados obtidos verificamos que o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para H. Outras entidades (M=2,50), seguidas de F. Outras IPSS (M=2,27), A. Cooperativas (M=2,25), E. Associações com Fins Altruísticos (M=2,20) e I. Outras (M=2,15) e inferior para C. Misericórdias (M=1,50), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (H=3,98, p=0,552).

Os resultados obtidos mostram que o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para H. Outras entidades (M=3,00), seguida de E. Associações com Fins Altruísticos (M=2,25), F. Outras IPSS (M=2,25) e I. Outras (M=2,24), depois de A. Cooperativas (M=2,00), e finalmente de C. Misericórdias (M=1,60), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (H=5,10, p=0,404).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” é superior para H. Outras entidades (M=3,00), seguida de I. Outras (M=2,19), depois de F. Outras IPSS (M=1,94) e Associações com Fins Altruísticos (M=1,88), e finalmente de A. Cooperativas (M=1,25) e C. Misericórdias (M=1,25). De novo, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas (H=7,46, p=0,188).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Económica” é superior para H. Outras entidades (M=2,40), seguida de I. Outras (M=1,98), depois de E. Associações com Fins Altruísticos (M=1,81), seguida de F. Outras IPSS (M=1,60), depois de A. Cooperativas (M=1,40), e finalmente de C. Misericórdias (M=1,00), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (H=7,76, p=0,170).

Os resultados obtidos também mostram que o valor médio da “Dimensão de Análise Social” é superior para H. Outras entidades (M=2,83), seguida de I. Outras (M=2,23), depois de F. Outras IPSS (M=2,02) e E. Associações com Fins Altruísticos (M=1,95), seguidas de A. Cooperativas (M=1,67), e finalmente de C. Misericórdias (M=1,17). De novo as diferenças não são estatisticamente significativas (H=6,34, p=0,275).

Para a “Dimensão de Análise Territorial”, os resultados apontaram um valor médio superior para H. Outras entidades (M=2,40), seguida de E. Associações com Fins Altruísticos (M=1,86), depois de I. Outras (M=1,79) e F. Outras IPSS (M=1,71), seguidas de A. Cooperativas (M=1,40), e finalmente de C. Misericórdias (M=1,00), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (H=8,07, p=0,152).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Transformadora” é superior para H. Outras entidades (M=3,00), seguida de I. Outras (M=2,08), depois de F. Outras IPSS (M=1,92), seguida de E. Associações com Fins Altruísticos (M=1,70), e finalmente de A. Cooperativas (M=1,00) e C. Misericórdias (M=1,00), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (H=10,70, p=0,058).

Dados os valores registados, através da aplicação de estatística descritiva e Testes de Kruskall-Wallis, constata-se que não se verifica a Hipótese H1 - A avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada pelo tipo de natureza jurídica de entidade de economia social.

4.6.2. HIPÓTESE H2 – avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social

Para a validação ou declínio da H2 recorreu-se à observação de dados resultante da aplicação de estatística descritiva e Testes de Kruskall-Wallis.

4.6.2.1. CONCELHO

Estatística descritiva e Testes de Kruskall-Wallis: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e o Concelho. Os resultados obtidos face a esta operação estão representados no Gráfico de médias seguinte.

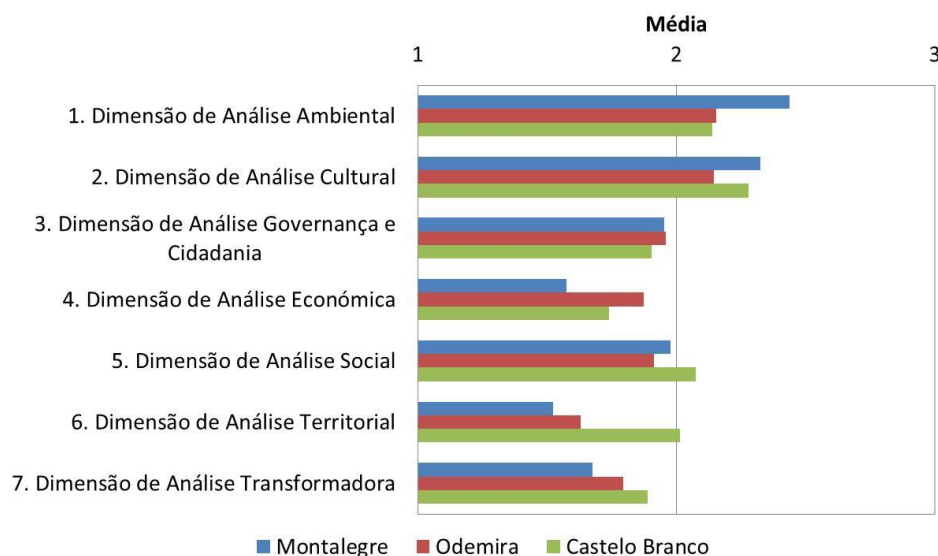


Gráfico 15 - Médias: Relações entre as Dimensões aa escala de avaliação do desenvolvimento local e o Concelho

Tal como se pode observar a partir do gráfico representativo dos dados obtidos, o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para Montalegre ($M=2,44$), seguido de Odemira ($M=2,15$) e Castelo Branco ($M=2,14$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($H=4,02$, $p=0,134$).

Também se observa que o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para Montalegre ($M=2,33$) e Castelo Branco ($M=2,28$), seguidos de Odemira ($M=2,15$). De novo não foram observadas diferenças estatisticamente significativas ($H=0,71$, $p=0,701$).

No que diz respeito à “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” o valor médio é superior para Odemira ($M=1,96$) e Montalegre ($M=1,95$), seguidos de Castelo Branco ($M=1,90$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($H=0,34$, $p=0,843$).

O valor médio da “Dimensão de Análise Económica”, em função dos dados obtidos, é superior para Odemira ($M=1,87$), seguida de Castelo Branco ($M=1,74$) e de Montalegre ($M=1,58$), sendo que as diferenças não são estatisticamente significativas ($H=2,95$, $p=0,229$).

Os resultados obtidos também demonstram que o valor médio da “Dimensão de Análise Social” é superior para Castelo Branco (M=2,08), seguido de Montalegre (M=1,98) e depois de Odemira (M=1,91), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (H=0,82, p=0,664).

O valor médio da “Dimensão de Análise Territorial” é superior para Castelo Branco (M=2,01) e inferior para Odemira (M=1,63) e Montalegre (M=1,53), sendo as diferenças estatisticamente significativas (H=12,59, p=0,002).

Os resultados demonstram que o valor médio da “Dimensão de Análise Transformadora” é superior para Castelo Branco (M=1,89), seguido de Odemira (M=1,80), seguidos de Montalegre (M=1,68), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (H=0,28, p=0,868).

Face a estes resultados, verifica-se que a Hipótese H2 – a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social - é válida apenas para a Dimensão de Análise Territorial, que é superior para Castelo Branco e inferior para Odemira e Montalegre.

4.6.2.2. CLASSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA

O procedimento utilizado no parâmetro de análise anterior foi o mesmo que serviu o propósito de verificação da relação existente, ou não, entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica. Assim, estas dimensões foram analisadas através de estatística descritiva e Testes de Kruskal-Wallis. Os resultados obtidos mostram-se em gráficos de médias.

4.6.2.2.1. A. CULTURA, COMUNICAÇÃO E ATIVIDADES DE RECREIO

No presente item apresenta-se os valores registados para a dimensão Cultura, comunicação e atividades de recreio.

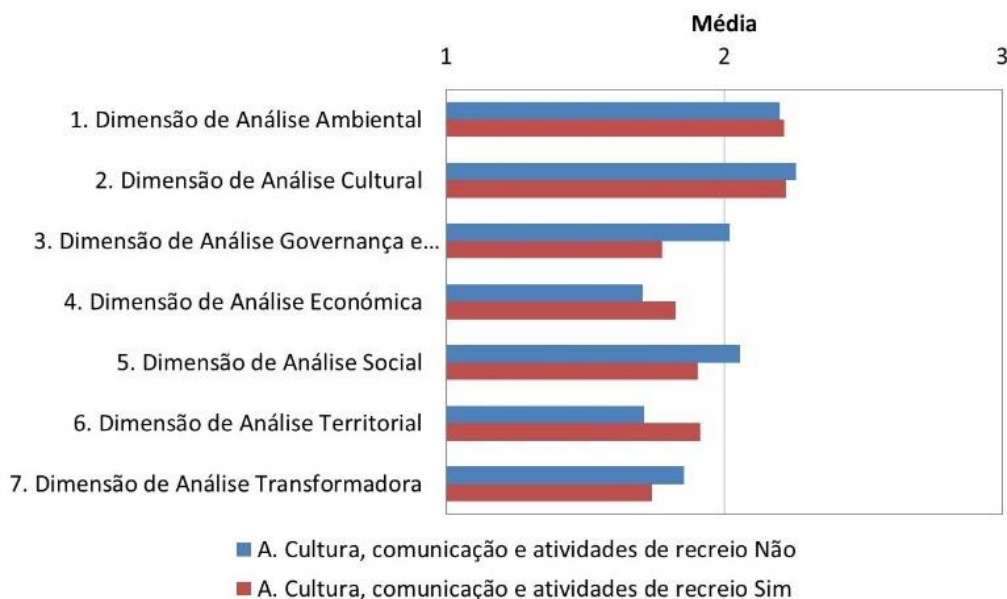


Gráfico 16 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: A. Cultura, comunicação e atividades de recreio

A partir do Gráfico de médias representativo dos resultados obtidos para relação entre as dimensões acima mencionadas, verifica-se que o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é idêntico para quem tem classificação “Cultura, comunicação e atividades de recreio” ($M=2,20$) e para quem não tem ($M=2,20$), não sendo estatisticamente significativas ($U=172,5$, $p=0,940$). Da mesma forma, o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para quem não tem classificação “Cultura, comunicação e atividades de recreio” ($M=2,26$) e inferior para quem tem ($M=2,22$), pelo que as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=168,5$, $p=0,845$).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” é superior para quem não tem classificação “Cultura, comunicação e atividades de recreio” ($M=2,02$) e inferior para quem tem ($M=1,78$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=140,5$, $p=0,308$).

Os resultados obtidos mostram que o valor médio da “Dimensão de Análise Económica” é superior para quem tem classificação “Cultura, comunicação e atividades de recreio” ($M=1,83$) e inferior para quem não tem ($M=1,71$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=138,5$, $p=0,281$). Também se pode ver a partir do gráfico acima exposto que o valor médio da “Dimensão de Análise Social” é superior

para quem não tem classificação “Cultura, comunicação e atividades de recreio” ($M=2,06$) e inferior para quem tem ($M=1,90$), mas, de novo, as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=152,5$, $p=0,506$).

De acordo com os resultados expressos o valor médio da “Dimensão de Análise Territorial” é superior para quem tem classificação “Cultura, comunicação e atividades de recreio” ($M=1,91$) e inferior para quem não tem ($M=1,71$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=116,0$, $p=0,080$).

Por último, para a “Dimensão de Análise Transformadora”, observa-se que o valor médio é superior para quem não tem classificação “Cultura, comunicação e atividades de recreio” ($M=1,86$) e inferior para quem tem ($M=1,74$), sendo que as diferenças, tal como aconteceu para todas as dimensões deste grupo de análise, não são estatisticamente significativas ($U=148,0$, $p=0,417$).

Face a estes resultados, não se verifica a Hipótese H2 – A avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social, para a Classificação da atividade económica: Cultura, comunicação e atividades de recreio.

4.6.2.2.2. B. EDUCAÇÃO

No presente item apresenta-se os valores registados para a dimensão Educação.

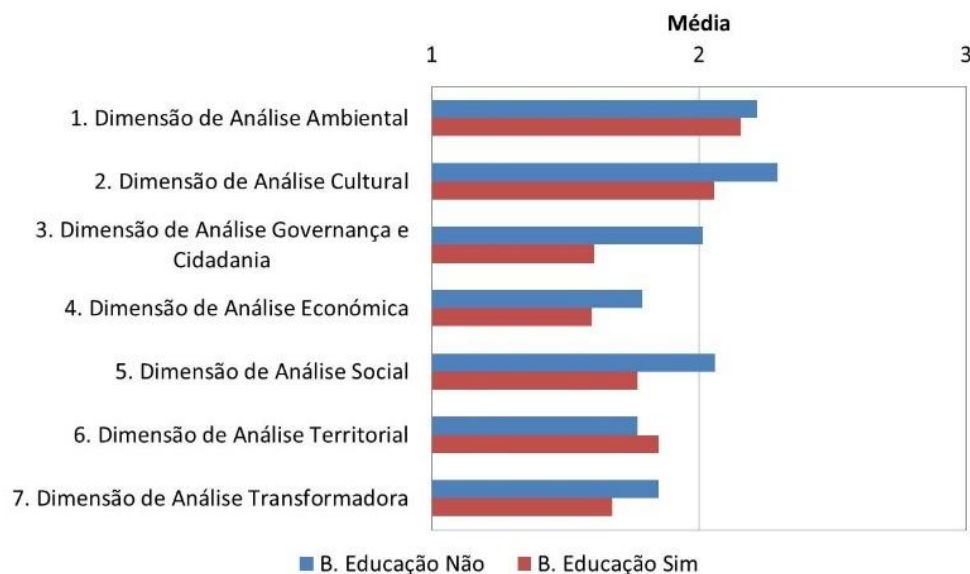


Gráfico 17 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: B. Educação

Segundo os dados obtidos, o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para quem não tem classificação “Educação” ($M=2,22$) e inferior para quem tem ($M=2,16$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=104,5$, $p=0,489$).

Quanto à dimensão “Dimensão de Análise Cultural” o valor médio é superior para quem não tem classificação “Educação” ($M=2,29$) e inferior para quem tem ($M=2,06$), mas as diferenças voltam a não ser estatisticamente significativas ($U=92,0$, $p=0,254$).

Os resultados obtidos também mostraram que o valor médio da “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” é superior para quem não tem classificação “Educação” ($M=2,02$) e inferior para quem tem ($M=1,61$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=77,0$, $p=0,099$).

Relativamente à “Dimensão de Análise Económica”, verificou-se que o seu valor médio é superior para quem não tem classificação “Educação” ($M=1,79$) e inferior para quem tem ($M=1,60$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=94,5$, $p=0,301$). Face aos resultados obtidos, aferiu-se que o valor médio da “Dimensão de Análise Social” é superior para quem não tem classificação “Educação” ($M=2,06$) e

inferior para quem tem (M=1,77), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=86,0, p=0,182).

Já para a “Dimensão de Análise Territorial” o valor médio é superior para quem tem classificação “Educação” (M=1,85) e inferior para quem não tem (M=1,77), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=101,0, p=0,417).

Na amostra, o valor médio da “7. Dimensão de Análise Transformadora” é superior para quem não tem classificação “B. Educação” (M=1,85) e inferior para quem tem (M=1,68), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=96,5, p=0,326).

Em face dos resultados obtidos pode-se afirmar que não se verifica a Hipótese H2 – a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social - para a Classificação da atividade económica: Educação.

4.6.2.2.3. C. SAÚDE

Os dados obtidos para a dimensão Saúde são expressos no Gráfico de médias seguinte.

Gráfico de médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: C. Saúde

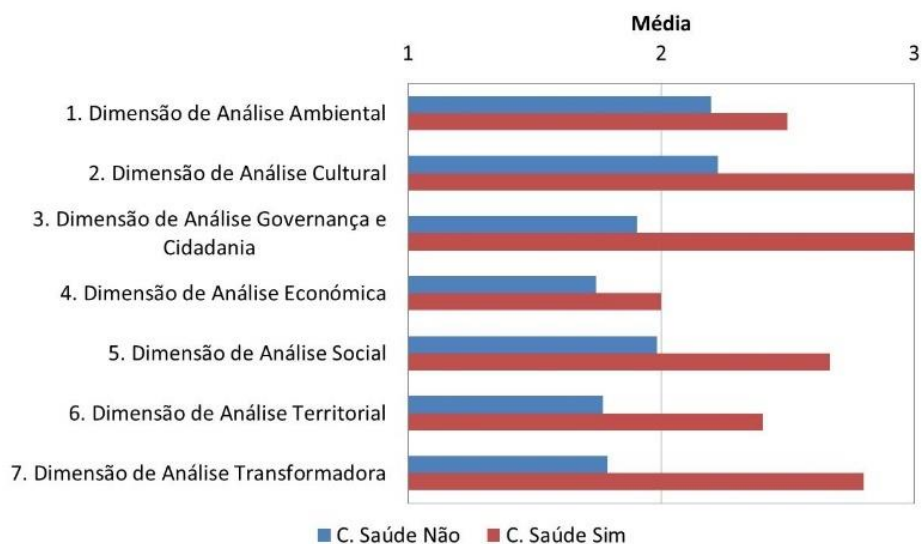


Gráfico 18 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: B. Saúde

De acordo com os valores obtidos, o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para quem tem classificação “Saúde” ($M=2,50$) e inferior para quem não tem ($M=2,20$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=8,5$, $p=0,341$).

Também o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para quem tem classificação “Saúde” ($M=3,00$) e inferior para quem não tem ($M=2,23$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=1,5$, $p=0,111$).

De igual forma, o valor médio da “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” é superior para quem tem classificação “Saúde” ($M=3,00$) e inferior para quem não tem ($M=1,90$), e as estatísticas voltam a não ser estatisticamente significativas ($U=1,0$, $p=0,106$).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Económica” é superior para quem tem classificação “Saúde” ($M=2,00$) e inferior para quem não tem ($M=1,74$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=10,5$, $p=0,446$).

Os resultados mostram que o valor médio da “Dimensão de Análise Social” é superior para quem tem classificação “Saúde” ($M=2,67$) e inferior para quem não tem ($M=1,98$), no entanto, as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=3,5$, $p=0,164$).

Segundo os dados resultantes da operação de verificação de relação entre as dimensões sobre que nos debruçamos, o valor médio da “Dimensão de Análise Territorial” é superior para quem tem classificação “Saúde” (M=2,40) e inferior para quem não tem (M=1,77), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=3,0, p=0,149).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Transformadora” é superior para quem tem classificação “Saúde” (M=2,80) e inferior para quem não tem (M=1,79), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=2,0, p=0,121).

Portanto, e tendo em conta os resultados acima expostos, não se verifica a Hipótese H2 – a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social - para a Classificação da atividade económica: Saúde.

4.6.2.2.4. D. SERVIÇOS SOCIAIS

Passa-se a apresentar os dados relativos à dimensão - Serviços sociais - da Escala de Avaliação do desenvolvimento local.

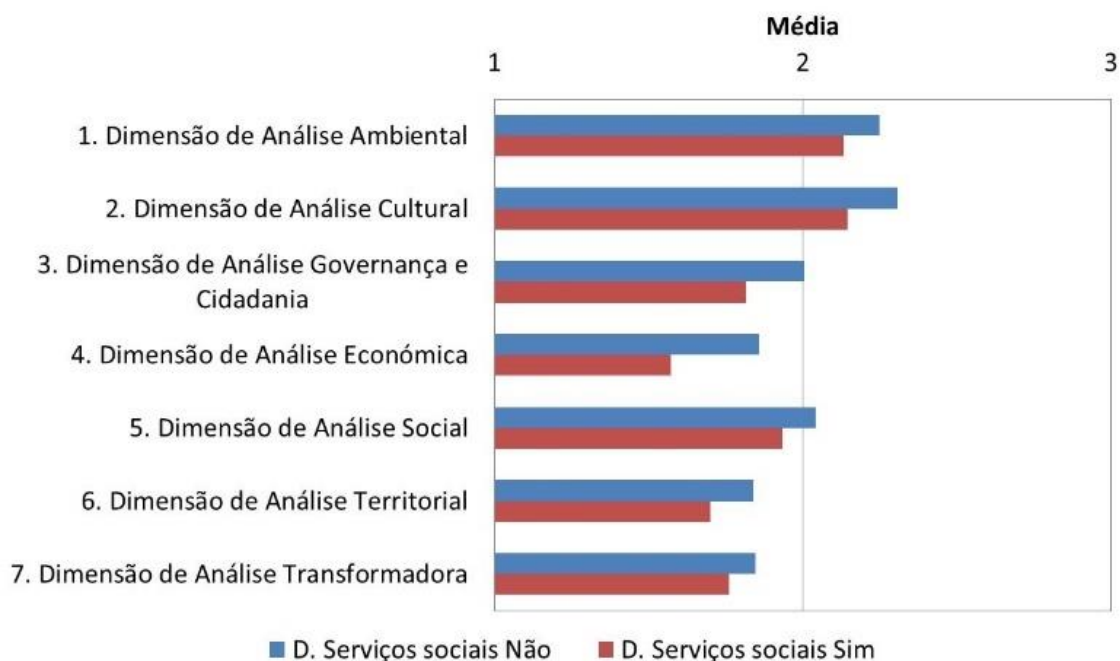


Gráfico 19 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: B. Saúde

Segundo se pode observar a partir do gráfico de médias acima apresentado, o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para quem não tem classificação “Serviços sociais” (M=2,25) e inferior para quem tem (M=2,13), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=154,5, p=0,453).

De acordo com os dados obtidos, o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para quem não tem classificação “Serviços sociais” (M=2,31) e inferior para quem tem (M=2,15), sendo que as diferenças não são estatisticamente significativas (U=138,5, p=0,219).

Para a “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” o valor médio é superior para quem não tem classificação “Serviços sociais” (M=2,00) e inferior para quem tem (M=1,82), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=145,5, p=0,315).

O valor médio, da “Dimensão de Análise Económica” é superior para quem não tem classificação “Serviços sociais” (M=1,84) e inferior para quem tem (M=1,57), sendo as diferenças estatisticamente significativas (U=110,5, p=0,043).

Em face dos resultados obtidos, o valor médio da “Dimensão de Análise Social” é superior para quem não tem classificação “Serviços sociais” (M=2,04) e inferior para quem tem (M=1,94), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=155,5, p=0,475).

Também para a “Dimensão de Análise Territorial” o valor médio da “Dimensão de Análise Territorial” é superior para quem não tem classificação “Serviços sociais” (M=1,84) e inferior para quem tem (M=1,70), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=148,0, p=0,349).

Já no que respeita à dimensão 7 do conjunto em análise, o valor médio da “Dimensão de Análise Transformadora” é superior para quem não tem classificação “Serviços sociais” (M=1,85) e inferior para quem tem (M=1,76), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=167,0, p=0,700).

Após a análise dos resultados apresentados neste item verificou-se que a Hipótese H2 – a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social - para a Classificação da atividade económica: Serviços sociais, apenas para a dimensão de Análise

Económica que é superior para quem não tem classificação “Serviços sociais” e inferior para quem tem.

4.6.2.2.5. E. ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DE BEM ESTAR ANIMAL

Os dados obtidos para a dimensão Atividades de proteção ambiental e de bem-estar animal são expressos no Gráfico de médias seguinte.

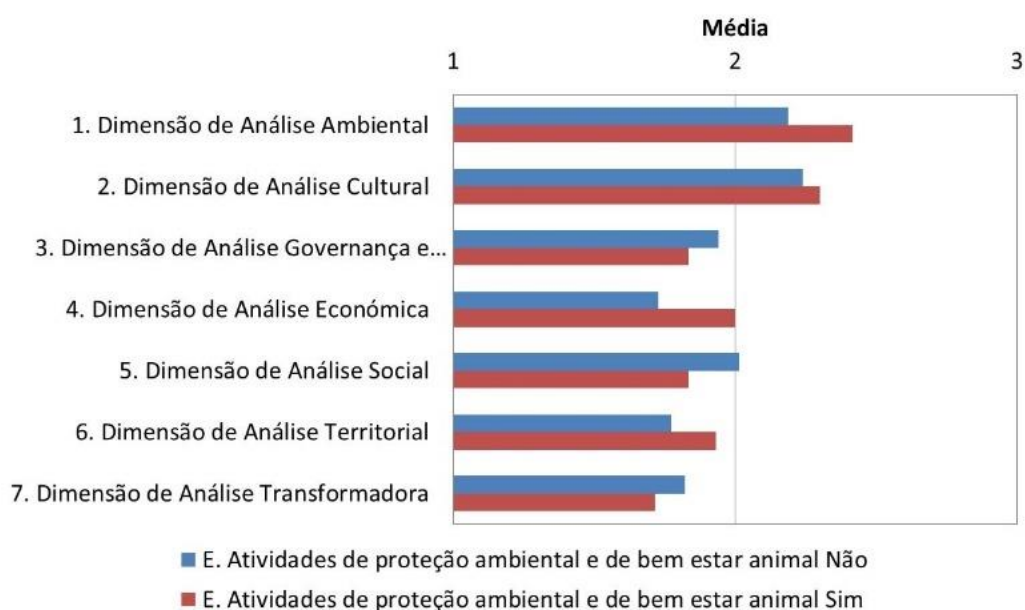


Gráfico 20 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: E. Atividades de proteção ambiental e de bem-estar animal

Os resultados obtidos e expressos no gráfico de médias acima apresentado dão conta de que o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para quem tem classificação “Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal” (M=2,42) e inferior para quem não tem (M=2,19), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=35,5, p=0,320).

Segundo os resultados, o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para quem tem classificação “Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal” (M=2,30) e inferior para quem não tem (M=2,24), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=45,5, p=0,646).

No âmbito da análise à “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” o valor médio apresenta-se superior para quem não tem classificação “Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal” (M=1,94) e inferior para quem tem (M=1,83), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=47,5, p=0,729).

Relativamente à “Dimensão de Análise Económica” o valor médio da “Dimensão de Análise Económica” é superior para quem tem classificação “Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal” (M=2,00) e inferior para quem não tem (M=1,73), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=34,0, p=0,288).

Os resultados também mostram que o valor médio da “Dimensão de Análise Social” é superior para quem tem classificação “Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal” (M=2,02) e inferior para quem não tem (M=1,83), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=40,5, p=0,472).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Territorial” é superior para quem tem classificação “Atividades de proteção ambiental e de bem-estar animal” (M=1,93) e inferior para quem não tem (M=1,77), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=34,0, p=0,285).

Quanto à última dimensão que compreende o conjunto Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica, a “Dimensão de Análise Transformadora”, apresenta um valor médio superior para quem não tem classificação “E. Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal” (M=1,82) e inferior para quem tem (M=1,72), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=44,0, p=0,588).

Perante os resultados correspondentes a esta dimensão podemos afirmar que não se verifica a Hipótese H2 – a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social - para a Classificação da atividade económica: E. Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal.

4.6.2.2.6. F. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E ECONÓMICO E HABITAÇÃO

No presente item, apresenta-se os valores registados para a dimensão Desenvolvimento comunitário e económico e habitação.

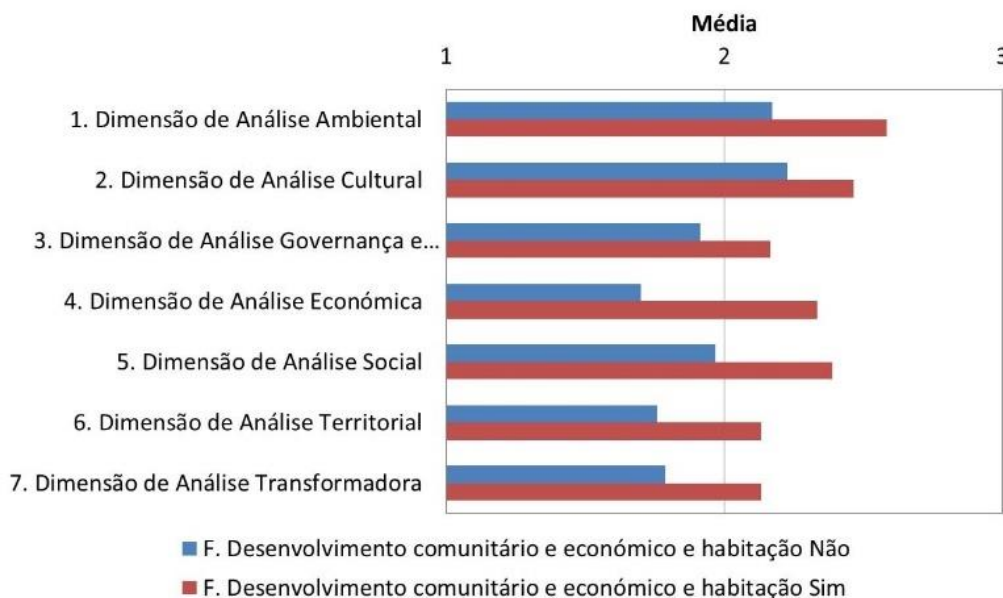


Gráfico 21 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: F. Desenvolvimento comunitário e económico e habitação

A primeira dimensão da dimensão de escala em análise, a “Dimensão de Análise Ambiental”, apresenta um valor médio superior para quem tem classificação “Desenvolvimento comunitário e económico e habitação” ($M=2,58$) e inferior para quem não tem ($M=2,17$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=28,0$, $p=0,162$).

De acordo com os dados obtidos, o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para quem tem classificação “Desenvolvimento comunitário e económico e habitação” ($M=2,47$) e inferior para quem não tem ($M=2,23$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=38,0$, $p=0,387$).

Os dados mostram que o valor médio da “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” é superior para quem tem classificação “Desenvolvimento comunitário e económico e habitação” ($M=2,17$) e inferior para quem não tem ($M=1,91$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=44,0$, $p=0,595$).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Económica” é superior para quem tem classificação “Desenvolvimento comunitário e económico e habitação” (M=2,33) e inferior para quem não tem (M=1,70), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=23,5, p=0,105).

Também se aferiu que as diferenças não são estatisticamente significativas (U=33,5, p=0,275) após a constatação de que o valor médio da “Dimensão de Análise Social” é superior para quem tem classificação “Desenvolvimento comunitário e económico e habitação” (M=2,39) e inferior para quem não tem (M=1,97).

Os dados obtidos demonstram que o valor médio da “Dimensão de Análise Territorial” é superior para quem tem classificação “Desenvolvimento comunitário e económico e habitação” (M=2,13) e inferior para quem não tem (M=1,76), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=21,5, p=0,082).

Quanto à última dimensão do conjunto agora analisado, constatou-se que o valor médio da “Dimensão de Análise Transformadora” é superior para quem tem classificação “Desenvolvimento comunitário e económico e habitação” (M=2,13) e inferior para quem não tem (M=1,79), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=40,5, p=0,465).

Perante os resultados obtidos e acima expressos, constata-se que a Hipótese H2 a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social, para a Classificação da atividade económica: F. Desenvolvimento comunitário e económico e habitação, não pôde ser verificada, ou seja, apresenta-se como sendo uma hipótese nula.

4.6.2.2.7. G. ATIVIDADES DE INTERVENÇÃO CÍVICA, JURÍDICA, POLÍTICA E INTERNACIONAL

Os procedimentos de observação de dados e existência de relações entre as dimensões enunciadas não puderam ser efetuados para a dimensão Classificação da atividade económica: G. Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional, pois não existem dados, ou seja, respostas dos participantes, para esta dimensão.

4.6.2.2.8. H. FILANTROPIA E PROMOÇÃO DO VOLUNTARIADO

Passa-se a apresentar os dados relativos à dimensão Filantropia e promoção do voluntariado o - Serviços sociais - da Escala de Avaliação do desenvolvimento local.

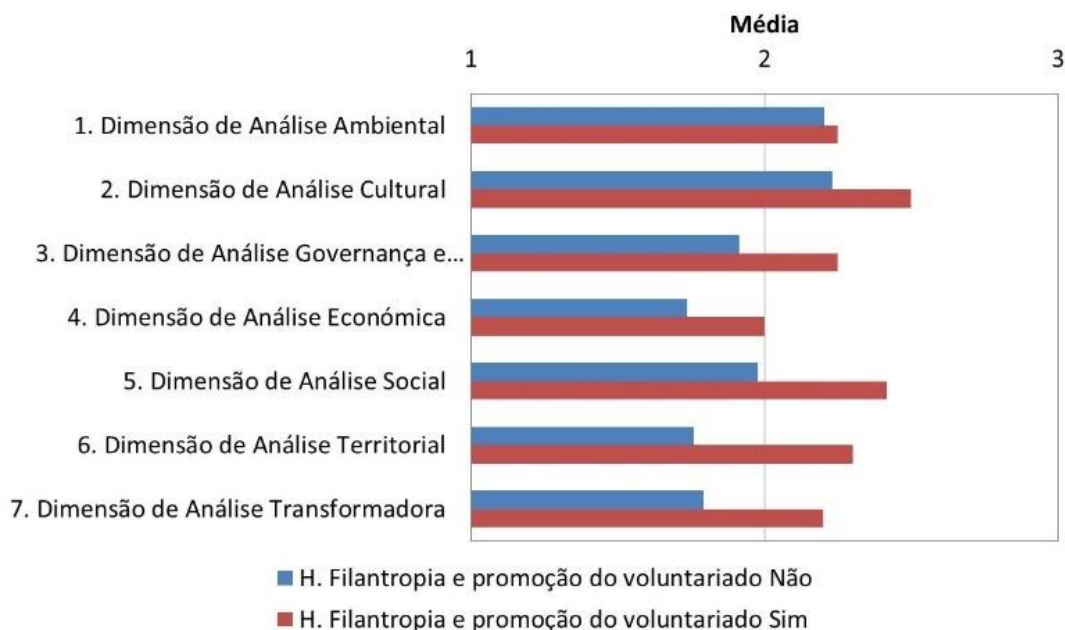


Gráfico 22 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: H. Filantropia e promoção do voluntariado

Os resultados mostram que o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para quem tem classificação “Filantropia e promoção do voluntariado” ($M=2,25$) e inferior para quem não tem ($M=2,20$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=34,0$, $p=0,845$).

Também se observou que o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para quem tem classificação “Filantropia e promoção do voluntariado” ($M=2,50$) e inferior para quem não tem ($M=2,23$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=26,5$, $p=0,493$).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” é superior para quem tem classificação “Filantropia e promoção do voluntariado”

($M=2,25$) e inferior para quem não tem ($M=1,91$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=28,5$, $p=0,585$).

A quarta dimensão em análise, a “Dimensão de Análise Económica”, apresentou um valor médio superior para quem tem classificação “Filantropia e promoção do voluntariado” ($M=2,00$) e inferior para quem não tem ($M=1,74$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=25,5$, $p=0,460$).

Os dados obtidos revelaram que o valor médio da “Dimensão de Análise Social” é superior para quem tem classificação “Filantropia e promoção do voluntariado” ($M=2,42$) e inferior para quem não tem ($M=1,98$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=23,0$, $p=0,368$).

Já o valor médio da “Dimensão de Análise Territorial” revelou ser superior para quem tem classificação “Filantropia e promoção do voluntariado” ($M=2,30$) e inferior para quem não tem ($M=1,76$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=8,0$, $p=0,061$).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Transformadora” é superior para quem tem classificação “Filantropia e promoção do voluntariado” ($M=2,20$) e inferior para quem não tem ($M=1,79$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=30,0$, $p=0,647$).

Portanto, face aos resultados obtidos, não se verifica a Hipótese H2 – a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social - para a 3. Classificação da atividade económica: H. Filantropia e promoção do voluntariado.

4.6.2.2.9. I. RELIGIÃO

Como não existem respostas com a Classificação da atividade económica: I. Religião, não foi possível realizar a análise para esta dimensão.

4.6.2.2.10. J. ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS, PROFISSIONAIS E SINDICATOS

Passa-se a apresentar os dados relativos à dimensão - Organizações empresariais, profissionais e sindicatos.

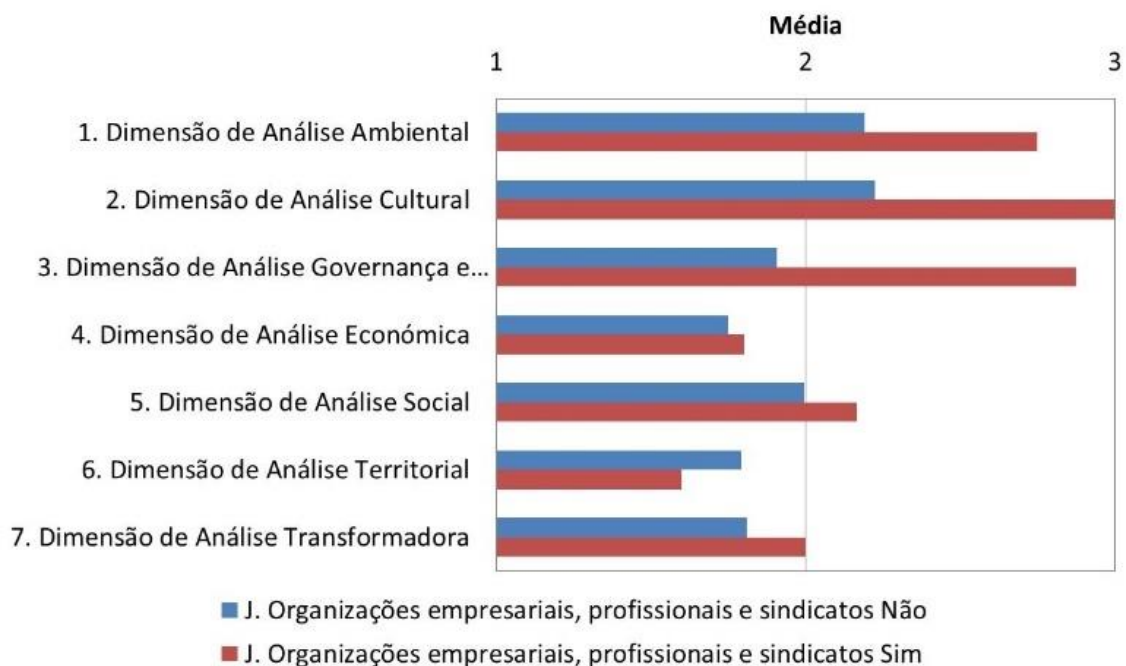


Gráfico 23 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: J. Organizações empresariais, profissionais e sindicatos

De acordo com os dados obtidos, o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para quem tem classificação “Organizações empresariais, profissionais e sindicatos” ($M=2,75$) e inferior para quem não tem ($M=2,19$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=3,5$, $p=0,160$).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para quem tem classificação “Organizações empresariais, profissionais e sindicatos” ($M=3,00$) e inferior para quem não tem ($M=2,23$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=1,5$, $p=0,111$).

A observação dos dados obtidos para a “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” mostrou que o seu valor médio é superior para quem tem classificação “Organizações empresariais, profissionais e sindicatos” (M=2,88) e inferior para quem não tem (M=1,91), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=3,0, p=0,151).

Segundo os resultados obtidos, o valor médio da “Dimensão de Análise Económica” é superior para quem tem classificação “Organizações empresariais, profissionais e sindicatos” (M=1,80) e inferior para quem não tem (M=1,75), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=17,0, p=0,858).

O valor médio obtido para a “Dimensão de Análise Social” é superior para quem tem classificação “Organizações empresariais, profissionais e sindicatos” (M=2,17) e inferior para quem não tem (M=2,00), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=14,0, p=0,654).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Territorial” é superior para quem não tem classificação “Organizações empresariais, profissionais e sindicatos” (M=1,79) e inferior para quem tem (M=1,60), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=13,0, p=0,589).

A última dimensão correspondente ao item que agora analisamos, a “Dimensão de Análise Transformadora” apresentou um valor médio superior para quem não tem classificação “Organizações empresariais, profissionais e sindicatos” (M=2,00) e inferior para quem tem (M=1,81), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=12,5, p=0,553).

Em face destes resultados afere-se que não se verifica a Hipótese H2 – a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social - para a 3. Classificação da atividade económica: J. Organizações empresariais, profissionais e sindicatos.

4.6.2.2.11. K. SERVIÇOS PROFISSIONAIS, CIENTÍFICOS E ADMINISTRATIVOS

Passamos a apresentar os dados relativos à dimensão - Serviços profissionais, científicos e administrativos.

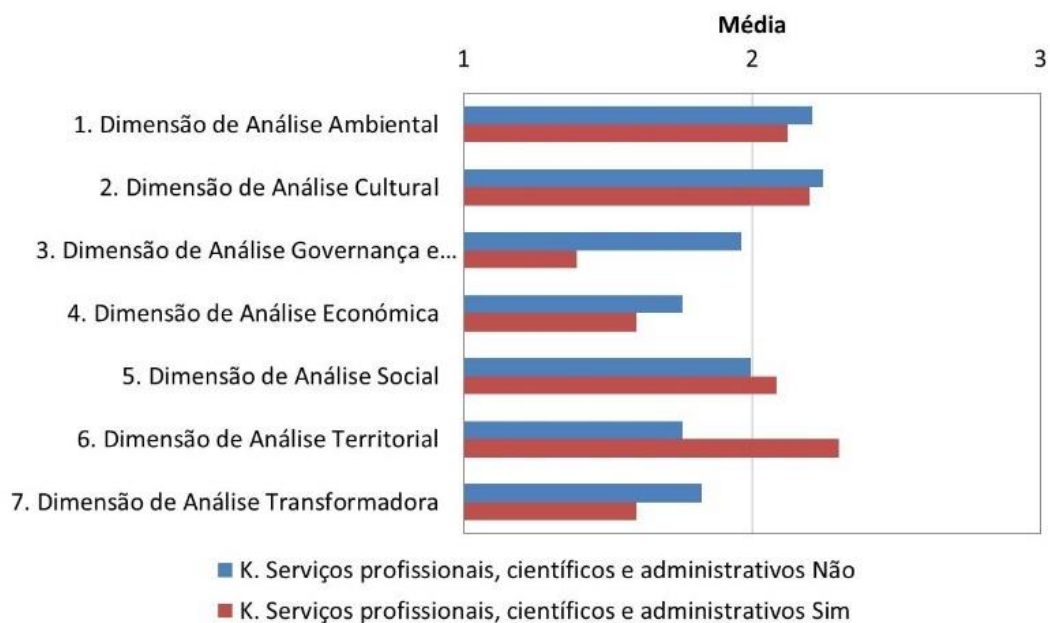


Gráfico 24 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: K. Serviços profissionais, científicos e administrativos

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para quem não tem classificação “Serviços profissionais, científicos e administrativos” ($M=2,21$) e inferior para quem tem ($M=2,13$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=31,5$, $p=0,721$).

De acordo com os resultados observados o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para quem não tem classificação “Serviços profissionais, científicos e administrativos” ($M=2,25$) e inferior para quem tem ($M=2,20$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=35,5$, $p=0,922$).

Os resultados mostram também que o valor médio da “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” é superior para quem não tem classificação “Serviços profissionais, científicos e administrativos” ($M=1,96$) e inferior para quem tem ($M=1,39$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=15,0$, $p=0,157$).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Económica” é superior para quem não tem classificação “Serviços profissionais, científicos e administrativos” ($M=1,76$) e inferior para quem tem ($M=1,60$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=27,0$, $p=0,521$).

Para a “Dimensão de Análise Social” os resultados obtidos demonstram que o valor médio é superior para quem tem classificação “K. Serviços profissionais, científicos e administrativos” ($M=2,08$) e inferior para quem não tem ($M=2,00$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=35,0$, $p=0,898$).

Também para a “Dimensão de Análise Territorial” foi possível constatar que o valor médio é superior para quem tem classificação “Serviços profissionais, científicos e administrativos” ($M=2,30$) e inferior para quem não tem ($M=1,76$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=8,0$, $p=0,061$).

Por último, para a dimensão “Dimensão de Análise Transformadora o valor médio apresentou-se superior para quem não tem classificação “Serviços profissionais, científicos e administrativos” ($M=1,83$) e inferior para quem tem ($M=1,60$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=23,0$, $p=0,360$).

Perante os resultados expressos afere-se que não se verifica a Hipótese H2 – a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social - para a Classificação da atividade económica: K. Serviços profissionais, científicos e administrativos.

4.6.2.2.12. L. OUTRAS ATIVIDADES

Os dados obtidos para a dimensão outras atividades, são expressos no Gráfico de médias seguinte.

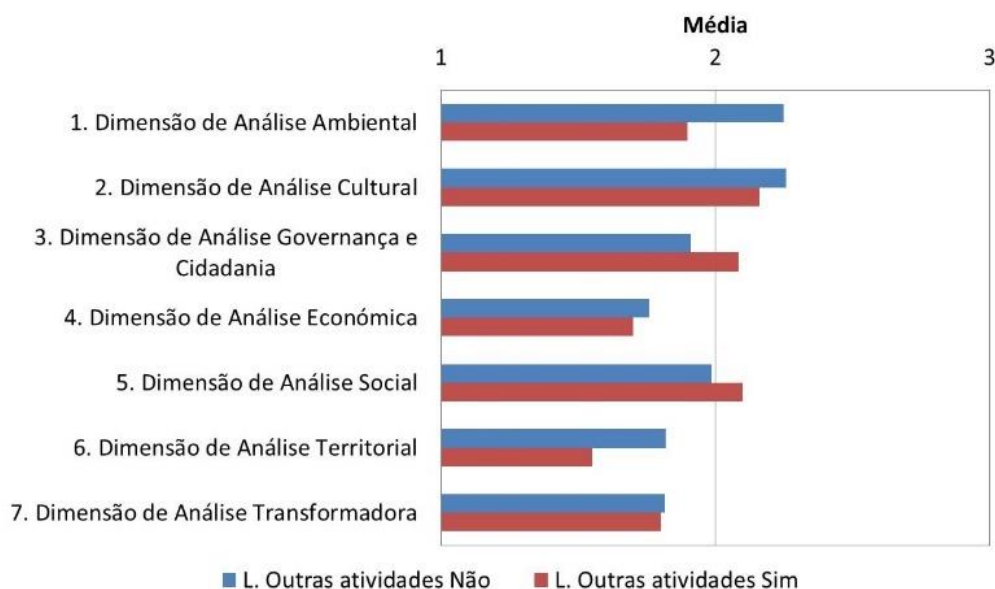


Gráfico 25 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Classificação da atividade económica: L. Outras atividades

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para quem não tem classificação “Outras atividades” ($M=2,25$) e inferior para quem tem ($M=1,90$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=40,5$, $p=0,056$).

Segundo os resultados observados, o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para quem não tem classificação “Outras atividades” ($M=2,26$) e inferior para quem tem ($M=2,16$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=73,5$, $p=0,620$).

A “Dimensão de Análise Governança e Cidadania”, por sua vez, obteve resultados que lhe colocam o valor médio a um nível superior para quem tem classificação “Outras atividades” ($M=2,09$) e inferior para quem não tem ($M=1,91$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=70,5$, $p=0,538$).

De acordo com os dados obtidos verifica-se que o valor médio da “Dimensão de Análise Económica” é superior para quem não tem classificação “Outras atividades” ($M=1,76$) e inferior para quem tem ($M=1,70$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=81,5$, $p=0,882$).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Social” é superior para quem tem classificação “Outras atividades” ($M=2,10$) e inferior para quem não tem ($M=1,99$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=82,0$, $p=0,899$).

A dimensão que corresponde à “Análise Territorial”, mostrou que o seu valor médio é superior para quem não tem classificação “Outras atividades” ($M=1,82$) e inferior para quem tem ($M=1,55$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=43,0$, $p=0,073$).

Por último, observou-se que o valor médio da “Dimensão de Análise Transformadora” é superior para quem não tem classificação “Outras atividades” ($M=1,82$) e inferior para quem tem ($M=1,80$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=86,0$, $p=0,698$).

De acordo com os resultados expressos verifica-se que não existe influência entre as características “Outras atividades” e a dimensão “a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social”, portanto a H2 não se verifica, ou é nula.

Após análise apurada de todos os parâmetros que compreendiam a questão três do instrumento de recolha de dados qualitativo, e através da qual se visava aferir a forma como a amostra classifica a atividade económica e depois de realizados os procedimentos correlacionais das dimensões que compreendiam a questão, na sua relação com a Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local podemos resumir as análises efetuadas. Assim, e perante os dados já expostos, afere-se que apenas se verifica a Hipótese H2 (a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social) para a situação particular da classificação como Serviços sociais e apenas para a dimensão de Análise Económica que é superior para quem não tem classificação “Serviços sociais” e inferior para quem tem.

4.6.2.3. FUNÇÃO QUE DESEMPENHA NA ENTIDADE

Para verificar a existência, ou não, de relação entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a função que desempenha na entidade utilizou-se a estatística descritiva e Testes de Kruskal-Wallis. Os resultados obtidos mostram-se em gráficos de médias.

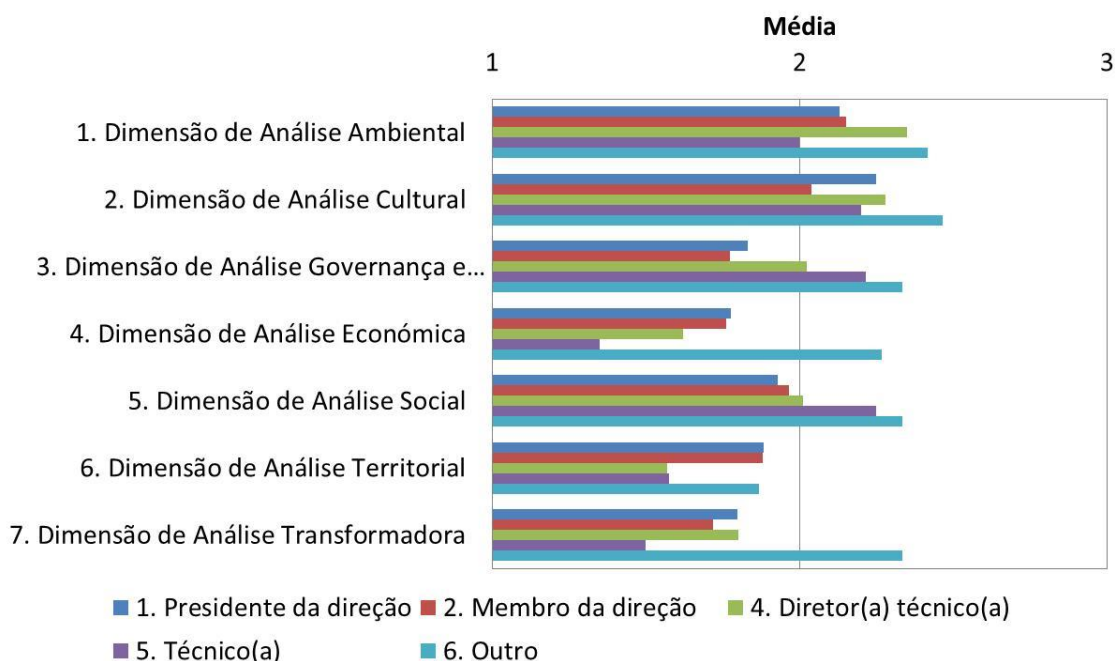


Gráfico 26 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a questão 4. Função que desempenha na entidade

De acordo com os resultados obtidos verifica-se que o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para “Outro” (M=2,42), seguido de “Diretor(a) técnico(a)” (M=2,35), de “Membro da direção” (M=2,15), “Presidente da direção” (M=2,13), e, finalmente, de “Técnico(a)” (M=2,00), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (H=3,77, p=0,439).

Também se observou, por meio dos resultados, que o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para “Outro” (M=2,47), sendo precedido, em ordem decrescente, por “Diretor(a) técnico(a)” (M=2,28); “Presidente da direção” (M=2,25); “Técnico(a)” (M=2,20), e, por último, “Membro da direção” (M=2,04). As diferenças registadas não são estatisticamente significativas (H=1,79, p=0,775).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” é superior para “Outro” (M=2,33), seguido de “Técnico(a)” (M=2,21), depois de “Diretor(a) técnico(a)” (M=2,02). A estes segue-se o item “Presidente da direção” (M=1,83) e “Membro da direção” (M=1,78). Tal como se observou para as dimensões anteriores, também aqui as diferenças não são estatisticamente significativas (H=2,31, p=0,679).

Segundo os resultados obtidos, o valor médio da “Dimensão de Análise Económica” é superior para “Outro” (M=2,27), sendo este item precedido, decrescentemente, de “Presidente da direção” (M=1,78); “Membro da direção” (M=1,76); “Diretor(a) técnico(a)” (M=1,62), e, finalmente, de “Técnico(a)” (M=1,35), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (H=5,12, p=0,275).

Também através dos resultados foi possível verificar que o valor médio da “Dimensão de Análise Social” é superior para “Outro” (M=2,33). Após este item os resultados vão sendo numericamente mais baixos sendo que, logo pós o item “Outro” temos o item “Técnico(a)” (M=2,25), seguido de “Diretor(a) técnico(a)” (M=2,01), depois de “Membro da direção” (M=1,97) e “Presidente da direção” (M=1,93). As diferenças não são estatisticamente significativas (H=0,80, p=0,939).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Territorial” é superior para “Presidente da direção” (M=1,88); “Membro da direção” (M=1,88) e “Outro” (M=1,87), seguidos de “Técnico(a)” (M=1,58) e “Diretor(a) técnico(a)” (M=1,57). As diferenças registadas, tal como aconteceu para as dimensões anteriores, não são estatisticamente significativas (H=7,44, p=0,114).

Os dados resultantes das operações de verificação de relação entre as dimensões agora em análise, mostram que o valor médio da “Dimensão de Análise Transformadora” é superior para “Outro” (M=2,33), seguido de “Presidente da direção” (M=1,80) e “Diretor(a) técnico(a)” (M=1,80), depois de “Membro da direção” (M=1,72), e, por

último surge o item “Técnico(a) ” (M=1,50). Também não se registaram diferenças estatisticamente significativas (H=3,54, p=0,472), nesta dimensão.

Dado o facto de não se verificarem diferenças estatisticamente significativas nas dimensões analisadas, conclui-se que a Hipótese H2 (a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social) é nula.

4.6.2.4. N.º DE COLABORADORES(AS) REMUNERADOS(AS), INDEPENDENTE DO VÍNCULO LABORAL.

Em virtude de existirem classes com poucas observações, como a variável é ordinal, foram agrupadas as categorias de vínculo laboral de acordo com a tabela de frequências seguinte. Após este procedimento, efetuou-se à verificação da existência de relações, donde resultou o Gráfico de médias que se pode observar logo após a referida tabela.

Tabela 48 - Frequências: N.º de Colaboradores(as) remunerados(as), independente do vínculo laboral.

	Frequência	Percentagem
0-10	23	59,0
11-20	8	20,5
+ 20	8	20,5
Total	39	100,0

Os dados obtidos para a dimensão, N.º de Colaboradores(as) remunerados(as), independente do vínculo laboral, são expressos no Gráfico de médias seguinte.

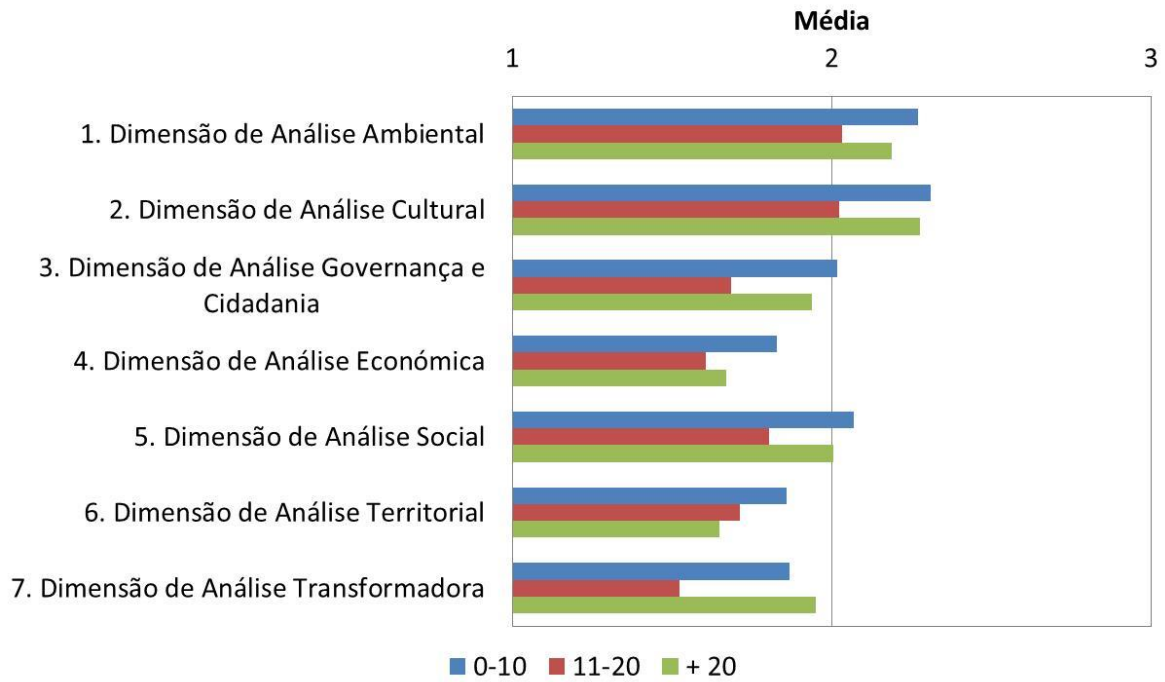


Gráfico 27 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Questão 5. N.º de Colaboradores(as) remunerados(as), independente do vínculo laboral.

Os resultados obtidos após o procedimento metodológico que permite aferir da existência de relação entre as dimensões, dão conta de que o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para “0-10” colaboradores (M=2,27), seguido de “+20” colaboradores (M=2,19) e de “11-20” colaboradores (M=2,03), no entanto, as diferenças não são estatisticamente significativas (H=2,25, p=0,324).

Através dos resultados também foi possível verificar que o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para “0-10” colaboradores (M=2,31), seguido de “+20” colaboradores (M=2,28) e de “11-20” colaboradores (M=2,03), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (H=2,54, p=0,281).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” teve a categoria mais saliente com “0-10” colaboradores (M=2,02), seguindo-se, por ordem decrescente, “+20” colaboradores (M=1,94) e “11-20” colaboradores (M=1,68), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (H=1,84, p=0,398).

Os resultados demonstram que o valor médio da “Dimensão de Análise Económica” é superior para “0-10” colaboradores (M=1,83), seguido de “+20” colaboradores (M=1,67) e de “11-20” colaboradores (M=1,61). As diferenças não são estatisticamente significativas (H=1,75, p=0,417).

A observação do valor médio da “Dimensão de Análise Social” mostra que o item 0-10 (M=2,07), colaboradores é o mais elevado, sendo que a estes seguem, por ordem decrescente, “+20” colaboradores (M=2,00) e “11-20” colaboradores (M=1,80). Não se registaram diferenças estatisticamente significativas (H=0,95, p=0,623).

Segundo os resultados obtidos, observou-se que o valor médio da “Dimensão de Análise Territorial” é superior para “0-10” colaboradores (M=1,86), seguido de “11-20” colaboradores (M=1,71) e de “+20” colaboradores (M=1,65). Neste parâmetro as diferenças não são estatisticamente significativas (H=3,59, p=0,166).

De novo com base nos resultados, aferiu-se que o valor médio da “Dimensão de Análise Transformadora” é superior para “+20” colaboradores (M=1,95), seguido de “0-10” colaboradores (M=1,87) e de “11-20” colaboradores (M=1,53), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (H=3,44, p=0,179).

Face aos resultados obtidos na verificação da existência de relação entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e o número de Colaboradores(as) remunerados(as), independente do vínculo laboral, afere-se que a hipótese que pressuponha que a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social, para o número de Colaboradores(as) remunerados(as), independente do vínculo laboral (H2), não se verifica.

4.6.2.5. N.º DE VOLUNTÁRIOS(AS).

Tal como aconteceu para a questão anterior, as classes disponíveis para observação neste item são poucas, e, por este motivo, para além do facto da variável ser ordinal, as categorias foram agrupadas segundo a forma que se observa na tabela de frequência seguinte.

Tabela 49 - Frequências: N.º de voluntários(as).

	Frequência	Percentagem
0-10	22	56,4
11-30	10	25,6
+ 30	7	17,9
Total	39	100,0

A verificação da existência de relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Questão 6: N.º de voluntários(as), nomeadamente na dimensão apresentam-se sob a representação de gráficos de médias.

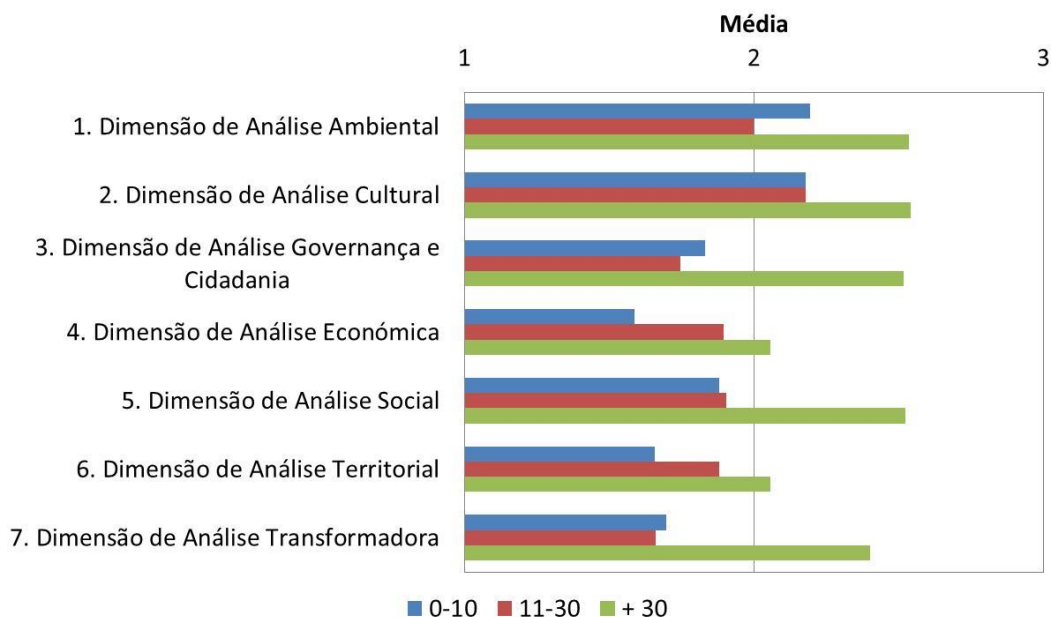


Gráfico 28 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e a Questão 6. N.º de voluntários(as).

O valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para “+30” voluntários ($M=2,54$), seguido de “0-10” voluntários ($M=2,19$) e de “11-30” voluntários ($M=2,00$), sendo as diferenças estatisticamente significativas ($H=7,10$, $p=0,029$).

Os resultados obtidos demonstram que o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para “+30” voluntários ($M=2,54$), seguido de “0-10” voluntários ($M=2,18$) e de “11-30” voluntários ($M=2,18$), as diferenças que existem, não são estatisticamente significativas ($H=3,26$, $p=0,196$).

O valor médio da “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” é superior para “+30” voluntários ($M=2,52$), seguido de “0-10” voluntários ($M=1,83$) e de “11-30” voluntários ($M=1,75$), sendo as diferenças estatisticamente significativas ($H=8,76$, $p=0,013$).

De acordo com os resultados obtidos, o valor médio da “Dimensão de Análise Económica” é superior para “+30” voluntários ($M=2,06$), seguido de “11-30” voluntários ($M=1,90$) e de “0-10” voluntários ($M=1,59$). As diferenças são estatisticamente significativas ($H=7,74$, $p=0,024$).

Os resultados demonstram que o valor médio da “Dimensão de Análise Social” é superior para “+30” voluntários (M=2,52), seguido de “11-30” voluntários (M=1,90) e de “0-10” voluntários (M=1,88), sendo as diferenças estatisticamente significativas (H=9,08, p=0,011).

Para a “Dimensão de Análise Territorial” o valor médio superior é do item “+30” voluntários (M=2,06), seguido de “11-30” voluntários (M=1,88) e de “0-10” voluntários (M=1,66), sendo as diferenças estatisticamente significativas (H=6,28, p=0,027).

O valor médio da “Dimensão de Análise Transformadora” é superior para “+30” voluntários (M=2,40), seguido de “0-10” voluntários (M=1,70) e de “11-30” voluntários (M=1,66), sendo as diferenças estatisticamente significativas (H=7,25, p=0,027).

Em face dos resultados explanados, verifica-se que a Hipótese H2 (a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social, para o n.º de voluntários(as) se verifica (é positiva), para as Dimensões Análise Ambiental, Análise Governança e Cidadania e Análise Transformadora, que são superiores para “+30” voluntários, seguidas de “0-10” voluntários e depois de “11-30” voluntários; e para as Dimensões Análise Económica, Análise Social e Dimensão de Análise Territorial, que são superiores para “+30” voluntários, seguidas de “11-30” voluntários e depois de “0-10” voluntários.

4.6.2.6. ÂMBITO TERRITORIAL DE ATUAÇÃO

Para verificar a existência, ou não, de relação entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e o âmbito territorial de atuação utilizou-se a estatística descritiva e Testes de Kruskal-Wallis. Os resultados obtidos mostram-se em gráficos de médias.

4.6.2.6.1. FREGUESIA

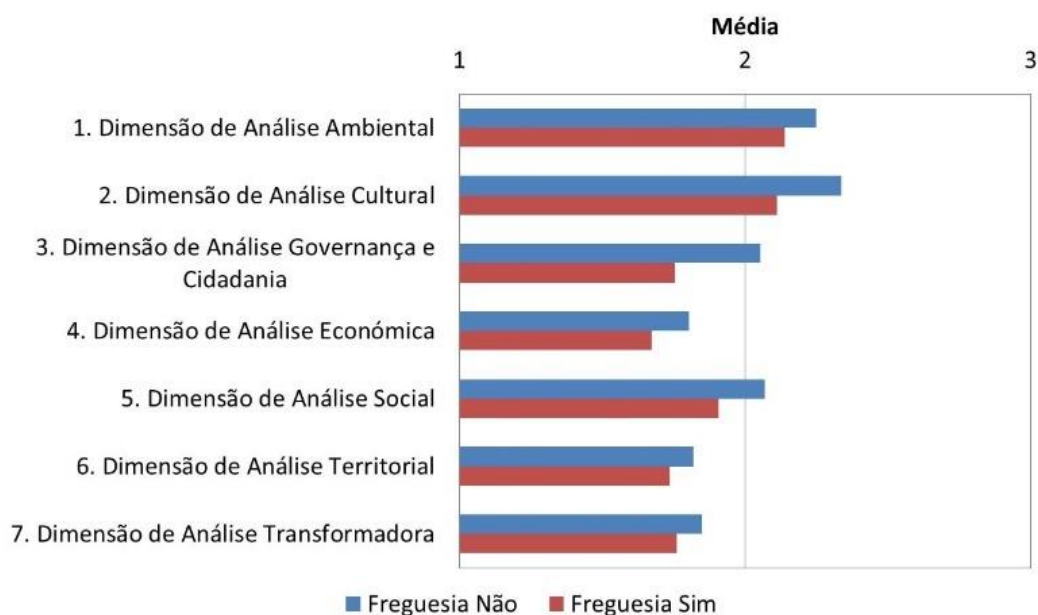


Gráfico 29 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e o Âmbito territorial de atuação: Freguesia

Tal como se pode observar a partir do Gráfico de médias acima representado, o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para quem não atua no âmbito de Freguesia ($M=2,25$) e inferior para quem atua ($M=2,14$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=158,5$, $p=0,458$).

Os resultados mostraram que o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para quem não atua no âmbito de Freguesia ($M=2,34$) e inferior para quem atua ($M=2,11$), sendo que as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=129,0$, $p=0,107$).

Também se aferiu a partir dos resultados que o valor médio da “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” é superior para quem não atua no âmbito de Freguesia ($M=2,06$) e inferior para quem atua ($M=1,76$). Não se observaram diferenças estatisticamente significativas ($U=139,5$, $p=0,199$).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Económica” é superior para quem não atua no âmbito de Freguesia (M=1,80) e inferior para quem atua (M=1,67), sendo que as diferenças não são estatisticamente significativas (U=156,5, p=0,429).

De acordo com os resultados obtidos, o valor médio da “Dimensão de Análise Social” é superior para quem não atua no âmbito de Freguesia (M=2,07) e inferior para quem atua (M=1,91), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=146,0, p=0,273).

O valor médio da “Dimensão de Análise Territorial” é superior para quem não atua no âmbito de Freguesia (M=1,82) e inferior para quem atua (M=1,74). As diferenças não são estatisticamente significativas (U=164,0, p=0,562).

De acordo com os resultados, o valor médio da “Dimensão de Análise Transformadora” é superior para quem não atua no âmbito de Freguesia (M=1,85) e inferior para quem atua (M=1,76), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=164,5, p=0,568).

Sendo que não se verificaram diferenças estatisticamente significativas para nenhuma das categorias em análise, a Hipótese H2 (A avaliação do desenvolvimento local num território pelas entidades de economia social pode ser influenciada pelas suas características, para o âmbito de Freguesia) não foi confirmada, sendo considerada nula.

4.6.2.6.2. CONCELHO

O Gráfico de médias que se apresenta a seguir é representativo dos resultados obtidos para a categoria Concelho.

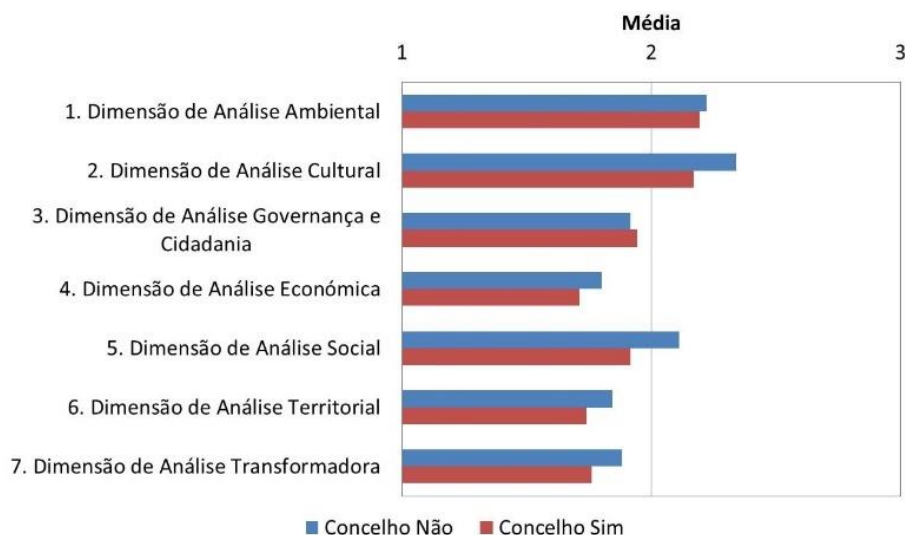


Gráfico 30 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e o Âmbito territorial de atuação: Concelho

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para quem não atua no âmbito de Concelho ($M=2,22$) e inferior para quem atua ($M=2,19$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=169,5$, $p=0,613$).

Os resultados obtidos demonstraram que o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para quem não atua no âmbito de Concelho ($M=2,34$) e inferior para quem atua ($M=2,17$), no entanto, as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=146,5$, $p=0,240$).

Também se verificou para a “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” que o valor médio é superior para quem atua no âmbito de Concelho ($M=1,94$) e inferior para quem não atua ($M=1,92$). Tal como aconteceu para as categorias já referidas para esta dimensão, as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=176,5$, $p=0,764$).

De acordo com os resultados provenientes dos procedimentos de verificação de relações, observou-se que o valor médio da “Dimensão de Análise Económica” é superior para quem não atua no âmbito de Concelho ($M=1,80$) e inferior para quem atua ($M=1,71$). As diferenças não são estatisticamente significativas ($U=165,0$, $p=0,530$).

Quanto à “Dimensão de Análise Social”, os resultados revelaram que o valor é superior para quem não atua no âmbito de Concelho (M=2,11) e inferior para quem atua (M=1,92), sendo que as diferenças não são estatisticamente significativas (U=130,5, p=0,106).

Para a “Dimensão de Análise Territorial” o valor médio é superior para quem não atua no âmbito de Concelho (M=1,84) e inferior para quem atua (M=1,74), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=168,0, p=0,585).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Transformadora” é superior para quem não atua no âmbito de Concelho (M=1,88) e inferior para quem atua (M=1,76). As diferenças não são estatisticamente significativas (U=154,5, p=0,345).

Perante a análise dos resultados obtidos para a categoria “Concelho” aferiu-se que a H2 “a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social”, para o âmbito de “Concelho” não se verifica, sendo considerada nula.

4.6.2.6.3. DISTRITO

No presente item, apresentamos os valores registados para a dimensão Distrito.

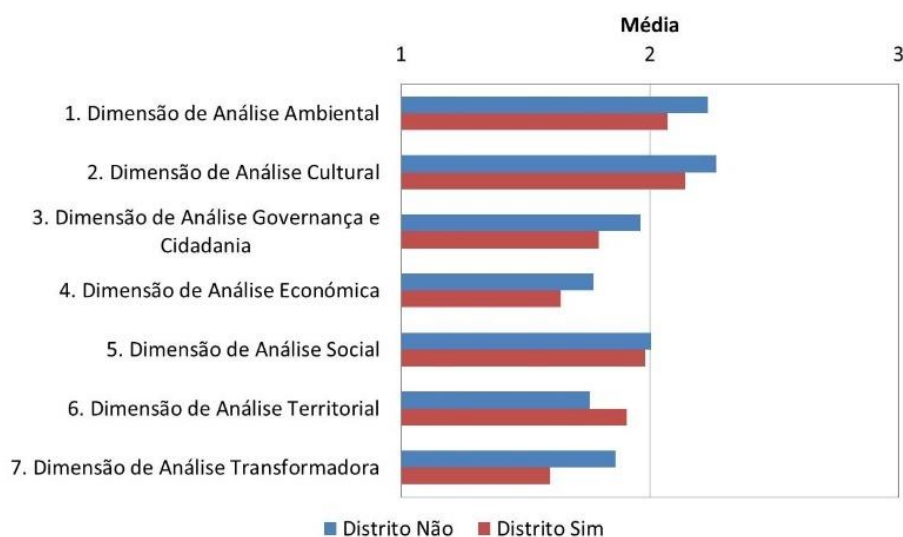


Gráfico 31 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e o Âmbito territorial de atuação: Distrito

De acordo com os resultados obtidos, observa-se que o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para quem não atua no âmbito de Distrito ($M=2,23$) e inferior para quem atua ($M=2,07$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=84,0$, $p=0,296$).

Já o valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para quem não atua no âmbito de Distrito ($M=2,27$) e inferior para quem atua ($M=2,14$). Não se observaram diferenças estatisticamente significativas ($U=95,0$, $p=0,524$).

Os resultados obtidos mostraram que o valor médio da “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” é superior para quem atua no âmbito de Distrito ($M=1,96$) e inferior para quem não atua ($M=1,80$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=98,5$, $p=0,618$).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Económica” é superior para quem não atua no âmbito de Distrito ($M=1,77$) e inferior para quem atua ($M=1,64$). Tal como verificado para os itens anteriores, também aqui as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=91,5$, $p=0,449$).

Na amostra, o valor médio da “5. Dimensão de Análise Social” é superior para quem atua no âmbito de Distrito ($M=2,01$) e inferior para quem não atua ($M=1,98$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=108,5$, $p=0,897$).

No que concerne à dimensão “Dimensão de Análise Territorial” o valor médio da é superior para quem atua no âmbito de Distrito ($M=1,91$) e inferior para quem não atua ($M=1,76$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=97,5$, $p=0,590$).

Os resultados mostram que o valor médio da “Dimensão de Análise Transformadora” é superior para quem não atua no âmbito de Distrito ($M=1,86$) e inferior para quem atua ($M=1,60$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=75,0$, $p=0,164$).

Dado que, em todos os parâmetros analisados não foram observadas diferenças estatisticamente significativas conclui-se que a H_2 não se verifica. Trata-se de uma hipótese nula para este domínio de análise de resultados.

4.6.2.6.4. NACIONAL

Os valores registados para a dimensão Nacional, são apresentados no presente item.

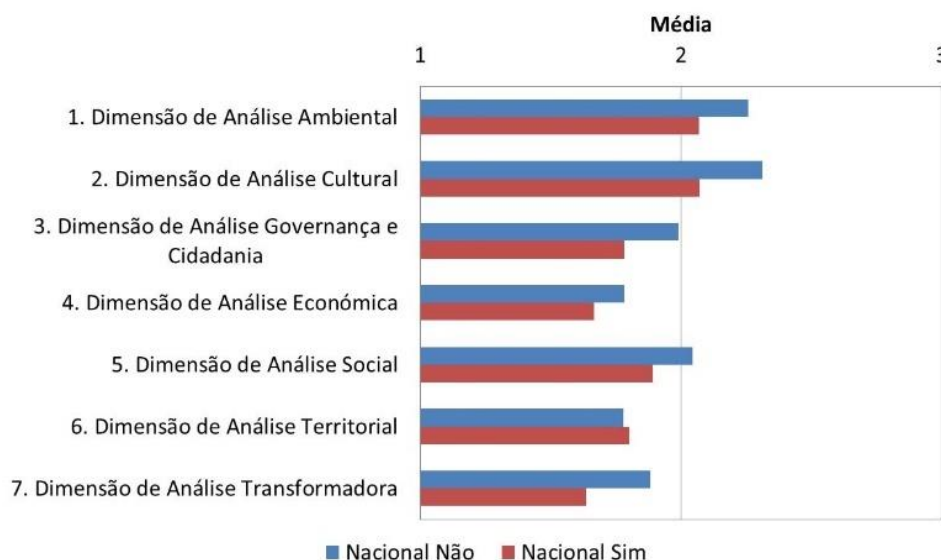


Gráfico 32 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e o Âmbito territorial de atuação: Nacional

Os resultados obtidos após análise, evidenciam que o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para quem não atua no âmbito de Nacional ($M=2,26$) e inferior para quem atua ($M=2,07$), não sendo as diferenças estatisticamente significativas ($U=107,5$, $p=0,139$).

Para a “Dimensão de Análise Cultural” o valor médio é superior para quem não atua no âmbito de Nacional ($M=2,31$) e inferior para quem atua ($M=2,07$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=111,0$, $p=0,169$).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” é superior para quem atua no âmbito de Nacional ($M=1,99$) e inferior para quem não atua ($M=1,78$). Não se registam diferenças não são estatisticamente significativas ($U=125,5$, $p=0,369$).

De acordo com os resultados obtidos para esta operação de análise qualitativa o valor médio da “Dimensão de Análise Económica” é superior para quem não atua no âmbito de Nacional (M=1,78) e inferior para quem atua (M=1,67), mas as diferenças não são estatisticamente significativas (U=131,0, p=0,469).

O valor médio da “Dimensão de Análise Social” é superior para quem não atua no âmbito de Nacional (M=2,04) e inferior para quem atua (M=1,89). As diferenças não são estatisticamente significativas (U=134,5, p=0,539).

Os resultados demonstraram que o valor médio da “Dimensão de Análise Territorial” é superior para quem atua no âmbito de Nacional (M=1,80) e inferior para quem não atua (M=1,78), no entanto não se registaram diferenças não são estatisticamente significativas (U=151,0, p=0,924).

Para a última categoria deste conjunto em análise, a “Dimensão de Análise Transformadora”, o valor médio é superior para quem não atua no âmbito de Nacional (M=1,88) e inferior para quem atua (M=1,64). As diferenças não são estatisticamente significativas (U=110,5, p=0,163).

Face aos resultados obtidos constata-se que a Hipótese H2 não se verifica. Trata-se de uma hipótese nula.

4.6.2.6.5. INTERNACIONAL

Os valores registados para a dimensão Internacional, são apresentados no presente item.

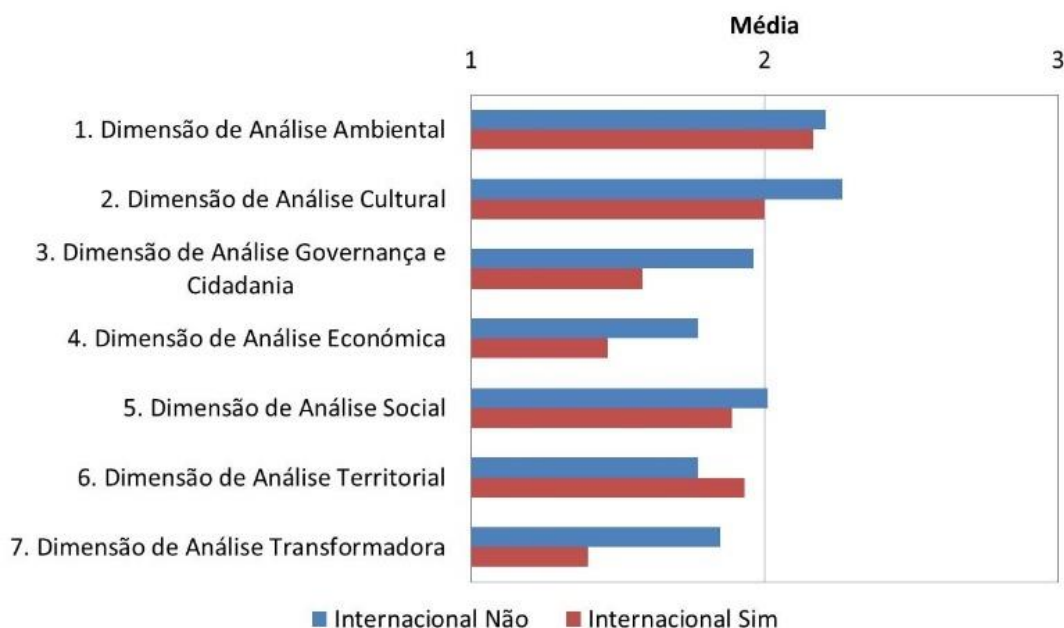


Gráfico 33 - Médias: Relações entre as dimensões da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Local e o Âmbito territorial de atuação: Internacional

Os resultados obtidos demonstram que o valor médio da “Dimensão de Análise Ambiental” é superior para quem não atua no âmbito Internacional ($M=2,21$) e inferior para quem atua ($M=2,17$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=47,0$, $p=0,707$).

O valor médio da “Dimensão de Análise Cultural” é superior para quem não atua no âmbito Internacional ($M=2,27$) e inferior para quem atua ($M=2,00$), sendo que as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=36,0$, $p=0,331$).

Para a da “Dimensão de Análise Governança e Cidadania” o valor médio é superior para quem atua no âmbito Internacional ($M=1,96$) e inferior para quem não atua ($M=1,58$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=38,5$, $p=0,409$).

Na amostra, o valor médio da “Dimensão de Análise Económica” é superior para quem não atua no âmbito Internacional ($M=1,77$) e inferior para quem atua ($M=1,47$). Neste item não se verificaram diferenças estatisticamente significativas ($U=33,5$, $p=0,276$).

Os resultados deixaram evidente que o valor médio da “Dimensão de Análise Social” é superior para quem não atua no âmbito Internacional ($M=2,01$) e inferior para quem atua ($M=1,89$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=43,5$, $p=0,576$).

Já o valor médio da “Dimensão de Análise Territorial” é superior para quem atua no âmbito Internacional ($M=1,93$) e inferior para quem não atua ($M=1,77$), sendo que não existem diferenças estatisticamente significativas ($U=37,0$, $p=0,363$).

Segundo os resultados obtidos, o valor médio da “Dimensão de Análise Transformadora” é superior para quem não atua no âmbito Internacional ($M=1,85$) e inferior para quem atua ($M=1,40$), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=23,0$, $p=0,093$).

Partindo dos resultados apresentados torna-se evidente que a Hipótese H2 (a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social, para o âmbito de Internacional) é nula.

4.6.2.6.6. RESUMO

Em suma, após a verificação, parâmetro a parâmetro de todas as categorias, constata-se que a avaliação do desenvolvimento local num território pelas entidades de economia social não pode ser influenciada pelas suas características, para nenhum dos âmbitos territoriais de atuação, dado que não se verificou a Hipótese H2 em nenhuma categoria.

4.7. SÍNTESE DOS RESULTADOS

De modo a sistematizar os resultados, apresentam-se os dados mais significativos. As entidades de economia social que fizeram parte da amostra são 46,2% no concelho de Castelo Branco, 33,3% no concelho de Odemira e 20,5% no concelho de Montalegre, maioritariamente na sua natureza jurídica são “Associações com Fins Altruísticos” (48,7%), seguindo-se as “Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS” (30,8%). Na classificação da atividade económica, 38,5% estão na classificação “Serviços sociais”, 35,9% estão em “Cultura, comunicação e atividades de recreio” e 20,5% estão em “Educação”.

Na resposta ao questionário maioritariamente foi realizado pelo “Presidente da direção” (48,7%) e pelo “Diretor(a)” (25,6%). Dos dados obtidos pode-se apurar que a maioria das entidades tem colaboradores (59%), e que destes, 94,9% são abaixo de 50 colaboradores, e que 56,4% das instituições tem abaixo de 10 voluntários. Relativamente ao âmbito territorial onde atuam maioritariamente situa-se nos 56,4% ao nível do concelho e 41% ao nível de Freguesia.

Na síntese dos dados face à avaliação do desenvolvimento local e, segundo a média apurada, a dimensão considerada mais relevante é a “Económica”, seguida da “Social”, depois da “Cultural”, seguida de “Ambiente”, “Governança e cidadania” e “Territorial” e finalmente de “Transformadora”.

Na amostra quantitativa do questionário verificou-se que 76,9% demonstrou interesse pela investigação, solicitando os resultados do mesmo após a sua conclusão.

Na análise da consistência interna e, após os resultados verificados através do valor do Alfa de Cronbach, verifica-se que existem evidências de que as dimensões apresentam uma boa consistência, levando a concluir o investigador que a matriz de avaliação apresenta boas condições para avaliar o desenvolvimento local.

Tendo como análise os valores apurados e através da aplicação de estatística descritiva e Testes de Kruskal-Wallis, constata-se que não se verifica a Hipótese H1 - A avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada pelo tipo de natureza jurídica

de entidade de economia social, ou seja, verifica-se que o tipo de natureza não tem influencia nos resultados da avaliação do desenvolvimento local.

Na verificação da H2, “a avaliação do desenvolvimento local num território é influenciada por determinadas características organizacionais das entidades de economia social”, parâmetro a parâmetro de todas as categorias, constata-se, tal como referido que a avaliação do desenvolvimento local pelas entidades de economia social auscultadas, não são influenciadas pelas suas características organizacionais, para nenhum dos âmbitos territoriais de atuação, considerando-se que Hipótese não se verifica em nenhuma categoria.

Conclui-se que a matriz proposta no âmbito deste estudo não apresenta nenhum parâmetro de influência face à sua natureza jurídica ou característica organizacional, o que permite inferir que a matriz proposta de avaliação do desenvolvimento local permite avaliar o desenvolvimento local em territórios de baixa densidade, através das entidades de economia social.

5. CONCLUSÕES

No passado recente a dimensão comunitária e a importância do local enquanto espaço de resposta aos desafios e problemas que se faziam sentir nas comunidades, que “neles habitavam” era uma preocupação constante, pelo que exigia a procura de soluções suportada nos recursos e competências locais. O debate em torno do local tem sido ligeiramente retomado, ora pelas preocupações ambientais, ora pelos impactos das crises económicas ou até pela perda das identidades culturais e do património imaterial. Esta nuance do local, das suas características únicas, distintivas e até exclusivas, designadamente nos territórios de baixa densidade, é recentemente valorizada economicamente pelos aspetos comerciais dos fatores de diferenciação no turismo, enquanto resposta às alterações climáticas, no incentivo às produções locais e circuitos curtos agroalimentares, ou, no atual contexto pandémico, pela procura de territórios de densidade populacional reduzida, que por essa razão reduzam o risco de contágio inerente à transmissão do Covid 19²⁸.

Quando a promoção do sentimento de pertença e de comunidade é necessária, onde as crises acentuam fragilidades no desenvolvimento dos territórios, a economia social no geral, e o movimento do desenvolvimento local em particular, têm encontrado respostas alternativas, estruturadas através de dinâmicas e movimentos coletivos, ora incentivados pelas políticas públicas, ora emergidas de dinâmicas da cidadania ativa. Esta dimensão alternativa do desenvolvimento é fortemente vincada pela vontade de autogovernação na visão mais radical defendida por Fernandes (1996), ou na procura da inversão do modelo de desenvolvimento, tal como é surgido por Monteiro (2009), contruído a partir de baixo, favorecendo ativamente a participação das comunidades no desenvolvimento do território que habitam. É nesta posição que se assume a importância da cidadania ativa e a criação de espaços de participação das comunidades com os sistemas de poder, ambicionando-se que estes se transformem em novas lógicas de tomada de decisão.

²⁸ Segundo a Direção Geral de Saúde, o novo coronavírus, designado SARS-CoV-2, foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019 na China, na cidade de Wuhan. Este novo agente nunca tinha sido identificado anteriormente em seres humanos. Informação disponível em <https://covid19.min-saude.pt/category/perguntas-frequentes/>

Podemos afirmar que, se por um lado o desenvolvimento local detém naturalmente a característica da proximidade, da localização do desenvolvimento, por outro, é aquele que representa um dos melhores mecanismos na promoção da sustentabilidade (Polèse e Stren, 2000; Henriques, 2006; Castilho; Arenhardt; Bourlegat, 2009; Faria, 2012; Martínez; Villa; Vázquez, 2013), e por essa vocação, ele pode ser afastado das teorias do desenvolvimento associadas ao crescimento económico, embora se verifique neste estudo, que a dimensão económica assume o valor médio mais elevado na relevância após a auscultação das entidades de economia social, e por outro lado, curiosamente, ao analisarmos a média dos indicadores por dimensões, verificamos que a dimensão económica assume a menor relevância.

A dimensão integrada do desenvolvimento local, defendida por Melo (1998), é também verificada na proximidade dos valores entre as médias das dimensões de avaliação não se verificando desvios significativos entre as mesmas, o que nos leva a depreender que o desenvolvimento local é um conceito integrado, que exige uma dinâmica em rede, tal como a defendida no seio da Animar, pela relação indissociável, sistémica, multidimensional que a distingue do fenómeno do crescimento (Silveira, 2010). É a dimensão de rede, que cria pontes para além do seu território, que sustenta a construção do desenvolvimento local a partir do território, sem fronteiras simbólicas e administrativas, o que a torna capaz de superar o clientelismo do sistema, tantas vezes condenado pelo movimento do desenvolvimento local.

Traduzir o desenvolvimento local em indicadores mensuráveis era um imperativo pela necessidade de se avaliar o fenómeno, retirando-o do campo da subjetividade e do discurso político sem a possibilidade de medição, e por essa razão de avaliação. Estando as entidades do desenvolvimento local representadas na economia social e sendo a Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, a entidade de cúpula que representa estas entidades junto do Estado, era imperativo que a pesquisa se enquadrasse no seio da Animar e da economia social em Portugal e que o trabalho exploratório cumprisse o princípio, fundamental, defendido pela Animar, da participação dos seus agentes e intervenientes, tendo estes, feito parte da amostra do estudo na fase exploratória da pesquisa.

Do trabalho analítico iniciado com a revisão da literatura temática até à apresentação da proposta de matriz de análise, respondia-se ao primeiro objetivo específico da pesquisa, “concretizar o desenvolvimento local de acordo com a perspetiva da

Animar, de modo a elaborar uma proposta de matriz de avaliação”, primeiro através das entrevistas realizadas junto dos agentes da Animar procurando a sua validade e melhoria, e de seguida, por meio dos questionários aplicados junto das entidades da economia social, por serem estas que pelo seus princípios procuram e contribuem para o bem-estar das comunidades (ver, anexo I - Lei de Bases da Economia Social). A procura da perspectiva da amostra e a validação das hipóteses de pesquisa permitiu a aproximação dos diferentes conceitos refletidos na revisão da literatura e a integração da leitura da Animar.

A primeira utilidade do estudo empreendido remete-nos para o conceito de desenvolvimento local entendido pela Associação Animar, considerando os diferentes contributos e resultado da dimensão exploratória da pesquisa, junto de uma amostra de vinte informadores privilegiados, com diferentes bases de conhecimento, desde a visão estratégica e política da direção da Animar (à data da pesquisa), até, outros dirigentes associativos da rede Animar e agentes com experiência significativa enquanto autarcas e políticos com responsabilidade executiva, passando por académicos e investigadores nos diferentes domínios, e terminando na dimensão técnica, através dos técnicos com experiência significativa que colaboram na associação. Tendo como base a pesquisa exploratória efetuada, podemos considerar o desenvolvimento local enquanto ponto de partida para um processo de desenvolvimento de base territorial com envolvimento do Estado, mercado e sociedade civil, a diferentes níveis. Esta foi, de resto, uma ideia referenciada por Monteiro (2019), ao propor duas direções numa governança multinível, uma de base vertical e que reduz o centralismo do Estado, numa direção ascendente, com a transferência de poderes para a Comissão Europeia e descendente para a administração local, outra de base horizontal, onde se colocam as entidades de economia social, e por consequente as entidades promotoras do desenvolvimento local, ao implementarem medidas públicas construídas em espaços de diálogo entre as partes, Estado e sociedade civil.

É deste alargamento da esfera pública, tal como afirmado por Daniel (2002), e do diálogo entre os ativos das diferentes dimensões, por vezes conflitantes entre si, que se procura o desenvolvimento local, reforçando a ideia de integração e de desenvolvimento multidimensional. No entanto, a transferência de responsabilidade do Estado para a economia social pode ser entendida enquanto prestação de serviços, sem condições justas de prestação dos mesmos com qualidade, criando relações desequilibradas tal como referenciadas por Dias (2011) entre as estruturas de tutela e as

entidades que assumem as responsabilidades de prestação do serviço. Daí, a ação de cidadania, de diálogo se considerar um claro pressuposto, para que o desenvolvimento local aconteça.

É a ideia de boa governança que, criando espaço para a cidadania ativa e participativa através da mobilização das pessoas, sejam individuais ou coletivas, organizadas em dinâmicas de rede e parceria com ritmos próprios e processos diversos, a partir dos seus recursos e com o envolvimento de especialistas, procuram a resolução de problemas ou a alavancagem de oportunidades, contribuindo assim, para a transformação social na procura contínua de um melhor desenvolvimento integral das suas comunidades, sendo exigidos novos modelos de relacionamento que mantenham a autonomia de interesses (Estado, sociedade civil, mercado), mas que se articulem entre si na promoção do desenvolvimento local, tal como referenciado por Silveira (2010).

É com base nestes pressupostos que se pode entender o ponto de partida do processo, sem exclusividades de impulsionamento, podendo surgir através do Estado, do setor privado, ou da sociedade civil, podendo mesmo ser originária em processos de nível micro, meso ou macro. São estes processos que reconhecem e valorizam a diversidade de organizações, de ideias e de ações, onde o conhecimento especializado com o envolvimento e participação das pessoas, consolida a missão e visão de contribuir para comunidades mais sustentáveis e socialmente coesas, aproximando-se da ideia de bem comum.

Se, por um lado, a importância dos movimentos sociais é assumida enquanto impulsionadora do desenvolvimento local, o Estado, através das entidades públicas e das políticas que concretiza, é preponderante para o favorecimento e reconhecimento das dinâmicas das comunidades. O diálogo democrático entre o Estado e o setor privado (social e empresas), partilha e responsabiliza a ação e contribui para o planeamento integrado, envolvendo uma multiplicidade de agentes do desenvolvimento, procurando respostas próximas para problemas comuns ou de responsabilidade comum. O impacto do desenvolvimento local deve, assim, ser integrado e manifestar-se em diferentes dimensões do desenvolvimento, nomeadamente, nas suas vertentes ambiental, social, económica, cultural, territorial, transformadora e de governança.

As dinâmicas subjetivas entendidas na participação e na cidadania, refletem ações individuais ou movimentos associativos que podem originar entidades sociais,

enquadradas pelo setor da economia social e podem resultar das condições estruturais, por serem as condições geradas que potenciam e sustentam, mas que também e, por outro lado, condicionam e limitam o desenvolvimento das comunidades e a capacidade das mesmas de agirem perante as adversidades e oportunidades. Assim, os fatores estruturais, nomeadamente o apoio financeiro e o espaço de diálogo às iniciativas, podem ser determinantes para a criação e sustentação do desenvolvimento local e das entidades de economia social. Por outro lado, a atuação das entidades sociais, ao se encontrarem dependentes dos apoios financeiros para a sua ação, para o desenvolvimento das suas iniciativas e atividades, ficam condicionadas pela “profissionalização da ação e dos agentes que a operam”. Por isso, o investimento estrutural nas dinâmicas comunitárias e na promoção da participação afigura-se como determinante para que o desenvolvimento local aconteça, para que as comunidades expressem as suas preocupações, os seus interesses e as suas necessidades, dando, “primazia às raízes populares básicas” defendidas por Gomez, Freitas e Callejas (2007), o que se afigura como preponderante na medida em que, se, o desenvolvimento é dirigido às pessoas, são as pessoas que também devem controlar o seu destino.

É em corroboração com Melo (1998), que se defende a cidadania participativa, a capacitação e autonomização dos atores locais, que promove o desenvolvimento e a emancipação coletiva, a afirmação da cidadania, manifestada em propostas, ações e organizações, que contribui para uma democracia participada, e um diálogo constante entre sociedade civil e os seus representantes democráticos, procurando a maximização dos esforços e recursos, das vontades e das propostas.

Considera-se a abordagem *bottom up*, como aquela que melhor alerta e melhor poderá identificar as necessidades e as propostas de ação. Neste sentido, é aquela que melhor mobiliza as comunidades. A utilidade e os resultados da presente pesquisa, e que se afiguram como essenciais, no sentido de apresentarem uma ferramenta de análise do desenvolvimento local, identificando, as prioridades de atuação pública, segundo as dimensões mais frágeis, diagnosticadas a partir da experiência empírica da pesquisa.

Por sua vez, as dimensões onde se verifica uma maior necessidade de políticas públicas, o que permite a abordagem *top down*, no sentido de alavancar e criar condições para a boa governação, permitindo um melhor planeamento para a ação. Se esta ação, se limitar à ação cidadã individual, esta ficará reduzida, em muitos casos, à ideia ou a pequenas ações sem relevo. O desenvolvimento local não se constrói na dicotomia entre

condições estruturais e de cidadania, mas no diálogo e encontro de soluções entre estes fatores dependentes entre si. Deste modo, para que o desenvolvimento local aconteça nas suas múltiplas dimensões, a interdependência entre participação e condição, e na relação entre poder e autonomia, afigura-se como condição primária e estruturante.

Ao olhar-se para o desenvolvimento local como multidimensional, afere-se que aqui prevalecem as dimensões ambientais, sociais, económicas e culturais, sendo elas estruturantes nas propostas conceituais de desenvolvimento. Para além destas, também a dimensão de governança e cidadania se julga fundamental, pois que nos remete para a dimensão política e da qualidade da democracia, que o investigador abordou. Acresce a dimensão territorial, aqui entendida na dimensão administrativa e por isso geográfica, podendo ser alvo de uma análise mais aprofundada, até pela dimensão de identidade e pelas referências associadas ao território a que Moreno (2014) define enquanto local da inclusão das comunidades, do sentimento de pertença, e que nesta pesquisa não terá assumido a dimensão imaterial do território.

Por último, a dimensão transformadora, que procura a dimensão alternativa, e que por estar associada à educação e participação, tal como defendido por Fernandes (1996), visa criar uma melhor sociedade, centrada cada vez mais no *self-government*, o que propõe mudanças e a necessária inovação societal, sendo esta dimensão a que contempla nos seus indicadores a participação das crianças e famílias na escola e comunidade, a inovação e a abertura à mudança e a diferença enquanto reveladores do desenvolvimento. Exigem-se, assim, espaços na procura de transformação social, que resultam da participação, do envolvimento das entidades sociais e das pessoas. As condições para a inovação, tal como o espaço de abertura à diferença e à mudança, são os indicadores que melhor refletem as prioridades de desenvolvimento, tendo em conta os territórios da pesquisa.

Analisar e avaliar o desenvolvimento local é um imperativo, não podendo ficar este na dimensão da perceção e subjetividade individual ou institucional, tantas vezes destacada nas políticas públicas e em documentos de cariz governativo nacional e comunitário. Esta pesquisa concretiza essa necessidade ao propor e validar uma matriz de avaliação, e ao “localizar” o território onde se situa o desenvolvimento local.

Ao afastarmo-nos das correntes funcionalista e estruturalista da sociologia, por defenderem a ação com base na objetividade da estrutura, reforça-se, por meio da pesquisa levada a cabo, as posições da teoria da estruturação de Giddens (2003), que

afirma um pensamento social defendido pelo autor, no reforço da dualidade estrutural, enquanto constrangimento ou potenciador da ação dos agentes pelo sistema social, afastando a dimensão objetiva para uma dimensão interativa de conjugação das partes.

Se o desenvolvimento local necessita da estrutura entendida nas condições políticas e da agência, entendida pela cidadania e ação privada, então a avaliação deverá, de forma clara, conseguir conjugar estas duas componentes enquanto preponderantes para o desenvolvimento local

Embora se verifiquem várias leituras face ao território, e existam defensores de diferentes universos territoriais de avaliação, uns mais micro, como as freguesias, até às escalas mais macro de cariz interterritorial e intermunicipal, a que resulta da proposta apresentada que remete para a divisão administrativa, é aquela que mais consensos reúne. Dentro desta, destaca-se o facto da avaliação ser remetida para as fronteiras de atuação municipal, por esta traduzir as políticas públicas centrais e apresentar as suas próprias políticas, sendo que, na atuação das freguesias, embora estas sejam o órgão de decisão mais próximo das populações, os limites administrativos e a dependência extrema de recursos face às câmaras municipais, inviabiliza-as enquanto impulsionadoras do desenvolvimento local, não deixando, no entanto, de lhes ser reconhecida relevância para o desenvolvimento. Se na dimensão da estrutura, a diversidade de geometrias territoriais assume potenciais constrangimentos para a definição de um território, a diversidade de comunidades, a forma como se organizam, são outro obstáculo que requer maior consenso face à definição de um território de referência. A sugestão de uma combinação de referenciais que permitam uma leitura multiterritorial é uma proposta para futuras pesquisas que possam alargar o debate para além das dimensões administrativas do território.

O primeiro objetivo geral do estudo que agora se conclui tinha como resultado esperado o aprofundamento teórico do desenvolvimento local, e, tendo em conta os posicionamentos estratégicos e políticos da Animar nos últimos anos, a tradução desse mesmo aprofundamento numa proposta de matriz que permitisse avaliar o desenvolvimento local. Por meio deste objetivo, pretendia-se a criação de condições para dar resposta ao problema científico e à respetiva pergunta de partida do projeto de pesquisa. Era também uma necessidade epistemológica aprofundar, inquirindo e questionando, as suas diferentes leituras e perceções dos intervenientes da Animar e da sua representação no seio da Economia Social em Portugal. Concretizada com sucesso

esta etapa e objetivo, tornava-se fulcral acrescentar valor ao processo de investigação e à criação da matriz, garantindo-se que esta se realizasse por etapas de validação com os principais intervenientes e permitindo que através de uma primeira proposta de matriz de avaliação, se pudesse originar um olhar crítico e reformador da mesma

Na progressão para o segundo objetivo geral, que pretendia testar a proposta de matriz e por outro lado verificar as hipóteses para responder à pergunta de partida, o teste da matriz em três municípios de baixa densidade permitiu perceber que a proposta de matriz teve resultados válidos.

De acordo com análise realizada aos dados obtidos, as dimensões surgem na sua totalidade todas acima da média, refletindo a necessidade de a matriz integrar todas as dimensões propostas sem exclusão, por se verificar que assumem relevância na avaliação, embora, e naturalmente, com posições diferenciadas por município de acordo com os resultados. Foi demonstrado que as dimensões apresentam consistência interna para seis dimensões, encontrando-se apenas a dimensão “Ambiental” com uma correlação próxima do aceitável. Considera-se que a matriz reúne, na sua globalidade, as condições adequadas para a sua aplicabilidade e que permite a avaliação do desenvolvimento local por território, e segundo a perspectiva das entidades de economia social.

O âmbito do universo de análise pode ser questionado e também podem ser formuladas questões relativas à possibilidade de terem sido incluídas neste universo amostral pessoas em nome individual. Da mesma forma, entendem-se legítimas eventuais indagações acerca do facto do universo ser restringido apenas à dimensão coletiva e social da perceção do desenvolvimento local, excluindo o universo das entidades privadas com fins lucrativos. Estes questionamentos podem resultar na recomendação de ao avaliar-se o desenvolvimento local, este inclua uma maior representatividade na amostra, considerando diferentes perceções, nomeadamente a sociedade civil, o mercado e a economia social do território onde acontece.

Sendo este estudo de natureza hipotético-dedutiva, as respostas aos pressupostos da pesquisa não se vieram a verificar. A primeira hipótese de trabalho H1, através da qual se pretendia avaliar a influência da natureza jurídica das entidades na avaliação do desenvolvimento local nas suas diferentes dimensões, permitiu inferir que independentemente da natureza de entidade, a avaliação das dimensões não é condicionada nem influenciada. Este resultado demonstra que a matriz de avaliação é

uma proposta adequada para avaliar o desenvolvimento local, garantindo independência das entidades da economia social face à sua natureza. Na segunda hipótese H2, o cruzamento entre as variáveis de análise permitiu inferir que algumas características poderão influenciar a avaliação, nomeadamente a característica “concelho” para a dimensão territorial e a “classificação económica de serviços sociais”, para a dimensão económica, entre as entidades que a apresentam a característica e aquelas que não apresentam. Verificou-se também que há influência estatística na característica “n.º de voluntários” e dimensões, não se verificando, no entanto, qualquer inferência para a dimensão cultural. Em todas as restantes correlações entre as variáveis, a segunda hipótese não se verificou, pelo que não se constata a influência das características face às dimensões de avaliação do desenvolvimento, o que vem reforçar a “não influência” da natureza e características organizacionais, considerando assim a proposta de matriz adequada à avaliação do desenvolvimento local.

Estando reunidas as condições de resposta à pergunta de partida, “Será a avaliação do desenvolvimento local, exequível através das perspetivas das entidades de economia social?”, a resposta é afirmativa. Ao não se verificarem fatores de influência podemos afirmar que as entidades da economia social, com base na sua missão, de procurar o bem-estar das comunidades, permitindo, sem influências significativas das suas características, avaliar as diferentes dimensões de análise do desenvolvimento local, garantindo uma avaliação diagnóstica útil para o desenvolvimento e o planeamento e implementação de políticas públicas de cariz territorial. Se a economia social se assume com a finalidade de prosseguir o interesse geral (Lei de Bases da Economia Social), as entidades que a representam são, assim, entendidas como aquelas que reúnem uma maior sensibilidade e perceção para avaliar o desenvolvimento local no seu território. Considera-se, desta forma, que é exequível e desejável que esta avaliação seja alargada e implementada enquanto instrumento de avaliação diagnóstica, o que permite a reformulação de políticas e estratégias de acordo com a sensibilidade social do sistema de governança, favorecendo-se condições para a promoção da coesão social, por serem as entidades de economia social que assumem um especial protagonismo na promoção do desenvolvimento social.

Este trabalho teve como principal resultado o contributo para a avaliação do desenvolvimento local por município, sendo que por meio da investigação realizada se torna possível medir, analisar, comparar e identificar dimensões, aliando a dimensão participativa com a representativa na prossecução do interesse público. Trata-se de um

instrumento que pode ser utilizado enquanto mecanismo de auscultação da comunidade, criando condições para que as políticas públicas respondam às necessidades e prioridades das pessoas e da sua comunidade.

5.1. LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS e FUTURAS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

O processo empírico conduzido ao longo da investigação teve alguns constrangimentos no seu percurso, nomeadamente na recolha de dados quantitativos durante o período final do confinamento motivado pela pandemia da Covid 19, altura em que se verificaram várias solicitações de pesquisas decorridas pelo contexto fenomenológico que se vivia, o que, se acredita, terá motivado uma saturação e indisponibilidade para a uma maior resposta, face ao expectável e desejável.

Aos indicadores apresentados nas diferentes dimensões, poderão também ser acrescentados outros indicadores alusivos, nomeadamente à dimensão territorial, que por vezes assume características específicas. Encontrarem-se novos indicadores que possam traduzir preocupações locais, e por outro lado, que permitam a aplicabilidade em qualquer contexto territorial, nomeadamente em contextos de menor proximidade entre as estruturas locais e os cidadãos, como os centros urbanos de maior densidade, é um desafio acrescido que exige experimentação e adequação. Se, por um lado, os territórios de baixa densidade se consideram adequados à pesquisa, os territórios urbanos, nomeadamente os municípios de densidade populacional elevada, apresentam outras exigências, pelo que a escala territorial poderá ser uma opção a discutir em futuras pesquisas, podendo vir a verificar-se a necessidade de se incluírem outros referenciais. A partir das limitações observadas e agora referidas emana um conjunto de questões, que importa considerar em novos trabalhos de pesquisa, nomeadamente, se este modelo poderá ser replicável em territórios urbanos, de fraca proximidade, e com características distintivas dos territórios de baixa densidade, e se a unidade territorial administrativa de freguesia será mais adequada e se será necessário construir referenciais territoriais diversos que permitam a adequabilidade da ferramenta proposta.

A utilização da escala de Lickert com cinco valores, ou bipolar com quatro valores, sendo dois positivos e dois negativos, considerou-se como possibilidade no instrumento de pesquisa pois poderá favorecer um outro tipo de análise mais profundo; no entanto a

exigência da resposta do inquirido será também mais exaustiva e fatigante, pelo que poderá inviabilizar algumas respostas pela necessidade de aumento da disponibilidade de tempo para responder. Por esta incerteza e receio gerado na utilização da escala de Lickert, a utilização simplificada da proposta considerou-se mais oportuna para garantir as respostas na aplicação do questionário.

5.2. RECOMENDAÇÕES PARA A AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O último objetivo delineado no âmbito da construção metodológica da investigação tinha como resultado esperado a apresentação de uma matriz final com base no desenvolvimento empírico deste estudo, o que poderia permitir a sua implementação noutros territórios. O modelo que se recomenda mantém as 7 dimensões e os 38 indicadores, sendo que novos indicadores poderão ser desenvolvidos no sentido de responder a características locais, e por isso, o modelo deverá possibilitar uma flexibilidade e adaptação ao território onde se encontra.

A matriz poderá ter um algoritmo que permita medir e atribuir uma ponderação superior às dimensões consideradas prioritárias e mais relevantes segundo as médias de resposta, pelos inquiridos. Trata-se de uma recomendação acertada, pois decorre no sentido de diferenciar e valorizar a relevância das dimensões de acordo com os resultados por território de auscultação, permitindo valorizar as dimensões consideradas mais relevantes pelos inquiridos. Este diferencial, através do algoritmo de avaliação, permite um posicionamento das necessidades de intervenção e de políticas públicas de acordo com o território. O compromisso dos líderes para olharem para os resultados e colocarem nas suas agendas linhas de ação de resposta será outra etapa a conceber, pois virá exigir que os eixos estratégicos de desenvolvimento se alinhem com as necessidades e prioridades dos resultados. Neste enquadramento, caberá à estrutura liderante do processo de auscultação, alertar e sensibilizar para dimensões consideradas menos relevantes, facto que contribuiria para o equilíbrio das lógicas de governança e de poder, atenuando e reduzindo o cariz meramente hierárquico e piramidal para uma governança participada.

A matriz de avaliação que se propõe mantém a linha verificada nesta pesquisa, já que 7 dimensões assentam num conjunto de indicadores de posicionamento numa escala de resposta com 3 valores, podendo, no entanto, ser superior para que seja calculada a média da dimensão com base na resposta à média dos seus indicadores, tal como testado na presente pesquisa. Este instrumento permitirá que uma resposta individual obtenha o seu posicionamento individual, e, com base nessa informação, possa, por exemplo, constituir-se como meio de análise e de debate público dos programas eleitorais às autárquicas de 2021²⁹.

Interessa aprofundar metodologias que possam servir de referência à implementação; por exemplo, a metodologia testada no EUANDI2019³⁰ permite aferir a ideologia política do inquirido e permite, também, uma maior consciencialização face à ideologia. Desenvolver um suporte semelhante e de acesso público e livre, permite a promoção da consciência social, objeto da sociologia, tal como defendido por Berger (1986).

A avaliação coletiva de um município deverá ser fruto dos resultados da amostra no universo da pesquisa, mas também contar com ponderações diferenciadas pelo fator de quem é inquirido. Uma pessoa em nome individual e uma entidade com fins lucrativos, poderão ter uma ponderação inferior por representarem interesses individuais, enquanto a participação de uma entidade coletiva da economia social que representa uma associação de pessoas deverá ser considerada com uma ponderação superior.

A utilização deste mecanismo poderá ser realizada através de uma plataforma autónoma, que assegure a independência e confidencialidade de quem responde. O mesmo poderá ser promovido através das associações de desenvolvimento local ou

²⁹ Com base na Comissão Nacional de Eleições está previsto para setembro/outubro de 2021 a Eleição dos Órgãos das Autarquias Locais.

³⁰ O EUANDI2019 foi desenvolvido pelo Instituto Universitário Europeu, em Florença, Itália, em colaboração com a Universidade de Lucerna, na Suíça. Esta ferramenta oferece ao eleitores uma visão clara do espaço político Europeu e da sua posição nesse espaço. Pode ser consultado em <https://euandi2019.eu/PT/default/POR/pages/metodologia>

através dos municípios, desejavelmente com apoio dos centros de investigação, de modo a servir de ferramenta de diagnóstico no apoio para momentos de escolhas eleitorais pela sociedade civil. A Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local tem com base neste estudo, as condições essenciais para avançar com a implementação desta ferramenta com significativo valor, utilidade social e interesse público.

Tendo em conta a importância da participação, a implementação de um mecanismo de avaliação não deverá ficar restringida à sua utilização, mas deverá servir como ponto de partida para um diálogo mais aprofundado sobre os resultados da avaliação. A criação de conselhos municipais para o desenvolvimento local com a organização de fóruns locais, abertos, promotores do debate crítico, da troca de opiniões com base no respeito pela diferença e pluralidade, serão, com certeza, os espaços privilegiados para que o desenvolvimento local não se esgote nos discursos, mas se materialize nas ações e abra espaço no campo da sociologia a novos campos de estudo.

BIBLIOGRAFIA

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão. (2019). Dez anos do Tratado de Lisboa: Progressos na Coesão Territorial na EU. Disponível em <https://www.adcoesao.pt/content/dez-anos-do-tratado-de-lisboa-progressos-na-coesao-territorial-na-ue>
- Albino, J. (2004). Contributo para a História do desenvolvimento Local em Portugal. Vialonga: SIG – Sociedade Industrial Gráfica.
- Amaro, R.R. (1997). O desenvolvimento local em Portugal: as lições do passado e as Exigências do Futuro. Disponível em www.in-loco.pt
- Amaro, R. *et. al* (2004). Desenvolvimento: Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria (pp. 35-70). Cadernos de Estudos Africanos, 4. Lisboa.
- Amaro, R.R., Madelino, F. (2004). Economia solidária: contributos para um conceito. Madeira: INTERREG III B.
- Amaro, R. R. (2004). A Animar nos Caminhos e Desafios do Desenvolvimento Local em Portugal. In Contributos para a História do Desenvolvimento Local em Portugal - 10 anos da Animar. Albino. J. (Ed.). Vialonga: Animar.
- Anastasi, A. (1990). *Psychological Testing*. New York: McMillan.
- Ander-Egg, E. (1982). *Metodología y Práctica del Desarrollo de la Comunidad*. México: El Ateneo.
- Animar (2016). Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. Estatutos da Associação. (2016). Cartório Notarial em Castelo Branco. <https://www.animar-dl.pt/quem-somos/estatutos>
- Animar (2017). Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. Pacote de Iniciativas Legislativas relativas à Descentralização - Contributos da Animar -

Redação e Edição: Direção da ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local , 2 de Junho de 2017.

- Araújo, A. (2010). Desenvolvimento econômico e arranjo produtivo local: uma relação necessária. São Mateus, ES: Opção.
- Aron, R. (1999). As Etapas do Pensamento Sociológico. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Baranano, A. (2004). Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão. Manual de Apoio à realização de trabalhos de investigação. Lisboa: Edições Sílabo.
- Bardin, L. (2004). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70.
- Barquero V. (2009), A. *Desarrollo local, una estrategia para tiempos de crisis. Apuntes del CENES* (pp. 117-132), v. 28, n.º 47.
- Barquero V. (2001) . Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística.
- Bell, J. (2010). Como Realizar um Projeto de Investigação (2ª edição). Lisboa: Gradiva Editora.
- Beltrão, C. (1965). Sociologia do Desenvolvimento. São Paulo: Editora Globo.
- Berger, P. (1986). Perspectivas Sociológicas, Uma visão humanística: Tradução de Donaldson. Petropolis; Vozes.
- Bogdan, R. e Biklen, S. (1994). Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora.
- Braun, V. e Clarke, V. (2006). *Using thematic analysis in psychology. Qualitative research in Psychology*, 3(2), 77-101. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/235356393_Using_thematic_analysis_in_psychology
- Brooks, J., McCluskey, S., Turley, E., & King, N. (2015). *The utility of template analysis in qualitative research. Qualitative Research in Psychology*, 12, pp. 202-222.

- Brundtland, G, Khalid, M., Agnelli, S. Chidzero, B., Fadika, M., Mauff, V.. (1987) Report of the world Commission on Environment and Development: –Our Common Future. Oslo.
- Buarque, S. C. (1999). Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA.
- Bulmer, M. (1987). *The Social Basis of Community Care*. London: Allen and Unwin.
- Castells, M. (1970). Tradução portuguesa, do artigo «*Les nouvelles frontières de la méthodologie sociologique*», publicado na revista *Information, sur les Sciences Sociáles*, vol. ix, n.º 6, de dezembro de 1970. (pp. 79-108). Paris: Mouton.
- Castilho, M. , Arenhardt, M., & LE Bourlegat, C. (2009). A Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 10, n. 2, (pp. 159-69), jul./dez. (s.l.)
- Colom, A. (2000). *Desarrollo sostenible e educacion para el desarrollo*. Barcelona Octaedro
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). O Nosso Futuro Comum. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Couto, M. (2011). E se Obama fosse africano? e outras intervenções. São Paulo: Companhia das Letras.
- Coutinho, C. (2011) - Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática. Coimbra: Almedina.
- Cruz, B. (1995). Teorias Sociológicas. Fundadores e Os Clássicos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Cunha, M. (2009). *Investigação científica: Os passos da pesquisa científica no âmbito das ciências sociais e humanas*. Porto: Ousadias.
- Daniel, F. (2002) - Poder local em Portugal: heranças pesadas e desafios emergentes (pp. 245-270). *Cadernos do Noroeste*, 18:1/2 2002. Série Sociologia. Sociedade e Cultura N.º 4.
- Demo, P. (1995). *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas
- DeVellis, R. (1991). *Scale Development. Theory and applications*. London: Sage Publications.
- Dias, N. (2011). *Sentir o pulso ao Desenvolvimento Local em Portugal - Contributos para uma estratégia de futuro*. São Brás de Alportel: Associação In Loco.
- Diéguez, A. & Guardiola, (2000). *Lo local. Una unidad de organización, planificación e intervención social comunitária*. In Alberto José Diéguez (coord.), *La Intervención Comunitaria. Experiencias y Reflexiones* (pp. 11-27). Buenos Aires: Espacio Editorial.
- Domingues, M. (2019). *Desenvolvimento sustentável, um desafio do passado e do presente*. In *Revista Dirigir* n.º 24 – Economia e Sustentabilidade (pp. 32-38). Lisboa: IEFP.
- Domingues, M. (2017). *O que é o desenvolvimento local e a relação com a economia social*. Comunicação apresentada no 1.º Congresso Nacional da Economia Social, Lisboa: ISCTE.
- Domingues, M. (2015) - *Manual para o desenvolvimento local e comunitário das aldeias: A intervenção Social do Projeto Há Festa no Campo*. Prova para o Título de Especialista em Serviço Social. Castelo Branco: IPCB. ESSE.
- Durkheim, E. (2001). *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.
- Escobar, A. (2005). *El “postdesarrollo” como concepto y práctica social*. In: *Mato, D. Políticas de economía, ambiente y sociedad y tiempos de globalización*. Universidad Central de Venezuela, (pp. 17-31). Caracas.

- Faleiros, V. P. (1999). *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- Faria, M. (2012). *Análisis de la capacidad del turismo en el desarrollo econômico regional: el caso de Inhotim y Brumadinho*. Tese (Doutorado em Economia) - Universidad de Alicante: Espanha.
- Ferreira, F., Germán V., & Freitas, O. (2015). *Educação, Desenvolvimento e Ação Local Comunitária*. Setúbal: Instituto das Comunidades Educativas.
- Ferreira, V., Guerra, I. (1994). *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local – Actas do encontro de Vila do Conde 1-3 de abril de 1993*. Associação Portuguesa de Sociologia. Lisboa.
- Fernandes, E. (1996). *Intervenção e Serviço Social*. *Intervenção Social* n.º13/14 – Serviço Social e Direitos Humanos (pp. 19-33). Viseu: ISSSL.
- Flyvbjerg, B. (2001). *Making social science matter: Why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fortin, M. F., Côté, J. & Fillion, F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Fragoso, A. (2005). *Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual*. *Revista Portuguesa de Educação*, 18(1), undefined-undefined. ISSN: 0871-9187. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=374/37418103>
- França, C. L. (2003). *Comércio ético e Solidário no Brasil* Fundação Friedrich/ILDES.
- Francisco, (2015), *Carta Encíclica Laudato Si, Sobre o cuidado da nossa casa comum*. Disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment. Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras: Celta Editora.

- Garrido, A. (2016). *Uma História da Economia Social - Cooperação e Solidariedade*. Lisboa: Tinta da China.
- Garrido, A. & Pereira, D. (2018). *A Economia Social em Movimento, Uma História das Organizações*. Lisboa: Tinta da China.
- Giddens, A. *A constituição da sociedade* (2003): tradução Álvaro Cabral, - 2' ed. - São Paulo: Martins Fontes.
- Gil, A. (1995). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6.º Ed.). São Paulo: Atlas.
- Gomes, A. (2007). *Revista Lusófona de Educação* v. 10 n.º10 - Apontamentos sobre a investigação sociológica: possibilidades e caminhos da pesquisa (pp. 51-61).
- Grawitz, M. (1993). *Méthodes des Sciences Sociales*. Paris: Éditions Dalloz.
- Gomez, J., Freitas, O. & Callejas G. (2007) *Educação e Desenvolvimento Local – perspectivas Pedagógicas e Sociais da Sustentabilidade*. Porto: Profedições.
- Guerra, I., (2000) “Fundamentos e Processo de Uma Sociologia de Acção - O planeamento em Ciências Sociais”. Cascais: Principia.
- Guerra, I., (2006) “Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo –Sentidos e Formas de uso”. Cascais: Principia.
- Guimarães, R. C. e Sarsfield Cabral, J. A. (2010). *Estatística*, 2ª Ed. Verlag Dashöfer. (s.l.).
- Guterres, A. (2019, 17 de Junho). UN Secretary-General on World Day to Combat Desertification (Ficheiro em Video). Disponível em <https://youtu.be/HIU42Xco5VM>
- Harrison, L. (1985). *Underdevelopment is a State Of mind: The Case of latin America*. Plymouth: Madison Books.
- Harrison, L. E. (1997). *The Pan-American dream*. New York: Basic.
- Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Nova Iorque: Oxford University Press.

- Henriques, J. (2006), *Global Restructuring and Local Anti-Poverty Action: Learning with European Experimental Programmes*. Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Disponível em:
https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/273/1/Tese+de+Doutoramento_José+Manuel+Henriques.pdf
- Henriques, J.M. (1991). O programa ILE em Portugal: avaliação e perspectivas. Lisboa: Escher/Fim de Século Edições, Lda.
- Herzberg, F. (1959). *The motivation to work*. New York: Wiley.
- Hickey, S., Mohan, G. (2004). *Towards participation as transformation: Critical themes and challenges*. In S. Hickey, G. Mohan (Orgs.), *Participation: From tyranny to transformation? Exploring new approaches to participation in development* (pp. 3-24). Londres & Nova Iorque: Zed Books.
- Hicks, N., Streeten, P. (1988). Indicadores de Desenvolvimento: a busca de uma unidade de medida de necessidades básicas. In: Caiden, G.; Caravantes, G. Reconsideração do conceito de desenvolvimento (pp.71-95). Caxias do Sul: EDUCS .
- Hill, M., & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário* (2a ed.). Lisboa: Sílabo.
- Hirschman, A. (1989). Ascensão e Declínio da Economia do Desenvolvimento. *Revista de Ciências Sociais*, v 25, n. 1: São Paulo.
- Hobsbawm, E. (2007). *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Holdcroft, L. (1978). *The Rise and Fall of Community Development in Developing Countries, 1950-65: A Critical Analysis and an Annotated Bibliography*. MSU Rural Development, Paper No. 2. East Lansing, Michigan: Michigan State University.
- Huntington, S. (1996). *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Simon & Schuster.

- Islam, N., Henault, G. (1988). Do PIB às necessidades básicas: uma revisão crítica do desenvolvimento e da administração do desenvolvimento. In: Caiden, G.; Caravantes, G. Reconsideração do conceito de desenvolvimento (pp. 225-252). Caxias do Sul: EDUCS.
- Kashimoto, E., Marinho, M. & Russeff, I. (2002). Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, (pp. 35-42), v. 3, n. 4. Campo Grande, MS.
- Klein, N. (2007). *The shock doctrine: The rise of disaster capitalism*. Nova Iorque: Metropolitan Books/Henry Holt.
- Latouche, S. (2009). *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*. São Paulo, Editora. WMF, Martins Fontes Lda.
- Laville, J. (2018). *A Economia Social e Solidária. Práticas, Teorias e Debates*. Coimbra: Almedina.
- Leme, A. (2015). Desenvolvimento e sociologia: uma aproximação necessária. *Sociedade e Estado*, v. 30 n.2, pp. 495-527. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/se/v30n2/0102-6992-se-30-02-00495.pdf>
- Lima, L., D'Ascenzi, L. (2018). *Políticas Públicas, Gestão Urbana e Desenvolvimento Local*. Porto Alegre: Metamorfose.
- Lopes, J. (1993). Tempos e Espaço da Animação Sociocultural – O Desencontro Entre a Cidade e a Escola. In *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local* (pp. 643-658). Atas do Encontro de Vila do Conde: Associação de Sociologia.
- Lüdke, M., André, M. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Maillat D. (1998). *From the industrial district to the innovative milieu: Contribution to an analysis of territorialised productive organisations*. *Recherches Économiques de Louvain/Louvain Economic Review*, v. 64, n. 1,

- (pp. 111-129). Disponível em <https://doc.rero.ch/record/297494/files/So77045180000419X.pdf>
- Magalhães, P., (2007). “Condomínio da Terra – das Alterações Climáticas a uma nova Conceção Jurídica do Planeta”. Edições Almedina, SA. Coimbra.
 - MarchionI, M. (1997). *Planificación Social y Organización de la Comunidad. Alternativas Avanzadas a la Crisis*. Madrid: Editorial Popular.
 - Maroco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. 5.^a Edição. Pêro Pinheiro. Edições Report Number
 - Martinelli, D. P., Joyal, A. (2004). *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri, SP: Manole.
 - Martínez, H., Villa, M. , Vázquez, A. (2013). *Bienestar socioeconómico y percepción de la calidad de vida en destinos turísticos: el caso de la Colina el Caribe, Cabo San Lucas, Baja California Sur* (México). *Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local*, v. 6, n. 15, (pp. 1-16), dez Málaga, Espanha.
 - Martins, S. (2002). *Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, , v. 3, n. 5, (pp. 51-9). Campo Grande, MS.
 - Martinussen, J. (1997). *Society, State and market: a guide to competing theories of development*. Pretoria: HRSC/RGN.
 - Marx, K. (1974). *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
 - Maslow, A. H. (1954). *Motivation and Personality*. New York: Harper & Row.
 - Mayo, M. (1994). *Communities and Caring. The Mixed Economy of Welfare*. New York: St. Martin’s Press.
 - Martinelli, M. (1994). *O Uso de Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Serviço Social In O Uso das Abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. Um Instigante desafio: Seminário sobre Metodologias Qualitativas de Pesquisa pp11-18*. São Paulo. PUCSP.

- Martinho C. (2003). *Redes: uma Introdução às Dinâmicas da Conectividade e da Auto-organização*. WWF, Brasil. 2003.
- McClenaghan, P. (1999). *Community development education in the sociocultural context of late capitalism: Refining a conceptual framework for comparative analysis*. In Kirsten Weber (ed.), *Lifelong Learning and Experience. Papers and Perspectives of the 1st International Summer School of the Graduate School in Lifelong Learning* (pp. 451-462). Roskilde: Roskilde University & The Danish Research Academy.
- Meier, G. (2005). *Biography of a subject: An evolution of development economics*. Oxford & Nova Iorque: Oxford University Press.
- Melo, A. (1998). Ditos e Reditos em Torno do Desenvolvimento Local. A Rede Animar. Novembro, (pp. 5-8).
- Mendes, A. (2011). Presente e futuro das Instituições Privadas de Solidariedade Social. A questão da sua sustentabilidade. In UIPSS/CNIS 30 anos ao serviço da Solidariedade. Victor M. & Oliveira P. (eds.). Porto: CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.
- Mendes A., Pinto F. (2017). Estudo de caracterização da ANIMAR . Relatório Final de 17 de Março de 2017, no âmbito do Projecto ANIMAR – “Capacitar para Agir em Rede” (POISE-39-2015-02).
- Monteiro, A. (2019). Territórios do interior, coesão territorial e modelos de governança: a propósito do programa nacional para a coesão territorial, junho 2019, DOI: 10.30553 / SOCIOLOGIAONLINE.2019.19.6 .
- Moreno, L. (2014). O Desenvolvimento Rural e Local face aos desafios da Governança em Portugal. In: Luís Moreno (ed.), *O Rural - Leituras, Dinâmicas, Animação e Desenvolvimento*. *Vez e Voz*, Edição Especial, Outubro de 2014, (pp. 63-68).

- Moreno, L. (coord.), et al. (2003). *Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local*. Vialonga: animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local.
- Muñiz, J. (2003). *Teoria clássica de los tests*. Madrid: Pirâmide.
- Muñiz, J., Fidalgo, A.M., García-Cueto, E., Martinez, R.J. & Moreno, R. (2005). *Análisis de los ítems*. Madrid: La Muralla.
- Murteira, B. (1993). *Análise Exploratória de Dados – Estatística Descritiva*. Alfragide: McGraw-Hill.
- Nunes & Albino, (2008). O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios; em [http: quadernsanimacio.net](http://quadernsanimacio.net); nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044.
- Nunes, A. (1968). *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*. São Paulo: Moraes Editores.
- Nunnaly, J.C. (1978). *Psychometric theory*. New York: McGraw-Hill.
- Observatório da Economia Social Portuguesa (OBESP). CASES (2011.) A economia social: conceito proposto pelo OBESP. Disponível em https://cases.pt/wp-content/uploads/OBESP_Conceito_de_Economia_social_09_DEZ_2011.pdf
- Pedroso, P. (1998). *Formação e Desenvolvimento Rural*. Oeiras: Celta.
- Pereira, O. (2015). *Reflexões Estratégicas de Desenvolvimento Local no Contexto da preservação da Identidade de Penedos*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Pestana, M., Gageiro, J. (2008). *Análise de dados para Ciências Sociais - A complementaridade do SPSS*. 5.^a Ed. Rev. e corrigida. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pinto, J. (1993). Discurso do Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia. In *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local* (pp. 7-17). Atas do Encontro de Vila do Conde: Associação de Sociologia.

- Pocinho, M. (2012). *Metodologia e Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico*. Lisboa: Lidel.
- Pochmann, M. (2016). Capitalismo e desenvolvimento. In: *Brasil sem industrialização: a herança renunciada* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, pp. 16-64. ISBN 978-85-7798-216-5. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- Polèse, M., Stren, R. (orgs.) (2000), *The Social Sustainability of Cities: Diversity and the Management of Change*. Toronto: University of Toronto Press.
- Popple, K.(2015). *Analysing Community Work. Theory And Practice*. New York: CPI Group.
- Porter, M. E. (1990). *The competitive advantage of nations*. New York: Simon and Schuster.
- Putnam, R. D. (1993). *The prosperous community: Social capital and public life. The American Prospect*, 4(13), (pp.35-42).
- Quivy, R & Campenhoudt, L. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rahman, M. A. (1991). *The Theoretical Standpoint of PAR. In Orlando Fals-Borda & Muhammad Anisur Rahman (eds.), Action and Knowledge. Breaking the Monopoly with Participatory Action-Research* (pp. 13-23). New York: The Apex Press.
- Reszohazy, R. (1988). *El Desarrollo Comunitario*. Madrid: Narcea.
- Ribeiro, F. (2017) *Uma sociologia do desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão: Humus.
- Ricardo, D. (1982). *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Edita Victor Civita.
- Rodrigues, V. (2009). *Desenvolvimento Sustentável: Uma Introdução Crítica*. Parede: Principia

- Rodríguez, C. A. (1970). *Análisis Conceptual del Desarrollo de la Comunidad*. Buenos Aires: Editorial ECRO.
- Rodrik, D. (2002). Estratégias de desenvolvimento para o novo século. In Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que chegaram depois (pp. 43-76). São Paulo: Unesp.
- Rodrik, D. (1999a). *The new global economy and developing countries: making openness work*. Washington: Overseas Development Council.
- Rodrik, D. (1999b). *Institutions for high-quality growth: what they are and how to acquire them*. *Studies in Comparative International Development*, v. 35, n. 3, (pp. 3-31). Disponível em <https://www.nber.org/papers/w7540.pdf>
- Romeo, L. (2015). *What is territorial development?*. *GREAT insights Magazine*, 4(4).
- Rosenstein-Rodan, P.N. (1943). *Problems of Industrialisation of Eastern and South-Eastern Europe*. *The Economic Journal*, Volume 53, Issue 210-211, 1 June Pages pp. 202–211. DOI: 10.2307 / 2226317. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/2226317>
- Ruivo, F. (1993). Autarquias e Poder Relacional. In Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local (pp. 123-147). Atas do Encontro de Vila do Conde: Associação de Sociologia.
- Sampedro, L. y Carlos Berzosa (1996). *Conciencia del subdesarrollo*, Ed. Santillana, España. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/866/86649060005.pdf>
- Salinas R. (1999). *Espana y el Desarrollo Social: Balance y propuestas aante los compromissos de la Cumbre de Copenhagen* 95. Documentacion Social N.115.
- Santos, B. (1992). *O Estado e a Sociedade (1974-88)*, 2ª Edição. Porto : Afrontamento.
- Santagada, S. (1993). Indicadores Sociais: Contexto Social e Breve Histórico. *Revista FEE* v20, n 18, pp. 245-255, Porto Alegre.

- Schallenger, E. (2003). Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. Mediações: Revista de Ciências Sociais, v. 8, n. 2, Londrina.
- Schmidt, L., Gil Nave, J. & Guerra, J. (2005). Autarquias e Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21 local e Novas estratégias Ambientais. Porto: Fronteira do Caos Editores Lda.
- Schummacher, E. (1985). “*Small is Beautiful*” – Coleções. Interrogar. 2.^a Edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Seabra, T. (1993). Cidadania a Europa e os emigrantes. In Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local (pp. 87-96). Atas do Encontro de Vila do Conde: Associação de Sociologia.
- Sen, A. (2000). Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.
- Shaffer, D. W. & Serlin, R. (2004). *What good are statistics that don't generalize? Educational Researcher*, vol. 33, nº 9, (pp. 14-25). (s.l)
- Shanahan, P. (1996). *Exclusion, the european union and community participation. In Skevos Papaioannou, Peter Alheit, Jorgen From Lauridsen & Henning Salling Olesen (eds.), Community, Education and Social Change* (pp. 51-113). Roskilde: Roskilde University Centre.
- Silveira, C., Reis, L. (2003). Expo Brasil - Desenvolvimento Local, edição 2002. Rio de Janeiro. Rits.
- Silveira, C. (2010) . Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In Políticas para o desenvolvimento local Eds. Dowbor L., Pochmann M.. pp- 41-66. São Paulo. Fundação Perseu Abramo.
- Smith, A. (1996). A Riqueza das Nações. São Paulo: Nova Cultura.
- Soromenho-Marques, V. (2005). “Metamorfoses – entre o colapso e o desenvolvimento sustentável”. Edição n.º 104528/8636, Publicações Europa-América, LDA. Mem Martins.

- Souza, N. (2005). *Desenvolvimento econômico*. 5. Ed. rev. São Paulo: Atlas.
- Swedberg, R. (2003). *Principles economic sociology*. Princeton (NJ): Princeton University Press.
- Taibo, C. (2010). *Decrescimento Crise e Capitalismo*. Estaleiro Editora.
- Touraine, A. (1992) *Crítica da modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Tourjansky-Cabart, I. (1996) . *Le Développement économique local*. Paris: Presses Universitaires de France .
- Taylor, M. (1993). *Signposts to Community Development*. London: Community Development Foundation.
- Twelvetrees, Alan (1991). *Community Work*. London: MacMillan / BASW.
- Turner. B,(1996) *Teoria Social*. Algés: Difel.
- Ware, C. (1986). *Estudio de la Comunidad*. Buenos Aires: Humánitas.
- Williamson, J. (Ed.) (1994). *The political economy of policy reform*. Washington, D.C.: Institute for International Economics.

LEGISLAÇÃO

- Lei de Bases da Economia Social n.º 30/2013, de 8 de maio. Diário da República n.º 88/2013, Série I de 2013-05-08.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2010. Cria o Conselho Nacional para a Economia Social. Diário da República n.º 150/2010, Série I de 2010-08-04. Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2012. Revê a composição e o funcionamento do Conselho Nacional para a Economia Social. Diário da República n.º 237/2012, Série I de 2012-12-07. Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de Fevereiro de 2009, A economia social. Publicada no Jornal Oficial da União Europeia em 25 de Março de 2010.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007. Regulamenta a concessão de apoios à dinamização socioeconómica a nível local, fomentando projectos geradores de emprego. Diário da República n.º 127/1986, Série I de 1986-06-04. Ministério do Trabalho e Segurança Social.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016. Fixa a missão e o estatuto da Unidade de Missão para a Valorização do Interior. Diário da República n.º 15/2016, Série I de 2016-01-22. Presidência do Conselho de Ministros.